

CONFLITOS NO
**CAMPO
BRASIL**
2015



**CONFLITOS NO
CAMPO
BRASIL
2015**

ISSN 1676-661X



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2015
É uma responsabilidade do Centro de
Documentação Dom Tomás Balduino

Rua 19, no 35, 1º andar – Centro - 74030-090
Goiânia-GO
Fone: (062) 4008-6466 Fax: (62) 4008-6405
Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br
Site: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado
à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça
e da Paz, da CNBB.

A CPT é membro da Pax Christi Internacional

Goiânia, abril de 2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Conflitos no Campo – Brasil 2015 [Coordenação:
Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago
Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional –
Brasil, 2015. 240 páginas: fotos, tabelas
Vários autores.
Indexado na Geodados – www.geodados.uem.br
ISSN 1676-661X

1. Violência no Campo. 2. Conflitos no Campo.
3. Reforma Agrária. 4. Direitos Humanos e
Legislação Ambiental. I. Canuto, Antônio;
coord. II. Luz, Cássia Regina da Silva,
coord. III. Andrade, Thiago Valetim Pinto,
coord. IV. Comissão Pastoral da Terra V.
Título

Diretoria da CPT

D. Enemésio Ângelo Lazzaris – Presidente
D. André Marie Gerard Camilla de Witte – Vice-presidente

Coordenação Executiva Nacional

Jean Ann Bellini
Paulo César Moreira dos Santos
Ruben Alfredo de Siqueira
Thiago Valentim Pinto Andrade

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Cássia Regina da Silva Luz
Leonardo Vinicius Pires da Silva
Márcio Antônio Cruzeiro
Múria Carrijo Viana
Paula Pereira
Thays Pereira Oliveira Rodrigues

Conselho Editorial

Secretaria Nacional

Antônio Canuto
Cássia Regina da Silva Luz
Cristiane Passos Melo e Silva
Elvis Fagner Ferreira Marques
Leonardo Vinicius Pires da Silva
Márcio Antônio Cruzeiro
Múria Carrijo Viana
Paula Pereira
Thays Pereira Oliveira Rodrigues

Regionais

Leila Cristina Lemes dos Santos Moraes – Goiás
Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá
Célio Lima/Daniela Dias de Souza/Darlene Braga Martins/Sara Braga Martins/Rafael Lima dos Santos – Acre
Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins
Diogo Diniz Ribeiro Cabral/Inaldo da Conceição V. Serejo – Maranhão
Andréia Aparecida Silvério dos Santos/José Batista Gonçalves Afonso – Pará
José Iborra Plans/Maria Petronila Neto – Rondônia
José Valmecci de Souza – Santa Catarina
Dirceu Fumagalli/Isabel Cristina Diniz/Juvenal José da Rocha – Paraná
Ilza Franca – Ceará
Maria Clara Ferreira Motta - Amazonas
Leticia Aparecida Rocha – Minas Gerais
Elizabeth Fátima Flores – Mato Grosso
Marluce Melo/Renata Costa César de Albuquerque/Renata Érica de Figueiredo
Ataide – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Gregório F. Borges – Piauí
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Evanir José Albarello – Rio Grande do Sul

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo – Unesp
Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves
Geógrafo – UFF
Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Sociólogo – UFG

Assessoria Administrativa

Tânia Maria Rocha de Oliveira
Elídia Moraes Aguirre

Revisão

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino e Setor de Comunicação da
Secretaria Nacional

Diagramação:

Vivaldo da Silva Souza

Seleção de fotos

Cristiane Passos Melo e Silva

Foto Capa

Joka Madruga

Organização e seleção de documentos

Soledade Sousa de Almeida

Apoio:

PPM Pão Para o Mundo
CCFD Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement
D&P Development and Peace
Misereor

DEDICATÓRIA

Há 40 anos...

PADRE RODOLFO LUKENBEIN e o ÍNDIO BORORO SIMÃO foram assassinados na Terra Indígena Merure, MT, no dia 15/07/1976, em defesa do território dos Bororo.

PADRE JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER, entrou na casa do Pai no dia 12/10/1976, assassinado ao interceder por duas mulheres presas e torturadas, em Ribeirão Cascalheira, MT.

“A morte violenta foi o coroamento de uma vida que não lhe pertencia mais”, disse Dom Pedro Casaldáliga.

Há 30 anos...

Negro, filho único de uma mulher viúva, aos 33 anos, em 10 de maio de 1986, tombava por bala assassina PADRE JOSIMO MORAES TAVARES, mártir da Pastoral da Terra no Bico do Papagaio, TO.

“A minha vida nada vale em vista da morte de tantos pais lavradores assassinados, violentados e despejados de suas terras. Deixando mulheres e filhos abandonados, sem carinho, sem pão e sem lar. Morro por uma causa justa”, profetizou ele, 13 dias antes na Assembleia Diocesana de Tocantinópolis, TO.

Há 20 anos...

O sangue de 19 TRABALHADORES SEM TERRA regou a terra na “Curva do S”, em Eldorado dos Carajás, PA, no dia 17/04/1996. Sangue que fez brotar sementes de resistência e luta mundo afora e que gerou o DIA INTERNACIONAL DA LUTA CAMPONESA.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Metodologia	9
Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo – 2006 – 2015.....	20

CONFLITOS NO CAMPO

Quantas toneladas exportamos de ferro? Quantas lágrimas disfarçamos sem berro?.....	22
<i>Cássia Regina da Silva Luz</i>	
Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta.....	28
<i>Arioaldo Umbelino de Oliveira</i>	
Tabela 2 – Conflitos no Campo.....	43
Mineração e questão agrária: as reconfigurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá a partir do subsolo	78
<i>Juliana Malerba</i>	

TERRA

Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil.....	86
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves, Danilo Pereira Cuim, Leandro Teixeira Leal, Marlon Nunes Silva e colaboradores</i>	
Tabela 3 – Violência contra a Ocupação e a Posse (síntese).....	99
Conflitos agrários, protagonismo camponês e ocupações de terra no Brasil	100
<i>José Paulo Pietrafesa</i>	
Tabela 4 – Conflitos por Terra (síntese).....	109

ÁGUA

A dança dos números nos conflitos pela água	112
<i>Antônio Claret Fernandes</i>	
Tabela 5 - Água (síntese).....	118

TRABALHO

Seria o Estado a besta fera da vez?	120
<i>Cristiane Passos Melo e Silva</i>	
Tabela 6 – Conflitos Trabalhistas (síntese).....	125

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Os calvários dos tempos atuais	128
<i>Romi Márcia Bencke</i>	
Tabela 7 - Violência contra a Pessoa (síntese)	132
Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada	133
<i>Marcelo Firpo Porto, Diogo Ferreira da Rocha, Tânia Pacheco</i>	
Tabela 8 – Assassinatos	142
Tem cheiro de sangue na terra - camponeses brasileiros entre a violência e a injustiça	144
<i>Diogo Diniz Ribeiro Cabral</i>	
Tabela 9 - Tentativas de Assassinato.....	151
A pílula dourada do agrohidronegócio, o Matopiba	153
<i>José Plácido da Silva Junior, Isolete Wichinieski e Saulo Barros da Costa</i>	
Tabela 10 - Ameaçados de Morte.....	159

MANIFESTAÇÕES

Ataque aos direitos dos povos do campo	166
<i>Marco Antônio Mitidiero Júnior</i>	
Tabela 11 – Manifestações (síntese).....	176
As Jornadas de Agroecologia na construção de uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos	177
<i>Ceres Luisa Antunes Hadich, José Maria Tardin, André Dallagnol, Jakeline Furquim Pivato</i>	

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Notas.....	185
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	226
Fontes de Pesquisa	233

APRESENTAÇÃO

2015 passou. Um ano pesado, tenso, violento. Ano que acabou mergulhado, literalmente, num mar de lama, pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, cujos acionistas principais são BHP (mineradora anglo-australiana) e a Vale. A avalanche de lama matou 19 pessoas, destruiu todo o povoado de Bento Rodrigues, e foi destruindo tudo o que encontrou pela frente, casas, pomares, pastagens, roças, afetando barbaramente a vida de dezenas de comunidades que viviam às margens do Rio Doce, e dele sobreviviam. A lama tóxica tornou a água imprópria para o consumo humano, afetando o abastecimento de cidades situadas à margem do rio que foi doce.

Sobretudo por essa catástrofe, é que o estado de Minas Gerais acabou concentrando 40% dos conflitos pela água, 54 ocorrências de um total de 135. Número este o mais elevado desde que a CPT iniciou o registro em separado dos conflitos pela água, em 2002.

Mas, como disse nota da CPT emitida no final do ano, “tão ou mais grave que o mar de lama da Samarco em Mariana, Minas Gerais, é o mar de lama que escorre do mundo da política. Pois enquanto a lama da Samarco afeta a bacia do Rio Doce, a que escorre do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e de gabinetes de Brasília e dos estados, afetam sonhos e esperanças de toda nação brasileira, sobretudo dos mais pobres”.

A grave crise econômica e, sobretudo, a não

menos grave crise política que o Brasil viveu em 2015, deixaram claro que os interesses corporativos e partidários se sobrepuseram aos interesses do país e de seu povo. Uma avalanche de insinuações, acusações, denúncias deixou o governo encurralado, sem ação, refém de conchavos e ameaças. E como muito bem afirmou Mitidiero nesta publicação, “esse momento de crise política profunda serviu como uma fenda bem larga para avançar ao máximo em conquistas institucionais e legislativas em favor dos seus interesses (dos ruralistas) sendo parte desses interesses a destruição, relativização ou relaxamento de leis que garantem a realização da reforma agrária, da decretação de Terras Indígenas e de territórios quilombolas e da legislação trabalhista, engolindo todos os antagonismos de classe em favor apenas de uma das classes, a dos proprietários de terra, os ruralistas”. Pela primeira vez, Conflitos no Campo Brasil traz o quadro dos projetos que tramitam no Congresso Nacional que visam a desconstrução dos direitos dos povos do campo.

E este clima de crise política, artificial e interessadamente mantido, propiciou que a violência no campo se mantivesse e se ampliasse. Em 2015, 50 pessoas foram assassinadas no campo, o maior número de vítimas desde 2004, e 39% a mais do que em 2014, quando foram registrados 36 assassinatos.

Como em anos anteriores, a violência se concentrou de forma, pode-se dizer espantosa, na Amazônia, onde foram computados 47 dos 50 assassinatos – 20 em Rondônia,

19 no Pará, 6 no Maranhão, 1 no Amazonas, 1 no Mato Grosso -; 30 das 59 tentativas de assassinato; 93 das 144 pessoas que receberam ameaças de morte; 66 dos 80 camponeses presos. E ainda 20.000.853 dos 21.374.544 hectares em conflito.

527 dos 998 conflitos por terra também lá ocorreram, com destaque para o Maranhão com 120, 99 no Pará e 83 em Rondônia.

A mineração, as hidrelétricas e as madeiras se expandem exigindo do poder público a construção de linhões, portos, o asfaltamento e abertura de estradas e de hidrovias, e, conseqüentemente, a valorização das terras. Está pronto o caldo para o aumento e o acirramento dos conflitos e, sobretudo, para o crescimento da concentração da propriedade latifundiária.

O geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira mostra como no decorrer dos últimos anos a concentração fundiária cresceu, acrescentando mais 97,9 milhões de hectares às grandes propriedades, graças, sobretudo, à ação de uma banda podre de funcionários do Incra que “foram os responsáveis diretos pela manipulação deslavada das Estatísticas Cadastrais e, portanto, do próprio Cadastro, para permitir que os grileiros das terras públicas pudessem conseguir sua regularização através do Programa Terra Legal”.

Também crescem os conflitos provocados pelo uso de agrotóxicos. 23 casos de contaminação em 2015, com 4.267 famílias afetadas. “O maior número já registrado em um único ano”. “Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada” é o texto

que marca o início de uma parceria entre CPT e Fiocruz na construção do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

Neste quadro de conflitos e de violência, já há alguns anos ganham destaque o que se chama de populações tradicionais, as que têm uma relação com a terra-natureza, não mercadológica. Segundo Carlos Walter, “no Brasil inteiro, independentemente da região geoeconômica, são as populações tradicionais que vêm ocupando a cena do enfrentamento fundiário e sinalizando para a ressignificação da questão (da reforma) agrária”. E também surgem outros grupos sociais como os “Atingidos por Barragens, Atingidos pela mineração, Atingidos pelo linhão. São Atingidos, o que indica que sua identidade está marcada pela violência que sofrem e não por alguma memória geográfica e culturalmente situada”.

A permanência dos conflitos no campo, o recrudescimento da violência, sobretudo dos assassinatos, estão a exigir uma batalha muito forte e eficaz pela Justiça. Justiça que, nas palavras da pastora Romi Bencke, “não significa o que é certo. Justiça é muito mais. A Justiça, desde a perspectiva bíblica, é o que move. Justiça é a perspectiva e o parâmetro com os quais se decide o que é justo. Nesse sentido, os valores que orientam uma sociedade são decisivos [...]. O amor de Deus e a sua Justiça tornam os seres humanos livres para assumir sua história. Assumir a história é posicionar-se frente ao que impede a concretização plena da Justiça”.

A Diretoria e Coordenação
Executiva Nacional

METODOLOGIA

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba as mais diferentes e diversas categorias de camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana.¹ Desde o início também se faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia a violência por eles sofrida, por diversos meios, sobretudo através do seu Boletim.

Já no final dos anos 1970, promoveu uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e a violência que afetavam os trabalhadores e suas comunidades. A pesquisa foi concluída em dezembro de 1982, os dados foram sistematizados e publicados, em 1983, no livro “CPT: Pastoral e Compromisso”, uma co-edição Editora Vozes/CPT. A partir de então, a CPT continuou a registrar sistematicamente os dados que eram publicados em seu Boletim. Em 1985 começou a publicar um relatório

anual intitulado Conflitos no Campo Brasil, com os registros das ocorrências de conflito e de violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

Até 1988, os registros eram feitos à mão em fichas. Em 1988, já com acesso à informática, criou-se o primeiro banco de dados dBase, onde foram registrados os conflitos até 1999. Em 2000, houve uma reestruturação e criou-se o DataCPT; os dados foram migrados para SQL server.

A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional. Com este trabalho formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas pela terra e formas de resistência dos camponeses, bem como sobre a defesa e conquista de direitos, que serve como fonte de seu banco de dados.

Os documentos se referem a conflitos ocorridos desde os anos de 1960. Ao iniciar a digitalização em 2008, a CPT priorizou aqueles referentes a conflitos já sistematizados em seus bancos de dados, ocorridos de 1985 a 2007. Estes foram identificados, organizados por temas e digitalizados. Enquanto aqueles referen-

¹ O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino faz registros de conflitos, utilizando-se além dos termos citados neste parágrafo, dos seguintes termos: assentados, sem terra, posseiros (principalmente na década de 1980), pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhador rural, garimpeiros e comunidades tradicionais (caiçaras, camponeses de fecho e fundo de pasto, faxinalenses, geraizeiros indígenas, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros), extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros). A categoria atingidos por barragens inclui comunidades tradicionais em geral, assentados, sem terra, camponeses, e outros. E as lideranças, sindicalistas, missionários/as, pastores/as, religiosos/as, agentes de pastoral, aliados, e ambientalistas.

tes conflitos ocorridos entre 1960 a 1985 (antes do banco de dados) foram digitalizados e organizados por datas, sem sistematizar os dados. Os documentos referentes a conflitos a partir de 2008 já foram trabalhados em forma digital e foram identificados, sistematizados e salvos no banco de dados Datacpt.

Com este processo de digitalização, a CPT disponibiliza o acervo pelo site www.cpt-nacional.org.br, ou via Google Drive < [goo.gl/TJ10G](https://drive.google.com/drive/folders/1TJ10G) >.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “[...] ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o Setor de Documentação, que a partir de 2013 passou a se chamar “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino”.

A tarefa de documentar tem uma dimensão **teológica**, porque de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que

são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista de sua história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, mas para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, em seu enfrentamento com o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada.

O que a CPT documenta?

Os procedimentos, metodologias, conceitos e variáveis temáticas apresentadas no

Conflitos no Campo Brasil foram construídos coletivamente, envolvendo as várias equipes de documentação e contando com a participação dos agentes de base da CPT e movimentos sociais que atuam no espaço rural. Alguns conceitos foram assumidos pelo setor a partir da existência deles em leis, declarações, estudos, censos.

Questões de direitos humanos estão presentes em todos os conflitos cadastrados, sistematizados e analisados pelo Centro de Documentação e em muitos deles estão presentes também questões ambientais.

1. **Ambiente** representa o conjunto dos elementos naturais em sua forma original e que, a partir da relação com o ser humano, sofre transformações, porém estas devem levar em consideração a possibilidade de sobrevivência da maioria das espécies de vida ali presentes. A CPT, também considera que o conceito de natureza é socialmente construído (MONTIBELLER Filho, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2004; e, BELLEN, 2006), e o conceito de ambiente também. Neste sentido se faz necessário perceber qualquer ação que envolva humanos e natureza como uma relação entre as espécies viventes nos espaços (sejam eles físicos, culturais, econômicos, políticos e sociais). Neste sentido também quando se identifica um conflito no espaço rural, entende-se que há, também, um conflito ambiental.

2. **Direitos Humanos.** A CPT, sendo integrante da Plataforma DHESCA Brasil

- plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - assume compromisso com a lógica de que a conquista ou a agressão aos Direitos Humanos é situação integrante das várias condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e de suas organizações nos espaços em que atuam. A Plataforma DHESCA tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo por fundamento a Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e as recomendações dos/as Relatores/as da ONU e dos seus próprios relatores.²

O Banco de Dados

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do DATACPT – Banco de Dados dos Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra - e são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico que reúne todas as informações conhecidas, que permitem análises posteriores.

É importante destacar que o processo de inserção e correção dos conflitos no campo é contínuo. Isso quer dizer que após cada publicação anual é comum ocorrer registros de anos anteriores, dos quais o

² Maiores informações sobre a Plataforma ver no site os conceitos fundamentais dos Direitos humanos: http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=330:quem-somos&catid=46:organizacao&Itemid=134

Centro de Documentação da CPT não teve conhecimento à época do fato.

A pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” [...] (GIL, 2007, p. 66). Existem documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias e gravações. Sempre tendo em vista que “documentar não é sinônimo de acumular textos e recortes [...]. Não é o caso também de armazenar, sem critério [...]”. Documentar é organizar o material que tem importância significativa para a pesquisa que se realiza. E essa importância está relacionada com o objetivo primeiro de seu estudo (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p. 111).

O Centro de Documentação da CPT para alimentar seu banco de dados, coleta suas informações:

1. em fontes primárias de informações, a partir de relatos e de informações obtidas com os agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. Além dos agentes da CPT são consideradas fontes primárias, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

2. em fontes secundárias, como jornais

de circulação local, estadual e nacional, revistas, documentos oficiais, denúncias de movimentos sociais relatadas em seus veículos de comunicação, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros etc. As pesquisas secundárias são realizadas por meio de levantamentos feitos em revistas, jornais.

A partir desta coleta, as informações são analisadas e uma vez identificada a existência de conflito, a ocorrência é registrada, processada e sistematizada e transformada em denúncias de violações de direitos cometidos contra camponeses e suas organizações.

Critérios de inclusão e de exclusão

Quando se percebe que os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a fonte primária como dado de registro. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registram-se as ocorrências em cada data, e como o número de famílias pode variar, registra-se o maior número na última ocorrência. Para registro de datas, quando não se tem informação do dia do fato, registra-se no último dia daquele mês e caso não se tenha informação do mês, registra-se no último dia daquele ano.

Situações de violência e conflitos que envolvam comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, pescadores, caiçaras, dentre outros, mesmo em espaços

urbanos, mas que vivenciam modo de vida rural são registrados e contabilizados.

No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas informadas, na última data e, registram-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação.

Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante aquele período de pesquisa.

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras da terra. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida.

São excluídos dos registros:

1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalho realizado no campo;

2. casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc...) mesmo que se dê em área urbana, pois defendem um modo de vida rural;

3. conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e,

4. casos de trabalho escravo em atividades urbanas. (São apenas citados na publicação como nota de rodapé).

Conceitos utilizados na publicação do Centro de Documentação

O objeto de pesquisa do Centro de Documentação são os conflitos e a violência sofrida pelos homens e mulheres do campo presentes nos documentos enumerados anteriormente.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os registros são catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e conflitos sindicais.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Ocupações e ou retomadas são ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos Trabalhistas compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indicam a existência de trabalho escravo, superexploração.

Na compreensão do que é Trabalho Escravo, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigiância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pesso-

ais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

As situações de Superexploração acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragens, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas onde ocorre estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido.

Conflitos em Áreas de Garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado.

Conflitos Sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos, só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta.

Merecem atenção especial as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por Violência entende-se o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

As Manifestações são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

A composição das famílias: O Centro de Documentação acolhe o conceito de família apresentado pelo IBGE em seu censo demográfico de 2010. “Família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. [...]. “Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996)”. (IBGE, 2010).

Estrutura do Banco de Dados – DATA CPT

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. Áreas em conflito por terra, entendidas como situações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.
2. Ocorrências de conflitos, constam detalhes do número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias. Numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão: despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes que as famílias tiveram bens destruídos durante as violências sofridas.
3. Uma terceira tabela com as Ocupações/Retomadas de terra.
4. Uma quarta tabela com os Acampamentos. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o

acompanhamento do número de famílias acampadas no país.

Fechando o eixo Terra, há uma tabela-síntese denominada “Violência contra Ocupação e a Posse”, na qual se somam o número de ocorrências e o de famílias envolvidas com as violações sofridas.

Os Conflitos pela Água são reunidos numa tabela em que constam os seguintes registros: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os Conflitos Trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo e superexploração.

Na tabela referente ao Trabalho Escravo uma coluna mostra o número de ocorrências e quantas denúncias foram recebidas; outra coluna indica o número de trabalhadores na denúncia; uma terceira informa o número de trabalhadores libertados pela ação do Estado e uma última

coluna apresenta o número de crianças e adolescentes envolvidos.

As situações de Superexploração, dizem respeito aos casos em que o desrespeito aos direitos dos trabalhadores são muito graves, mas não se encaixam nas características do trabalho escravo.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações descrevem a violência sofrida pelos trabalhadores.

Os tipos de violência estão registrados em tabelas diferentes: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e uma tabela-síntese denominada Violência contra a Pessoa, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e ou detenções. Outra tabela apresenta o detalhamento da violência contra a pessoa, na qual além das informações acima constam ainda sequestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último, uma tabela em que estão registradas as Manifestações de Luta feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título Conflitos no Campo Brasil. A partir de 2008, ele sofreu algumas altera-

ções e ficou com a seguinte estruturação: Quatro tabelas detalhadas e organizadas por Estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 - Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro.

TABELA 2 - Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas em cada bloco, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, e o número de famílias que estão sob ameaças por pistoleiros. Além destes registros, a Tabela 3 também apresenta número de famílias que sofrem algum tipo de violência com invasões de suas terras ou posses por parte de mineradoras e madeireiras.

TABELA 4 - Terra

Sistematiza o eixo terra organizado em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 - Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 - Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por estado, com dois blocos de informações: 1. Trabalho Escravo: consta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou libertados, número de crianças e adolescentes. 2. Superexploração: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de crianças e adolescentes.

TABELA 7 - Violência contra a Pessoa

Agrupa o número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

TABELAS 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de Morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima.

TABELA 11 – Manifestações

Relatório síntese por Estado. Informa o número de ocorrências e a quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de tex-

tos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes de pastoral da própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. O estudo como forma de pesquisa. In.: Construindo o saber. CARVALHO, Maria Cecília de (org). 10. ed. Campinas – SP, Papirus Editora. 2000.

BELLEN, Hans Michael van. Desenvolvimento sustentável: diferentes abordagens conceituais e práticas. In: _____. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

BRASIL. Código Penal Brasileiro, Lei nº 10.803, de 11.12.2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (PNAD). Senso Demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao-de-vida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>.

MONTIBELLER FILHO, G. O mito do desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Santa Catarina: Editora da UFSC. 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Coleção Os porquês da desordem mundial. Organização, SADER, Emir. Rio de Janeiro-São Paulo. Editora Record, 2004.

Organograma

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

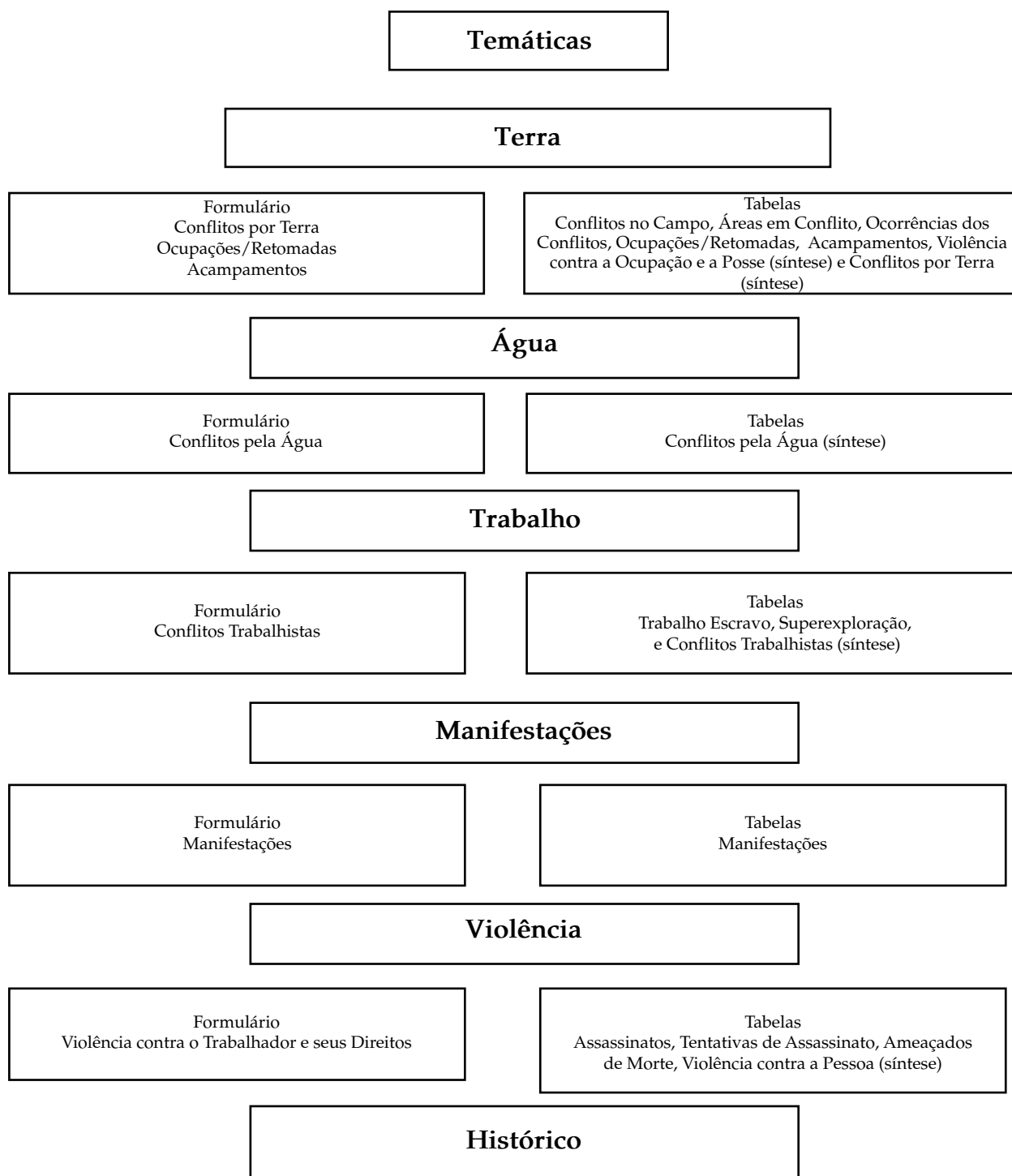


Tabela 1 - Comparação dos Conflitos no Campo (2006-2015)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Conflitos de Terra										
Ocorrências de Conflito	761	615	459	528	638	805	816	763	793	771
Ocupações/Retomadas	384	364	252	290	180	200	238	230	205	200
Acampamentos	67	48	40	36	35	30	13	14	20	27
Total Conf. Terra	1.212	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998
Assassinatos	35	25	27	25	30	29	34	29	36	47
Pessoas Envolvidas	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290
Hectares	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	262	265	280	240	204	230	168	141	131	80
Assassinatos	3	1	1		1			1		
Pessoas Envolvidas	6.930	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760
Superexploração	136	151	93	45	38	30	14	13	10	4
Assassinatos	1				1			2		1
Pessoas Envolvidas	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294	102
Total Conf. Trabalhista	398	416	373	285	242	260	182	154	141	84
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	45	87	46	45	87	68	79	93	127	135
Assassinatos		2		1	2		2	2		2
Pessoas Envolvidas	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685
Outros *										
Nº de Conflitos	2	8			4		36	12		
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	250	3.660			4.450		26.005	1.350		
Total										
Nº de Conflitos	1.657	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217
Assassinatos	39	28	28	26	34	29	36	34	36	50
Pessoas Envolvidas	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837
Hectares	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160

* Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

Conflitos no Campo

“Quantas toneladas exportamos de ferro? Quantas lágrimas disfarçamos sem berro?”

Cássia Regina da Silva Luz*

“Vô que barulho tão alto é esse? Parece que o mundo está acabando... estou com medo... será que Jesus esqueceu de nós... meu Deus”, gritou. São as palavras de Thiago Damasceno Santos, de 7 anos, antes de ser morto, engolido pela lama tóxica. A avó Darci Francisca dos Santos, que estava com ele em casa na hora em que a lama desceu, repetiu chorando as últimas palavras ditas pelo netinho durante uma entrevista para TV. Eu e o Brasil assistíamos chorando, aquela cena que nunca mais sairá do nosso pensamento. Darci foi encontrada a 500 metros de sua casa. A mãe de Thiago, Geovana Rodrigues, conta que o filho estava com a sogra dela, “meu filho não conseguiu...”, disse ela mordendo os lábios e chorando.

Uma dor imensa, misturada com revolta, emudeceu o Brasil, que assistiu a um crime anunciado: a barragem de fundão, da Mineradora Samarco, rompeu, formando um mar de lama tóxica, que destruiu tudo por onde passou.

Era 05 de novembro de 2015, por volta de 16h30, quando 55 milhões de metros cúbicos de lama tóxica invadiram a pequena comunidade de Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG), assassinando 19 pesso-

as. O mar de lama escureceu a terra, o ar, as vidas... as pessoas corriam por toda parte tentando alcançar as partes mais altas sem saber o que estava acontecendo. Na noite daquele dia só se sabia que toda a comunidade de Bento Rodrigues estava debaixo da lama que continuava descendo, como a lava de um vulcão, afogando toda forma de vida existente por onde passava. Não era possível prever o que aconteceria dali em diante.

Aos poucos foram sendo encontradas as vítimas daquela tragédia que faço questão de registrar:

Emanuely Vitória, 5 anos. Seu pai, Wesley, tentou salvar os dois filhos na hora em que “começou a descer o barro”, mas o mar de lama fez com que ele se perdesse de Emanuely e de Nicolas, de 1 ano. Emanuely morreu. O pai quebrou a perna. Nicolas sobreviveu. A mãe, grávida, não se feriu.

Sileno Narkievicius de Lima, 47 anos, motorista na empresa Integral Engenharia que prestava serviço para a Samarco.

Waldemir Aparecido Leandro, 48 anos. Trabalhava na empresa Geocontrole, ter-

* Graduada em Filosofia, coordenadora do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra.

ceirizada da Samarco. Encontrado a 100 quilômetros de Mariana.

Claudio Fiuza, 40 anos, empregado de uma empresa terceirizada da Samarco, teve um mal súbito quando as barragens romperam.

Marcos Xavier, 32 anos, trabalhador terceirizado da Samarco. O corpo foi resgatado na cidade de Rio Doce (MG).

Marcos Aurélio Pereira Moura, 34 anos. Trabalhava na empresa Produquímica, terceirizada da mineradora Samarco.

Samuel Vieira Albino, 34 anos. O corpo foi resgatado na cidade de Rio Doce, a mais de 100 quilômetros do distrito. Júlio Albino, pai de Samuel, disse que “a Samarco sabia que a represa ia quebrar, só não sabia que dia”.

Mateus Márcio Fernandes, 29 anos. Era funcionário da Manserv, terceirizada da Samarco.

Edinaldo Oliveira de Assis, operador de escavadeira, trabalhava para uma empresa terceirizada.

Daniel Altamiro de Carvalho, de 53 anos, operador de máquinas. Operava um trator da Integral Engenharia, empresa terceirizada.

Maria Elisa Lucas, 60 anos, estava pescando quando foi atingida pela avalanche de lama.

Maria das Graças Celestino, 64 anos. Tentou buscar pertences em casa e não

conseguiu sair antes da avalanche de lama chegar.

Claudemir Santos, 40 anos, motorista da Integral Engenharia.

Pedro Paulino Lopes, 56 anos. Mecânico industrial, trabalhava na Manserv.

Antônio Prisco de Souza, 73 anos. Conhecido como Totó, morador de Bento Rodrigues (MG).

Vando Maurílio dos Santos, 37 anos, motorista da Integral Engenharia.

No dia 09 de março, quando concluía a elaboração deste texto, foi encontrado, dentro da cabine de um caminhão, mais um corpo, possivelmente o de **Ailton Martins dos Santos**, 55 anos, que era motorista da Integral Engenharia.

Edmirson José Pessoa, 48 anos, o único funcionário da Samarco entre as vítimas da tragédia, ainda está desaparecido.

A Barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro do município de Mariana, de responsabilidade da Mineradora Samarco S/A, é controlada pela BHP Billinton (mineradora anglo-australiana) e pela Vale (que ironicamente já foi do Rio Doce), ambas detentoras de 50% das ações da companhia.

A onda de lama tóxica contaminada com mercúrio, arsênio e ferro arrasou a comunidade de Bento Rodrigues, que tinha cerca de 200 famílias, somando aproximadamente 600 moradores. Cerca de 30

peças trabalhavam na Samarco na hora do rompimento. Cerca de 500 pessoas foram resgatadas. A lama atingiu e deixou isoladas outras diversas localidades nas pequenas comunidades de Camargos, Paracatu de Baixo, Ponte do Gama, Pedras, Cachoeira. A estimativa é de duas mil pessoas afetadas. A lama que desceu para o Rio Gualaxo do Norte e depois para o Rio Doce, atingindo as comunidades Barra Longa, Águas Claras, Gesteira, Barreto, Mandioca, Corvinas, Floresta, Boa Vista, Soberbo, Onça, Gago, Jurumirim, São Gonçalo, Pilão, Fazenda do Bueno, Apago, Fogo, Rio Doce, Sto. Antônio do Rio Doce, Alpercata, T. I. Krenak, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Conselheiro Pena, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Baixa Verde, Fernandes Tourinho, Galiléia, Governador Valadares, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Itueta, Cava Grande, Naque, Pedra Corrida, Pingo d'Água, Raul Soares, Resplendor, Rio Casca, Sta. Cruz do Escalvado, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sobrália, Timóteo, Tumiritinga e outras. Um dos primeiros braços da lama de rejeitos atingiu a parte baixa do distrito de Camargos, vila fundada no século XVIII, onde 50 famílias abandonaram suas casas às pressas. Em Paracatu de Baixo, a lama destruiu casas de 80 famílias. Só a igreja e a escola ficaram de pé.

“Com vários cortes nas pernas, e um sorriso melancólico para esconder a tristeza, o vigilante Arnaldo Zeferino, 31, foi de desaparecido a herói de um dia para outro”. É o que diz o jornalista Bernardo Miranda, do jornal O Tempo, que o entrevistou. Morador do distrito de Bento Rodrigues,

Arnaldo e o pai, Joaquim Zeferino, 70, foram incluídos por engano na lista de vítimas desaparecidas. Os amigos se emocionaram ao saber que depois de conseguir fugir do mar de lama, Arnaldo entrou nos rejeitos duas vezes para salvar uma mulher grávida e um garoto que eram arrastados pela correnteza. “Eu vi uma mulher lutando contra a lama, estava coberta até o pescoço. Nessa hora eu não aguentei, pedi para minha mãe para continuar subindo o morro e não olhar para trás. Pulei na lama e só Deus explica o que fiz para tirar ela de lá”, contou orgulhoso. Priscila, a mulher que foi salva por Arnaldo, infelizmente perdeu o bebê. Depois de salvá-la, o vigilante ainda voltou a entrar na lama para resgatar um garoto de 7 anos. De onde tirou tanta coragem ele não sabe explicar, mas desconfia que “foi o desespero de saber que o irmão não estava a salvo”. Arnaldo encontrou o irmão dois dias depois, estava ferido, mas vivo.

“Não havia qualquer forma de resgate por terra”, afirmou o jornalista Caetano Marenti, do Observatório da Imprensa, que esteve no local. “Nem carros, nem motos, nem tratores ou botes ou qualquer outro alento sobre a lama. A única procura vinha do alto e ficava longe, à distância, de helicópteros e de seus agentes dependentes. Entre os personagens de dias tão inesquecíveis na região, o nome de Danilo era o mais falado. Seria um jovem heroico, que salvara boa parte dos moradores de Bento Rodrigues na madrugada passada. Uma servidora da Secretaria de Saúde de Mariana garantiu ter visto o moço subir ao topo das árvores para buscar jovens desesperados. Danilo teria ainda levado água e comida para aqueles que não con-

segiu resgatar. Danilo nem é tão jovem. Já está com 39 anos. O resto todo, ao que tudo indica, é mesmo verdade. De qualquer modo, encontrado em sua casa em Santa Rita, exausto de um dia tão cansativo quanto triste, evitou a reportagem. Disse que não era herói. Que não queria ser herói dessas circunstâncias”.

Para o coordenador das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente de Minas Gerais, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, “trata-se de uma tragédia sem precedentes na história de Minas”. De acordo com ele, barragem não se rompe por acaso, apresentava alto potencial de dano ambiental.

O Inventário de Barragem do Estado de Minas Gerais (Ano 2014), elaborado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), mostrou que 8% das estruturas de contenção de rejeitos no estado - marcado pela atividade minerária - não têm as necessárias condições de segurança declaradas pelos auditores dos empreendimentos. Além disso, outras não dispõem de informações técnicas suficientes para esse tipo de garantia. O relatório apresenta uma classificação de potencial de danos ambientais. Das 754 barragens em Minas, 231 estão na classe III, o que é considerado de alto potencial de dano ambiental, incluindo a do Fundão, em Bento Rodrigues. Outras 296 se enquadram na classe II, que indica potencial médio de dano ambiental e 227 na classe I, considerado de baixo potencial.

Em laudo técnico concluído em 21 de outubro de 2013, época da revalidação da licença de operação da barragem de rejeitos do Fundão, o Instituto Prístino -

instituição de pesquisa e diagnósticos de conservação e uso racional do patrimônio natural -, destacou a sobreposição de áreas afetadas pela barragem e por uma pilha de material estéril da mineradora Vale. Segundo o relatório, o contato entre a pilha e a barragem era “inadequado para o contexto de ambas as estruturas, devido à possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos”. Como consequência disso, previa a possibilidade de “desestabilização do talude” resultando em “colapso da estrutura”. O contato entre a pilha de estéril e a barragem não é recomendado pela sua própria natureza física. A pilha de estéril requer baixa umidade e boa drenagem; a barragem de rejeitos tem alta umidade, pois é reservatório de água”.

Apesar de tudo isso, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Altamir de Araújo Rôso Filho, classificou a Samarco como “vítima do rompimento”. Ele ainda disse que a fiscalização ambiental precisa deixar de ser realizada pelo Estado e passar para a responsabilidade da iniciativa privada. “Discordo que não haja rigidez no licenciamento ambiental, pelo contrário. Afirmo com toda tranquilidade que existe excesso de rigidez no licenciamento e um excesso de órgãos envolvidos. Por isso, temos até uma proposta para mudar esse sistema. Alguém precisa fiscalizar, não precisa ser o Estado, que pode delegar a outros. Uma empresa pode ser contratada para fazer isso”, disse Rôso, que também é presidente da Fiemg, regional da Vale do Rio Grande e foi um dos 130 condecorados no fim de outubro pelo governador Pimentel com a Medalha Santos Dumont. Na ocasião, Pimentel reforçou: “O meio ambiente não pode ser re-

fém da economia e a economia não pode ser refém do meio ambiente. É imperioso que façamos essa reforma num momento em que a economia passa por mudanças e ajustes. Minas não quer perder o trem do progresso”.

A reforma a que o governador se referia era o Projeto de Lei, nº 2946/2015, enviado à Assembleia Legislativa, em regime de urgência no dia 06 de outubro, que altera o Sistema Estadual de Meio Ambiente. O projeto, de caráter econômico desenvolvimentista, propunha agilizar licenciamentos ambientais e colocar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente Sustentável acima do Conselho Estadual de Política Ambiental.

O projeto teve andamento mais que urgente. Já em 28 de outubro, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia aprovava parecer favorável ao mesmo. Poucos dias depois ocorreu o desastre.

A comoção nacional que o mar de lama da Samarco provocou não foi suficiente para demover os deputados mineiros de aprovarem, no dia 25 de novembro, 20 dias após a tragédia, o projeto do governo, criticado fortemente pelos ambientalistas. A lei aprovada é considerada um dos maiores retrocessos na legislação ambiental de Minas Gerais e do Brasil.

De todo jeito, liga não.

“...de todo jeito, de qualquer forma, liga não. Apenas mais algumas vidas e famílias destruídas, alguns mortos, tantos ou nem tantos... Outros desaparecidos, soterrados naquele mar fétido de lama tóxica e quimicamente contaminada até o

talo. Liga não. Prejuízo para a população, para o povo, pretos, pobres, putas... povo, como sempre. Liga não. Já, já veremos, e, é claro, já começamos a ver, o desfile de autoridades com seus ares pesados de ‘pré-ocupação’ - tardia e inútil não o fosse -, com sua solene condolência inócua, hipócrita e cretina. Políticos de distintas hierarquias, defesa civil, bombeiros, socorristas e outras tantas entidades como CREA, e outras ditas idôneas, que abrirão rigorosos inquéritos para apurar as responsabilidades. Inquéritos que, como bem sabemos, não dão em nada, não resolvem coisa nenhuma, apenas servem para alimentar uma mídia cretina e vassala e entorpecer o povo que sofre e se compadece. Até quando? Quantas mais haveremos de ver? Liga não. Ainda nada aconteceu diretamente com você, né não? Foi, desta vez, só um distrito de Mariana, como já ocorria com um outro distrito de Itabirito, um outro de Itabira, um outro de Nova Lima (ali, na verdade, foram dois), um outro...”.

Em 2 de março de 2016, os governos da União e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo assinaram um acordo de reparação de cerca de R\$ 20 bilhões com a mineradora Samarco. Deste montante, R\$ 4,4 bilhões serão depositados, em partes iguais, pela Samarco e pelas gigantes da mineração, a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP Billiton - até 2018 - para “garantir a realização de investimentos em 38 programas sócio-econômicos e sócio-ambientais”. Em nenhum momento das tratativas desse acordo, os atingidos pela tragédia foram ouvidos. Com este acordo se pretendeu barrar processos judiciais contra a mineradora.

Mas quem tomou uma “ré” na vida, foram todas famílias ribeirinhas que sobreviviam do Rio que era Doce, uma vez que nenhuma “ré-paração” devolverá a doçura do Rio Doce. Pescadores subiam o rio no dia 06 de novembro de 2015, chorando, vendo o maior cardume já visto por eles em toda a vida, e desta vez não era caso de pescador, peixes de mais de um metro desciam lama afora, mortos, outros agonizavam o último suspiro. A jornalista Mariana Serafini, do portal Vermelho, nos lembrou da incrível coincidência dessa tragédia ter sido anunciada pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, quando escreveu “Lira Itabirana”. Particularmente não acredito em coincidência. Então resolvi retirar do poema o título para contar esse caso.

Referências

- Época - Rio de Janeiro-RJ - 13/11/2015
- Estado de Minas - Belo Horizonte-MG - 05/11/2015 e 10/11/2015
- O Tempo - Belo Horizonte-MG - 09/11/2015
- Brasil de Fato - São Paulo-SP - 08/11/2015
- Agência Brasil-RJ - 08/11/2015
- www.g1.globo.com - 05/11/2015, 24/11/2015, 16/12/2015
- www.racismoambiental.net.br - 05/11/2015, 06/11/2015
- Ecodebate - 06/11/2015
- <https://gustavohorta.wordpress.com/2015/11/09/e-corre-ladeira-abaixo-mais-uma-barragem-de-rejeitos/>
- 09/11/2015
- <http://www.vale.com/brasil/PT/samarco/releases/Paginas/Samarco-vale-bhp-billiton-assinam-acordo-uniao-governos-minas-gerais-espirito-santo.aspx>
- <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/>
- <http://observatoriodaimprensa.com.br>

“Lira Itabirana”

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.
Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!

A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

Quantas toneladas exportamos
de ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
sem berro?

Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta

Ariovaldo Umbelino de Oliveira*

“Então nós temos a consagração, da maneira menos retórica possível, da violência estrutural da sociedade brasileira. Não uma violência pontual, de modo que possamos falar em ‘ondas de violência’. Não. Há uma violência estruturante. É a estruturação violenta de uma sociedade hierárquica, vertical, oligárquica, conservadora, que defende os privilégios contra qualquer forma de direitos; (...) se consideramos todo o ideário da burguesia e da alta classe média brasileira, vemos que qualquer contestação, qualquer revolta é uma ‘crise’. A noção de crise está identificada por essa classe com a ideia de desordem e perigo. Ora, diante da desordem e do perigo, o que é que se pede? Repressão.

Cada vez que há uma luta por direitos contra privilégios, essa luta é vista como violenta e precisa ser reprimida. Há, portanto, uma inversão ideológica fantástica no Brasil: a violência é vista como ordem.”¹

A crise financeira de 2008 segue atingindo todos os países do mundo, apesar da maioria da mídia nacional continuar afirmando que a “culpa é do governo brasileiro”. Demorou um pouco, mas a crise atingiu a economia nacional. O preço das *commodities* (mercadorias) despencou nas maiores bolsas de mercadorias do mundo: Chicago, Nova York, Londres, etc. O preço da saca de soja, no final de fevereiro de 2016, foi de US\$ 18,98 contra US\$ 22,11 a um ano atrás. Porém, os capitalistas do agronegócio, graças à desvalorização do real em relação ao dólar, ainda estão ga-

nhando mais em real por saca: R\$ 75,92 contra R\$ 61,91 no início de 2015. O problema é que como a crise é mundial estão exportando menos.

Junto com a crise, a justificativa para não realização da reforma agrária passou a ser a falta de recursos financeiros. Mas, a verdade é que ela já não é prioridade de governo faz muito tempo. O governo Lula no primeiro mandato diz que assentou 381 mil famílias, mas, em verdade, assentou apenas 150 mil famílias em novos assentamentos. A diferença ficou com a velha

* Professor Senior USP arioliv@usp.br

¹ (CHAUÍ, M. “ Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados “, entrevista à Revista Cult, por Juvenal Savian Filho e Laís Modelli, disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-por-todos-os-lados/>)

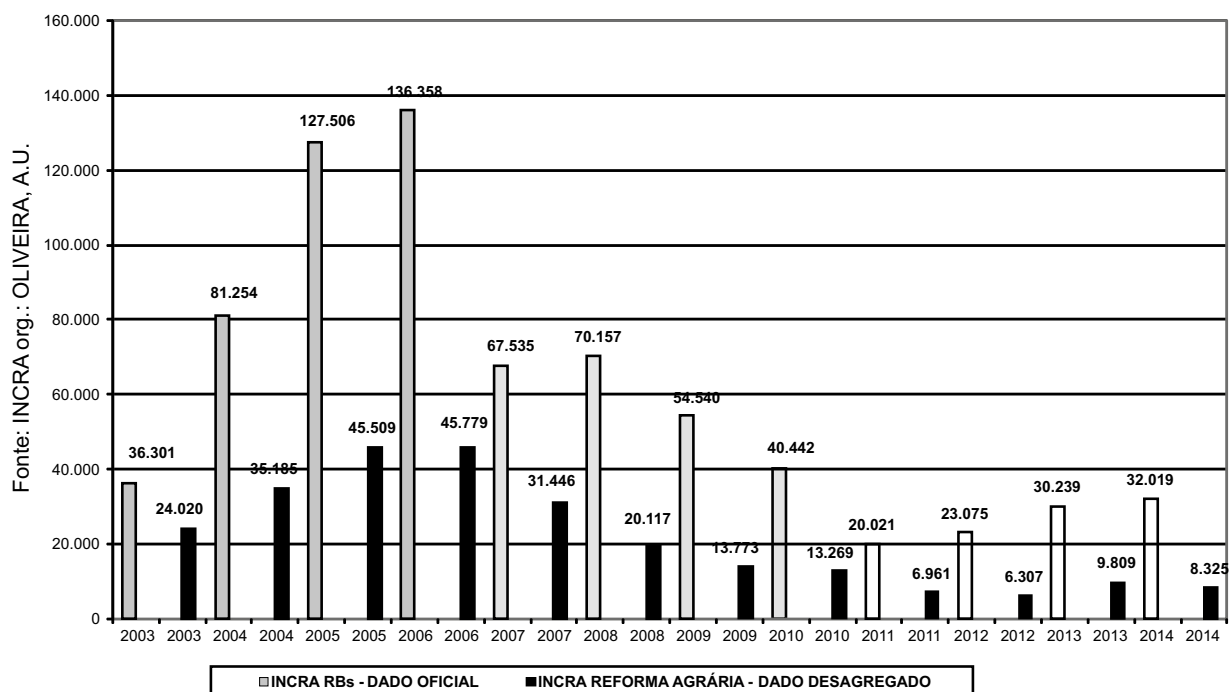
matemagia do Inbra que soma aos novos assentamentos aqueles da regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos antigos, reassentamentos, etc. No segundo mandato, o governo Lula afirmou que assentou 232 mil famílias, entretanto, assentou apenas 65 mil. O governo Dilma no primeiro mandato garante ter assentado 105 mil famílias, todavia, assentou apenas e tão somente 31 mil famílias em assentamentos novos. O Gráfico 01 a seguir contém os dados anuais relativos a aqueles oficiais e os desagregados interessando apenas os assentamentos novos.

mil famílias proposto para os quatro anos do mandato, mesmo que o cadastro dos acampados atualizado pelo próprio Inbra indicasse que há o total de 129 mil famílias acampadas no país.

É necessário lembrar que a realização da reforma agrária pelo Estado é preceito constitucional, portanto, obrigação do governo fazê-la, e, direito dos cidadãos em tê-la. Ou seja, não é uma decisão dos partidos que governam fazê-la ou não, muito menos, partidos, organizações ou intelectuais querê-la ou não. Reiterando, é obri-

Gráfico 01

BRASIL - ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA - 2003 A 2014



Em 2015 o resultado não foi diferente, embora, o Inbra até o final de fevereiro, não tenha atualizado os dados em seu site. Notícias oficiais na mídia indicavam no início do mês de outubro que o Inbra havia assentado 13 mil famílias e que até o final do ano tinha como meta chegar a 30 mil. Este número deriva do total de 120

mil famílias proposto para os quatro anos do mandato, mesmo que o cadastro dos acampados atualizado pelo próprio Inbra indicasse que há o total de 129 mil famílias acampadas no país. É necessário lembrar que a realização da reforma agrária pelo Estado é preceito constitucional, portanto, obrigação do governo fazê-la, e, direito dos cidadãos em tê-la. Ou seja, não é uma decisão dos partidos que governam fazê-la ou não, muito menos, partidos, organizações ou intelectuais querê-la ou não. Reiterando, é obri-

PNRA. É urgente, necessário e obrigatório o governo atual fazê-lo.

O mais interessante é que muito poucos têm se levantado contra a não realização da reforma agrária pelos governos petistas. Certamente, os contrários a ela, estão agradecidos. As principais centrais sindicais, os principais movimentos socioterritoriais e a maioria absoluta dos intelectuais estão em silêncio, logo coniventes.

Assim, como decorrência da não realização da reforma agrária, os conflitos no campo continuam elevadíssimos. Em 2015, foram no total 1.217, ou a média de mais de três conflitos por dia, envolvendo mais de 816 mil pessoas, ou a média de 671 pessoas por conflito. Além disso, a absurda ocorrência de 50 assassinatos no campo, praticamente um a cada semana. É a continuidade da barbárie assolando as terras do país. Camponeses, remanescentes de quilombolas e povos indígenas lutam para entrar na terra ou para dela não sair, e, pelos territórios, a que têm direito, não demarcados.

1. Concentração fundiária de 97,9 milhões de hectares nos latifúndios durante os governos petistas

Entretanto, na contramão da história, o governo petista está promovendo a maior concentração fundiária já vista no país. Esta concentração fundiária nas grandes propriedades apresenta, sinteticamente, os seguintes dados nos últimos 60 anos. Nas Estatísticas Cadastrais do INCRA, em 1967, em termos totais, o Brasil tinha 3,6 milhões de imóveis rurais em área total de 360,1 milhões de hectares. Entre es-

ses imóveis 51 mil (1,4%) eram classificados como grandes propriedades e ocupavam 176 milhões de hectares (48,9%). Em 1972, o número de imóveis total diminuiu para 3,3 milhões, mas, aumentou a área total para 370,2 milhões de hectares. As grandes propriedades também diminuíram para 50,5 mil imóveis (1,5%), mas, aumentaram a retenção de terras para 193,7 milhões de hectares (51,4%). Em 1978, o número total de imóveis era 3,0 milhões apropriando-se de 419,9 milhões de hectares da área total, e, as grandes propriedades eram 56,5 mil (1,8%) aumentando a área apropriada para 246,0 milhões de hectares (57%). Dessa forma, no período de 1967/1972 a área ocupada pelas grandes propriedades cresceu 17,6 milhões de hectares, e, entre 1972/1978, elas cresceram 52,2 milhões de hectares, ou seja, entre 1967/1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69,9 milhões de hectares. Foi o período da denominada modernização da agricultura da ditadura militar de 1964, que trouxe consigo o crescimento da concentração fundiária nas grandes propriedades latifundistas.

Em 1992, o Incra fez novo recadastramento dos imóveis rurais para conferência e atualização do cadastro rural e, o resultado foi a presença de 3,1 imóveis rurais ocupando a área total de 331,3 milhões de hectares, e, entre eles, com 43,9 mil imóveis (2,4%) as grandes propriedades apropriavam-se de 165,7 milhões de hectares (50%). Portanto, houve uma redução de pouco mais de 80 milhões de hectares na superfície controlada pela grande propriedade latifundiária em relação aos dados de 1978. E mais, comparando-se com

os dados de 1967, os números revelavam uma redução de 10 milhões de hectares, parecia miragem, teria o crescimento dos latifúndios diminuído na Nova República de Sarney e na metade do governo Collor/Itamar? Ledo engano. Na verdade esses dados revelavam pela primeira vez, que havia imóveis virtuais cadastrados. Imóveis que certamente, só existiam no cadastro revelando fraudes. Contudo, em 1998 as Estatísticas Cadastrais do Incra trouxeram novamente o crescimento da superfície ocupada pelas grandes propriedades, pois, havia no total 3,5 milhões de imóveis rurais ocupando 415,5 milhões de hectares, e, entre eles 57,8 mil (1,6%) das grandes propriedades apropriaram-se, novamente, de 216,8 milhões de hectares (52,9%). O crescimento dos latifúndios em cinco anos dos governos Itamar e primeiro mandato de FHC foi de 51 milhões de hectares. No segundo mandato o Incra fez o “cancelamento dos registros cadastrais de grandes propriedades, todas previamente analisadas. (...) requerendo também, perante as Corregedorias de Justiça dos Estados e a Justiça Federal, a anulação das matrículas e dos registros imobiliários dos imóveis já identificados.”² Assim, mais de 3 mil imóveis com área acima de 10 mil hectares tiveram seus cadastros cancelados somando uma superfície acima de 93,6 milhões de hectares.

Com o governo petista de Lula em 2003, foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, e as Estatísticas Cadastrais daquele ano mostravam que havia no país o total de 4,2 milhões de imóveis rurais

ocupando 420,3 milhões hectares. Entre esses dados existiam 69,1 mil (1,6%) imóveis classificados como grande propriedade controlando 183,4 milhões de hectares (43,7%). Portanto, no período de 1998 a 2003, durante o governo FHC, os latifúndios tinham reduzido sua superfície em 33,3 milhões de hectares. Ou seja, da área total de 216,8 milhões de hectares em 1998 foram subtraídos 93,6 milhões dos cadastros cancelados, portanto, em 2000, a área das grandes propriedades deve ter chegado a 123,2 milhões de hectares. Assim, entre 2000/2003 a área total dos latifúndios voltou a crescer 60,2 milhões de hectares. Isso quer dizer que, entre 1992/2003 nos governos Itamar Franco e FHC, a área total das grandes propriedades havia crescido apenas 17,7 milhões de hectares. O enigma ninguém conseguiu até hoje decifrar, mas, desde aquele ano havia fortes indícios de que os técnicos que operavam o Cadastro do Incra em Brasília manipulavam os dados. Suspeição essa, que veio a se confirmar anos depois com mais de uma dezena de operações da polícia federal envolvendo servidores do Incra. Seus nomes Operação Faroeste, Lacraia, São Tomé, Terra Prometida, etc.

As Estatísticas Cadastrais de 2010, divulgadas no final do segundo mandato de Lula mostravam que entre 2003/2010, o número dos imóveis rurais chegava a 5,1 milhões, enquanto que a área total a 568,2 milhões de hectares. Já as grandes propriedades de particulares haviam aumentado absurdamente sua área em 92,1

² (<http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>).

milhões de hectares, ou seja, passaram de 146,8 milhões de hectares em 2003 para 238,9 milhões de hectares em 2010. Esses resultados foram possíveis, porque o total de 2003 foi desagregado em terras de particulares e terras públicas. Neste total de 2003 havia 36,6 milhões de hectares de terras públicas. Esses números revelavam ao país que a área apropriada pela grande propriedade latifundiária tinha aumentado violentamente como nunca havia ocorrido na história do país. Justamente, no governo do Partido dos Trabalhadores, a área dos latifundiários cresceu nos dois mandatos de Lula, o absurdo de 62,8%, quase o dobro do seu crescimento durante a ditadura militar, e, cinco vezes mais do que o governo FHC.

Gerson Teixeira atribuiu o fato a uma eventual “corrida declaratória” no cadastro do Incra pelas terras públicas devolutas ou não, na Amazônia Legal:

No contexto do ambiente institucional acima, o Incra, por meio das Estatísticas Cadastrais de 2010, detectou indícios de agravamento, nos últimos anos, do quadro de concentração da terra no Brasil, marcadamente (...) na Amazônia, o território de expansão do agro-negócio. (...) Serão necessários estudos cientificamente mais criteriosos para o diagnóstico final a respeito por conta, entre outros procedimentos, **da necessidade de maior crítica e depuração de eventuais desvios da fonte dos dados**. Considere-se, em especial,

o caráter declaratório do Cadastro do Incra, o que, no caso (...) da Amazônia, pode ter estimulado **“corrida declaratória” nos últimos anos pelas expectativas geradas pelas ações (ou promessas) federais de regularização fundiária na região**. A propósito, conforme se previa, ressalvadas as controvérsias políticas do **‘Programa Terra Legal’**, este não tem logrado eficácia até o momento (...). Os dados do Incra mostram consistência com o inegável potencial impactante sobre a estrutura fundiária da Amazônia (...).³ (sem grifo e negrito no original)

Assim, o autor deixou a pista para que fosse possível encontrar a origem dos dados e da concentração fundiária, por enquanto, virtual: a necessidade da “depuração de eventuais desvios da fonte dos dados.” No texto “Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil”, apresentado no XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, Havana, Cuba, 06 a 10 de abril de 2015, indiquei a “banda podre dos funcionários do cadastro do Incra” e sua aliança com a corrente Democracia Socialista - DS, que controlou o MDA e o Incra nos mandatos de Lula e no primeiro de Dilma. Eles foram os responsáveis diretos pela manipulação deslavada das Estatísticas Cadastrais e, portanto, do próprio Cadastro, para permitir que os grileiros das terras públicas pudessem conseguir sua regularização através do Programa Terra Legal. A Operação Terra Prometida da Polícia Federal reali-

³ (TEIXEIRA G., Agravamento do Quadro de Concentração da Terra no Brasil?, Brasília, 16/06/2010, in Boletim DATALUTA – Artigo do mês: julho de 2011. ISSN 2177-4463, disponível in file:///C:/Users/HP%20dv7/Desktop/7artigodomes_2011.pdf).

zada no final de 2014, é prova cabal deste envolvimento fraudulento. Esta operação visou “desarticular organização criminosa responsável por fraudes na concessão de lotes destinados à reforma agrária. Mil lotes da União estavam em situação ilegal.”⁴

No final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o crescimento das grandes propriedades de particulares entre 2010/2014 foi de 5,8 milhões de hectares, quando alcançou a área de 244,7 milhões, segundo as Estatísticas Cadastrais de 2014. Dessa forma, nos dois mandatos de Lula os latifúndios privados que já haviam aumentado 62,8% somou-se mais 2,5%, totalizando 66,7%, ou, mais 97,9 milhões de hectares para as grandes propriedades. O outro fato importante da concentração de terra no país ocorreu com a desagregação dos dados das Estatísticas Cadastrais das terras públicas. Neste novo cadastro uma nova e surpreendente mágica concentração, o aumento substantivo do estoque das terras públicas nas Estatísticas Cadastrais de 2014. Elas somavam 68 milhões de hectares em 2003, e, em 2010 chegaram a 80 milhões de hectares. Porém, em 2014, totalizaram 159,2 milhões de hectares, ou seja, praticamente o dobro de 2010.

É assim que o Incra que afirma não possuir recursos financeiros e de pessoal técnico para implantar a reforma agrária, mostra agora claramente, que em quatro anos do primeiro mandato de Dilma, arrecadou o dobro das terras públicas para a grilagem pelo agronegócio. Ou seja, outra vez é a contínua pressão da “ala corrupta”

dos funcionários do INCRA na arrecadação e cadastro para a “venda” das terras públicas aos grileiros do agronegócio, particularmente, na Amazônia Legal.

A consequência deste processo foi uma só, continuou aumentando a violência e os conflitos no campo brasileiro em 2015.

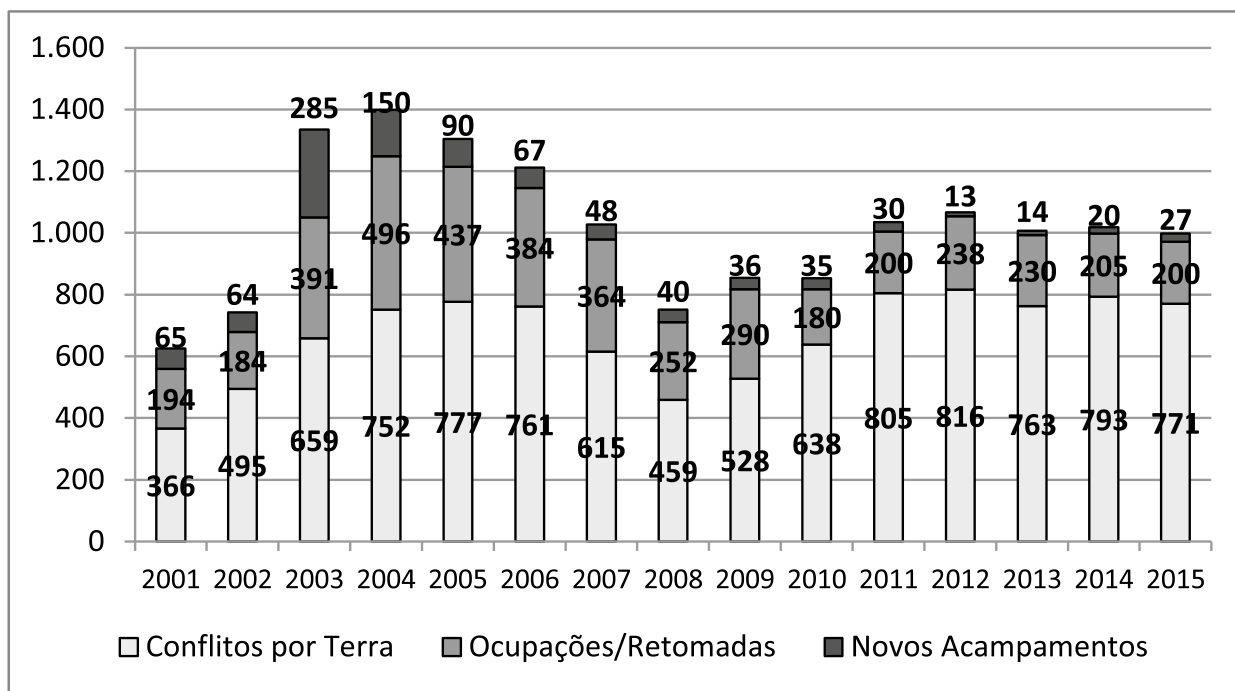
2. Os conflitos no campo em 2015

Em 2015, o número total de ocorrências de conflitos no campo foi 1.217, contra 1.286 em 2014, e, envolveu mais de 816 mil pessoas. Os assassinatos foram 50 ante os 36 casos de 2014, portanto, aumento de 39%, embora, tenha diminuído um pouco o número de conflitos. Assim continua ampliando-se a barbárie no campo brasileiro. Entre os conflitos, dominaram aqueles por terra com 63,4%, e, entre eles as ocorrências foram 771 (793 em 2014), as ocupações e retomadas 200 (205 em 2014) e 27 os acampamentos novos (20 em 2014). Os conflitos trabalhistas chegaram a 84, sendo que 80 foram casos de trabalho escravo. Ocorreram também, 135 conflitos por água em 2015.

O gráfico 01 a seguir, referente ao número de ocorrências de conflitos por terra entre 2001/2015 revela que eles continuam no mesmo patamar daquele de 2006, o quarto maior no período. Enquanto que as ocupações de terra seguem diminuindo sua participação, e os acampamentos novos, pelo segundo ano seguido, apresentaram crescimento, passando de 20 ocorrências para 27.

⁴ (http://www.pf.gov.br/agencia/estatisticas/operacoes/2014/mt-terra-prometida/base_view).

Gráfico 01
Brasil - Nº de Conflitos por terra - 2001/2015



Fonte: CPT. Org.: OLIVEIRA, A.U.

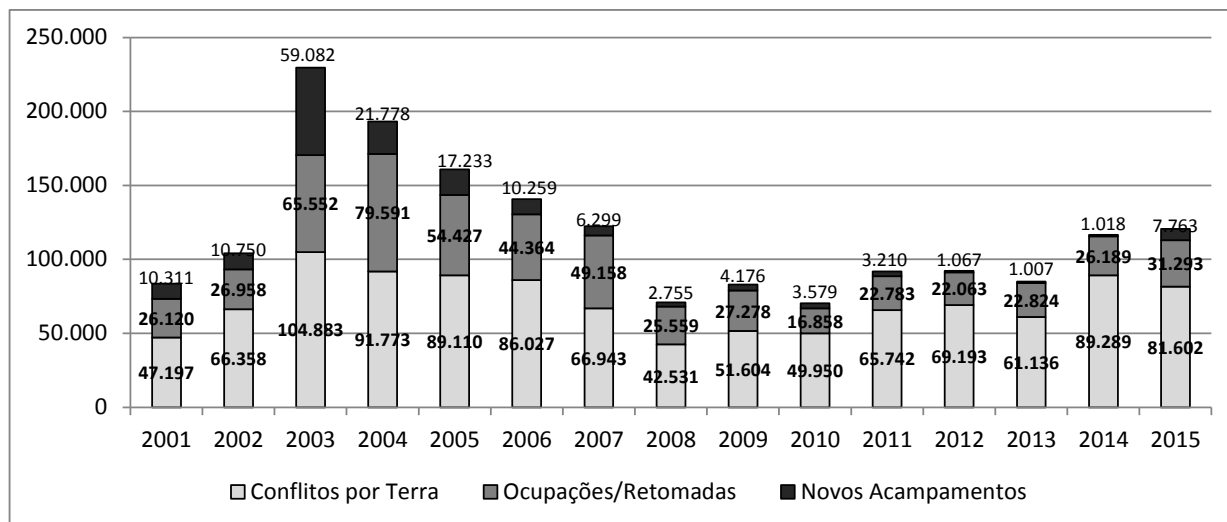
Por sua vez, o gráfico 02 a seguir, mostra que o número de famílias envolvidas nos conflitos por terra segue elevado (acima de 80 mil), e, particularmente, aqueles relativos às ocupações e retomadas de terras atingiram em 2015 mais de 31 mil famílias ante as 22 mil do ano de 2014. O mesmo crescimento ocorreu em relação aos acampamentos novos, onde mais de 7,5 mil famílias neles entraram em 2015, contra 4,5 mil do ano anterior. Os números de 2015 apresentaram, portanto, crescimento de 19,5% no total de famílias nas ocupações e retomadas de terras, e, 70% nos acampamentos novos. Em termos totais, o ano de 2015 também apresentou crescimento no número de famílias presentes nos conflitos com 120,6 mil famílias ante 120 mil famílias em 2014.

A análise dos conflitos por terra no ano de 2015, ainda, permite afirmar que se tomando as curvas dos dados desagregados presentes no gráfico 03, a inflexão na curva do número de conflitos a partir de 2009, continua sua progressão altista, mantendo-se no patamar médio próximo da ocorrência de 800 casos ano.

Tal fenômeno permite continuar afirmando que não se sustentam as teses de que as políticas públicas compensatórias do governo petista, tais como a bolsa família, estariam diminuindo as decisões dos camponeses em lutarem pelo acesso à terra, e que se estaria vivendo um período de descenso da luta de massas.

Inclusive, a tendência da curva de regressão linear presente também no gráfico

Gráfico 02
Brasil - Nº de Famílias em Conflitos por terra - 2001/2015

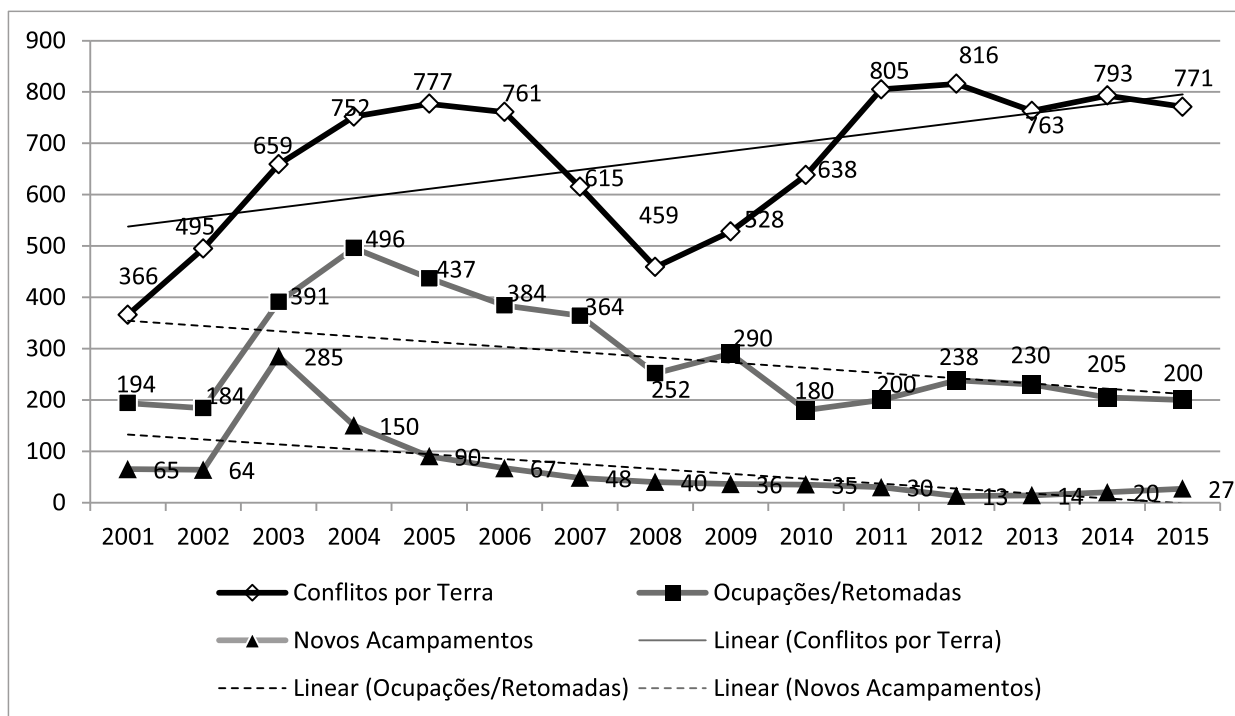


Fonte: CPT. Org.: OLIVEIRA, A.U.

03, indica o crescimento no período de 2001/2015 dos conflitos, ante, a tendência declinante das ocupações e dos acam-

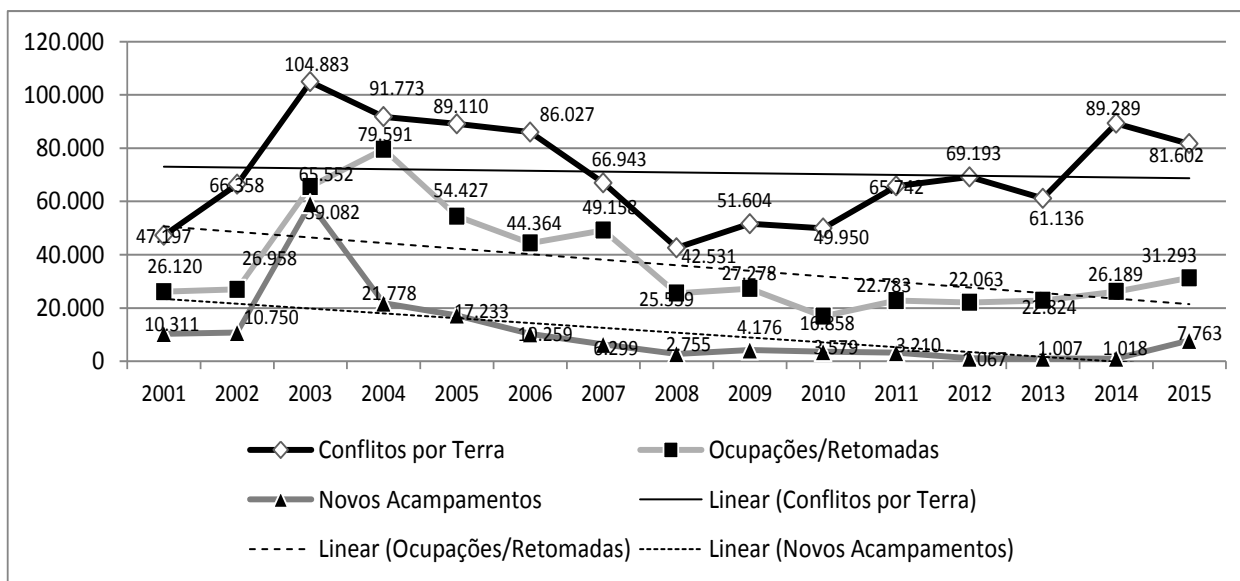
pamentos novos. Cabe lembrar que esse processo declinante vêm ocorrendo desde o ano de 2004, decorrente das mudanças

Gráfico 03
Brasil - Nº de Conflitos por terra - 2001/2015



Fonte: CPT. Org.: OLIVEIRA, A.U.

Gráfico 04
Brasil - Nº de Famílias em Conflitos por terra - 2001/2015



Fonte: CPT. Org.: OLIVEIRA, A.U.

nas opções políticas desencadeadas na maioria dos movimentos socioterritoriais e sindicais, que diminuíram a luta pela terra e pela reforma agrária. Essa mudança de orientação política ocorreu mesmo frente ao crescimento dos conflitos e a luta das diferentes categorias sociais dos camponeses brasileiros.

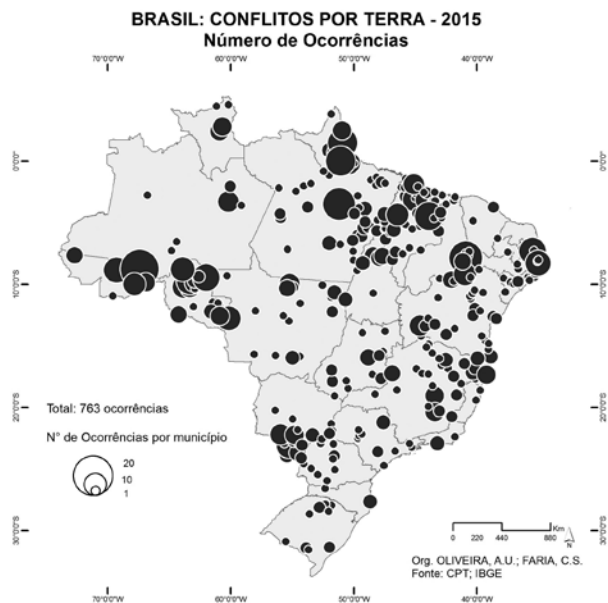
O mesmo processo aparece nos dados referentes ao número de famílias envolvidas nesses conflitos presentes no gráfico 04, mas com uma pequena diferença. Enquanto a tendência no número de ocorrências é totalmente declinante (gráfico 03), no gráfico 04 aparece um pequeno crescimento no número de famílias nas ocupações/retomadas e nos acampamentos novos.

Em relação à distribuição territorial dos conflitos, ela continua presente em todo país, mostrando que os conflitos por terra não ocorrem apenas em área de fronteira,

mas sim, contraditoriamente, também em áreas de ocupação antiga dominada pela agricultura capitalista mais tecnificada. Esta tese alimenta a concepção de que a reprodução social do campesinato nacional continua a se fazer por todo o país. E mais, a luta pela demarcação dos territórios indígenas e quilombolas tem ganhado novos contornos através de ações massivas como aquelas ocorridas em 2015 nas T.I. Vale do Javari no Amazonas, T.I. Tapaba no Ceará, T.I. Munduruku no Pará e T.I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/São Miguel em Roraima, todas com conflitos envolvendo mais de mil famílias.

Em termos totais, a região Norte concentrou 35,5% do número de ocorrências dos conflitos por terra e território. O Nordeste concentrou outros 31,8%; o Centro-Oeste 15,6%; o Sudeste 11,2%; e, o Sul 5,9%. A área do Bico do Papagaio inclui 106 municípios dos estados

Mapa 01

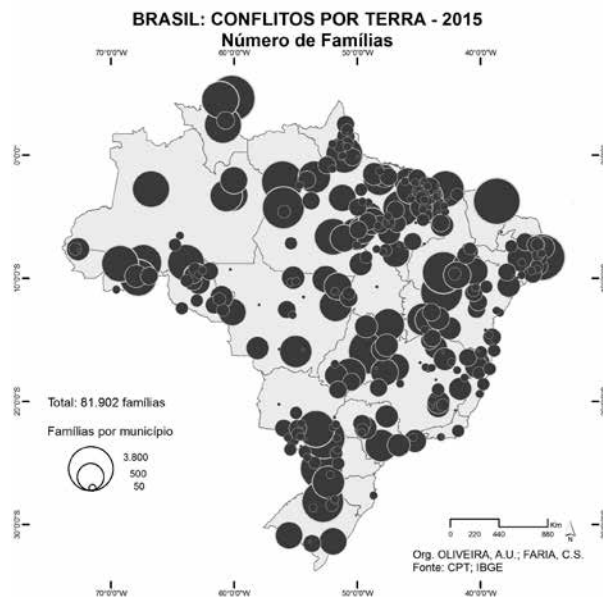


do Pará, Maranhão e Tocantins, continua ser a região mais violenta no campo nacional, segundo CHAVES, P. R. “A Luta pela Terra e as Transformações Territoriais na Região do Bico do Papagaio: Expropriação e Reconstrução da Fração Camponesa do Território”, 2015, Tese de Doutorado, FFLCH-USP.

Mas, em 2015, deve ser destacada, também, a concentração dos conflitos nos estados do Maranhão (12%), Bahia (9,9%), Pará (9,9%), Rondônia (8,3%), Amapá (6,4%), Minas Gerais (6,1%), Acre (5,8%), Mato Grosso do Sul (5,7%) e, Mato Grosso (5,5%). O mapa 01 apresenta essa distribuição territorial da ocorrência dos conflitos em 2015.

O mapa 02 a seguir, referente à distribuição do número de famílias envolvidas nos conflitos por terra e território apresenta a presença de 120,6 mil famílias. Sua distribuição territorial mostra a concentração

Mapa 02



de 28,4% na região Norte, 27,3% no Nordeste, 24,4% no Centro-Oeste, 12,5% no Sul, e, 7,4% no Sudeste. Também em número de famílias envolvidas nos conflitos por terra e território, a região do Bico do Papagaio destacou-se em 2015 pela maior concentração. Quanto à distribuição pelos estados, Goiás ficou com 13,8%, Pará 11,2%, a Bahia com 10,6%, Maranhão 7,4%, Paraná 7,3%, Mato Grosso 5,2%, Acre 3,9%, Roraima 5,1%, Rio Grande do Sul 4,5%, Mato Grosso do Sul 4,5%, Pernambuco 4,4%, Minas Gerais 3,8%, Rondônia 3,3%, São Paulo 3,2%, Amazonas 2,4%, Amapá 1,6%.

Entre os conflitos por terra e território em 2015 cabe destacar aqueles que envolveram mais de mil famílias. O maior deles ocorreu na área da T. I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/São Miguel nos municípios de Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima em Roraima concentrando 3,8 mil famílias.

Em segundo lugar, ficou o conflito nos municípios de Abadiânia, Alexânia e Corumbá de Goiás/GO envolvendo o MST e a Agropecuária Santa Mônica de propriedade do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). O MST informou que cerca de 3 mil famílias ocuparam pela segunda vez a fazenda que forma um complexo de mais de 21 mil hectares. A área foi ocupada pela segunda vez, em decorrência do não cumprimento do acordo feito com o Incra para assentar cerca de 1,1 mil famílias. O acordo também previa o estudo sobre legalidade da propriedade, pois, havia informações sobre a grilagem da área. Depois, em terceiro lugar, ficaram as 3 mil famílias dos indígenas da T.I. Tapeba em Caucaia/CE, em litígio com empresário. Em quarto lugar, ficou com a mobilização de 2 mil famílias das 43 Comunidades dos Brejos da Barra (Fazenda Cristo Rei) envolvendo os camponeses ribeirinhos do São Francisco no município da Barra/BA em litígio com grileiros; os assentados do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho e Socó em litígio com a multinacional do setor do alumínio Alcoa em Juruti/PA; e, as famílias camponesas da área do Complexo Industrial Suape em Cabo de Santo Agostinho/PE.

Ainda cabe destacar mais os seguintes conflitos: oito Comunidades de Angicos dos Dias no município de Campo Alegre de Lourdes/BA atingindo 1,8 mil famílias de camponeses de fundo de pasto; 1,5 mil famílias de camponeses sem terra (MST) do Acampamento Herdeiros da Terra 1º de Maio e a Fazenda Rio das Cobras pertencente a Araupel em Quedas do Iguaçu/PR; 1,5 mil famílias de camponeses sem terra (MST) e a Fazenda Guerra/

Coqueiros reocupada pela 12ª vez em Coqueiros do Sul/Tapes/RS; as 1,4 mil famílias indígenas da T. I. Munduruku frente a UHE Tapajós e madeireiros em Itaituba/PA e Jacareacanga/PA; as 1,3 mil famílias de camponeses sem terra (MST) que ocuparam a Fazenda Figueira pertencente à USP - Universidade de São Paulo em Guairaçá/PR; as 1.142 famílias indígenas da T.I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé contra garimpeiros nos municípios de Mucajaí/RR, Alto Alegre/RR e Caracaraí/RR; as 1,1 mil famílias das Comunidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses nos municípios de Barreirinhas/MA e Santo Amaro do Maranhão/MA; as mil famílias dos indígenas da T.I. Vale do Javari nos municípios de Jutai/AM, Atalaia do Norte/AM, Benjamin Constant/AM e São Paulo de Olivença/AM em conflito com madeireiros; e, as mil famílias de camponeses sem terra (MST) que ocuparam a Fazenda Saco do Céu em Nova Andradina/MS.

3. Os sujeitos sociais em luta pela terra e pelo território em 2015

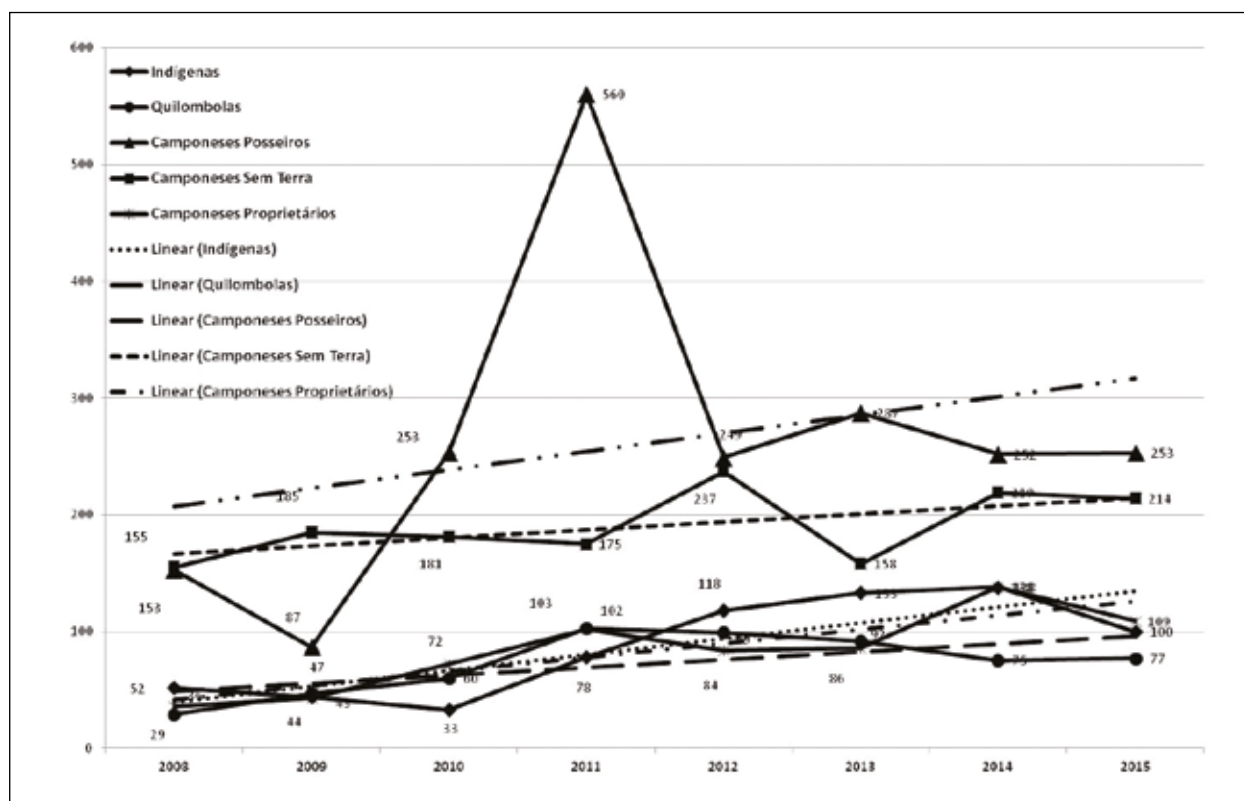
A análise dos dados referentes ao número de ocorrências dos conflitos por terra e território pelos sujeitos sociais envolvidos em 2015, indicou que eles participaram em 763 conflitos, nos demais não há informação. Entre eles, destacaram-se com 33,2% ou 253 ocorrências, os camponeses posseiros, incluindo entre eles todas as suas categorias sociais ou diferentes denominações regionais (posseiros, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, geraizeiros, pescadores, vazanteiros e etc.). A seguir, aparecem os camponeses sem terra com 28% ou 214

conflitos; depois ficaram os camponeses assentados/proprietários com 14,3% ou 109. Estas são as três principais categorias sociais da classe camponesa que lutaram pelo acesso à terra e para ficar na terra no ano de 2015. Participaram também da luta pela demarcação de seus territórios os quilombolas com 10,1% ou 77 conflitos e os povos indígenas com 13,1% ou 100 conflitos. Os demais sujeitos sociais ficaram com 1,3% ou 10. Esses sujeitos sociais formados pela classe camponesa e os povos indígenas e quilombolas comandaram a luta contra os proprietários de terra latifundiários e/ou os capitalistas que atuam no campo. Reiterando, no Brasil, a classe camponesa luta pelo acesso à terra ou para nela ficar, e os povos indíge-

nas e quilombolas lutam pelas demarcações de seus territórios de vida.

O gráfico 05 a seguir traz as curvas com os dados das três categorias sociais do campesinato e dos povos indígenas e quilombolas, com suas respectivas curvas de tendência obtidas através de regressão linear, para o período entre 2008/2015. Elas indicam que em termos de número de ocorrências está ocorrendo um aumento maior das ações de luta dos camponeses posseiros comparativamente, àquela dos camponeses sem terra que também cresce, porém mais lentamente. O crescimento da luta dos posseiros passou de 153 conflitos em 2008 para 253 em 2015, enquanto que a luta dos camponeses sem

Gráfico 05
Brasil - Nº de Conflitos por terra - Sujeitos sociais - 2008/2015



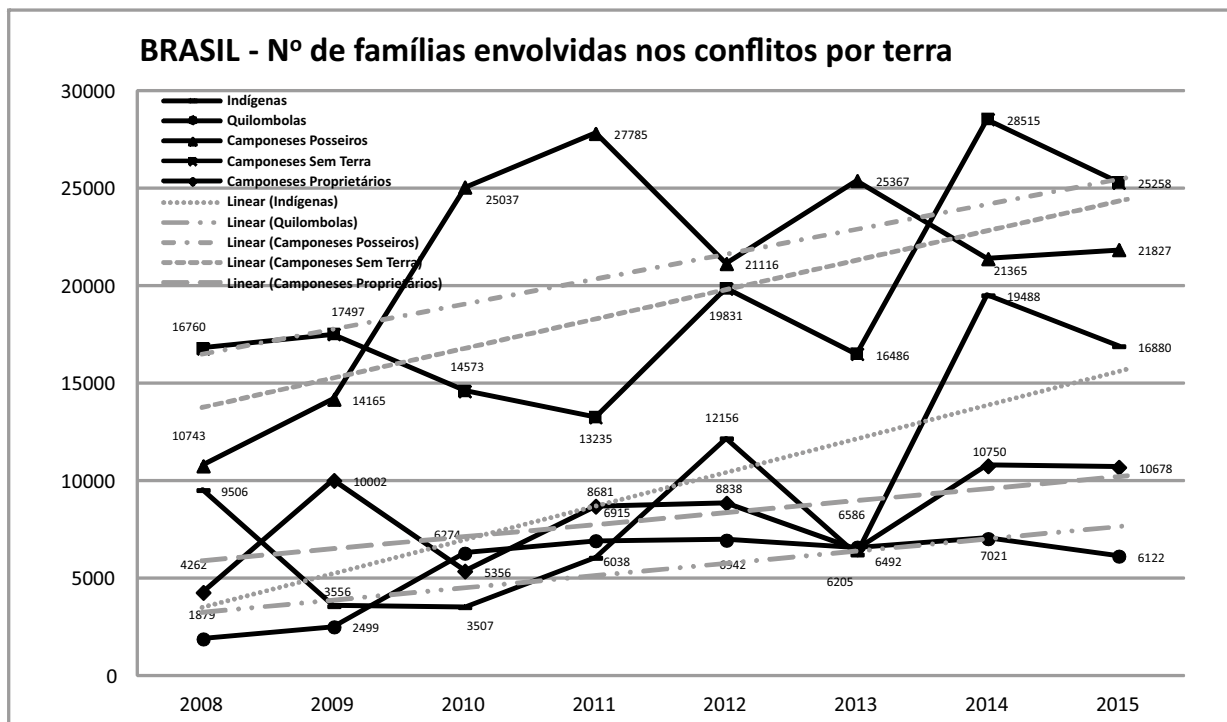
Fonte: CPT. Org.: OLIVEIRA, A.U

terra eram 155 em 2008, aumentaram para 214 em 2015. O mesmo movimento se deu com os camponeses assentados/proprietários, cujas ocorrências passaram de 36 em 2008 para 109 em 2015. Os povos indígenas e os quilombolas por sua vez passaram, respectivamente, de 52 e 29 em 2008 para 100 e 77 em 2015. Dessa forma, as lutas no campo expressas nos conflitos registrados pela CPT, demonstram cabalmente que elas são diferenciadas e comandadas por diferentes sujeitos sociais. Essa qualidade dos conflitos também decorre do caráter contraditório, desigual e combinado do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil.

Já em termos do número de famílias presentes nos conflitos em 2015 (81,6 mil famílias), deve ser mencionado que os cam-

poneses sem terra contaram com 25 mil famílias (30,9%) envolvidas nos conflitos, enquanto que os camponeses posseiros participaram com 21,8 mil (27%). Depois vieram os povos indígenas com 16,8 mil famílias envolvidas, ou 20,7%; os camponeses assentados/proprietários com 10,6 mil, ou 13,9%; e os quilombolas com 6,1 mil famílias, ou 7,5%. O gráfico 06 traz esses dados e aqueles ocorridos entre 2008/2015. Traz também, as curvas de tendências para as categorias sociais da classe camponesa e para os povos indígenas e quilombolas. As curvas de tendência de crescimento no período para os camponeses sem terra, camponeses posseiros e povos indígenas tem certa similitude, sendo que aquela dos camponeses assentados/proprietários tem crescimento menor. Neste período os conflitos envolvendo os camponeses sem terra cresceram pas-

Gráfico 06



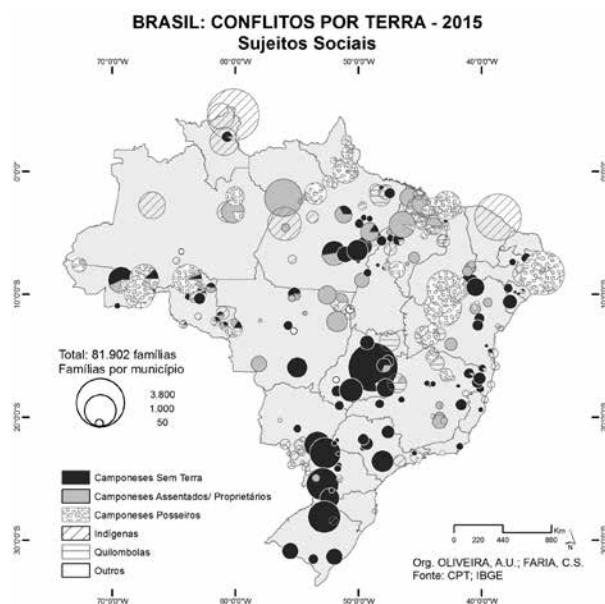
Fonte: CPT. Org.: OLIVEIRA, A.U.

sando de 16,7 mil famílias para 25,7 mil em luta pela terra; os camponeses posseiros foram de 10,7 mil para 21,9 mil famílias também em luta pela terra e para permanecer nela; os povos indígenas tinham 9,5 mil e chegaram a 16,8 mil famílias envolvidas nos conflitos pelas demarcações de seus territórios; os camponeses assentados/proprietários eram 4,2 mil e alcançaram 10,6 mil famílias em luta para produzir na terra conquistada; e, os quilombolas tinham 1,8 mil e subiram para 6,1 mil famílias nos conflitos pelas demarcações de seus territórios.

O mapa 03 a seguir contém a distribuição territorial dos sujeitos sociais em luta pela terra e pelo território em 2015. Os camponeses sem terra embora apareçam concentrados na região do Bico do Papagaio e, nos estados da Bahia, Minas Gerais, Rondônia e Acre, eles tiveram suas principais ações de massa nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi uma espécie de retorno aos locais de seu nascimento. Em Goiás tratou-se da mobilização de 3,5 mil famílias envolvidas em ações no imóvel da Agropecuária Santa Mônica em Corumbá de Goiás no Acampamento Dom Tomás Balduino. Em Mato Grosso foram 600 famílias em conflito na Fazenda Nossa Senhora Aparecida em Jaciara. No Mato Grosso do Sul referem-se às mil famílias em litígio na Fazenda Saco do Céu em Nova Andradina e outras 1,5 mil famílias no Acampamento José Márcio Zoia em Japorã. Em São Paulo destacaram-se 700 famílias em litígio na Fazenda Paiol, região de Itapetininga e Tatuí. No estado do Paraná apareceu o registro nas ocorrências

de conflitos ocorridos na Fazenda Figueira de 1,39 mil famílias em Guairaçá e 1,5 mil famílias na Fazenda Rio das Cobras da Araupel no Acampamento Herdeiros da Terra 1º de Maio. Em Santa Catarina destacam-se as 555 famílias em conflito na Fazenda Papuã/Itália II em Abelardo Luz. No Rio Grande do Sul aparecem as 1,5 mil famílias na Fazenda Guerra/Coqueiros em Coqueiros do Sul/Tapes.

Mapa 03



Os camponeses posseiros aparecem concentrados nos estados da região Norte (Acre, Rondônia, Amazonas, Pará e Amapá) expresso nas categorias sociais de extrativistas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores e posseiros. Em Pernambuco são simplesmente posseiros; no Maranhão somam-se as quebradeiras de coco de babaçu; na Bahia os camponeses de fundo e fecho de pasto; em Minas Gerais estão os geraizeiros; no Paraná os faxinalenses; e, no Mato Grosso os retireiros do Araguaia. Os camponeses assentados/proprietários em luta para produzir na ter-

ra apareceram nos conflitos nos estados da Amazônia Legal, Nordeste e em Minas Gerais.

Os povos indígenas lutam pela demarcação de seus territórios nos seguintes estados: Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Tocantins. Já os quilombolas entraram em conflito pela demarcação de seus territórios nos estados de Amapá, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Piauí e Rondônia.

4. A Barbárie aumenta

Assim, como resultado dos conflitos por terra e território, por água, e trabalhistas no campo brasileiro, a violência cresceu de modo que os assassinatos que, nos últimos anos giraram absurdamente em torno de três dezenas, subiram para 50 em 2015. No estado de Rondônia foram assassinadas 20 pessoas e no Pará 19. Entre os mortos estão indígenas, quilombolas, posseiros, sem terra, ambientalistas, trabalhadores rurais, lideranças, etc. As tentativas de assassinatos foram 59 e as ameaças de morte somaram 144. Conforme os registros de vítimas na tabela

de violência contra a pessoa, 584 pessoas sofreram algum tipo de violência, o Pará continua sendo o estado com maior número de vítimas 25,3% (135), seguido de Rondônia com 21,3% (114), Mato Grosso do Sul com 11,8% (63), Maranhão com 7,3% (39), Goiás e Bahia com 6% (32), Tocantins e Minas Gerais com 4,3% (23), Paraíba com 3,4% (18), etc.

Esse é o quadro da violência e, portanto, da barbárie que reina no campo, enquanto isso, os governos nada fazem. A reforma agrária não é feita. Os crimes não são apurados. As polícias militares não prendem os assassinos. A justiça não julga, e quando julga nem sempre condena os criminosos. Enfim, o direito não se respeita e a justiça não se faz. José Saramago continua coberto de razão:

“O Cristo do Corcovado desapareceu, levou-o Deus quando se retirou para a eternidade, porque não tinha servido de nada pô-lo ali. Agora, no lugar dele, fala-se em colocar quatro enormes painéis virados às quatro direções do Brasil e do mundo, e todos, em grandes letras, dizendo o mesmo: UM DIREITO QUE RESPEITE, UMA JUSTIÇA QUE CUMPRA.” (José Saramago, Prefácio in SALGADO, Sebastião “Terra”, Cia das Letras, 1997, São Paulo.)

Tabela 2 - Conflitos no Campo

Acre				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Faz. da Rondobrás/BR-364/Km 105/Seringal Porto Luiz	02/10/2015	60	Posseiros
Acrelândia	Fazenda Fortaleza	31/08/2015		Sem Terra
Acrelândia	Fazenda Fortaleza	22/09/2015	40	Sem Terra
Acrelândia	Fazendas Santa Luzia 1 e 2/BR-364/Km 8/Ramal do Carlão	07/08/2015		Sem Terra
Acrelândia	Fazendas Santa Luzia 1 e 2/BR-364/Km 8/Ramal do Carlão	22/09/2015	70	Sem Terra
Assis Brasil	Km 02/AMOPREAB	23/09/2015	56	Sem Terra
Boca do Acre/Rio Branco	Comunidade Lago Novo	31/01/2015	46	Ribeirinhos
Boca do Acre/Rio Branco	Faz. do 37/Seringal Entre Rios	31/07/2015	31	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Faz. União/Cruzeirinho	03/07/2015	152	Sem Terra
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Andaraí	12/08/2015	120	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bananeira	06/06/2015	26	Extrativistas
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bom Lugar/Com. Nova Vida	08/06/2015	69	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Cajueiro	19/02/2015	25	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Cametá	19/02/2015	30	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Faz. do 52	06/08/2015	39	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Faz. do 64	31/07/2015	29	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Ramal São Francisco/Faz. do 60	18/06/2015	18	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Europa	19/02/2015	30	Extrativistas
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Igarapé Grande	20/02/2015	26	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	28/06/2015	114	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Nova Axioma	08/07/2015	48	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pau d' Allho 1	06/08/2015	20	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pau d'Alho 2	19/02/2015	22	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Perseverança	08/02/2015	25	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pirapora	19/02/2015	322	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Redenção	02/07/2015	33	Seringueiros
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	30/11/2015	218	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Comunidade Boa Hora	30/12/2015	20	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Ramal Buritirana	30/11/2015	50	Pequenos proprietários
Cruzeiro do Sul	Seringal Russas	30/11/2015	80	Seringueiros
Cruzeiro do Sul	Seringal Valparaíso	30/11/2015	130	Seringueiros
Mâncio Lima	Comunidade Socó	30/06/2015	14	Posseiros
Mâncio Lima/Rodrigues Alves	Seringal Santa Cruz/Ramal da Bahia/Oco/Feijão Inosso	07/11/2015	90	Posseiros
Manoel Urbano	Assentamento Aleluia	31/12/2015	155	Assentados
Manoel Urbano	Seringal Afluente	31/12/2015	200	Sem Terra
Manoel Urbano	Seringal Areis	31/12/2015	100	Sem Terra
Manoel Urbano	Seringal Barcelona	31/12/2015	15	Posseiros
Manoel Urbano	Seringal Itatinga	31/12/2015	21	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Liberdade	31/12/2015	260	Sem Terra
Manoel Urbano	Seringal Novo Destino	31/12/2015	70	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Porto Central	31/12/2015	18	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Santarém	31/12/2015	150	Seringueiros
Porto Acre	Seringal Bom Destino	31/07/2015	12	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Belo Horizonte	15/05/2015	100	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Cachoeira	15/05/2015	100	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Macapá	15/05/2015	300	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Remanso	15/05/2015	30	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Bernardo	19/01/2015	19	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Espalha	15/05/2015	350	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Iracema	19/01/2015	300	Seringueiros
Rodrigues Alves	Comunidade Boa Vista	06/10/2015	22	Posseiros

Subtotal:	51	4275
Ocupações/Retomadas		
Município(s)	Nome do Conflito	Data Famílias Organização
Acrelândia	Fazenda Fortaleza	10/05/2015 OI
Acrelândia	Fazenda Fortaleza	27/09/2015 40 OI
Acrelândia	Fazendas Santa Luzia 1 e 2/BR-364/Km 8/Ramal do Carlão	30/06/2015 OI
Acrelândia	Fazendas Santa Luzia 1 e 2/BR-364/Km 8/Ramal do Carlão	27/09/2015 70 OI
Assis Brasil	Km 02/AMOPREAB	31/03/2015 56 OI
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Faz. do 52	31/01/2015 39 OI
Manoel Urbano	Seringal Liberdade	31/01/2015 260 SI
Subtotal:	7	465
Total Conflitos por Terra - AC	58	4740
Total dos Conflitos no Campo AC	58	Pessoas: 23700

Alagoas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Arapiraca	Acampamento na Estação Experimental	18/08/2015	17	Sem Terra
Arapiraca	Vila de Pescadores do Lago da Perucaba	20/03/2015	30	Pescadores
Belo Monte	Fazenda Lagoa da Jurema	05/03/2015	23	Sem Terra
Maceió	Comunidade Pescadores do Jaraguá	19/06/2015	120	Pescadores
Maragogi	Faz. Cachoeira/Us. Sta. Maria/Acamp. Patativa do Assaré	15/07/2015	90	Sem Terra
Maragogi/Porto de Pedras	Fazenda Boa Vista	12/06/2015	95	Sem Terra
Messias	Faz. Flor do Bosque/Us. Sta. Clotilde	13/10/2015	35	Assentados
Olho D'Água do Casado	Fazenda Flor da Serra	16/04/2015	120	Sem Terra
Porto Calvo	Fazenda Canaã	16/04/2015	70	Sem Terra
São Miguel dos Milagres	Fazenda Bom Destino	14/01/2015	25	Sem Terra
São Miguel dos Milagres	Fazenda Castelo	14/01/2015	25	Sem Terra
Traipu	Faz. Angico e Faceira/Acamp. Jacobina	15/09/2015	20	Sem Terra
Subtotal:		12	670	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Olho D'Água do Casado	Fazenda Flor da Serra	15/04/2015	120	MST
Porto Calvo	Fazenda Capricho	20/01/2015	50	VT*
Porto Calvo	Fazenda Escurial	20/01/2015	50	VT*
São Miguel dos Milagres	Fazenda Bom Destino	13/01/2015	25	VT*
São Miguel dos Milagres	Fazenda Castelo	13/01/2015	25	VT*
Subtotal:		5	270	

Total Conflitos por Terra - AL

17 940

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Delmiro Gouveia	Barragem da Chesf	09/05/2015		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1			

Total dos Conflitos no Campo AL

18

Pessoas: 4700

Amapá

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
--------------	------------------	------	----------	-----------

Amapá	Base Aérea	12/07/2015	20	Posseiros
Amapá	Comunidades ao Longo do Rio Laranjeiras	31/12/2015	20	Posseiros
Amapá	Cruzeiro/Amcel	31/12/2015	2	Posseiros
Amapá	Faz. Itapoã/Amcel/Piquiá	31/12/2015	20	Posseiros
Amapá	Faz. Itapoã/Santa Bárbara/Amcel	31/12/2015	15	Posseiros
Amapá	Fazenda Espírito Santo	31/12/2015	16	Posseiros
Calçoene	Bela Vista	31/12/2015	8	Posseiros
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	31/12/2015	30	Posseiros
Calçoene	Juncal	31/12/2015	30	Posseiros
Calçoene	Ramal Ilha Grande	31/12/2015	5	Posseiros
Calçoene/Oiapoque	Parque Nac. do Cabo Orange/Vila Velha/Taperebá/Cunani	21/07/2015	80	Quilombolas
Cutias do Araguari	Amcel/Alta Floresta/Gurupora	31/12/2015	54	Posseiros
Cutias do Araguari	Fazenda Parabrillho/Gurupora	31/12/2015	20	Posseiros
Cutias do Araguari	Rebio Lago Novo	31/12/2015	15	Posseiros
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem	31/12/2015		
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	31/12/2015		
Ferreira Gomes	Igarapé do Palha/Amcel	25/08/2015	16	Posseiros
Itaubal do Piririm	Áreas em Itaupal/Agronegócio Sinal Verde/Boa Vista da Pedreira	31/12/2015	20	Posseiros
Itaubal do Piririm	Com. Quil. São Miguel do Macacoari	31/12/2015	20	Quilombolas
Itaubal do Piririm	P. A. Itaupal do Piririm	31/12/2015	4	Assentados
Laranjal do Jari	Resex/Cajari	31/12/2015	190	Posseiros
Macapá	Amcel/Corre Água	31/12/2015	3	Posseiros
Macapá	APA da Fazendinha	31/12/2015	600	Posseiros
Macapá	Ariari	31/12/2015	20	Quilombolas
Macapá	Bonito da Pedreira	31/12/2015		
Macapá	Jupati	31/12/2015	15	Ribeirinhos
Macapá	Piririm/Pacuí	31/12/2015	30	Posseiros
Macapá	Quilombo Conceição do Macacoari	31/12/2015	20	Quilombolas
Macapá	Ramal do Abacate/Km 34/EFA	31/12/2015	30	Posseiros
Macapá	Santa Luzia/Rio Pacuí	31/12/2015	75	Posseiros
Macapá	Santo Antônio da Pedreira	31/12/2015	30	Ribeirinhos
Macapá	Sítio Petry/APA do Curiaú	31/12/2015		
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses	31/12/2015	35	Quilombolas
Mazagão	Assentamento Extrativista do Maracá	29/10/2015	12	Assentados
Mazagão	Assentamento Pancada do Camaipi	31/12/2015	9	Assentados
Mazagão	Retiro Barrau e Outros	31/12/2015	3	Posseiros
Mazagão/Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	31/12/2015	23	Posseiros
Oiapoque	Igarapé Grande	31/12/2015		Assentados
Porto Grande	Amcel/Copalma/Km 92	31/12/2015	29	Posseiros
Porto Grande	Colônia do Matapi/Linha A	31/12/2015	5	Posseiros
Porto Grande	Colônia do Matapi/Linha C	31/12/2015	2	Pequenos proprietários
Porto Grande	Com. Vila Nova/Fundiário	31/12/2015		
Porto Grande	Km 117 da EFA	31/12/2015	30	Posseiros
Pracuúba	Cujubim	31/12/2015	1	Posseiros
Pracuúba	Olho d'Água	31/12/2015		
Santana	Ilha Santana	31/12/2015	20	Ribeirinhos
Santana	P. A. Matão do Piaçacá	18/01/2015	14	Assentados
Santana	Pau Furado/Matapi/MMX	31/12/2015	12	Ribeirinhos
Serra do Navio	Assentamento Silvestre	31/12/2015	12	Assentados
Serra do Navio	Cachaço	31/12/2015	20	Posseiros
Serra do Navio	Centro Novo	01/06/2015	23	Posseiros
Tartarugalzinho	Aporema/Ramal São Benedito/Amcel	31/12/2015	7	Posseiros
Tartarugalzinho	Asa Branca/Amcel	31/12/2015		
Tartarugalzinho	Assentamento Janary Nunes	31/12/2015	30	Assentados
Tartarugalzinho	Campo Belo	31/12/2015	1	Posseiros
Tartarugalzinho	Comunidade do Meraúba	31/12/2015	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	31/12/2015	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Ponta do Socorro e Vareiro	31/12/2015	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem	31/12/2015	28	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de Itaupal/Faz. Santa Isabel/Amcel/Pedreiro/Boca do Braço	31/12/2015	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Reflex/Novo Horizonte/Amcel	31/12/2015	2	Posseiros

Tartarugalzinho	Rocinha do Espírito Santo	31/12/2015	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Uapezal	31/12/2015	10	Posseiros
Vitória do Jari	Glebas Jari/Morro do Felipe/Jarcel	31/12/2015	57	Posseiros
Subtotal:		64	1908	

Total Conflitos por Terra - AP	64	1908
---------------------------------------	-----------	-------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Ferreira Gomes	UHE Ferreira Gomes	18/11/2015		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1			

Total dos Conflitos no Campo AP	65	Pessoas: 9540
--	-----------	----------------------

Amazonas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Atalaia do Norte/Benjamin Constant/Jutai/São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	29/05/2015	1000	Indígenas
Autazes	T. I. Ponciano	25/04/2015		Indígenas
Canutama	Área na BR-319/Km 22-23/Próx. ao Acamp. Rio Azul	31/05/2015	40	Sem Informação
Iranduba	Assentamento Aurora	17/03/2015	250	Assentados
Iranduba	Assentamento Nova Aurora	17/03/2015	250	Assentados
Iranduba	Com. Portelinha/Ramal Serra Baixa	20/06/2015		Assentados
Iranduba	Com. Portelinha/Ramal Serra Baixa	12/08/2015	62	Assentados
Iranduba	Gleba Igarapé do Bode	01/09/2015	140	Ribeirinhos
Iranduba	PIC Bela Vista	15/07/2015	32	Assentados
Manacapuru	Km 82/Rod. Manoel Urbano/AM-070	04/08/2015	600	Indígenas
Presidente Figueiredo	Com. na BR-174/Ramal ZF-4	01/09/2015	300	Posseiros
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	18/08/2015	200	Posseiros
Subtotal:		12	2874	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Canutama	Área na BR-319/Km 22-23/Próx. ao Acamp. Rio Azul	29/04/2015	40	SI
Subtotal:		1	40	

Total Conflitos por Terra - AM	13	2914
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Boca do Acre	Fazenda Boi Não Berra	03/03/2015	4	4	1	Pecuária
Boca do Acre	Fazenda Vitória	03/03/2015	13	13		Pecuária
Manicoré	Fazenda Paredão	10/03/2015	6	6		Pecuária
Maués	Garimpo em Maués	18/09/2015	25	25		Extração de Ouro
Subtotal:		4	48	48	1	

Total Conflitos Trabalhistas - AM	4	48
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Borba/Manicoré	T.I. Torá/Munduruku/Aldeia Vista Alegre	04/07/2015	80	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:		1	80		

Total dos Conflitos no Campo AM

18

Pessoas: 15018

Bahia**TERRA****Conflitos por Terra**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Baixa Grande	Fazenda Camapuã	30/09/2015		Sem Terra
Baixa Grande	Fazenda Camapuã	23/12/2015	150	Sem Terra
Barra	43 Com. dos Brejos da Barra/Faz. Cristo Rei/Ribeirinhos do São Francisco	31/08/2015	2000	Camponeses de fundo de pasto
Barra do Rocha	Fazenda Iacina	07/08/2015	25	Sem Terra
Belmonte	Com. Indígena Tupinambá Patiburi	06/05/2015		Indígenas
Belmonte	Com. Indígena Tupinambá Patiburi	07/05/2015	41	Indígenas
Belmonte	Fazenda Timiquim	30/06/2015	50	Indígenas
Bom Jesus da Lapa	Com. Quil. Lagoa do Peixe/Araçá Volta/Fiol	20/11/2015	152	Quilombolas
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Bebedouro/Valec/Fiol	20/11/2015	55	Quilombolas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	01/05/2015	130	Indígenas
Caetité	Com. Curral Velho/Bamin/BML/Fiol	26/01/2015	50	Pequenos proprietários
Caetité	Com. Manoel Vicente/Serragem/Curral Velho/Fiol/Bamin	04/03/2015	170	Pequenos proprietários
Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	15/12/2015	1800	Camponeses de fundo de pasto
Cansanção	P. A. Nova Esperança/Mineradora Yamana Gold	09/11/2015	112	Assentados
Casa Nova	Com. de Areia Grande/Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia	27/12/2015	336	Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Comunidade de Amalhador	31/08/2015		Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Comunidade Jardim	07/11/2015		Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Comunidade Jardim	26/11/2015	12	Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Comunidade Sito Mangueira	11/02/2015	8	Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Lagoa da Catinga/Caatinga	30/09/2015	30	Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho/Acamp. Irani de Souza	18/05/2015	240	Sem Terra
Cocos	T. I. Xakriabá	19/11/2015	50	Indígenas
Correntina	Capão do Modesto	14/12/2015		Camponeses de fundo de pasto
Correntina	Capão do Modesto	15/12/2015	30	Camponeses de fundo de pasto
Correntina	Fecho do Clemente	15/11/2015	12	Camponeses de fecho de pasto
Correntina/Jaborandi	Com. Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto do Brejo Verde	16/03/2015		Camponeses de fundo de pasto
Correntina/Jaborandi	Com. Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto do Brejo Verde	26/03/2015		Camponeses de fundo de pasto
Correntina/Jaborandi	Com. Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto do Brejo Verde	31/08/2015	500	Camponeses de fundo de pasto
Ibirapuã	Fazenda Reunidas Amazonas	21/04/2015	100	Sem Terra
Ipirá/Pindaí	Com. Quilombola Antas e Palmitos/Bamin	20/11/2015		Quilombolas
Itaberaba	Acampamento Olga Benário	07/10/2015	90	Sem Terra
Itaberaba	Fazenda Bom Jardim	07/10/2015	90	Sem Terra
Itaguaçu da Bahia/Jussara/Sento Sé/Xique-Xique	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/24 Comunidades Atingidas/PAC	27/04/2015	450	Camponeses de fundo de pasto
Itanhém	Fazenda Piramboia	26/09/2015	50	Sem Terra
Itanhém	Fazenda Planície	21/04/2015		Sem Terra
Itanhém	Fazenda Planície	13/10/2015	150	Sem Terra
Jacobina	Com. de Canaveira/Itapicuru/Jaboticaba/Mineração Yamana Gold	26/08/2015	150	Pequenos proprietários
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Salitre/Codevasf/PAC	18/05/2015	487	Sem Terra
Jucuruçu	Faz. Pedra Redonda/Acamp. Bruna Araújo	22/10/2015		Sem Terra
Jucuruçu	Faz. Pedra Redonda/Acamp. Bruna Araújo	09/11/2015	230	Sem Terra

Mirangaba	Comunidade Angico	03/02/2015	80	Camponeses de fundo de pasto
Mirangaba/Pindobaçu	Comunidade Jatobá	18/09/2015	30	Camponeses de fundo de pasto
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/T. I. Mexatibá/Cumuruxatiba	10/08/2015		Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/T. I. Mexatibá/Cumuruxatiba	11/08/2015		Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/T. I. Mexatibá/Cumuruxatiba	17/08/2015		Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/T. I. Mexatibá/Cumuruxatiba	07/09/2015		Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/T. I. Mexatibá/Cumuruxatiba	24/09/2015	72	Indígenas
Remanso	Comunidade Pedra da Onça	17/08/2015	67	Camponeses de fundo de pasto
Remanso	Comunidade Salinas do Brejo	13/10/2015		Camponeses de fundo de pasto
Remanso	Comunidade Salinas Grandes	15/09/2015		Camponeses de fundo de pasto
Remanso	Comunidade Salinas Grandes	05/10/2015	45	Camponeses de fundo de pasto
Riacho de Santana	Com. Quilombola Agrestinho	20/11/2015	25	Quilombolas
Rio de Contas	Com. Quilombola Barra/Bananal/Riacho das Pedras	20/11/2015		Quilombolas
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/Com. de Salobro	18/01/2015	500	Camponeses de fundo de pasto
Santa Maria da Vitória	Fundo de Pasto na Fazenda Cortesia	14/12/2015	21	Camponeses de fundo de pasto
São Francisco do Conde	Com. Quilombola Dom João	02/03/2015		Quilombolas
São Francisco do Conde	Com. Quilombola Dom João	21/08/2015	35	Quilombolas
Senhor do Bonfim	P. A. Serra Verde	28/02/2015	18	Assentados
Serra Dourada	Larga da Porteira Santa Cruz	08/02/2015	130	Camponeses de fundo de pasto
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	02/04/2015		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	01/08/2015	43	Quilombolas
Una	Fazenda Vila Toscana	23/06/2015	20	Indígenas
Uruçuca	Faz. Conjunto São Miguel/Manoel	05/07/2015	38	Sem Terra
Subtotal:		63	8874	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alcobaça	Fazenda Maçaranduba	18/04/2015	100	MST
Arataca	Fazenda Jaci	04/09/2015	38	MST
Baixa Grande	Fazenda Camapuã	30/09/2015	150	MST
Barreiras/São Desidério	Fazenda Santo Antônio	18/04/2015	150	MST
Boa Vista do Tupim	Fazenda Formosa	18/04/2015	100	MST
Camacan/Mascote	Fazenda Guanabara	25/04/2015	50	Ceta
Casa Nova	Fazenda Granja	18/04/2015	150	MST
Eunápolis	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	18/04/2015	150	MST
Ibirapuã	Fazenda Reunidas Amazonas	18/04/2015	100	MST
Igrapiúna	Fazenda Itapema	18/04/2015	100	MST
Itanhém	Fazenda Piramboia	26/09/2015	50	MST
Itanhém	Fazenda Planície	18/04/2015	150	MST
Jequié	Fazenda Copacabana	18/04/2015	150	MST
Juazeiro	Fazenda Santa Rita	18/04/2015	100	MST
Jucuruçu	Faz. Pedra Redonda/Acamp. Bruna Araújo	15/07/2015		MST
Jucuruçu	Faz. Pedra Redonda/Acamp. Bruna Araújo	28/10/2015	230	MST
Jussari	Faz. Olímpio/Lembrança	18/04/2015	150	MST
Maraú	Fazenda Esperança	30/12/2015	30	Ceta
Marcionílio Souza	Lagoa do Peixe/Itapuã	21/11/2015	100	Ceta
Nordestina	Fazenda Nordestina	18/04/2015	150	MST
Nova Ibiá	Fazenda Conjunto São Rafael	18/04/2015	100	MST
Potiraguá	Fazenda Olinda	18/04/2015	100	MST
Prado	Fazenda Nedila	21/09/2015	60	Índios
Santa Brígida	Fazenda Marruá/Marruage	18/04/2015	100	MST
Santa Brígida	Fazenda Saco da Arará	18/04/2015	100	MST
Santa Luzia	Fazenda Santa Maria	18/04/2015	150	MST
São Desidério	Fazenda Desidério	18/04/2015	100	MST
São Sebastião do Passé	Área da Ceplac	18/04/2015	150	MST
Teixeira de Freitas	Faz. São Benedito/Grupo JU Úngaro	31/07/2015	280	MST

Teodoro Sampaio	Fazenda Gameleira	18/04/2015	100	MST
Ubatã	Fazenda Nova Olinda	30/08/2015	20	Ceta
Una	Fazenda Vila Toscana	23/06/2015	20	Índios
Uruçuca	Faz. Conjunto São Miguel/Manoel	18/05/2015	38	MST
Vitória da Conquista	Fazenda do Dezinho	18/04/2015	150	MST
Subtotal:		34	3666	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Barra do Rocha	Fazenda Iacina	07/08/2015	25	Ceta
Jucuruçu	Faz. Pedra Redonda/Acamp. Bruna Araújo	22/10/2015	230	MST
Subtotal:		2	255	

Total Conflitos por Terra - BA 99 12795

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Encruzilhada	Fazenda Tereza	30/07/2015	30			Café
Lajedão	Canavial da Unial	26/10/2015	330	0		Cana de Açúcar
Subtotal:		2	360			

Total Conflitos Trabalhistas - BA 2 360

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Andorinha	Açude Itê/Mineradora Ferbasa	18/09/2015	70	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Caetité	Comunidade de Água Quente	27/03/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Araticum/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	18	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Casa da Roda/Projeto Pedro de Ferro/Bamin	27/08/2015	18	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Flores/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	21	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Olho d' Água dos Pires/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	7	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Rancho do Meio/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	9	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. João Barroca/Bamin/BML	18/11/2015	110	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Campo Formoso	Com. Santo Antônio/Mineradora Ferbasa	30/07/2015	80	Uso e preservação	Divergência
Campo Formoso	Comunidade Borda da Mata	18/09/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Coribe/Jaborandi	Com. Localidade Cachoeirão/Barragens Rio Formoso/PCH do Arrodeador	11/02/2015	2000	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Igororã	Com. Pau Ferro/Amansador/Lourenço/Pedraão/Gameleirinha/Barra/Santana	16/06/2015		Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Igororã	Com. Brejo do Tanque/Empresa Abengoa	07/07/2015	22	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Lagoa Real	Com. Varginha/INB	27/08/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirangaba	Comunidade Queimada Grande	31/01/2015	150	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pindaí	Com. Baixa Preto/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	19	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Barra dos Crioulos/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	6	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Barriguda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	33	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Cachoeira de Baixo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	30	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Cachoeira de Cima/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	17	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Pindaí	Com. Pau Ferro/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	10	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Piripiri/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	5	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Poço Comprido/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	27	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Rega Pé/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	8	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Tábuas/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	27/08/2015	5	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Sobradinho	Com. Terra Nossa/Canal Serra da Batateira	24/02/2015	22	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Taperoá	Com. Quilombola de Graciosa	08/04/2015		Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		27	2687		

Total dos Conflitos no Campo BA	128	Pessoas: 77770
--	------------	-----------------------

Ceará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caucaia	Área Japura/ T. I. Anacé	02/04/2015	65	Índigenas
Caucaia	T. I. Tapeba	08/01/2015	3000	Índigenas
Tamboril	Assentamento Monte Alegre	13/03/2015		Assentados
Subtotal:		3	3065	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Caucaia	Área Japura/ T. I. Anacé	30/03/2015	65	Índios
Subtotal:		1	65	

Total Conflitos por Terra - CE	4	3130
---------------------------------------	----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Granja	Área em Granja	18/10/2015	11	11		Extrativismo
Groairas	Fazenda Morro Alto	01/01/2015	26	26		Extrativismo
Paraipaba	Fazenda Cajazeiras	22/09/2015	9	9		Lavoura
Subtotal:		3	46	46		

Total Conflitos Trabalhistas - CE	3	46
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Crato	Cinturão das Águas do Ceará-CAC/Crato/Baixio das Palmeiras	31/12/2015	64	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Trairi	Agrovila Gameleira	16/04/2015	180	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Subtotal:		2	244		

Total dos Conflitos no Campo CE	9	Pessoas: 16916
--	----------	-----------------------

Distrito Federal

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brasília/Taguatinga	Assent. 26 de Setembro/Parque Nac. de Brasília	25/06/2015	90	Assentados
Brazlândia	Granjas Localizadas na Faz. Aroeira/Reserva N/Incra 8	14/11/2015	200	Sem Terra
Planaltina	Acamp. Roseli Nunes/Faz. Pipiripau	11/06/2015	200	Sem Terra

Subtotal:	3	490
Ocupações/Retomadas		
Município(s)	Nome do Conflito	Data Famílias Organização
Brasília	Fazenda Adeluca	10/03/2015 100 MST
Brazlândia	Fazenda da Antártica	14/11/2015 200 MST
Brazlândia	Granjas Localizadas na Faz. Aroeira/Reserva N/Incrá 8	14/11/2015 200 MST
Paranoá	Fazenda Umurana	30/05/2015 60 OI
Subtotal:	4	560
Total Conflitos por Terra - DF	7	1050
Total dos Conflitos no Campo DF	7	Pessoas: 5250

Espírito Santo

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Conceição da Barra	Com. Quilombola S. Domingos/Sapê do Norte/Aracruz	13/08/2015	70	Quilombolas	
Linhares	Área em Panhal/Linhares	20/08/2015	45	Sem Terra	
Subtotal:	2	115			
Ocupações/Retomadas					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização	
Aracruz	Fazenda Agril/Aracruz Celulose	20/11/2015	150	MST/Pescadores	
Linhares	Área em Panhal/Linhares	04/05/2015	30	MST	
Linhares	Faz. Volta Grande/Nossa Senhora da Conceição	09/03/2015	60	MST	
Subtotal:	3	240			
Total Conflitos por Terra - ES	5	355			

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Aracruz	Barra do Riacho/Estaleiro Jurong de Aracruz	27/05/2015	147	Uso e preservação	Destrução e ou poluição	
Baixo Guandu	Com. Ribeirinha em Baixo Guandu/Mineradora Samarco	09/11/2015	224	Barragens e Açudes	Destrução e ou poluição	
Colatina	Mata Ciliar do Rio Doce/Mineradora Samarco	09/11/2015	116	Barragens e Açudes	Destrução e ou poluição	
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim II/Sapê do Norte/Aracruz	01/06/2015	37	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água	
Linhares	Comunidades de Regência/Mineradora Samarco	31/08/2015		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água	
Linhares	Comunidades de Regência/Mineradora Samarco	09/11/2015	60	Barragens e Açudes	Destrução e ou poluição	
Subtotal:	6	584				

Total dos Conflitos no Campo ES	11	Pessoas: 4695
--	-----------	----------------------

Goiás

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Amaralina	Fazenda Sucupira	15/06/2015	300	Sem Terra	
Caiapônia	Faz. São Francisco/Acamp. Torres do Rio Bonito	20/08/2015		Trabalhador Rural	
Caiapônia	Faz. São Francisco/Acamp. Torres do Rio Bonito	25/08/2015	60	Trabalhador Rural	
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	08/09/2015		Sem Terra	
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	01/10/2015	500	Sem Terra	
Cavalcante/Monte Alegre de Goiás	Hidrelétrica Foz do Bezerra/Kalunga	20/04/2015	600	Quilombolas	
Corumbá de Goiás	Agropecuária Santa Mônica	01/03/2015		Sem Terra	

Corumbá de Goiás	Agropecuária Santa Mônica	04/03/2015		Sem Terra
Corumbá de Goiás	Agropecuária Santa Mônica	11/03/2015		Sem Terra
Corumbá de Goiás	Agropecuária Santa Mônica	25/06/2015	3500	Sem Terra
Itajá	Faz. Sta. Helena/Bálsamo/Córrego das Almas	17/04/2015	130	Sem Terra
Jataí	Fazenda Campolina	08/11/2015		Sem Terra
Jataí	Fazenda Campolina	24/11/2015	200	Sem Terra
Quirinópolis	Fazenda Lajeado Furnas	27/03/2015	150	Sem Terra
Santa Cruz de Goiás	Faz. Vala do Rio do Peixe/Di' Roma	12/10/2015	21	Posseiros
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena	07/10/2015	800	Sem Terra
Subtotal:		16	6261	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alto Paraíso de Goiás	Área em Alto Paraíso de Goiás	05/07/2015	10	OI
Amaralina	Fazenda Sucupira	22/05/2015	300	MST
Caçu	Fazenda Serra Azul	17/04/2015	130	Terra Livr
Caipônia	Faz. São Francisco/Acamp. Torres do Rio Bonito	20/08/2015	60	SI
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	08/09/2015	500	MCP/MST
Corumbá de Goiás	Agropecuária Santa Mônica	21/06/2015	3500	MST
Faina	Fazenda de Cima/Capim Puba/Campo Limpo	31/10/2015	150	Terra Livr
Faina	Fazenda Solo Sagrado	11/12/2015	180	Terra Livr
Itajá	Faz. Sta. Helena/Bálsamo/Córrego das Almas	12/04/2015	130	Terra Livr
Jaraguá	Fazenda São Francisco Curralinho	27/03/2015	140	Terra Livr
Jataí	Fazenda Campolina	08/11/2015	200	Terra Livr
Quirinópolis	Fazenda Lajeado Furnas	27/03/2015	150	Terra Livr
Quirinópolis	Fazenda Sete Lagoas	03/04/2015	120	Terra Livr
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena	22/09/2015	1000	MST
São João da Aliança	Fazenda Cachorro Morto	20/02/2015	40	FNL
São João da Aliança	Fazenda Cerrado	20/02/2015	120	FNL
São João da Aliança	Fazenda Isabel	20/02/2015	40	FNL
São João da Aliança	Fazenda Jatobá	20/02/2015	40	FNL
São João da Aliança	Fazendinha	20/02/2015	40	FNL
Subtotal:		19	6850	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alexânia	Acamp. Dom Tomás Balduino/BR-153	04/03/2015	1750	MST
Corumbá de Goiás	Acamp. Dom Tomás Balduino/Área em Corumbá	04/03/2015	1750	MST
Subtotal:		2	3500	

Total Conflitos por Terra - GO 37 16611

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Alexânia	Fazenda Chapadinha	02/02/2015	3	3		Extrativismo
Novo Gama	Fazenda do Abílio	11/09/2015	2	2		Roçagem
Subtotal:		2	5	5		

Total Conflitos Trabalhistas - GO 2 5

Total dos Conflitos no Campo GO 39 Pessoas: 83060

Maranhão

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açailândia	Assent. Novo Oriente/Vale	16/06/2015	40	Assentados
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	12/05/2015	19	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Com. Quilombola Mamorana/Boa Hora 3	25/01/2015	22	Quilombolas
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	28/06/2015	72	Posseiros
Alto Alegre do Pindaré	Assentamento Engenho Central Clarice	04/03/2015		Assentados

Alto Alegre do Pindaré/Bom Jardim/São João do Caru	T. I. Caru/Vale	20/07/2015		Indígenas
Amarante do Maranhão	Gleba Sítio Novo/Faz. São Francisco/Acamp. Egídio Brunetto	24/08/2015	150	Sem Terra
Amarante do Maranhão	Povoado Belo Monte 3	30/06/2015		Posseiros
Amarante do Maranhão	Povoado Belo Monte 3	15/09/2015	42	Posseiros
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Burititupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	16/10/2015		Indígenas
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rolete	08/01/2015	78	Sem Terra
Anajatuba	Retiro São João da Mata/Mata dos Pires/Vale	09/06/2015	80	Quilombolas
Anajatuba/Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Monge Belo/Vale	31/03/2015	300	Quilombolas
Anajatuba/Santa Rita	Com. Quilombola do Povado Retiro	23/03/2015	50	Quilombolas
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	26/04/2015		Indígenas
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	29/05/2015		Indígenas
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	16/07/2015	360	Indígenas
Arari	P. A. Pimental/Vale	29/04/2015	70	Assentados
Bacabal	Gl. Santo Antônio/Faz. São Francisco	16/07/2015	1	Posseiros
Bacabal	Piratininga	14/07/2015	250	Quilombolas
Balsas	P. A. Gado Bravinho	17/03/2015	20	Assentados
Barra do Corda	Faz. Ourives/Camburi	09/06/2015	10	Posseiros
Barreirinhas/Santo Amaro do Maranhão	Comunidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	23/01/2015	1100	Ribeirinhos
Belágua	Pau Ferrado	08/04/2015	55	Posseiros
Belágua/Urbano Santos	Centro Seco/Suzano Papel Celulose	01/06/2015	25	Posseiros
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	27/04/2015	19	Ribeirinhos
Bom Jardim	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	18/06/2015		Posseiros
Bom Jardim	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	25/08/2015	50	Posseiros
Bom Jesus das Selvas/Santa Luzia	Fazenda Rodominas	01/06/2015	134	Sem Terra
Brejo	São João dos Pilões	17/12/2015	5	Posseiros
Burititupu	Centro dos Farias/Vale	16/06/2015	43	Posseiros
Burititupu	Com. 21 de Maio/EFC/Vale	12/06/2015	30	Pequenos proprietários
Burititupu	Com. Pau Ferrado/EFC/Vale	02/06/2015		Pequenos proprietários
Burititupu	Com. Vila Labote/Vale	17/09/2015	30	Posseiros
Burititupu	Com. Vila Pindaré/Pov. Presa de Porco/Vale	12/06/2015	800	Pequenos proprietários
Burititupu	Com. Vila Casa Azul/EFC/Vale	20/05/2015		Pequenos proprietários
Burititupu	P. A. Vila União Portugal/Com. Vila Concórdia/Vale	20/07/2015	54	Assentados
Centro Novo do Maranhão	Assentamento Quadra 30	28/09/2015	30	Assentados
Chapadinha	Povoado São José	02/07/2015	1	Posseiros
Chapadinha	Tiúba	18/03/2015	10	Posseiros
Chapadinha/Mata Roma	Data Muquém/Taboquinha/Jacu	10/08/2015	1	Posseiros
Codó	Com. Quilombola Mata Virgem	31/12/2015	23	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	31/12/2015	66	Quilombolas
Codó	Com. Três Irmãos/Monta Barro/Queimadas/Empresa Costa Pinto	10/12/2015	46	Quilombolas
Codó	Comunidade Puraquê	21/10/2015	49	Quilombolas
Codó	P. A. Imperial	26/11/2015		Assentados
Codó	P. A. Imperial	01/12/2015		

Codó	P. A. Imperial	10/12/2015	192	Assentados
Codó	Pov. Amparo e Barro Vermelho	03/06/2015		Posseiros
Codó	Pov. Amparo e Barro Vermelho	04/08/2015		Posseiros
Codó	Pov. Amparo e Barro Vermelho	07/08/2015	30	Posseiros
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	24/12/2015	12	Posseiros
Duque Bacelar	Comunidade Feitoria	24/06/2015	30	Posseiros
Duque Bacelar	Gl. Coroa da Onça/Faz. São João	20/04/2015	22	Sem Terra
Godofredo Viana	Área na MA-308/Manoel Ribeiro/Mineração Aurizona	16/09/2015	15	Posseiros
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	30/03/2015	500	Assentados
Guimarães	Com. Guajerutiua/Guajaretuia	23/03/2015	34	Pescadores
Imperatriz	Área Zona Rural/Davinópolis	06/08/2015	1	Posseiros
Itaipava do Grajaú	T. I. Geralda Toco Preto	04/12/2015		Índigenas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Buragir/Buragi	30/03/2015	30	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Sta. Rosa dos Pretos/Vale	13/02/2015	20	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Mata de São Benedito	23/04/2015	22	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Santa Maria dos Pinheiros	30/03/2015	200	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Bom Jesus	15/09/2015	58	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Itapera	15/09/2015	53	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Jacuíca	01/04/2015	50	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Preguiça Velha Contenda	01/04/2015	600	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola São Caetano	15/09/2015	65	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola São José de Bruno	15/09/2015	22	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Tanque de Valença	15/09/2015	118	Quilombolas
Matinha	Sítio Ponta de São Luís/Pov. Roque	20/07/2015	1	Posseiros
Matinha/Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral/Cabeça Branca	08/01/2015		Quilombolas
Matinha/Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral/Cabeça Branca	30/04/2015		Quilombolas
Matinha/Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral/Cabeça Branca	23/06/2015	20	Quilombolas
Matões	Com. São João/Suzano Papel Celulose	31/12/2015	40	Quilombolas
Matões	Com. Tanque de Rodagem/São João/Faz. Castiça/Suzano Papel Celulose	08/06/2015	80	Quilombolas
Matões do Norte	Com. Quilombola Lago do Coco	16/11/2015	30	Quilombolas
Mirinzal	Com. Quilombola Rio do Curral	31/08/2015	23	Quilombolas
Mirinzal/Santa Helena	Com. Quilombola Vivo	31/12/2015	53	Quilombolas
Montes Altos	Rancharia Sítio	16/03/2015	1	Posseiros
Olinda Nova do Maranhão	Com. Quilombola Caldo Quente	10/08/2015	87	Quilombolas
Palmeirândia	P. A. Dibom I	23/07/2015	486	Assentados
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	31/12/2015	152	Quilombolas
Parnarama	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava/Suzano Papel Celulose	25/10/2015	72	Quilombolas
Pirapemas	Com. Bica/Território Quilombola Aldeia Velha	30/06/2015		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	24/04/2015		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	25/04/2015		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	17/05/2015		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	02/07/2015	33	Quilombolas
Presidente Sarney	Rio Fundo	10/08/2015	23	Extrativistas
Primeira Cruz	Faz. São Raimundo/Rosarinho	22/10/2015	16	Posseiros
Riachão	Data Pau Ferrado/Gleba Canadá	17/07/2015	1	Posseiros
Riachão	Gleba Lageado/Faz. São Gonçalo	14/05/2015	1	Posseiros
Santa Rita	Outeiro dos Pires/Vale	08/07/2015	120	Posseiros
Santa Rita	Pov. Sítio do Meio 2/Vale	09/07/2015		Pescadores
Santa Rita	Pov. Sítio do Meio/Vale	29/04/2015	45	Posseiros
Santo Antônio dos Lopes	Pov. Demanda/Eneva/MPX Energia S/A	23/03/2015	71	Quebradeiras de coco babaçu
São Benedito do Rio Preto	Faz. Guarimã/Data Cumbre	31/03/2015	30	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Povoado Bacabal	24/11/2015	12	Posseiros
São José de Ribamar	Matinha/Com. da Mata	18/06/2015	66	Posseiros
São José de Ribamar	Povoado Riozinho	05/02/2015	61	Posseiros
São Luís	P. A. Conceição	07/10/2015	29	Assentados
São Luís Gonzaga do Maranhão	Com. Quilombola São Pedro	16/07/2015	33	Quilombolas
São Raimundo das Mangabeiras	Assentamento Bacuri	21/05/2015	180	Assentados
Serrano do Maranhão	Cabanil	30/11/2015	94	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	31/12/2015	32	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Bacabal do Paraíso	13/10/2015	1	Quilombolas

Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Campo Novo	13/10/2015	1	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Nazaré	13/10/2015	30	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Santa Rosa	13/10/2015	1	Quilombolas
Timbiras	Faz. Campestre Catulo/Pov. Canafista/Canafistula	03/03/2015		Posseiros
Timbiras	Faz. Campestre Catulo/Pov. Canafista/Canafistula	16/06/2015	350	Posseiros
Tuntum	Pov. Baixão do Gato e Tamanquinho	16/05/2015	70	Posseiros
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Nova Vila/Tabocal	22/09/2015		Índigenas
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Nova Vila/Tabocal	02/12/2015	100	Índigenas
Zé Doca	Faz. Catão/Acamp. Nova Esperança II/Antiga Área da Colone	01/04/2015	12	Posseiros
Subtotal:		116	866	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	16/04/2015	72	Fetaema
Amarante do Maranhão	Gleba Sítio Novo/Faz. São Francisco/Acamp. Egídio Brunetto	15/08/2015	150	MST
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	26/08/2015		Quilombola
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Nova Vila/Tabocal	30/11/2015	100	Índios
Subtotal:		4	322	

Total Conflitos por Terra - MA	120	8988
---------------------------------------	------------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Altamira do Maranhão	Fazenda Norte e Sul/Sozinha	29/05/2015	21	21		Pecuária
Bom Jardim	Fazenda Boa Esperança	29/05/2015	10	10		Pecuária
Bom Jardim	Fazenda Zonga/Minas Gerais/Rio dos Bois/Vale Verde/Lago Verde	27/01/2015	1	1		Pecuária
Buriticupu	Fazenda do Zé Vaqueiro	07/04/2015	5			Pecuária
Codó	Fazenda Curuzu	08/10/2015	6	6		Pecuária
Loreto	Carvoaria Chapada da Cobra	27/08/2015	12	0		Carvoaria
Loreto	Carvoaria Mato Grosso	20/02/2015	11			Carvoaria
Vitorino Freire	Fazenda São Francisco	20/08/2015	11	11		Pecuária
Subtotal:		8	77	49		

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Balsas	Fazenda Santa Luzia	16/03/2015	80			Soja
Sambaíba	Fazenda Brejo Grande	20/07/2015	11	5		Lavoura
Subtotal:		2	91	5		

Total Conflitos Trabalhistas - MA	10	168
--	-----------	------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Mirinzal	Com. Quilombola Aranha	29/06/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Maiabi	29/06/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Rio do Curral	29/06/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Mata de Pantaleão	29/06/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pirapemas	Gleba Monte Alegre/Faz. São Francisco/Pov. Corante	06/08/2015		Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		5			

Total dos Conflitos no Campo MA	135	Pessoas: 45108
--	------------	-----------------------

Mato Grosso

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	31/01/2015	153	Indígenas
Bom Jesus do Araguaia/Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/P. A. Bordolândia	04/12/2015		Assentados
Bom Jesus do Araguaia/Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/P. A. Bordolândia	05/12/2015	602	Assentados
Brasnorte	T.I. Irantxe/Manoki	31/05/2015	20	Indígenas
Cáceres	Fazenda Rancho Verde	16/03/2015	130	Sem Terra
Canabrava do Norte	Área Piabanha/Beira do Rio Fontoura/Canabrava do Norte	31/07/2015	40	Posseiros
Colniza/Rondolândia	T.I. Piripkura/Kawahiva	12/10/2015	17	Indígenas
Confresa	Áreas em Confresa/Faz. Luta	11/02/2015	60	Pequenos proprietários
Confresa	P.A. Independente I/ Confresa	30/06/2015	110	Assentados
Confresa/Santa Terezinha	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	15/04/2015	300	Indígenas
Itaúba	Fazenda Raiter	31/03/2015		Sem Terra
Itaúba	Fazenda Raiter	02/12/2015		Sem Terra
Itaúba	Fazenda Raiter	11/12/2015		Sem Terra
Itaúba	Fazenda Raiter	14/12/2015		Sem Terra
Itaúba	Fazenda Raiter	23/12/2015	120	Sem Terra
Jaciara	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	13/07/2015		Sem Terra
Jaciara	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	31/08/2015		Sem Terra
Jaciara	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	01/09/2015	600	Sem Terra
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	02/02/2015		Retireiros
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	13/09/2015	75	Retireiros
Luciara	T.I. Porto Velho/Kanela do Araguaia	07/07/2015	30	Indígenas
Mirassol do Oeste	Faz. Prata/Pré-Assentamento Roseli Nunes	07/12/2015	331	Assentados
Nossa Senhora do Livramento/Poconé	Comunidade São Gonçalo	31/07/2015	15	Posseiros
Nova Guarita	Assentamento Raimundo Vieira	20/08/2015		Assentados
Nova Guarita	Assentamento Raimundo Vieira	08/09/2015		Assentados
Nova Guarita	Assentamento Raimundo Vieira	13/09/2015		Assentados
Nova Guarita	Assentamento Raimundo Vieira	15/09/2015	64	Assentados
Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	06/12/2015		Assentados
Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	14/12/2015	39	Assentados
Nova Ubiratã	Fazenda Araçatuba/Acampamento Pé de Galinha	12/01/2015	60	Sem Informação
Nova Ubiratã	Fazenda Dracena	03/02/2015	40	Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gleba Nhandu	06/01/2015		Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gleba Nhandu	20/06/2015		Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gleba Nhandu	23/06/2015		Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gleba Nhandu	02/10/2015	100	Sem Terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Belo Horizonte	26/06/2015	80	Sem Terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Recanto/Cinco Estrelas	23/09/2015	70	Posseiros
Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	01/12/2015	25	Indígenas
Santa Cruz do Xingu	P.A. Brasipaiva/Santa Cruz do Xingu	31/10/2015	472	Assentados
Santa Terezinha	Gleba Carlos Pelisoli/Faz. São Sebastião	31/08/2015	78	Sem Terra
Sorriso	Fazenda Poranga	06/08/2015	130	Sem Terra
União do Sul	Assentamento Conquista 2	01/06/2015	25	Assentados
Subtotal:		42	3786	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Cáceres	Fazenda Rancho Verde	09/03/2015	60	MST
Canabrava do Norte	Área Furnas/Beira do Rio Fontoura/Canabrava do Norte	04/12/2015	5	OI
Glória do Oeste	Faz. Mutum/Glória do Oeste	20/07/2015	300	MST
Itaúba	Fazenda Raiter	11/03/2015		MST
Itaúba	Fazenda Raiter	05/09/2015	120	MST

Jaciara	Área da Prefeitura/Jaciara	13/10/2015	800	MST		
Jaciara	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	13/07/2015	600	MST		
Luciara	T.I. Porto Velho/Kanela do Araguaia	24/06/2015	30	Índios		
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gleba Nhandu	11/07/2015	100	OI		
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Recanto/Cinco Estrelas	23/09/2015	70	OI		
Rondonópolis	Fazenda Vila Rica	24/08/2015	150	MST		
Subtotal:		11	2235			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Castanheira	Faz. Santa Maria/Castanheira	08/12/2015	130	STR		
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gleba Nhandu	10/01/2015	100	SI		
Subtotal:		2	230			
Total Conflitos por Terra - MT		55	6251			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Juara	Fazenda Estrela	21/08/2015	6	6		Pecuária
Nova Maringá	Fazenda Guaporé	23/08/2015	10	10		Serviços Gerais
Paranatinga	Fazenda Alto Alegre	16/03/2015	2	2		Eucalipto
Paranatinga	Fazenda Seis Irmãos	13/10/2015	3	3		Soja
São José do Rio Claro	Fazenda Estância da Mata	26/06/2015	3	3		Soja
Sapezal	Fazenda Encantado I	09/10/2015	18			Algodão
Sorriso	Fazenda Colorado	01/07/2015	4	4		Lavoura
Subtotal:		7	46	28		
Total Conflitos Trabalhistas - MT		7	46			
Total dos Conflitos no Campo MT		62	Pessoas: 31301			

Mato Grosso do Sul

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	08/06/2015		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	22/06/2015		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	24/06/2015		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	13/07/2015		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	15/12/2015	50	Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	09/06/2015		Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	24/06/2015		Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	28/06/2015		Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	13/07/2015	60	Indígenas
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Fronteira/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza/Primavera/Pedro/Barra/Soberania	25/08/2015		Indígenas
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Fronteira/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza/Primavera/Pedro/Barra/Soberania	29/08/2015		Indígenas
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Fronteira/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza/Primavera/Pedro/Barra/Soberania	30/08/2015		Indígenas
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Fronteira/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza/Primavera/Pedro/Barra/Soberania	16/09/2015		Indígenas
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Fronteira/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza/Primavera/Pedro/Barra/Soberania	20/10/2015		Indígenas
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Fronteira/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza/Primavera/Pedro/Barra/Soberania	29/11/2015	150	Indígenas
Aral Moreira	Fazenda Água Branca	14/07/2015	30	Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	31/07/2015		Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	26/12/2015	50	Indígenas

Caarapó	T. I. Pindo Roky/Itaguá/Retomada das Mães/Faz. Novilho	30/07/2015	50	Índigenas
Douradina/Dourados/Itaporã	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	03/09/2015		Índigenas
Douradina/Dourados/Itaporã	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	05/09/2015	20	Índigenas
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Nhu Verá/Uvera/Campo Bonito/Curral de Arame	07/01/2015	28	Índigenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	21/05/2015	15	Índigenas
Dourados	Faz. São José/Com. Pacurity/T. I. Dourados Peguá	19/01/2015	80	Índigenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	20/05/2015		Índigenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	16/09/2015		Índigenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	18/09/2015		Índigenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	16/10/2015	20	Índigenas
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	23/07/2015	64	Índigenas
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	29/05/2015	24	Índigenas
Naviraí	T. I. Santiago Kue/Kurupi	07/02/2015		Índigenas
Naviraí	T. I. Santiago Kue/Kurupi	26/02/2015	13	Índigenas
Nova Andradina	Fazenda Saco do Céu	23/09/2015		Sem Terra
Nova Andradina	Fazenda Saco do Céu	23/10/2015		Sem Terra
Nova Andradina	Fazenda Saco do Céu	03/12/2015	1000	Sem Terra
Paranhos	Faz. São Luiz/Triunfo/Com. Índigena Y'poí	31/07/2015	30	Índigenas
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	05/08/2015		Índigenas
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	19/09/2015	50	Índigenas
Rio Brillhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	09/06/2015	35	Índigenas
Sidrolândia	Faz. Santa Olinda/Us. Sucreenergética Agrisul Agrícola	29/01/2015	100	Sem Terra
Subtotal:		40	1869	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	22/06/2015	50	Índios
Amambai/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	24/06/2015	60	Índios
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Fronteira/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza/Primavera/Pedro/Barra/Soberania	22/08/2015	150	Índios
Aquidauana	Faz. Cristalina/T. I. Taunay Ipegue	27/07/2015	60	Índios
Aquidauana	Faz. Esperança/T. I. Taunay Ipegue	27/07/2015		Índios
Aquidauana	Faz. Maria do Carmo/T. I. Taunay Ipegue	27/07/2015		Índios
Aquidauana	Faz. Ouro Preto/T. I. Taunay Ipegue	27/07/2015	80	Índios
Aquidauana	Faz. Persistência/T. I. Taunay Ipegue	27/07/2015	100	Índios
Aral Moreira	Fazenda Água Branca	24/06/2015	30	Índios
Aral Moreira	Fazenda Três Poderes	24/06/2015	30	Índios
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	16/09/2015	20	Índios
Nova Andradina	Fazenda Saco do Céu	21/08/2015	1000	MST
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	05/08/2015	50	Índios
Sidrolândia	Capão Bonito	04/07/2015	80	SI
Sidrolândia	Faz. Santa Olinda/Us. Sucreenergética Agrisul Agrícola	10/01/2015	100	MST
Terenos	Fazenda Limeira	28/06/2015	300	MAF
Subtotal:		16	2110	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Japorá	Acampamento José Márcio Zoia	18/04/2015	1500	MST
Subtotal:		1	1500	

Total Conflitos por Terra - MS

57

5479

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na			Tipo de Trabalho
			denúncia	Libertos	Menores	
Bonito	Fazenda Santa Tereza/Raio de Luar	23/11/2015	9	9		Pecuária
Subtotal:		1	9	9		

Total Conflitos Trabalhistas - MS

1

9

Total dos Conflitos no Campo MS

58

Pessoas: 27404

Minas Gerais

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alvorada de Minas/Conceição do Mato Dentro	Com. Quil. Ferrugem/Serra do Sapo	28/07/2015		Quilombolas
Barra Longa	Com. de Gesteira/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015	50	Pequenos proprietários
Barra Longa	Com. de Mandioca/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	06/11/2015	20	Pequenos proprietários
Belo Horizonte/Nova Lima	Com. Quilombola dos Luizes/Construtora Patrimar	24/02/2015	30	Quilombolas
Carangola	Área de D. Natalina Ferreira/Proj. Minas-Rio/Anglo American	15/04/2015	1	Pequenos proprietários
Carangola	Área de D. Natalina Ferreira/Proj. Minas-Rio/Anglo American	09/12/2015	1	Pequenos proprietários
Catas Altas	Com. Morro da Água Quente/Proj. São Luís/Tamanduá/Vale	21/07/2015	200	Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. Cabeceira do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	28/07/2015		Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. do Sapo/Proj. Minas-Rio/Anglo American	28/07/2015		Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	28/07/2015	70	Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Família Pimenta/Proj. Minas-Rio/Anglo America	14/04/2015	9	Quilombolas
Congonhas	Projeto da CSN	11/08/2015	12	Pequenos proprietários
Diamantina	Parque Nac. das Sempre-Vivas/Com. Quil. Vargem do Inhaí	25/06/2015	1	Quilombolas
Engenheiro Navarro	Fazenda Duas Barras	16/05/2015	50	Sem Terra
Francisco Dumont	Fazenda Cipó	16/05/2015	50	Sem Terra
Fruta de Leite	Com. Geraizeira de Martinópolis/AJR Enérgica Grupo Floresta Minas	14/02/2015		Geraizeiro
Fruta de Leite	Com. Geraizeira de Martinópolis/AJR Enérgica Grupo Floresta Minas	15/02/2015		Geraizeiro
Fruta de Leite	Com. Geraizeira de Martinópolis/AJR Enérgica Grupo Floresta Minas	01/08/2015		Geraizeiro
Grão Mogol	Faz. Rio Rancho/Com. Geraizeiros do Vale das Cancelas	14/12/2015	230	Geraizeiro
Ibiaí	Com. Pesqueira às margens do Rio São Francisco	10/04/2015	1	Pescadores
Itacarambi	Ilha da Maria Preta	23/07/2015	180	Ribeirinhos
Jequitaiá	Faz. Belominas/Acamp. Novo Paraíso/Ferroliga	16/04/2015	50	Sem Terra
Jequitinhonha	Comunidade Chapadinha	15/05/2015	17	Posseiros
Jequitinhonha	Fazenda Aurora Dois	22/06/2015	145	Sem Terra
Jordânia	Acamp. Vida Nova	14/03/2015	22	Sem Terra
Mariana	Com. Bento Rodrigues/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015	200	Pequenos proprietários
Mariana	Com. Camargos/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2015	3	Pequenos proprietários
Mariana	Com. de Cachoeira/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Pequenos proprietários
Mariana	Com. de Pedras/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015	75	Pequenos proprietários
Mariana	Com. Ponte do Gama/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Pequenos proprietários
Matias Cardoso	Quilombo da Praia/Vale do Médio São Francisco/Vila Bela	09/10/2015	165	Quilombolas
Novo Cruzeiro	Faz. Gravatá/Córrego Fundo/Acamp. Nova Vida	22/01/2015		Sem Terra
Novo Cruzeiro	Faz. Gravatá/Córrego Fundo/Acamp. Nova Vida	26/09/2015	32	Sem Terra
Ouro Verde de Minas	Com. Quilombola do Córrego Santa Cruz	30/06/2015	60	Quilombolas
Paracatu	Com. Paracatu de Baixo/Rompimento da Barragem/Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015	80	Pequenos proprietários
Paracatu	Com. Quilombola Machadinho/Faz. Espalha/Mineradora Kinross	16/03/2015	200	Quilombolas
Paracatu	Com. Quilombola São Domingos/Mineradora Kinross	26/03/2015	87	Quilombolas
Paracatu	Quilombo dos Amaro/Mineradora Kinross	26/03/2015	161	Quilombolas
Patos de Minas	Fazenda da Epamig	15/07/2015	63	Sem Terra
Riacho dos Machados	Com. Ipiranga/Carpathian Gold	08/07/2015	3	Posseiros

Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	06/10/2015	12	Posseiros
Salto da Divisa	Faz. Monte Cristo/Acamp. D. Luciano Mendes de Almeida	01/02/2015	30	Sem Terra
Salto da Divisa	Fazenda Talismã/Farpão	03/12/2015	45	Sem Terra
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	18/08/2015	300	Quilombolas
Tumiritinga	Faz. Casa Branca/Emp. Fibria	10/07/2015		Sem Terra
Tumiritinga	Faz. Casa Branca/Emp. Fibria	14/07/2015	200	Sem Terra
Uberlândia	Fazenda Santa Rita	19/10/2015	120	Sem Terra
Virgem da Lapa	Com. Quil. Capim Puba	27/01/2015	30	Quilombolas
Subtotal:		48	3005	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Buritzeiro	Faz. Sto. Antônio/Carboreta/T. I. Tuxá	20/11/2015	65	Índios
Francisco Dumont	Fazenda Cipó	16/05/2015	50	MST
Grão Mogol	Faz. Rio Rancho/Com. Geraizeiros do Vale das Cancelas	13/12/2015	230	ARPCT*/MG*
Jequitinhonha	Fazenda Aurora Dois	03/05/2015	145	MST
Matias Cardoso	Quilombo da Praia/Vale do Médio São Francisco/Vila Bela	05/07/2015	96	Quilombola
Patrocínio	Área em Patrocínio	18/04/2015	10	MST
Salto da Divisa	Fazenda Talismã/Farpão	15/09/2015	45	MST
Tumiritinga	Faz. Casa Branca/Emp. Fibria	05/07/2015	200	MST
Uberlândia	Fazenda Santa Rita	18/10/2015	120	MST
Varzelândia	Área da Família dos Clementes/Quil. Brejo dos Crioulos	10/10/2015	30	Quilombola
Verdelândia	Com. Quil. Nativa do Arapuí/Faz. Torta Morro Preto	28/11/2015	86	Quilombola
Veríssimo	Faz. São José do Rio do Peixe	15/04/2015	45	MST
Subtotal:		12	1122	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Almenara	Acamp. Princesa do Almenara	25/08/2015	500	MST
Subtotal:		1	500	

Total Conflitos por Terra - MG

61 4627

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Carmo de Minas	Fazenda da Pedra	15/07/2015	306	22		Café
Carmo de Minas	Fazenda Lagoa/São Luiz	15/07/2015	19	19		Café
Itabirito	Vale S.A	02/02/2015	309	25		Mineração
João Pinheiro	Fazenda Aldeia Carvoaria	29/09/2015	1	1		Carvoaria
Machado	Sítio Ebenezer e Maranata	15/07/2015	14	14		Extração
Nova Resende	Fazenda Santa Efigênia	11/08/2015	60	60	6	Café
Paraopeba	Fazenda da Prata	23/06/2015	1	1		Pecuária
Rio Vermelho	Fazenda Palmeiras	01/01/2015	2	2		Extração
Sêro	Fazenda da Várzea	03/02/2015	9	9		Pecuária
Tapira	Fazenda Bom Sucesso/Bruma dos Pavões	10/08/2015	6	6		Carvoaria
Unaí	Fazenda Canabrava	14/09/2015	6	6		Pecuária
Subtotal:		11	733	165	6	

Total Conflitos Trabalhistas - MG

11 733

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aimorés	Com. Sto. Antônio do Rio Doce e Outros/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Aimorés/Itueta/Resplendor	UHE de Aimorés/Vale	08/09/2015	123	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Alpercata	Com. Ribeirinha de Alpercata/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Araguari	Assentamento Bom Jardim/Aquífero Bauru/Agronegócio	06/07/2015	44	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Barra Longa	Com. Ribeirinha de Barra Longa/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Belo Oriente	Com. Ribeirinha de Belo Oriente/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Berilo/Grão Mogol/José Gonçalves de Minas/Leme do Prado	UHE de Irapé/Porto Coris/42 Comunidades	01/06/2015	1800	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Bom Jesus do Galho	Com. de Bom Jesus do Galho/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Bonito de Minas/Cônego Marinho	Com. Ribeirinhas às margens do Rio Peruaçu/Plantação de Eucalipto	27/03/2015		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Brumadinho/Itabirito	Serra da Moeda/Mineroduto da Ferrous Resource	08/02/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Bugre	Com. Ribeirinha de Bugre/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caratinga	Com. de Caratinga/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição do Mato Dentro	Com. Água Quente/Proj. Minas-Rio	28/07/2015	46	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição do Mato Dentro	Com. do Jassém/Proj. Minas-Rio/Anglo American	28/07/2015	90	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cônego Marinho/Miravânia	Comunidade Xakriabá do Peruaçu e Dizimeiro/EMPA	12/03/2015	60	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Congonhas/Viçosa	Mineroduto da Ferrous/Rios São Bartolomeu/Turvo Sujo/Turvo Limpo	25/04/2015	91	Uso e preservação	Ameaça de expropriação
Conselheiro Pena	Com. Ribeirinha de Conselheiro Pena/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Coronel Fabriciano	Com. Ribeirinha de Coronel Fabriciano/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Córrego Novo	Com. Ribeirinha de Córrego Novo/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Dionísio	Com. Baixa Verde e Outros/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Ervália	Com. Atingidas pelo Mineroduto da Ferrous Resource	21/03/2015		Uso e preservação	Ameaça de expropriação
Fernandes Tourinho	Com. Ribeirinha de Fernandes Tourinho/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Galiléia	Com. Ribeirinha de Galiléia/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Governador Valadares	Com. Ribeirinha de Governador Valadares/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Grão Mogol	UHE de Irapé/Mineroduto Vale do Rio Pardo/Empresa SAM	03/02/2015	1900	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Guapé	P. A. Santo Dias/Empresa Hortifruty Mallman	17/04/2015	46	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Iapu	Com. Ribeirinha de Iapu/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Ipaba	Com. Ribeirinha de Ipaba/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015	160	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Ipatinga	Com. Ribeirinha de Ipatinga/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/12/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itueta	Com. Ribeirinha de Itueta/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Janaúba/Porteirinha	Projeto Gorutuba/Barragem Pico das Pedras	11/03/2015		Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento

Janaúba/Porteirinha	Projeto Gorutuba/Barragem Pico das Pedras	09/07/2015	1000	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Manga/Matias Cardoso	Com. da Ilha de Pau Preto/Rio São Francisco/Proj. Jaiba	13/10/2015	256	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mariana	Com. Ribeirinha de Águas Claras/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Marliéria	Com. Cava Grande e Outras/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Matias Cardoso	Quilombo da Praia/Vale do Médio São Francisco/Vila Bela	05/07/2015	165	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Naque	Com. Ribeirinha de Naque/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	08/11/2015	40	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Paracatu	Com. Córrego Rico/Emp. Kinross Gold Corporation	26/05/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Periquito	Com. de Pedra Corrida e Outras/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pingo D Água	Com. Ribeirinha de Pingo d'Água/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Raul Soares	Com. Ribeirinha de Raul Soares/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Resplendor	Com. Ribeirinha de Resplendor/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Resplendor	T. I. Krenak/Vale do Rio Doce	09/11/2015	126	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Rio Casca	Com. Ribeirinha Rio Casca/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Rio Doce	Com. Ribeirinha Rio Doce/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santa Cruz do Escalvado	Com. Ribeirinha Sta. Cruz do Escalvado/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santana do Paraíso	Com. de Santana do Paraíso/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Domingos do Prata	Com. Ribeirinha de São Domingos do Prata/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São José do Goiabal	Com. Ribeirinha São José do Goiabal/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Pedro dos Ferros	Com. Ribeirinha São Pedro dos Ferros/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Sem Peixe	Com. Ribeirinha Sem Peixe/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Sobralia	Com. Ribeirinha de Sobralia/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Timóteo	Com. de Timóteo/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Tumiritinga	Com. Ribeirinha de Tumiritinga/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2015	500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		54	6907		

Total dos Conflitos no Campo MG

126

Pessoas: 58403

Pará

TERRA

**As ocorrências dos conflitos no município de Afuá-PA são acompanhadas pela CPT Amapá.

Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
	Com. Santa Rosa/Ilha Caviana	11/09/2015	12	Ribeirinhos
Acará/Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/ Biovale	02/12/2015	650	Quilombolas
Afuá	Cajueiro/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2015	20	Ribeirinhos
Afuá	Furo Seco/Furo dos Porcos/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2015	5	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Cajueiro/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2015	30	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2015	20	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Igarapé Grande**	31/12/2015	4	Ribeirinhos
Afuá	Região das Ilhas**	31/12/2015	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Salvadorzinho/PAE Ilha Salvador**	31/12/2015	48	Ribeirinhos
Altamira/Medicilândia/Rurópolis/Uruará	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	11/05/2015		Indígenas
Altamira/Medicilândia/Rurópolis/Uruará	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	09/06/2015	194	Indígenas
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 44/Faz. Sta. Maria	08/06/2015		Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 44/Faz. Sta. Maria	02/07/2015	38	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Rita	29/08/2015		Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Rita	10/10/2015	32	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 97/Fazs. Bom Jesus e Berrante	10/09/2015	30	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote 69-71-73	30/05/2015	103	Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	17/03/2015		Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	25/05/2015		Sem Terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	05/07/2015		Sem Terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	11/08/2015		Sem Terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	21/08/2015		Sem Terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	22/08/2015	46	Sem Terra
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	30/09/2015	178	Assentados
Anapu	Gleba Belo Monte/ Lotes 103 e 105	29/08/2015		Sem Informação
Baião	Resex Ipaú/Anilzinho	26/08/2015	100	Extrativistas
Baião/Novo Repartimento	Faz. Petrópolis/Gleba12	12/06/2015		Sem Terra
Baião/Novo Repartimento	Faz. Petrópolis/Gleba12	14/06/2015	120	Sem Terra
Barcarena	Com. Sítio São João/Alunorte	17/03/2015	200	Quilombolas
Bom Jesus do Tocantins/São João do Araguaia	T.I. Mãe Maria/Índios Gaviões/Estrada de Ferro Carajás/CVRD	19/04/2015	300	Indígenas
Brejo Grande do Araguaia	Fazenda Santa Maria I	30/04/2015		Sem Terra
Breu Branco	Faz. Boa Sorte/Acamp. Perpétuo Socorro/Gleba Alcobaça	15/09/2015	58	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Acamp. Grotão do Mutum/Complexo São Luís/P.A. Carajás/Vale	15/07/2015	350	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Acamp. Serra Dourada/Complexo São Luís/P.A. Carajás/Vale	15/07/2015	300	Sem Terra
Canaã dos Carajás/Parauapebas	Fazenda São Luís	27/08/2015	120	Sem Terra
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembé/Alto Rio Guamá	29/07/2015		Indígenas
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembé/Alto Rio Guamá	02/12/2015	300	Indígenas
Conceição do Araguaia	Faz. Jacutinga/Talismã	26/08/2015	40	Sem Terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Estiva	17/02/2015	60	Sem Terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Serrinha	05/05/2015		Sem Terra
Curionópolis/Eldorado dos Carajás/Piçarra/Xinguara	Faz. Surubim/Acamp. Osni Venuto	20/07/2015		Sem Terra
Curionópolis/Eldorado dos Carajás/Piçarra/Xinguara	Faz. Surubim/Acamp. Osni Venuto	12/08/2015	250	Sem Terra
Curionópolis/Marabá/Parauapebas	Faz. Marambaia/Fazendinha/Colorado/Acamp. Frei Henri	10/03/2015	200	Sem Terra
Dom Eliseu	Fazenda Monte Hermon	14/07/2015		Sem Terra
Dom Eliseu	Fazenda Primavera	27/08/2015		Sem Terra
Dom Eliseu	Fazenda Suçuarana	27/08/2015		Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Colônia do Pinheiro/Boca do Cardoso	25/08/2015		Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Fazenda Morro Vermelho	27/08/2015		Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá-km28	12/03/2015		Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá-km28	15/09/2015		Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá-km28	15/10/2015	60	Sem Terra

Irituia/Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	02/10/2015	170	Sem Terra
Itaituba/Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	14/07/2015	1400	Indígenas
Itaituba/Trairão	T. I. Sawré Maybu/Munduruku	07/08/2015	170	Indígenas
Juruti	Assent. Agroextrativista Juruti Velho e Socó/Alcoa	13/06/2015	2000	Assentados
Marabá	Fazenda Mutamba	27/08/2015	78	Sem Terra
Marabá	Fazenda São João	10/02/2015		Sem Terra
Marabá	Fazenda São João	19/03/2015	50	Sem Terra
Monte Alegre	PDS Serra Azul	05/04/2015	140	Assentados
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranha/Cupu/Passé Bem/Mamona	19/03/2015	400	Assentados
Nova Ipixuna	Fazenda Tinelli	24/04/2015	80	Sem Terra
Novo Progresso	T. I. Kayapó/Mebengokré/Mekrãnoti	17/04/2015	100	Indígenas
Ourilândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	29/07/2015	400	Sem Terra
Palestina do Pará	Fazenda Santa Maria II	15/05/2015	30	Sem Terra
Prainha	Resex Renascer e Entorno/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	18/11/2015	679	Extrativistas
Redenção	Fazenda Serra Dourada	24/08/2015		Sem Terra
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarinha/D. Maria	16/02/2015	30	Sem Terra
Rondon do Pará	Fazenda Santa Cecília	03/07/2015		Sem Terra
Santa Isabel do Pará	Granja Kitagawa/ Acamp. 13 de Agosto	11/09/2015	37	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Faz. Dona Maria/Codespar	12/06/2015	300	Assentados
Santana do Araguaia	Fazenda Ouro Verde	01/10/2015	220	Sem Terra
Santarém	T. I. Maró	18/11/2015	43	Indígenas
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	29/10/2015	412	Assentados
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	22/07/2015	150	Sem Terra
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Terezinha	15/05/2015	300	Sem Terra
São João do Araguaia	Fazenda Landi	27/08/2015	92	Sem Terra
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	18/11/2015	40	Assentados
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	20/11/2015	60	Assentados
Subtotal:		78	11250	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Benevides	Fazenda Sopalme	26/06/2015	260	MST
Canaã dos Carajás	Faz. Cariri I/P.A. Carajás II/Vale	15/06/2015	60	Fetagri/PA/STR
Canaã dos Carajás	Faz. Cariri II/P.A. Carajás II/Vale	15/06/2015	30	STR
Marabá	Fazenda São João	10/02/2015	50	Fetagri/PA
Ourilândia do Norte	Fazenda Três Marias	20/04/2015	100	STR
Piçarra	Faz. Três Marias	01/07/2015	80	Fetagri/PA/STR
Santana do Araguaia	Faz. Mabel/Nobel/Acamp. Brasil Novo	01/09/2015	45	Fetagri/PA/STR
Subtotal:		7	625	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Água Azul do Norte	Faz. Sta. Marta/Vale/Acamp. Dina Teixeira	02/05/2015	65	MST
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Rita	31/05/2015	32	OI
Canaã dos Carajás	Acamp. Alto da Serra/Parte da Faz. Cristalino	15/12/2015	80	Fetagri/PA/STR
Canaã dos Carajás	Acamp. Eduardo Galeano/Retiro do Zequinha/Comp. São Luís/P.A. Carajás/Vale	04/07/2015	200	MST
Canaã dos Carajás	Acamp. Grotão do Mutum/Complexo São Luís/P.A. Carajás/Vale	16/05/2015	150	Fetagri/PA/STR
Canaã dos Carajás	Acamp. Serra Dourada/Complexo São Luís/P.A. Carajás/Vale	15/06/2015	250	Fetagri/PA/STR
Canaã dos Carajás	Fazenda Marambaia	10/12/2015	45	Fetagri/PA/STR
Curionópolis	Acamp. União do Axixá/Parte da Faz. Cristalino	16/12/2015	200	Fetagri/PA/STR
Eldorado dos Carajás	Fazenda Morro Vermelho	31/07/2015	120	Fetagri/PA/STR
Marabá	Acamp. às margens da Estrada do Rio Preto	02/02/2015	60	OI
Nova Ipixuna	Fazenda Tinelli	09/01/2015	80	Fetagri/PA/STR
Parauapebas	Faz. Santa Clara	30/08/2015	100	OI
Santa Isabel do Pará	Granja Kitagawa/ Acamp. 13 de Agosto	31/01/2015	37	MPA
Santana do Araguaia	Fazenda Ouro Verde	05/10/2015	220	LCP
Subtotal:		14	1639	

Total Conflitos por Terra - PA

99

13514

TRABALHO

Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Água Azul do Norte	Fazenda Água Boa	19/10/2015	30			Roço Juquirá
Brasil Novo	Fazenda Recanto Feliz	12/06/2015	7	7		Pecuária
Floresta do Araguaia	Sítio São José	28/04/2015	6	6		Abacaxi
Goianésia do Pará	Fazenda Cancela Preta	03/03/2015	1	1		Pecuária
Goianésia do Pará	Fazenda Cancela Preta	03/03/2015	6	6		Pecuária
Ipixuna do Pará	Fazenda São João	26/06/2015	20			Pecuária
Marabá	Fazenda Verão Vermelho	13/10/2015	10			Pecuária
Ourilândia do Norte	Fazenda Boa Esperança	27/01/2015	1	1		Pecuária
Parauapebas	Fazenda Monjol	23/11/2015	5			Roçagem
Subtotal:		9	86	21		
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Floresta do Araguaia	Fazenda do Batata	14/01/2015	2			
Subtotal:		1	2			
Total Conflitos Trabalhistas - PA			10	88		
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Altamira	UHE Belo Monte/Consórcio Norte Energia/Mineradora Belo Sun/PAC	11/03/2015	5241	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	
Altamira	Igarapé Baixo do Tufi/UHE Belo Monte/PAC	09/04/2015	40	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Altamira	Sítio Pimental/UHE de Belo Monte/Belo Sun Mineração/PAC	17/05/2015	1440	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	
Ananindeua	Com. Quilombola do Abacatal	02/06/2015	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge	09/06/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge	13/06/2015	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	30/01/2015	120	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Itaituba/Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	31/01/2015	1230	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Itaituba/Trairão	T. I. Sawré Maybu/Munduruku	30/01/2015	170	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Itaituba/Trairão	PCHs do Rio Tapajós/Com. Pimental/T. I. Munduruku/Mineradora Belo Sun/PAC	01/10/2015	800	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Parauapebas	T. I. Xikrin/Aldeias do Cateté e Djudjê-kô/Proj. Onça Puma/CVRD	07/04/2015	250	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Senador José Porfírio	Com. Vila da Ressaca/UHE Belo Monte/Belo Sum Mineradora/PAC	23/03/2015	330	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Senador José Porfírio	Com. Ilha da Fazenda/UHE Belo Monte/Belo Sum Mineradora/PAC	23/03/2015	64	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Senador José Porfírio	Garimpos Grota Seca/Galo/Ouro Verde/Vila da Ressaca/T. I. Arara e Juruna/Mineradora Belo Sun/PAC	17/09/2015	1000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Trairão	Vila de Pimental/UHE Tapajós/PAC	09/02/2015	700	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Subtotal:		15	11885			
Total dos Conflitos no Campo PA			124	Pessoas: 127083		

Paraíba

TERRA

Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caaporã	Faz. Tamanduá/Us. Maravilha/Acamp. Wanderley Caixe	28/09/2015	260	Sem Terra
Caaporã	Fazenda Ouro Verde	28/09/2015	30	Sem Terra
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	29/05/2015		Posseiros
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	17/06/2015		Posseiros
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	29/06/2015		Posseiros
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	07/07/2015		Posseiros
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	08/07/2015		Posseiros
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	24/07/2015		Posseiros
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	30/07/2015	50	Posseiros
Mogeiro	Fazenda Paraíso	29/12/2015	50	Sem Terra
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	03/08/2015		Posseiros
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	26/10/2015	29	Posseiros
São José dos Ramos	Faz. São José/Pau-a-Pique/São José dos Ramos	29/06/2015	80	Posseiros
Soledade	Faz. José Nunes/Acamp. Mangueiral	28/09/2015	150	Sem Terra
Subtotal:		14	649	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	19/04/2015	50	OI
Pedras de Fogo	Faz. Santa Emília/Us. Giasa	09/03/2015	90	MST
São José dos Ramos	Faz. São José/Pau-a-Pique/São José dos Ramos	29/06/2015	80	OI
Subtotal:		3	220	
Total Conflitos por Terra - PB		17	869	
Total dos Conflitos no Campo PB		17	Pessoas: 4345	

Paraná

TERRA

Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Borrazópolis	Fazenda da Ilha	03/02/2015		Sem Terra
Borrazópolis	Fazenda da Ilha	06/08/2015	60	Sem Terra
Cascavel	Complexo Cajati/ Assent. Valmir Mota	10/11/2015	86	Assentados
Guaíra	Aldeia Tekohá Jevy/T. I. Guarani	27/07/2015	69	Indígenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Yhovv/T. I. Guarani	20/08/2015	21	Indígenas
Guaraci	Faz. Nossa Senhora de Fátima	14/08/2015	30	Sem Terra
Jardim Alegre	Fazenda Araponga	03/02/2015	80	Sem Terra
Londrina	Fazenda Figueira	19/08/2015	1390	Sem Terra
Mangueirinha	Faz. Covozinho/Ind. Sudati e Guararapes	19/04/2015	40	Sem Terra
Marechal Cândido Rondon	Área no Distrito Porto Mendes/Linha Apepú/Aldeia Diamante do Oeste/Povo Guarani	13/04/2015	45	Indígenas
Quedas do Iguaçu	Faz Rio das Cobras/Araupel/Acamp. Herdeiros da Terra 1ª de Maio	26/08/2015	1500	Sem Terra
Turvo	Faxinal Saudade Santa Anita	22/06/2015	67	Faxinalenses
Subtotal:		12	3388	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alvorada do Sul	Faz. Itaverá/Grupo Atalla/Us. Central do Paraná S.A.	01/05/2015	60	MST
Borrazópolis	Fazenda da Ilha	23/01/2015		Contag
Borrazópolis	Fazenda da Ilha	19/06/2015	60	Contag
Castro	Fazenda Capão Cipó	24/08/2015	150	MST
Centenário do Sul	Faz. Cachoeira/Grupo Atalla	20/07/2015	40	SI
Centenário do Sul	Faz. Promissão/Grupo Atalla	20/07/2015	40	SI
Centenário do Sul	Faz. São José/Grupo Atalla	20/07/2015	40	SI
Centenário do Sul	Faz. Tabapuá/Us. do Grupo Atalla	16/01/2015		MST
Guaraci	Faz. Nossa Senhora de Fátima	03/05/2015	20	Contag
Guarapuava	Faz. Lajeado/Santa Isabel	13/09/2015	40	SI
Itaipulândia	Área do Estado/Tekoha Aty Mirim/T. I. Guarani	31/01/2015	45	Índios

Jardim Alegre	Fazenda Araponga	17/01/2015	80	MST
Londrina	Fazenda Figueira	17/08/2015	1390	MST
Londrina	Fazenda Marília	28/11/2015	550	MST
Mangueirinha	Faz. Covozinho/Ind. Sudati e Guararapes	18/04/2015	40	MST
Marechal Cândido Rondon	Área no Distrito Porto Mendes/Linha Apepú/Aldeia Diamante do Oeste/Povo Guarani	13/04/2015	45	Índios
Quedas do Iguaçu	Parte da Faz. da Araupel/Projeto Quatro/Acamp. Dom Tomás Balduino	06/07/2015	1500	MST
Santa Helena	Tekoha Ete Dois Irmãos/ Área da Empresa Itaipu	30/06/2015	3	Índios
Tamarana	Fazenda Água Branca	15/10/2015	1300	MST
Subtotal:		19	5403	

Total Conflitos por Terra - PR 31 8791

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Cruz Machado	Carvoaria Valmor Tymus	01/07/2015	1	1		Carvoaria
Guairá	Com. Maracajú dos Gaúchos/Adenir Stefenon	21/07/2015	7	7		Mandioca
Paranavaí	Fazenda Coelho	13/08/2015	2	2		Lavoura
Subtotal:		3	10	10		

Total Conflitos Trabalhistas - PR 3 10

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Capanema/Capitão Leônidas Marques/Nova Prata do Iguaçu/Planalto/Realeza	UHE Baixo Iguaçu/PAC	10/03/2015	1025	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		1	1025		

Total dos Conflitos no Campo PR 35 Pessoas: 49090

Pernambuco

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cabo de Santo Agostinho	Complexo Industrial Suape	26/05/2015		Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Complexo Industrial Suape	30/08/2015		Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Complexo Industrial Suape	19/10/2015	2000	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Algodão/Complexo Suape/PAC	01/12/2015	40	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Ilha/Complexo Suape	29/09/2015		Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Ilha/Complexo Suape	27/11/2015	250	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	30/06/2015	58	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Tiriri/Complexo Suape/Transnordestina/PAC	31/12/2015	208	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Boa Vista/Complexo Suape	31/12/2015	111	Posseiros
Capoeiras	Com. Quil. Fidelão	31/07/2015	50	Quilombolas
Ipojuca	Eng. Setúbal/Complexo Suape/PAC	31/12/2015	12	Posseiros
Ipojuca	Eng. Tabatinga/Complexo Suape	05/04/2015	105	Posseiros
Lagoa Grande/Petrolina/Santa Maria da Boa Vista	Refúgio da Vida Silvestre Tatu Bola	13/11/2015		Pequenos proprietários
Moreno	Engenho Una/Us. Bulhões	31/08/2015	35	Posseiros
Moreno/São Lourenço da Mata	Engenho Araújo e Covos/Us. Bulhões	31/08/2015	32	Posseiros
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	06/02/2015		Trabalhador Rural
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	10/03/2015		Trabalhador Rural
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	18/06/2015		Trabalhador Rural

Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	30/09/2015	92	Trabalhador Rural
Pesqueira	T. I. Xucuru	08/10/2015	500	Indígenas
Subtotal:		20	3493	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Água Preta	Engenho Alegre	04/08/2015	300	MST
Águas Belas	Fazenda Cordeiro	25/07/2015	100	MST
Belmonte	Área em Belmonte	15/04/2015	130	MST
Brejo da Madre de Deus	Fazenda Nova Esperança	27/09/2015	100	MST
Cabrobó	Fazenda Sossego	15/04/2015	180	MST
Caruaru	Área em Caruaru	15/04/2015	200	MST
Condado	Engenho Condadinho	15/04/2015	120	MST
Cortês	Área em Cortês	15/04/2015	70	MST
Gravatá	Área em Gravatá	15/04/2015	110	MST
Inajá	Área em Inajá	15/04/2015	80	MST
Itaquitinga	Área em Itaquitinga	15/04/2015	130	MST
Palmares	Área em Palmares	15/04/2015	150	MST
Petrolândia	Área da Chesf	15/04/2015	200	MST
Subtotal:		13	1870	

Total Conflitos por Terra - PE	33	5363
---------------------------------------	-----------	-------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cabo de Santo Agostinho	Colônia de Pescadores Z-8/Praia de Gaibu/Comp. Suape/PAC	30/06/2015	460	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Goiana	Comunidade Baldo do Rio	31/01/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Goiana	Comunidade Baldo do Rio	27/03/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Jatobá/Petrolândia	Território entre a BR-316 e o Lago Itaparica	20/02/2015		Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Recife	Com. Pesqueira Ilha de Deus	05/11/2015		Uso e preservação	Divergência
Serra Talhada	Barragem de Serrinha	12/05/2015	450	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Serra Talhada	Barragem Jazigo/Rio Pajeú	15/07/2015		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Serra Talhada	Assent. Poço do Serrote/Rio Pajeú	28/07/2015	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Sirinhaém	Com. Pescadeiras/Rio Sirinhahém/Us. Trapiche	22/10/2015	5000	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		9	6110		

Total dos Conflitos no Campo PE	42	Pessoas: 57365
--	-----------	-----------------------

Piauí

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Buriti dos Lopes	Ilha da Patiaca/Pov. Passagem da Canoa	13/01/2015	80	Posseiros
Caldeirão Grande do Piauí	Serra dos Pereiros/Emrpesa Casa dos Ventos/Energia Eólica	31/08/2015		Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Ariti/Mineradora Bemisa	19/08/2015	8	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Cachoeirinha/Mineradora Bemisa	19/08/2015	11	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Campo Lindo/Mineradora Bemisa	17/08/2015	16	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Casa Nova/Mineradora Bemisa	19/08/2015	8	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Alvação/Mineradora Bemisa	19/08/2015	10	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Baixio dos Belos/Mineradora Bemisa	31/08/2015	24	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Borrhalho/Mineradora Bemisa	19/08/2015	6	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Coritiba/Mineradora Bemisa	19/08/2015	18	Pequenos proprietários

Curral Novo do Piauí	Com. Exu/Mineradora Bemisa	17/08/2015	11	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Juá/Mineradora Bemisa	19/08/2015	3	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Lagoa do Ovo/Mineradora Bemisa	17/08/2015	8	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Manga Velha/Mineradora Bemisa	16/09/2015	6	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Paredão e Palestina/Mineradora Bemisa	17/08/2015	8	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Quilombola Caititu/Mineradora Bemisa	17/08/2015	27	Quilombolas
Curral Novo do Piauí	Com. Quilombola Garapa/Mineradora Bemisa	17/08/2015	9	Quilombolas
Madeiro	Povoado Vassoural	09/09/2015	28	Posseiros
Parnaíba	Comunidade Pedra do Sal	11/04/2015		Pescadores
Paulistana	Comunidade Abelha Branca	31/08/2015	70	Pequenos proprietários
Paulistana	Comunidade Barro Vermelho	17/08/2015	21	Pequenos proprietários
Paulistana	Comunidade Caldeirãozinho	19/08/2015	14	Pequenos proprietários
Paulistana	Comunidade Contente	19/08/2015	32	Pequenos proprietários
Simões	Com. Monte Santo/Mineradora Bemisa	16/09/2015	70	Pequenos proprietários
Simões	Com. Riacho/Mineradora Bemisa	17/08/2015	15	Pequenos proprietários
União	Fazenda Santa Rita III	26/01/2015	60	Posseiros
Subtotal:		26	563	

Total Conflitos por Terra - PI 26 563

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Barras	Fazenda Encantado I	08/10/2015	18			Algodão
Caraúbas do Piauí/Caxingó/São José do Divino	Extração de Palha de Carnaúba	09/10/2015	23	23		Extração
Guadalupe/Nazaré do Piauí/Paquetá	Extração de Palha de Carnaúba	29/08/2015	29	29		Extração
Subtotal:						
		3	70	52		

Total Conflitos Trabalhistas - PI 3 70

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Bom Jesus/Gilbués	Com. Melancias/Morro d'Água/Gata/Salto/Barra do Correntina/Assent. Rio Preto	22/09/2015	154	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Currais/Santa Luz	Com. ao longo do Riacho Brejo Laranjeiras	22/08/2015	150	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:					
		2	304		

Total dos Conflitos no Campo PI 31 Pessoas: 4405

Rio de Janeiro

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Macaé	Fazenda Bom Jardim	20/11/2015	78	Sem Terra
Niterói	Comun. Pesqueira da Praia Bom Sossego	27/07/2015	5	Pescadores
Niterói/Rio de Janeiro	Aldeia do Imbuhy	11/06/2015		Pescadores
Niterói/Rio de Janeiro	Aldeia do Imbuhy	23/06/2015		Pescadores
Niterói/Rio de Janeiro	Aldeia do Imbuhy	07/12/2015	32	Pescadores
Subtotal:				
		5	115	

Total Conflitos por Terra - RJ 5 115

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Rio de Janeiro	Embarcação Alarriba	17/07/2015	5	5		Pesca
Rio de Janeiro	Embarcação Lara	17/07/2015	6	6		Pesca

Subtotal:	2	11	11
------------------	----------	-----------	-----------

Total Conflitos Trabalhistas - RJ	2	11	
--	----------	-----------	--

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cachoeiras de Macacu	Barragem do Rio Guapiaçu	06/03/2015	120	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Itaguaí	Ilha da Madeira	17/12/2015	25	Uso e preservação	Ameaça de expropriação
Itaguaí/Mangaratiba/Rio de Janeiro	Baía de Sepetiba/Vale/Thyssen Krupp CSA	16/04/2015	8065	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		3	8210		

Total dos Conflitos no Campo RJ	10	Pessoas: 41636
--	-----------	-----------------------

Rio Grande do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	26/04/2015	40	Indígenas
Candiota	Área do CEEE	13/01/2015	145	Sem Terra
Coqueiros do Sul/Tapes	Faz. Guerra/Coqueiros	17/04/2015		Sem Terra
Coqueiros do Sul/Tapes	Faz. Guerra/Coqueiros	29/04/2015	1500	Sem Terra
Cruz Alta	Antiga Área da Varig	22/05/2015	37	Sem Terra
Erebango	T. I. Tekoá Arandu Verá/Guarani/Mato Preto	11/09/2015	17	Indígenas
Gentil	T. I. Re Kuju/Campo do Meio/Kaingang	01/08/2015	100	Indígenas
Hulha Negra	Faz. Nossa Senhora Aparecida	10/11/2015		Sem Terra
Hulha Negra	Faz. Nossa Senhora Aparecida	08/12/2015	15	Sem Terra
Santana do Livramento	Área na Com. Madureira	25/10/2015	400	Sem Terra
São Lourenço do Sul	Fazenda Sol Agrícola	21/10/2015		Sem Terra
São Lourenço do Sul	Fazenda Sol Agrícola	04/11/2015	400	Sem Terra
Subtotal:		12	2654	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Boa Vista do Incra	Área em Boa Vista do Incra	13/11/2015	150	MTEM
Candiota	Fazenda Aroeira	09/11/2015	20	MST
Canela	T. I. Kaingang/Floresta Nacional de Canela	25/07/2015		Índios
Capão do Leão/Pelotas	Faz. Santana/Colônia de Pescadores Z-3	18/10/2015	200	MST/Pescadores
Coqueiros do Sul/Tapes	Faz. Guerra/Coqueiros	16/04/2015	1500	MST
Cruz Alta	Antiga Área da Varig	19/05/2015	37	MST
Hulha Negra	Faz. Nossa Senhora Aparecida	10/11/2015	15	MST
Santana do Livramento	Área na Com. Madureira	18/10/2015	400	MST
São Lourenço do Sul	Fazenda Sol Agrícola	18/10/2015	400	MST
Subtotal:		9	2722	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Hulha Negra	Faz. Nossa Senhora Aparecida	07/12/2015	15	MST
Subtotal:		1	15	

Total Conflitos por Terra - RS	22	5391
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Cacequi	Estância Itapevi	20/05/2015	6	6		Extração
Doutor Ricardo	Linha Gruta/Zona Rural	16/03/2015	5	5		Extração
Encruzilhada do Sul	Fazenda do Gilson Gomes	02/09/2015	6	6		Extração
Júlio de Castilhos	Fazenda do Protásio Petry	01/06/2015	9	2		Extração

São Francisco de Paula	Fazenda Capão Ralo	12/02/2015	13	13	3	Lavoura
Subtotal:		5	39	32	3	

Total Conflitos Trabalhistas - RS 5 39

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Pirapó/Porto Lucena/Porto Mauá/Porto Xavier/Roque Gonzales/Santo Antônio das Missões/São Nicolau	Complexo Hidrelétrico Garabi/Panambi/PAC	03/02/2015	1080	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		1	1080		

Total dos Conflitos no Campo RS 28 Pessoas: 32394

Rondônia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	07/01/2015		Sem Terra
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	27/01/2015		Sem Terra
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	11/05/2015		Sem Terra
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	30/09/2015		Sem Terra
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	22/10/2015		Sem Terra
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	11/11/2015	80	Sem Terra
Alto Paraíso	Faz. Paraíso/Acamp. 13 de Agosto/Linha C-110/Travessão B-40	23/11/2015	30	Sem Terra
Alto Paraíso	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	04/11/2015		Sem Terra
Alto Paraíso	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	23/11/2015		Sem Terra
Alto Paraíso	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	11/12/2015	25	Sem Terra
Ariquemes	Acampamento José Porfírio	31/12/2015	23	Sem Terra
Ariquemes	Faz. Arroba/Só Cacaú/Acamp. Canaã	27/02/2015	250	Posseiros
Ariquemes	Faz. Cauan/Galhardi/Acamp. Raio do Sol/Linha C-19/Trav. 1 da Linha 45	22/10/2015	60	Posseiros
Ariquemes	Faz. Entre Rios/Acamp. Santa Fé	31/12/2015	68	Posseiros
Buritis	Assassinato de Delson Mota	15/07/2015		Liderança
Buritis	Faz. Guerin/Acamp. Rio Pardo	10/04/2015		Posseiros
Buritis	Faz. Guerin/Acamp. Rio Pardo	17/04/2015		Posseiros
Buritis	Faz. Guerin/Acamp. Rio Pardo	01/05/2015		Posseiros
Buritis	Faz. na Linha 47/Vale do Jamari	27/03/2015		Sem Terra
Buritis	Faz. na Linha 47/Vale do Jamari	27/04/2015	21	Sem Terra
Buritis	Fazenda Ubirajara	30/04/2015	50	Sem Terra
Cacaulândia	Acamp. na RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	31/12/2015	200	Sem Terra
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	10/08/2015		Indígenas
Chupinguaia	Área Próxima ao Distrito de Guaporé/Faz. do Marci	17/11/2015	35	Sem Terra
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	24/02/2015		Posseiros
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	03/03/2015		Posseiros
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	06/03/2015	40	Posseiros
Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Pai Herói/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	28/04/2015	40	Pequenos proprietários
Costa Marques	Com. Quilombola de Santa Fé	15/01/2015	12	Quilombolas
Costa Marques	Com. Quilombola do Forte Príncipe da Beira	15/01/2015	70	Quilombolas
Costa Marques	Travessão Luiz Sanchez/Linha 21/Acamp. Nova Esperança/Área do Badra	03/02/2015		Sem Terra
Costa Marques	Travessão Luiz Sanchez/Linha 21/Acamp. Nova Esperança/Área do Badra	04/03/2015	11	Sem Terra
Cujubim	Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	30/06/2015		Sem Terra
Cujubim/Rio Crespo	Terra Boa/Burareiro 20/Linha C - 100	13/10/2015	36	Posseiros
Espigão do Oeste/Vilhena	Reserva Indígena Roosevelt	11/05/2015	240	Indígenas

Guajará-Mirim/Nova Mamoré/Porto Velho	T. I. Karipuna	28/05/2015	31	Indígenas
Itapuã do Oeste	Comunidade Rei do Peixe	11/03/2015	70	Pescadores
Lábrea (AM)/Porto Velho (RO)	T. I. Kaxarari	16/05/2015	70	Indígenas
Machadinho d'Oeste	Acamp. Belo Horizonte/Condomínio Alfazema/Linha 12/Lote 49/Asprobec	28/04/2015		Pequenos proprietários
Machadinho d'Oeste	Assent. Santa Maria II/Acamp. Fortaleza/Sítio Alto Alegre	26/02/2015		Assentados
Machadinho d'Oeste	Assent. Santa Maria II/Acamp. Fortaleza/Sítio Alto Alegre	12/04/2015	80	Assentados
Machadinho d'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II/Cajueiro I	27/05/2015	35	Sem Terra
Machadinho d'Oeste	Fazenda Jatobá	27/03/2015	30	Sem Terra
Machadinho d'Oeste	Resex Angelim	19/11/2015		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Castanheira	19/11/2015		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Massaranduba	19/11/2015		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Rio Preto Jacundá	19/11/2015		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Roxinho	19/11/2015		Extrativistas
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	12/11/2015		Sem Terra
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	22/11/2015		Sem Terra
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	31/12/2015	30	Sem Terra
Monte Negro	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	06/08/2015		Posseiros
Monte Negro	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	22/10/2015	110	Posseiros
Parecis	Acamp. Arraial do Cajueiro/Lote 30-A	26/01/2015	40	Sem Terra
Parecis	Faz. Bafo de Onça-Mineiros/Lote 62/Setor 05/Linha 85/Gl. Corumbiara	25/11/2015	68	Posseiros
Parecis	Lote 61/Setor 05/Linha 85/Gleba Corumbiara	25/11/2015	30	Posseiros
Pimenta Bueno	Gl. Corumbiara/Lt 88/Linha 45/Setor 3/Acamp. Rancho Alegre 2	14/08/2015		Sem Terra
Pimenta Bueno	Gl. Corumbiara/Lt 88/Linha 45/Setor 3/Acamp. Rancho Alegre 2	25/08/2015	40	Sem Terra
Pimenta Bueno/Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	28/04/2015	38	Posseiros
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro: Jardim Santana e Ulisses Guimarães	21/10/2015	800	Posseiros
Porto Velho	Faz. Boi Vermelho/Acamp. Avenida Brasil	04/05/2015	30	Posseiros
Porto Velho	Faz. Kamias/Gleba do Japonês/Acamp. Frutos da Terra	05/03/2015	35	Sem Terra
Porto Velho	Fazenda Bom Futuro	21/10/2015	80	Posseiros
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	03/03/2015	180	Posseiros
Porto Velho	P. A. Pau d' Alho/Faz. Fartura	21/10/2015	42	Assentados
Porto Velho	P. A. São Francisco/Faz. Camim/Camia/Kamias/Linha G da F/Acamp. Fruto da Terra	28/04/2015	35	Sem Terra
Rio Crespo	Acamp. Bacuri/Linha 105/Km 30/Burareiros 14, 15, 16/Gl. 01	11/11/2015	20	Posseiros
Rio Crespo	Fazenda Vocal	31/03/2015		Sem Terra
Rio Crespo	Fazenda Vocal	18/05/2015	18	Sem Terra
São Francisco do Guaporé/Seringueiras	Indígenas Puroborá/Rio Manoel Correia	16/04/2015	65	Indígenas
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	15/10/2015		Sem Terra
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	17/10/2015	73	Sem Terra
Vilhena	Gl. Corumbiara/Lote 53/Linha 135/Setor 12/Faz. São José/Assoc. dos Produtores do Rio d' Ávila	25/11/2015	50	Posseiros
Vilhena	Gleba Corumbiara/Lote 84	31/01/2015	40	Posseiros
Vilhena	Glebas Iquê e Pesqueira	29/07/2015	150	Posseiros
Vilhena	Nova Vida/Lotes 76, 77 e 78/Linha 140/Setor 12/Gl. Corumbiara/Assoc. dos Peq. Chacareiros do St. Aeroporto	25/11/2015	80	Posseiros
Vilhena	P. A. Águas Claras	20/05/2015		Assentados
Vilhena	P. A. Águas Claras	21/10/2015	64	Assentados
Subtotal:		78	3725	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alto Paraíso	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	01/11/2015	25	SI
Chupinguaia	Área Próxima ao Distrito de Guaporé/Faz. do Marci	17/11/2015	35	LCP
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	01/11/2015	30	LCP

Pimenta Bueno	Gl. Corumbiara/Lt 88/Linha 45/Setor 3/Acamp. Rancho Alegre 2	12/08/2015	40	SI
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	11/07/2015	73	ATR
Subtotal:		5	203	

Total Conflitos por Terra - RO	83	3928
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO**Trabalho Escravo**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Porto Velho	Floricultura Afloron	29/01/2015	1			Floricultura
Seringueiras	Fazenda Boa Vista	22/06/2015	100			Lavoura
Seringueiras	Fazenda do Dr Augusto	22/06/2015	10			Pecuária
Vilhena	Fazenda Rio Vermelho	17/08/2015	2	2		Pecuária
Subtotal:		4	113	2		

Total Conflitos Trabalhistas - RO	4	113
--	----------	------------

ÁGUA**Conflitos pela Água**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Candeias do Jamari	Usina Hidrelétrica Samuel	10/03/2015	1000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Machadinho d'Oeste	UHE Tabajara/PAC	26/07/2015	550	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Nova Mamoré	Com. Garimpo do Araras/UHE Jirau/PAC	26/01/2015	200	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Santa Rita/UHE Sto. Antônio/PAC	09/01/2015	135	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Porto Velho	Com. de São Carlos/Bom Será/Itacoã/Terra Caída/UHE Jirau e Sto. Antônio	22/10/2015	900	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Assent. Joana Darc I, II e III/UHE Jirau e Sto. Antônio/PAC	17/12/2015	286	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		6	3071		

Total dos Conflitos no Campo RO	93	Pessoas: 35108
--	-----------	-----------------------

Roraima**TERRA****Conflitos por Terra**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Alegre/Boa Vista	Gleba Cauamé/Mun. Boa Vista/Alto Alegre	21/08/2015	100	Sem Terra
Alto Alegre/Caracarái/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiui/Papiu/Yawaripé	07/05/2015		Indígenas
Alto Alegre/Caracarái/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiui/Papiu/Yawaripé	09/08/2015		Indígenas
Alto Alegre/Caracarái/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiui/Papiu/Yawaripé	25/09/2015		Indígenas
Alto Alegre/Caracarái/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiui/Papiu/Yawaripé	06/11/2015	1142	Indígenas
Boa Vista	Gleba Murupu/Com. Baixadão do Bem-Te-Vi/Reg. Bom Intento	10/03/2015		Sem Terra
Boa Vista	Gleba Murupu/Com. Baixadão do Bem-Te-Vi/Reg. Bom Intento	19/03/2015		Sem Terra
Boa Vista	Gleba Murupu/Com. Baixadão do Bem-Te-Vi/Reg. Bom Intento	22/07/2015	60	Sem Terra
Boa Vista	T. I. Anzol/Faz. São Jorge	16/07/2015	14	Indígenas
Mucajaí	Faz. Modelo/Rancho Favo de Mel	09/02/2015	1	Sem Terra
Normandia/Pacaraima/Uira mutã	T. I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	28/05/2015	3800	Indígenas
Pacaraima	T. I. São Marcos/Macuxi/Wapixana/Taurepang	05/02/2015	956	Indígenas

Subtotal:		12	6073			
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias Organização			
Boa Vista	Gleba Murupu/Com. Baixadão do Bem-Te-Vi/Reg. Bom Intento	09/03/2015	37 Oi			
Subtotal:		1	37			
Total Conflitos por Terra - RR		13	6110			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Cantá	Fazenda Impala	24/06/2015	1	1		Pecuaría
Subtotal:		1	1	1		
Total Conflitos Trabalhistas - RR		1	1			
Total dos Conflitos no Campo RR		14	Pessoas: 30551			

Santa Catarina

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Abelardo Luz	Fazenda Papuã/Itália II	30/09/2015	555	Sem Terra		
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/Itaty/Guarani M'Bya	31/05/2015		Indígenas		
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/Itaty/Guarani M'Bya	19/10/2015		Indígenas		
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/Itaty/Guarani M'Bya	31/10/2015	34	Indígenas		
Subtotal:		4	589			
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Passos Maia	Fazenda Indomel	18/04/2015	300	MST		
Três Barras	Área em Campininha	31/05/2015	60	MST		
Subtotal:		2	360			
Total Conflitos por Terra - SC		6	949			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Nova Veneza	JBS Aves Ltda	24/02/2015	9	9		Avicultura
Painel	Fazenda de Solon Alves	16/04/2015	11	11	1	Maça
Urubici	Fazenda do Renaldo de Oliveira Pinto	03/03/2015	18	18	1	Maça
Vidal Ramos	Fazenda do Antônio José Bezerra	01/01/2015	5	5		Cebola
Vidal Ramos	Fazenda do Maison May	01/01/2015	5	5		Cebola
Vidal Ramos	JBS Aves Ltda	24/02/2015	9	9		Avicultura
Subtotal:		6	57	57	2	
Total Conflitos Trabalhistas - SC		6	57			
Total dos Conflitos no Campo SC		12	Pessoas: 4802			

São Paulo

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Avaí	Fazenda Santo Antônio	23/09/2015	250	Sem Terra		
Cafelândia	Área da Empresa Revati no Distrito de Buriti	19/07/2015	180	Sem Terra		
Euclides da Cunha Paulista	Acamp. 1º de Maio/Fepasa	16/06/2015		Sem Terra		
Gália	Fazenda Recreio	19/01/2015	78	Sem Terra		

Guareí/Itapetininga/Quadra/Tatuí	Fazenda Paiol	24/01/2015		Sem Terra
Guareí/Itapetininga/Quadra/Tatuí	Fazenda Paiol	14/04/2015	700	Sem Terra
Iguape	14 Com. Caiçara na Est. Eco. Juréia Itatins	26/06/2015		Posseiros
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	08/08/2015	25	Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda Nova Prata	09/06/2015	20	Sem Terra
Paulicéia	Faz. na Vicinal Carvalho Sobrinho	06/03/2015	6	Sem Terra
Pindamonhangaba	Área da Fatec	23/03/2015	45	Sem Terra
Piquerobi	Fazenda Rio Negro	04/06/2015	30	Sem Terra
São Luís do Paraitinga	Povoado São Pedro de Catuçaba/Fibria	19/05/2015	200	Posseiros
São Paulo	T. I. Jaraguá/Tekoa Pyau/Ytu/Itakupe	26/03/2015	200	Indígenas
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	17/03/2015		Sem Terra
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	08/08/2015		Sem Terra
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	28/11/2015	250	Sem Terra
Ubirajara	Acamp. Estrada Vicinal/ Área em Ubirajara	09/11/2015	45	Sem Terra
Subtotal:		18	2029	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Agudos	Faz. N. Sra. de Fátima	21/06/2015	15	FNL
Avai	Fazenda Santo Antônio	19/09/2015	250	FNL
Borebi/Iaras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	02/08/2015	200	MST
Cafelândia	Área da Empresa Revati no Distrito de Buriti	30/04/2015	180	MST
Dracena	Usina Dracena	20/01/2015	15	FNL
Gália	Fazenda Recreio	17/01/2015	78	MPST
Marabá Paulista	Faz. São Luiz/Grupo Sucroalcooleiro Decasa	20/01/2015		FNL
Marabá Paulista	Fazenda Floresta	25/06/2015	15	FNL
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	05/08/2015	25	MST
Marabá Paulista	Fazenda Nova Prata	04/06/2015	20	FNL
Paulicéia	Faz. na Vicinal Carvalho Sobrinho	10/01/2015	6	MST
Pindamonhangaba	Área da Agência de Tecnologia do Agronegócio - APTA	23/03/2015	45	MST
Piquerobi	Fazenda Rio Negro	31/05/2015	30	FNL
Piratininga	Fazenda Santa Francisca	30/05/2015	180	FNL
Presidente Venceslau	Usina Decasa	20/01/2015		FNL
Regente Feijó	Destilaria Santa Fany	20/01/2015	20	FNL
Santo Anastácio	Us. Alvorada do Oeste/Agrícola Monções	20/01/2015	50	FNL
Serra Azul/Serrana	Usina Nova União/Área do Estado	16/04/2015	200	MST
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	17/03/2015		MST
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	16/04/2015		MST
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	08/08/2015	380	MST
Subtotal:		21	1709	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Piquerobi	Fazenda Rio Negro	04/06/2015	30	FNL
Ubirajara	Acamp. Estrada Vicinal/ Área em Ubirajara	24/06/2015	45	MST
Subtotal:		2	75	

Total Conflitos por Terra - SP 41 3813

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cubatão	Colônia de Pescadores	09/05/2015	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	150		

Total dos Conflitos no Campo SP 42 Pessoas: 19815

Sergipe

TERRA

Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Pedra Mole	Fazenda Riacho Grande	05/08/2015	300	Sem Terra
Subtotal:		1	300	
Total Conflitos por Terra - SE		1	300	
Total dos Conflitos no Campo SE		1	Pessoas: 1500	

Tocantins

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	02/05/2015		Sem Terra
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	21/10/2015	150	Sem Terra
Barra do Ouro	Gleba Tauá	03/04/2015		Posseiros
Barra do Ouro	Gleba Tauá	13/05/2015		Posseiros
Barra do Ouro	Gleba Tauá	24/10/2015		Posseiros
Barra do Ouro	Gleba Tauá	12/11/2015	86	Posseiros
Campos Lindos	Fazenda Mirante	20/05/2015	300	Posseiros
Campos Lindos	Serra do Centro/Proj. Campos Lindos	29/05/2015	82	Posseiros
Nova Olinda	Faz. Santa Maria/Gleba Anajá/Pombas	27/04/2015		Sem Terra
Nova Olinda	Faz. Santa Maria/Gleba Anajá/Pombas	17/06/2015		Sem Terra
Nova Olinda	Faz. Santa Maria/Gleba Anajá/Pombas	30/07/2015	29	Sem Terra
Nova Olinda/Palmeirante	Fazenda Boa Esperança	15/10/2015	1	Posseiros
Palmeirante	Acamp. Alagoinhas/ Faz. Lagoinha/ Lot. Garças/ Gleba Anajá	26/01/2015		Sem Terra
Palmeirante	Acamp. Alagoinhas/ Faz. Lagoinha/ Lot. Garças/ Gleba Anajá	08/08/2015	20	Sem Terra
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	11/01/2015		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	13/08/2015	11	Assentados
Porto Nacional	Assentamento Retiro	11/10/2015	10	Assentados
Tocantinópolis	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada/PAC	15/01/2015		Indígenas
Tocantinópolis	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada/PAC	25/05/2015	227	Indígenas
Subtotal:		19	916	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	02/05/2015	150	MST
Nova Olinda	Faz. Santa Maria/Gleba Anajá/Pombas	17/04/2015	29	OI
Palmeirante	Loteamento Pomba/Faz. CL777P.77P1	29/10/2015	20	OI
Subtotal:		3	199	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Nova Olinda	Faz. Santa Maria/Gleba Anajá/Pombas	31/07/2015	29	OI
Palmeirante	Acamp. Alagoinhas/ Faz. Lagoinha/ Lot. Garças/ Gleba Anajá	08/08/2015	20	OI
Subtotal:		2	49	

Total Conflitos por Terra - TO

24 **1164**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Araguaína	Fazenda Paraíso	20/10/2015	2	2	Extração	
Arraias	Fazenda Guarani	15/04/2015	12		Pecuária	
Babaçulândia	Fazenda Paraíso	02/10/2015	2	2	Carvão	
Dois Irmãos do Tocantins	Fazenda Ana Traira	22/07/2015	3	3	Pecuária	
Muricilândia	Fazenda São Lucas	05/02/2015	2	2	Pecuária	
Paraná	Garimpo Cara Pelada	07/04/2015	2	2	Mineradora	
Porto Nacional	Fazenda Castelo	16/07/2015	9	9	Carvão	

Santa Fé do Araguaia	Fazenda União	26/06/2015	9			Lavoura
Xambioá	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	20/02/2015	8			Pecuária
Subtotal:		9	49	20		
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Carmolândia	Fazenda Cascata	02/03/2015	9	1		Lavoura
Subtotal:		1	9	1		
Total Conflitos Trabalhistas - TO		10	58			
Total dos Conflitos no Campo TO		34	Pessoas: 5878			

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	998	603290
Trabalho	84	1862
Água	135	211685
Seca		
Total Brasil	1217	816837



Foto: Joka Madruga

Mineração e questão agrária: as reconfigurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá a partir do subsolo

Julianna Malerba*

A mineração tem crescido a taxas expressivas tanto no Brasil como em todo o continente sul americano. Entre 2000 e 2010

o setor teve um crescimento de 500% no país e as operações minerais, que em 2004 eram na ordem de 20 bilhões de reais, em 2011 ultrapassaram R\$ 85 bilhões. Nos principais estados mineradores – Minas Gerais e Pará – foram abertas novas minas de bauxita, cobre, manganês, níquel e tem se ampliado expressivamente a extração de minério de ferro, cuja produção estima-se que triplique até 2030 e atinja o patamar de 1 bilhão de toneladas/ano. A fronteira mineral tem se expandido também para outras regiões. Em 2014, dos dez maiores investimentos em exploração geológica para fins minerais (que juntos somavam aproximadamente 116 milhões de reais), dois estavam em Goiás, três na Bahia e um no Amapá, embora Minas Ge-

* Assessora nacional da FASE (www.fase.org.br) e doutoranda do IPPUR/UFRJ. E.mail: jumalerba@gmail.com

rais seguisse concentrando em torno de 40% desses investimentos (MINÉRIOS e MINERAIS, 2015).

Ao longo da última década, aprofundou-se a dependência econômica do país com relação ao setor minero-exportador. Entre 2000 e 2010, a exportação mineral brasileira praticamente dobrou, passando de 163 milhões de toneladas para 321 milhões de toneladas. Segundo Milanez, “em termos econômicos, essa variação representou um aumento de US\$ 3,2 bilhões (5,9% das exportações) para US\$ 30,8 bilhões (15,3% das exportações)”¹. Ao contribuir expressivamente com a geração de saldos comerciais², a mineração tornou-se um setor estratégico para o governo.

Embora 70% das 3.370 minas que existem no Brasil (dados de 2009) sejam de pequeno porte (em geral ligadas à extração de areia, saibro, cascalho e brita), a concentração dos investimentos e da produção do setor voltada à exportação está nas mãos de grandes corporações que controlam grandes minas, cujo processo extrativo necessita de redes de infraestrutura (ferrovias, estradas, minerodutos, plantas de beneficiamento, hidrelétricas) e montantes elevados de capital. Segundo o Anuário Mineral Brasileiro (DNPM, 2010), as quinze maiores empresas de mineração no país foram responsáveis por mais de dois terços da produção mineral brasileira. Somente a Vale detinha, em 2011, 72% do mercado nacional de minérios (Ayres, Apud BUSTAMANTE, 2013).

É justamente a grande mineração, sob controle de corporações de capital nacional e transnacional que atuam, em geral, de forma associada, que deverá seguir ampliando sua produção e peso na economia nacional, sobretudo neste momento de retração no preço das *commodities* minerais, por mais paradoxal que isso possa parecer.

Com a crise de 2008 e a desaceleração, a partir de 2013, da demanda global (sobretudo chinesa) por minérios, o preço nominal da tonelada de minério de ferro, principal item da pauta exportadora mineral do país, passou de US\$ 179, em janeiro de 2011, para US\$ 68, em janeiro de 2015. Esse cenário tem levado à concentração do mercado mineral, uma vez que pequenas e médias empresas não conseguem competir com as grandes que passam a apostar na criação e ampliação de economias de escala (que implica na reorganização do processo produtivo de modo a maximizar a produção, diminuir os custos e incrementar a oferta de bens e serviços) a fim de manter a rentabilidade de seus investimentos diante da queda do preço do minério no mercado. Na prática, isso tem levado as empresas a ampliar seu nível de endividamento, aumentando a centralidade da dimensão financeira em suas operações e o peso do compromisso com retornos de rentabilidade a seus acionistas. Ao mesmo tempo, intensifica-se a extração, aumentando os riscos para os trabalhadores e para o meio ambiente (PoEMAS, 2015).

¹ <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/545654-exportacao-de-minerio-e-a-opcao-brasileira-pela-crise-permanente-entrevista-especial-com-bruno-milanez>.

² Entre 2010 e o primeiro semestre de 2013, contribuiu para a geração de um superávit de mais de US\$100 bilhões na balança comercial brasileira que, sem a participação dos minérios, seria deficitária (IBRAM, 2012).

O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco/VALE/BHP em novembro de 2015 é um resultado trágico e concreto dessa tendência. Segundo estudo produzido pelo Grupo de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, da UFJF e UFRJ, o endividamento da Samarco vêm crescendo progressivamente desde 2009, tendo sido ampliado em 29% entre 2013 e 2014, vis a vis à diminuição de sua lucratividade. Em 2014, a dívida bruta da empresa era três vezes maior que os recursos obtidos em suas atividades operacionais (idem, p. 9 e 10). O estudo demonstra que a relação entre seu endividamento e sua receita operacional tornou-se um fator determinante para elevação da produtividade como forma de garantir a remuneração dos acionistas. Isso significou uma ampliação expressiva nas taxas de extração, com aumento, conseqüentemente, do uso de recursos naturais (especialmente água³) e de produção de rejeitos. Também resultou na adoção de “uma ampla política de terceirização (...) acompanhada pela deterioração das condições de trabalho” (idem, p.6).

É importante destacar que os processos de beneficiamento mineral são intensivos no uso de água e energia. A Albrás, segunda maior fábrica de alumínio do Brasil, instalada em Barcarena (PA), consome a mesma quantidade de energia elétrica de Belém e Manaus, respondendo sozinha a 1,5% do consumo de energia elétrica do

país, com seus 200 milhões de habitantes (PINTO, 2009). A construção de novas hidrelétricas de grande e médio porte na Amazônia tem, portanto, forte relação com o processo em curso de expansão da mineração no Brasil.

Além de usar muita água no processo de beneficiamento do minério, a ampliação das infraestruturas de escoamento, em especial dos minerodutos (que transportam os minérios sob pressão da água), também deverá aumentar a pressão sobre o uso da água: em Minas Gerais operam três minerodutos e pretende-se instalar outros quatro. Juntos os sete minerodutos consumirão 8.170 milhões de metros cúbicos, quase metade de toda a água consumida mensalmente por Belo Horizonte que corresponde a 18.403 metros cúbicos (IBASE, 2012). O Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2012 já aponta a mineração como a segunda principal fonte de requisições de usos de água e indica a forte tendência de crescimento das outorgas relacionadas à mineração entre os anos 2000 e 2012 (BITTENCOURT, 2013). O levantamento mais recente dos conflitos agrários no Brasil realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa que das 135 ocorrências registradas em 2015 no relatório Conflitos pela Água, 76 envolvem mineração.

Seja pela pressão que exerce sobre os recursos naturais ou pela reorganização es-

³ Segundo o estudo produzido pelo PoEMAS (UFJF/UFRJ), nos últimos anos a Samarco aumentou significativamente o consumo de água em suas operações de beneficiamento primário e disposição de rejeitos, ao mesmo tempo em que diminuiu os níveis de eficiência em sua utilização nos processos de extração, produção e transporte. O estudo faz ainda referência à situação de escassez hídrica vivida pelo município de Mariana-MG, que vem intensificando uma política de rodízio de abastecimento que privilegia o uso industrial em detrimento do uso residencial, gerando condições desiguais de acesso à água. (PoEMAS, 2015, p.8 e 12).

pacial decorrente da estrutura logística necessária para extração, beneficiamento e escoamento, esse caráter intensivo no uso dos recursos naturais que marca as atividades minerais de larga escala como as que estão em curso no Brasil, revela conexões existentes entre as questões agrária e minerária. Também aponta algumas reconfigurações que a luta pela terra assume no momento em que a disputa pelo subsolo se acirra com o avanço da fronteira minerária.

Mineração e questão agrária

A Constituição estabelece que a propriedade do solo e do subsolo não coincidem, sendo o subsolo e seus recursos propriedade exclusiva da União que concede, no interesse nacional, o direito de pesquisa e lavra, garantindo ao titular do direito minerário a propriedade do produto extraído e ao proprietário do solo uma participação no resultado da lavra. Entretanto, existe um claro conflito de interesses entre a mineração e outras atividades que também devem ser exercidas em prol do interesse nacional, como a Reforma Agrária, pelo tratamento constitucional que é dado a ambas.

Ainda que alguns pareceres da Procuradoria Geral da União defendam a prioridade da mineração em áreas declaradas de interesse social para fins de reforma agrária (DNPM, 2004), uma série de políticas de ordenamento territorial e conservação ambiental, conquistadas após a redemocratização, incluem mecanismos que criam, na verdade, restrições à atividade mineral.

De fato, o processo de territorialização da

luta pela terra, empreendida nas últimas décadas por diversos grupos sociais denominados ou autodenominados “povos ou comunidades tradicionais”, resultaram em políticas de ordenamento fundiário que reconheceram a diversidade fundiária brasileira, garantindo segurança fundiária a comunidades e populações que possuem formas específicas de apropriação dos recursos naturais, o que inclui práticas de uso e acesso à terra, diversas daquelas estabelecidas pelo paradigma liberal de propriedade privada. Tais políticas prevêm instrumentos que garantem, através de mecanismos do programa de reforma agrária ou do sistema nacional de unidades de conservação, a titulação coletiva das terras, protegendo-as da alienação. Até o momento, elas resultaram na exclusão de aproximadamente 158 milhões de hectares de terra (que correspondem a terras indígenas e quilombolas, a Reservas Extrativistas, a Reservas de Desenvolvimento Sustentável e aos Assentamentos Diferenciados) do mercado, protegendo a posse da terra em favor de povos e comunidades tradicionais (VIANNA JR, 2013).

A impossibilidade de aquisição das terras cujos subsolos estão sob concessão das mineradoras as obriga a ter de reconhecer e garantir os direitos previstos pela constituição aos superficiários, o que representa um impacto negativo sobre a sua lucratividade. No Projeto Agroextrativista Juruti Velho (no município de Juruti/PA), onde atualmente a mineradora Alcoa extrai bauxita, foi através da obtenção de um título de domínio coletivo que os comunitários conseguiram obrigar a empresa a compensar os danos causados pelas suas atividades e a reconhecê-los como

superficiários, assegurando-lhes a participação no resultado da lavra, prevista no atual código mineral (NAHUM & CASTRO, 2012).

Além disso, em algumas unidades de conservação de uso sustentável que abrigam populações extrativistas, como é o caso das Reservas Extrativistas (RESEX) e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), a mineração não é permitida, por “comprometer a integridade dos atributos que justificam a proteção dessas áreas” (art 225, CF).

Não por acaso, tais mecanismos estão na mira dos setores conservadores que hegemonomizam o Congresso Nacional e que, nesse momento (março de 2016), discutem um Novo Código Mineral para o país. A primeira comissão parlamentar responsável pela análise da proposta – composta na sua maioria por deputados financiados por empresas mineradoras⁴ – incluiu em algumas das versões do substitutivo ao Projeto de Lei, artigos que ampliavam as garantias de acesso à água às mineradoras e que, também, visavam neutralizar os

efeitos dessas políticas que, ao garantir direito à terra, limitam a atividade mineral⁵.

Não é coincidência que em um Congresso hegemonomizado por interesses ligados ao capital agrário-financeiro-minerário⁶, o novo código seja atravessado por questões relacionadas à política fundiária e ambiental. Ele se inscreve em um processo mais amplo de reordenamento normativo atualmente em curso no país que visa desconstruir direitos conquistados por setores historicamente subalternizados. Direitos que representam avanços frente à histórica concentração fundiária brasileira, pois fazem prevalecer a dimensão (re) produtiva sobre a dimensão mercantil da terra.

De fato, atualmente há no Supremo Tribunal Federal (STF) mais de 150 ações (CÁPIBERIBE e BONILLA, 2015) contestando demarcações de Terras Indígenas. No Legislativo e Executivo, dezenas de decretos, portarias, projetos de lei e de emendas constitucionais em debate ou tramitação visam impor limites às garantias constitucionais à terra a populações tradicionais (MALERBA, 2015).

⁴ Uma análise detalhada sobre a prática de financiamento de campanhas e o perfil de financiamento dos deputados da Comissão Especial destinada a relatar o novo código mineral pode ser encontrada em Oliveira (2015).

⁵ É o caso do artigo 119, que estabelece a necessidade de anuência da Agência Nacional de Mineração para a criação de qualquer atividade que cause impedimento a mineração (o que seguramente incluirá a criação de áreas destinadas à tutela de interesses, tais como unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas). E também do artigo 136, que permite a exploração de recursos naturais nas unidades de conservação de uso sustentável. Embora algumas unidades de conservação de uso sustentável permitam esse tipo de atividade, conforme mencionado, nas Reservas Extrativistas (RESEX) e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que abrigam populações extrativistas, essa atividade atualmente não é permitida. Para uma análise mais detalhada, ver <http://fase.org.br/pt/acervo/documentos/o-novo-codigo-mineral-menos-governanca-publica-sobre-o-aproveitamento-dos-recursos-minerais-e-mais-imprescricao-na-garantia-de-direitos-aos-afetados/>.

⁶ Segundo estimativa da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), feita logo após as eleições em 2014, a bancada ruralista na Câmara Federal crescerá a partir de 2015: dos 191 deputados que formavam a FPA, 139 foram reeleitos e 118 parlamentares eleitos para o primeiro mandato em Brasília têm afinidade com o setor agrícola. Somente a bancada ruralista poderia chegar a 257 dos 513 deputados federais. Conf. Canal Rural. Bancada ruralista será fortalecida no Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/bancada-ruralista-sera-fortalecida-congresso-nacional-7971>. Segundo informações disponíveis no site da Câmara Legislativa, 224 deputados compõem atualmente a Frente Parlamentar da Mineração. Confira em: www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53690.

A importância dessas terras para o setor minerário se expressa nos dados levantados pela CPT sobre conflitos envolvendo mineração e água, a que nos referimos anteriormente: 63 dos 76 conflitos envolviam populações tradicionais (pescadores, geraizeiros, camponeses de fundo de pasto, quilombolas, ribeirinhos, indígenas), que sofrem com a poluição ou a destruição de mananciais ou têm o acesso à água obstruído por atividades minerais (Ver tabela Conflitos pela Água). É provável que isso se dê em razão das terras comunitárias representarem, em algumas regiões do país, as áreas mais extensas de biodiversidade (CAPIBERIBE & BONILLA, 2015) e, conseqüentemente, em produção de água, insumo essencial à produção minerária, conforme já mencionamos.

Mas os conflitos envolvendo a mineração não se limitam aos conflitos por água, nem só aos que afetam terras comunitárias. Entre as Ocorrências de Conflitos por Terra, em 2015, 67 estão relacionadas à atividade minerária. Estes conflitos envolviam além das populações tradicionais, assentados, sem terra, posseiros e peque-

nos proprietários que têm sido vítimas de ações de violência decorrentes da atuação de mineradoras em seus territórios. Invasões de terras, ameaças de expulsão e despejo, destruições de moradia e pertences são as principais denúncias quanto à ação das empresas.

Isso revela que a disputa em curso não se limita à arena legislativa e normativa, mas segue se dando no nível territorial, reatualizando a forma historicamente truculenta como os setores econômicos se relacionam com grupos sociais subalternizados, quando estes representam “entraves” aos seus interesses. Quando estratégias mais sofisticadas de construção de legitimação social em torno dos empreendimentos (através, por exemplo, da antecipação de riscos e gestão de conflitos por meio da realização de diagnósticos participativos e de políticas de responsabilidade social, ou da redução da diversidade econômica e da ampliação da dependência econômica local à mineração) não funcionam, são acionadas as formas tradicionais de coerção, amparadas pela sólida e histórica aliança entre os setores econômicos e o Estado.

Referências

- BITTENCOURT, Carlos (2013). Os impactos da mineração nas águas. (mimeo).
- CAPIBERIBE, A., & BONILLA, O. (2015). A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? *Estudos Avançados*, 29(83), 293-313. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000100014>
- BUSTAMANTE, L.A.C; CAVALCANTE FILHO; J.T.; BIATO, M. F.; GOMES, C. J. V. (2013). Análise do Projeto de Lei de Marco Regulatório da Mineração no Brasil. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, set./2013. (Texto para discussão n. 137). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 5set. 2013.
- DNPM (2010). Anuário Mineral Brasileiro. Vol.

35. Disponível em:

http://www.dnpm.gov.br/relatorios/amb/Completo_2010.pdf

____ (2012). Informe mineral. Jul/Dez 2012.

Disponível em:

http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=7594

IBASE (2012). O boom da mineração e seus efeitos. Factsheet.

IBRAM (2012). Informações e análises da economia mineral brasileira. 7.ed. Disponível em: www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf

MALERBA, J. (2015). Reordenamento normativo e novos direitos: as disputas pela (re) apropriação simbólica e material dos recursos e territórios de uso comum. Anais do VIII Simpósio de Geografia Agrária. Goiânia

MINÉRIOS & MINERAIS (2015). Duzentas maiores minas brasileiras. Outubro de 2015, n. 375 Disponível em <http://www.minerios.com.br/Conteudo/Arquivos/Mat/files/Revisita%20sem%20fichas.pdf>

NAHUM, J. S. & CASTRO, I. A. (2012). Um capítulo da questão agrária na Amazônia: mineração e campesinato no município de Juruti (PA). Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia.

OLIVEIRA, C. R. (2015) Quem é quem nas discussões do novo código da mineração 2014. Rio de Janeiro: IBASE.

PoEMAS (2015). Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/VALE/BHP em Mariana (MG). Mimeo, 2015.



À frente da reocupação do latifúndio do senador Eunicio Oliveira, em junho de 2015, a figura de Dom Tomás Balduino derrubando cercas.

Foto: Mídia Ninja

Terra

Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil

Carlos Walter Porto-Gonçalves¹

Danilo Pereira Cuin²

Leandro Teixeira Leal³

Marlon Nunes Silva⁴

e colaboradores⁵

Introdução

Em 1979 o cineasta Cacá Diegues nos ofereceu uma fina reflexão sobre a expansão/invasão da moderna colonização capitalista do Brasil. À mesma época a violência, invisibilizada pela ditadura e pelos grandes meios de comunicação⁶, era a principal característica das relações sociais e de poder nas chamadas “frentes de expansão” do capital, expressão que se consagrara na literatura crítica das ciências sociais. Registre-se, entretanto, que chamar de “frente de expansão” a essas áreas de grande conflitividade, é se colocar na perspectiva de quem se expande, haja vista que na perspectiva das classes e grupos sociais/etnias/povos que sofriam aquela expansão se tratava, na verdade, de “frente de invasão”. A Amazônia, por exemplo, se tornara o cenário mais destacado desse “bye bye, Brasil”, muito embora a prática da violência estivesse longe de se restrin-

gir à região. Marx deu o título de Teoria Moderna da Colonização ao capítulo XXV de *O Capital* onde nos oferece uma rica pista analítica para entender esse processo expansão/invasão do capital e é interessante observar que o faz no capítulo seguinte, ao que tem por título “A Chama-da Acumulação Primitiva”, capítulo muito mais conhecido e citado.

Quando observamos a dinâmica agrária da sociedade brasileira nos últimos 16 anos (2000 a 2015), podemos verificar (Gráfico 1) o seu caráter altamente contraditório materializado no elevado e crescente número de localidades em conflito por terra/água, de ocorrências de conflitos e de famílias neles envolvidas. E, sublinhemos, esses números são superiores a todos os períodos desde que a CPT⁷ passou a registrar a violência no campo em 1985. Entre 2000 e 2015 foram registradas 5.782 localidades em conflito⁸ envolvendo, em

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF. Coordenador do LEMTO-Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades - e Pesquisador do CNPq.

² Pesquisador do LEMTO/UFF, bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

³ Pesquisador do LEMTO/UFF, bolsista de Desenvolvimento Acadêmico da UFF.

⁴ Pesquisador do LEMTO/UFF, bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

⁵ Rhayssa Meira Belloti Matos.

⁶ Registre-se que, à época, havia um qualificado jornalismo independente, como O Porantim, O Varadouro, O Movimento, entre tantos jornais que honraram o melhor do jornalismo brasileiro.

⁷ E cabe aqui um imenso agradecimento à equipe do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CPT, que vêm realizando um belíssimo e criterioso trabalho de organização das memórias das lutas e conflitos no campo brasileiro.

⁸ As análises foram realizadas sobre localidades onde houve ocorrências de “violência contra a ocupação e a posse” e “conflitos pela água” – categorias de registro da própria CPT.

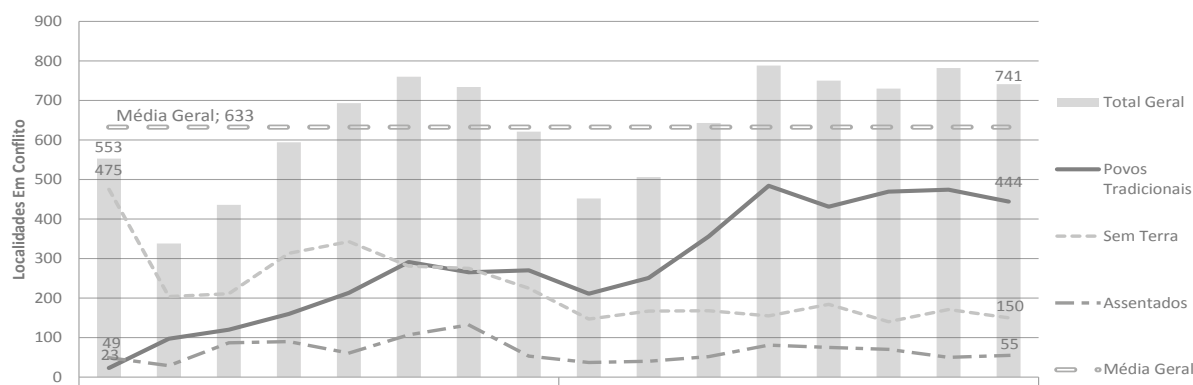
média, 97.399 famílias ao ano. No mesmo período, 38.280 famílias foram expulsas, 295.935 sofreram de tentativas de expulsão, 248.353 foram despejadas, 25.746 foram ameaçadas de despejo, 45.946 tiveram suas casas destruídas, 40.078 suas roças destruídas, além de 595 (encontramos 602 vítimas no período 2000-2015) pessoas assassinadas.

pelo aumento, tanto em termos absolutos como relativos (%), das Populações Tradicionais implicadas em conflitos.

Das situações de conflitos em que foram registradas as categorias sociais envolvidas entre 2000 e 2015, as populações tradicionais representam 46% das localidades, enquanto os sem terra e os as-

Figura 1

Localidades em Conflito
Brasil - 2000-2015

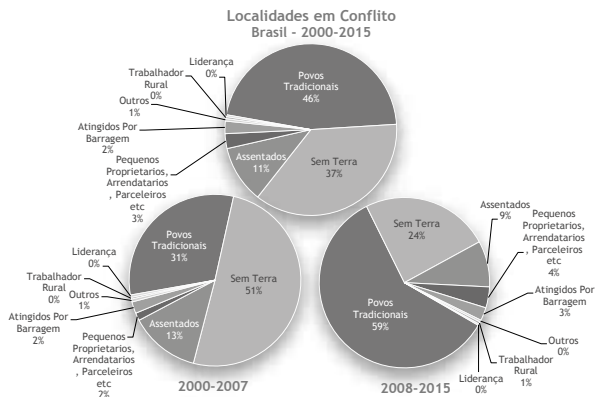


Elaborado pelo Lemto-UFF, a partir de dados do CEDOC Dom Tomás Balduino.

Tais números são suficientemente elevados para indicar a atualidade da questão (da reforma) agrária no Brasil, ao contrário do silêncio tanto acadêmico (com honrosas exceções), como político sobre a questão. A série histórica nos mostra que os conflitos, seja pelo número de ocorrências, seja pelo de localidades ou de famílias envolvidas vêm aumentando consistentemente desde 2002, ainda que apresente queda de 2007 para 2008. A queda verificada de 2007 e 2008 é relevante, pois nos revela uma tendência que será ratificada nos anos subsequentes de diminuição significativa dos Sem Terra implicados nos conflitos. O número de conflitos voltou a crescer significativamente desde 2009, mas

sentados 48%, somados. No subperíodo 2000-2007, os sem terra e os assentados predominam, somando 64% das localidades registradas em conflito enquanto as populações tradicionais aparecem em 31% das localidades. Já no período subsequente de 2008 a 2015, essas proporções são invertidas, com o registro de 33% das localidades em conflito envolvendo sem terra e assentados, e as populações tradicionais, em 59% das localidades! O mesmo pode ser verificado com relação ao número de famílias: as famílias das populações tradicionais contribuíam com 28% do total entre 2000 e 2007 e com 56% no período seguinte 2008-2015!

Gráfico 1



Elaborado pelo Lemto-UFF, a partir de dados do CEDOC Dom Tomás Balduino.

Mais da metade das localidades envolvidas em conflitos estavam na Amazônia (51%) e as demais distribuídas em 26% na região Centro-Sul e 23% no Nordeste. É de salientar o aumento da participação da Amazônia no total de localidades em conflito entre os dois períodos considerados, de 44% para 57%, enquanto a região Nordeste via sua proporção no total do país cair ligeiramente de 25% para 22%, e a região Centro-Sul com uma queda mais acentuada, de 31% para 21%.

Gráfico 2



Elaborado pelo Lemto-UFF, a partir de dados do CEDOC Dom Tomás Balduino.

A dinâmica histórica e geográfica demonstrada por esses dados (fatos) indica a necessidade de repensar o significado da questão (da reforma) agrária no Brasil (1) pelo aumento do número de conflitos, (2) pela distribuição geográfica dos conflitos, onde a Amazônia ganha destaque, e (3) pela importância que as populações tradicionais/camponesas vêm assumindo entre os diferentes grupos sociais em situação de subalternização/opressão/exploração.

Esses dados (fatos) reafirmam a continuidade histórica da violência e da re-existência, que vêm caracterizando a dinâmica agrária brasileira e colocam em xeque o êxito de um padrão de acumulação incessante de capital, que tem como eixo mais dinâmico o latifúndio monocultor voltado para exportação, que apesar de seus recordes de produção de grãos, de madeiras e de carnes se faz com base na injustiça e violência.

Nesse artigo daremos destaque às populações ou povos ou comunidades tradicionais/camponeses, pela importância que vêm assumindo na cena política agrária brasileira e pelas questões teórico-políticas que daí emanam.

De populações (ou comunidades ou Povos) Tradicionais e de Camponeses posseiros

A presença de uma grande variedade de grupos sociais vem marcando a cena agrária brasileira nos últimos anos. São mulheres quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, faxinalenses, cipozeiros, quilombolas, indígenas, camponeses de fundo e fecho de pasto, retireiros, vazanteiros,

caixaras, ribeirinhos, pescadores, caatingueiros, geraizeiros, castanheiros, extrativistas, atingidos por barragens, atingidos pela mineração e atingidos pelo linhão, sem terra, para nos atermos a algumas das identidades registradas pela CPT. Podemos destacar dois grupos entre essas diferentes identidades para fins de análise:

1º Grupo – reúne aqueles/as que remetem a algum uso tradicional da terra, em sentido amplo de natureza (o que implica a água, a vida - floresta, campo, mangue, etc.).

2º Grupo – reúne aqueles/as cuja identidade se define de algum modo por algum agente externo da violência que sofre. São atingidos por barragens, pela mineração, pelos trilhos, pelos linhões de transmissão de energia. Ou, ainda, grupos que se definem nas circunstâncias de processos de desterritorialização e que sinalizam um horizonte de reterritorialização, como os sem terra⁹, cujo “Sem” indica uma perda e o “Terra” indica um horizonte de sentido para a vida com aquilo que perderam.

Enfim, novos/velhos (Cruz, 2011) grupos sociais vêm se juntar aos camponeses, aos assalariados rurais, aos pequenos proprietários, aos colonos e aos posseiros, conformando uma verdadeira polifonia política que nos coloca diante de desafios teóricos para repensar o significado da questão (da reforma) agrária.

Com as populações/povos comunidades tradicionais estamos diante, pois, de uma

categoria social que, como soe acontecer com a formação de todo grupo-classe social/povo/etnia, vem se constituindo por meio dos conflitos em que está implicado, como protagonista ou antagonista. Não se trata de um grupo social que existe e cuja essência vem se afirmar na cena política, mas sim um grupo que se constitui no próprio conflito, afirmando determinadas qualidades/atributos que retiram de sua história, através da memória coletiva, nas circunstâncias das lutas sociais. Atributos/qualidades esses/essas que, tal como num jogo de cartas, cada qual tem, mas faz uso nas circunstâncias dependendo das cartas jogadas por seus antagonistas. Inspirando-nos no historiador marxista inglês E. P. Thompson diríamos que na expressão “lutas de classes” o termo forte é “lutas” e não “classes”, pois é nas lutas que as “classes” se constituem (Porto-Gonçalves, 2004 [1998]).

No contexto nacional da Ditadura e internacional da Guerra Fria foi desencadeado um dos mais intensos processos expropriatórios que a humanidade jamais assistiu em toda história. Contra a Revolução Vermelha, se impôs uma Revolução Verde, que se queria uma revolução nas técnicas, cuja cor invocada fazia referência à outra revolução, vermelha, que queria transformar as relações sociais e de poder! As cores foram ideologizadas! Nunca se expulsou tanta gente do campo como nesses últimos 40 anos! Em outras palavras, jamais tivemos quaisquer 40 anos com tantos expropriados e 40 anos tão devastadores da natureza como esses

⁹ O mesmo pode ser dito dos sem teto, no âmbito do espaço urbano. Tudo parece indicar que há uma questão fundiária também no âmbito urbano. É o que parece indicar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

últimos 40 anos de história! (Porto-Gonçalves, 2010).

O Brasil vem se constituindo num caso emblemático do processo expropriatório em curso em todo o planeta, nesses últimos 40 anos! Basta observar o que vem se passando no Cerrado e na Amazônia, sobretudo com/contra seus povos e toda cultura¹⁰ por eles acumulada durante uma larga história. Isso ensejou um modelo agrário/agrícola que mereceu a fina caracterização de “uma agricultura sem agricultores”, pelo economista argentino Miguel Teubal, conformado com muita violência, inclusive com a ajuda de uma violência abertamente estatizada (ditadura). Essa agricultura sem agricultores que se autoglorifica por ser grande produtora de madeira (eucalipto), de grãos e de carnes, não é só grande produtora de madeira (eucalipto), de grãos e de carnes, mas também de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra ao concentrar muita terra em poucas mãos¹¹.

A violência do Estado capturado pelas oligarquias em seu projeto moderno-colonizador ensejou que determinados grupos sociais forjassem sua identidade mais com as marcas dessa violência, do que pela memória de suas próprias histórias, como são os casos das identidades de atingidos por barragens, atingidos pela mineração, atingidos pelo linhão, como já assinalamos. Em suma, são atingidos o que indica que sua identidade está marca-

da pela violência que sofrem e não por alguma memória geográfica e culturalmente situada. O mesmo se dá com a identidade de “sem terra”. Outros, nesse processo expropriatório generalizado, ainda forjaram a identidade de boias-frias como um modo próprio de assalariado rural.

As lutas dos posseiros e sem terra conformaram, ainda, um novo grupo social – o assentado – que também traz as marcas do Estado na sua constituição. Afinal, o assentamento é uma unidade territorial do Estado que é quem faz a Relação de Beneficiários – RBs – e considera cada família assentada como cliente da reforma agrária. Os termos “beneficiários” e “clientes” indicam que os assentados são uma categoria social subordinada pelo Estado e, assim, não se constituem como categoria política propriamente dita como, de certa forma, os sem terra se constituíram. O assentamento continua sendo lugar de conflitos intensos. O assentamento abriga dentro de si uma tensão entre terra e território, haja vista serem, na sua grade maioria, um somatório de propriedades privadas e não um território controlado pelos assentados. E não estamos nos referindo a um fenômeno marginal haja vista que, no Brasil, são mais de um milhão de famílias assentadas ocupando uma área de cerca de 85 milhões de hectares de terra, aproximadamente 10% de todo o território nacional!

A seguir vamos analisar as localidades em conflito, a natureza e a forma violência

¹⁰ Sempre é bom lembrar que agricultura é cultura do campo. E cultivar tem a mesma origem de cultivar, de culto.

¹¹ O que não estava nos cálculos dos estrategistas e thinktanks do novo padrão de poder (e de saber) é que desse fenômeno social que produziu tantos trabalhadores rurais sem terra, emergisse um grupo social e político, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como o MST.

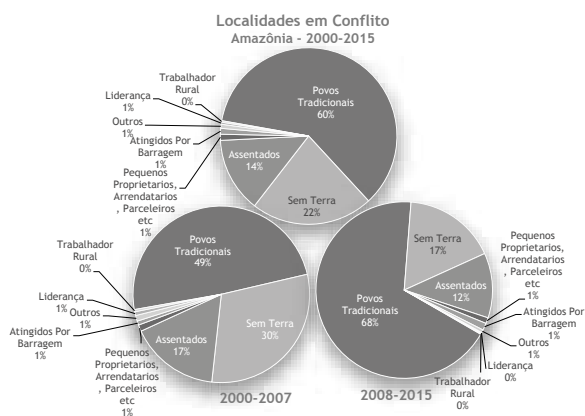
contra os que lutam por terra-território e os protagonistas da violência contra os que lutam por terra-território, no período de 2000 a 2015.

A dinâmica geográfica conflitiva das populações tradicionais no Brasil

No período de 2000-2015 a categoria social 'Populações Tradicionais' se impôs no cenário dos conflitos sociais no campo brasileiro, mormente depois de 2008. (Vide Gráfico 1). Mas há um movimento desigual como podemos observar pelos gráficos a seguir que nos mostra a variação no tempo (2000-2015) e no espaço (macrorregiões geoeconômicas).

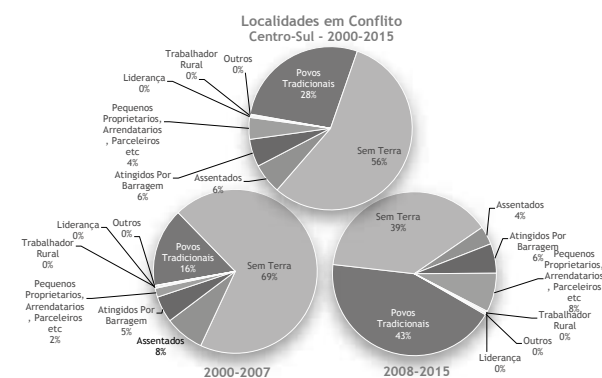
A Amazônia é a única região em que as populações tradicionais predominam sobre qualquer outro grupo social, em todo o período considerado quanto ao número de localidades implicadas em conflito, 60% (Quadro 3). Entretanto, essa proporção aumenta passando de 49% (2000-2007) para 68% no período (2008 a 2015)! O caráter de fronteira enquanto espaço de tensão moderno-colonial da região fica, assim, evidenciado.

Gráfico 3



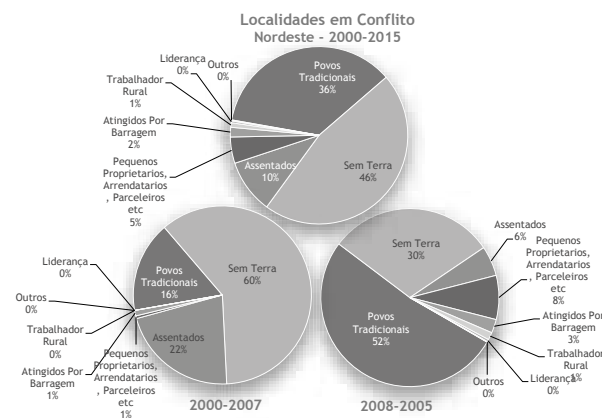
Na região Centro-Sul (Gráfico 4), as localidades com conflitos com sem terra predominam com 56% no período de 2000 a 2015. Porém, a proporção de localidades em que os sem terra estão implicados cai de 69% entre 2000-2007 para 39%, entre 2008-2015, quando as populações tradicionais passam a estar envolvidas em 43% do total das localidades com conflitos.

Gráfico 4



Na região Nordeste (Gráfico 5), as localidades com conflitos com sem terra, entre 2000 a 2015, representam 46% do total. Todavia, também aqui foi diminuindo sua proporção de 60% entre 2000-2007 até atingir 30% entre 2008-2015, quando passam a predominar as localidades em conflito com a presença das populações tradicionais, com 52% do total!

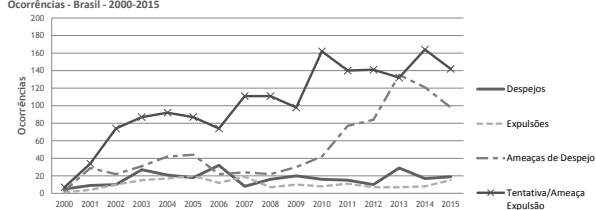
Gráfico 5



Natureza e forma de violência

Os pares de figuras (2 e 3; 4 e 5) comparam as violências sofridas pelas populações tradicionais e pelos sem terra, considerando tanto a natureza da violência - despejos, expulsões, ameaças de despejo e tentativas/ameaças de expulsão -, como as formas concretas como elas vêm sendo praticadas com casas destruídas, roças destruídas, pertences destruídos e pistoagem, além das formas de violência contra a pessoa.

Figura 2: Natureza das violências contra Povos Tradicionais



patamar desde 2004 também contra os sem terra. A modernização, vê-se, conserva as características de violência que a habitam desde o período colonial. Somos levados a concordar com a tese de Aníbal Quijano quando nos diz que “na América Latina o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade”!

Os protagonistas da violência

Observemos quem são os principais responsáveis pelas violências praticadas

Figura 4: Natureza das violências contra os Sem Terra

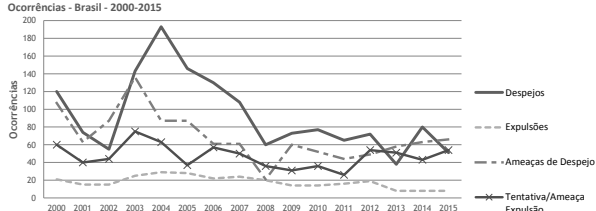


Figura 3: Formas das violências contra Povos Tradicionais

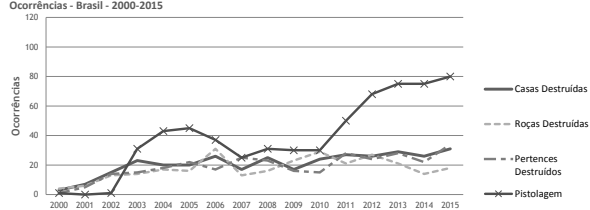
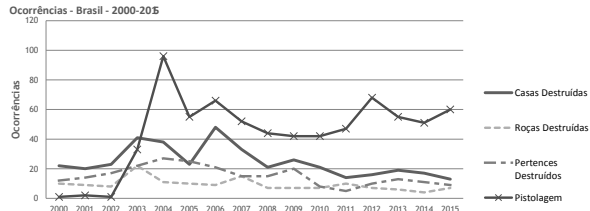


Figura 5: Formas das violências contra os Sem Terra



Elaborado pelo Lemto-UFF, a partir de dados do CEDOC Dom Tomás Balduino.

De imediato, nos chama a atenção o caráter ascendente da violência contra as populações tradicionais e o caráter descendente da violência contra os sem terra, principalmente na segunda metade da série histórica. O primeiro par de gráficos nos mostra o aumento das tentativas/ameaças de expulsão contra as populações tradicionais enquanto diminuem essas ações com relação aos sem terra. Quanto à violência, através da pistoagem, embora aumente de modo mais acentuado contra as populações tradicionais, se mantém no mesmo

contra as populações tradicionais/camponeses/posseiros, de 2000 a 2015. Os fazendeiros, os empresários e os grileiros foram as três categorias que mais se destacaram com 74% das ocorrências de ações violentas contra essas populações. Outros 6% foram por mineradoras, 4% por madeireiras e 2% por hidrelétricas. 10% dessas ações violentas contra populações tradicionais foram cometidas pelo Estado.

As quatro principais categorias sociais

que praticam violência contra as populações tradicionais somam 91% do total no primeiro período (2000-2007) e 80% no segundo período (2008-2015), com destaque (1) para a queda significativa das ações violentas praticadas pelo Estado, cuja proporção cai de 13% para 8% e (2) para o aumento exponencial da proporção de ações violentas praticadas por (empresas) mineradoras, que passa de 1% no primeiro período para 8% no segundo e, ainda, para a presença das (empresas) hidrelétricas no segundo período com 3%, quando tinham presença irrelevante no primeiro período. Os grileiros mantiveram praticamente a mesma proporção (16% e 15%, respectivamente), assim como os madeireiros (3% e 4%, respectivamente). Os fazendeiros, que dominavam amplamente no primeiro período com 43% do total, passam praticamente a dividir essa triste predominância com os empresários (27%), ainda que mantendo o primeiro lugar com 30%. Os empresários crescem significativamente de um período para o outro (19% para 27%), assim como as mineradoras (1% para 8%) e as (empresas) hidrelétricas (de 0% para 3%). As categorias sociais de empresários, de mineradoras e de hidrelétricas somavam 20% no primeiro período e 38% no período de 2008 a 2015.

E tudo isso se dá com a diminuição das ações protagonizadas pelo Estado, que caem de 13% para 8% entre os dois períodos considerados. A reintegração de posse tem sido ainda um instrumento jurídico amplamente utilizado a favor de pretensos proprietários, e com uma agilidade que contradiz a ideia amplamente difundida de que a justiça é lenta. Esse instrumen-

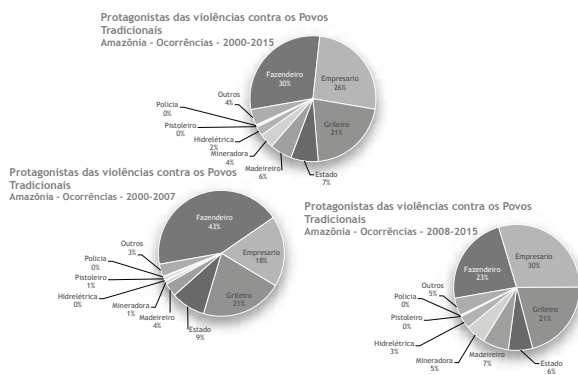
to tem sido utilizado ora (1) contra ocupações e acampamentos protagonizados por movimentos sociais que lutam pela terra e pelo território, ora (2) contra populações que ocupam tradicionalmente a terra. Há uma queda de 28% em termos absolutos nas ocorrências de violência praticada pelo Estado entre os dois períodos, e tudo indica que essa queda esteja relacionada à queda do número de ocupações e assentamentos.

Esses dados (fatos) ratificam a tese de que o Estado brasileiro, através de seu sistema judiciário não usa venda nos olhos e vê muito bem contra quem, e a favor de quem está agindo. Mais que uma justiça lenta, como se apregoa, temos uma justiça de dupla velocidade.

Na Amazônia

Na Amazônia, as categorias sociais que mais se destacam na violência praticada contra as populações tradicionais (Gráfico 6) são, pela ordem, fazendeiros (30%), empresários (26%) e grileiros (21%), considerando-se todo o período 2000-2015. Todavia, essas proporções se alteram significativamente nos dois períodos considerados. Há uma inversão entre a categoria social mais violenta que, do 1º para o 2º período deixa de ser a dos fazendeiros (cai de 43% para 23%), enquanto a de empresários passa a encabeçar (passa de 18% para 30%). Os empresários junto com as mineradoras (de 1% para 5%), as hidrelétricas (de 0% para 3%) e as madeireiras (de 4% para 7%) são as categorias que aumentaram suas ações violentas. Os grileiros mantiveram sua proporção de 21%.

Gráfico 6



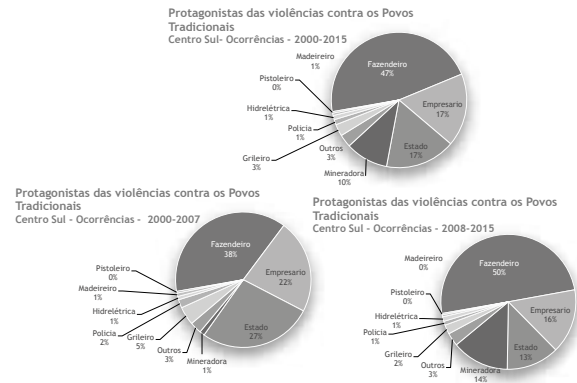
Elaborado pelo Lemto-UFF, a partir de dados do CEDOC Dom Tomás Balduino.

No Centro-Sul

Na região Centro-Sul, no período 2000-2015 (Gráfico 9), os fazendeiros (47%), os empresários e o Estado, ambos com 17% e, em seguida, as empresas mineradoras, com 10%, são as categorias que aparecem como responsáveis pela violência contra as populações tradicionais.

Quando se compara a região Centro-Sul com a Amazônia, chama-nos a atenção a ausência dos grileiros como categoria social relevante nas ações violentas contra as populações tradicionais. Todavia, duas categoriais sociais aumentam sua ação violenta ao longo do período: os fazendeiros, que passam de 38% entre 2000-2007 para 50% no período de 2008-2015, e as mineradoras que passam de 10% para 14% de um período a outro. Os empresários tiveram sua participação reduzida de 23% para 16%, enquanto o Estado registrou um decréscimo ainda mais acentuado, de 28% para 12%.

Gráfico 7



Elaborado pelo Lemto-UFF, a partir de dados do CEDOC Dom Tomás Balduino.

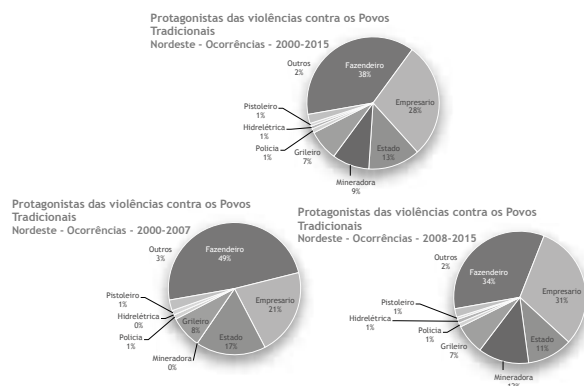
A queda da ação do Estado coincide com a queda das ocorrências em que os sem terra estão implicados em conflitos, que passam de 64% do total das localidades entre 2003-2007, para 39% no período de 2008-2015. Nesse último período, os sem terra, mesmo na região onde historicamente sempre tiveram maior protagonismo, como a Centro-Sul, veem predominar as populações tradicionais, com 43% do total das ocorrências de conflitos. Enfim, é o poder privado (80%) com os fazendeiros (50%), seguidos pelos empresários (16%) e pelas mineradoras (14%) que se destacam pelas ações violentas cometidas contra as populações tradicionais.

No Nordeste

Na região Nordeste, para o período de 2000-2015, as categorias sociais que mais ações violentas praticaram contra as populações tradicionais (Gráfico 8) foram, pela ordem, os fazendeiros (38%), os empresários (28%), o estado (12%) e as mineradoras (9%). Os grileiros vêm logo a seguir com 7%. Cabe notar que entre o período

de 2000-2007 e o de 2008-2015, tanto os fazendeiros como o Estado diminuem sua participação, sendo os fazendeiros de 48% para 34% e o Estado de 19% para 11%. Chama a atenção o aumento da participação dos empresários (de 22% para 31%) e das mineradoras (de 0% para 12%).

Gráfico 8



Elaborado pelo Lemto-UFF, a partir de dados do CEDOC Dom Tomás Balduino

A tabela abaixo nos permite uma boa síntese da dinâmica agrário-agrícola imposta à sociedade brasileira entre 2000 e 2015. É possível ver que esse número de ocorrências implicadas em conflitos no

Brasil aumentou 16,2% entre 2000-2007 e 2008-2015.

Concluindo, ou melhor, para continuar o debate aberto sobre a questão (da reforma) agrária no Brasil

O quadro geral apresentado na tabela-síntese abaixo assinala que os fazendeiros e o Estado foram as únicas categorias que diminuíram suas ações ao longo do período 2000-2015. E ratificando o que já despontava com a ascensão das empresas mineradoras (+2523%), são as categorias que se apresentam como as mais modernas que vêm se destacando por suas ações violentas: Empresários (102%), empresas hidrelétricas (368%). O aumento dos registros da categoria empresários em relação à de fazendeiros traz uma clara conotação de agente modernizador, com todas as contradições que esse termo comporta, sobretudo no Brasil.

Chama a atenção por suas proporções estratosféricas o aumento de registro de localidades, onde a violência é praticada

Quadro 1

Categorias sociais protagonistas de violência
Ocorrências de conflitos por período – Brasil 2000-2015

Categoria Social	2000-2007	2008-2015	Total	Variação	Variação %
Fazendeiro	2468	2175	4643	-293	-11,9%
Empresário	778	1575	2353	797	102,4%
Grileiro	404	806	1210	402	99,5%
Mineradoras	17	446	463	429	2523,5%
Madeireiros	88	251	339	163	185,2%
Hidrelétricas	38	178	216	140	368,4%
Estado	1047	531	1578	-156	-49,3%
Total Ocorrências	5423	6304	11727	881	16,2%

Elaborado pelo Lemto-UFF, a partir de dados do CEDOC Dom Tomás Balduino

por empresas mineradoras (2523%) e hidrelétricas (368%), haja vista o papel que a exportação de minérios vem cumprindo sobretudo para o mercado asiático, China em particular, e pelo significado socio-metabólico da energia. Belo Monte, Jirau e Santo Antônio são os mais visíveis dos muitos conflitos envolvendo hidrelétricas. Em Rondônia surgiu um movimento autodenominado Atingidos pelo Linhão! E não foram poucas as manifestações contra as enchentes que se seguiram ao fechamento das comportas das barragens das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio que, também, não podem ser colocadas na conta do “aquecimento global”.

A energia permite a ampliação/invasão das monoculturas de soja e da criação de gado, além de oferecer condições para a exploração mineral. Não foram poucas as comunidades que se mobilizaram, reivindicando que os comboios de trens cubram os vagões com minério de ferro e outros minerais, para que não derramem fuligem em suas casas ou em suas plantações, trazendo problemas à saúde e à sobrevivência digna. Isso pode ser constatado no Pará, no Maranhão, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e São Paulo. Vimos surgir recentemente o MAM – Movimento de Atingidos pela Mineração – e o Movimento de Atingidos pela Vale. No caso do avanço/invasão da soja, povos indígenas como os Karajá, Tapirapé, Kanela e Xavante, assim como quilombolas e camponeses do Nordeste de Mato Grosso vêm se manifestando contra os danos não só à saúde como também contra a impossibilidade até mesmo de colher o que tradicionalmente plantam para subsistência e para o mercado local/regional,

haja vista que a fumigação com agrotóxicos tira o alimento de pássaros e insetos que, sem comida, encontram nas suas plantações o alimento que agora lhes falta. Além disso, essa modernização colonizadora aumenta o preço da terra e instiga a voracidade das oligarquias locais contra as populações tradicionais.

O caráter conservador dessa modernização se mostra, ainda, com a sombria e persistente presença dos grileiros (+ 99,5% de 2000-2007 para 2008-2015) como a quarta categoria social mais violenta. O jaguncismo e a pistolagem ainda imperam amplamente no país. E cargos políticos eletivos são dominados por um poder de facto fundado num criminoso *déjà vu* fundiário de um liberalismo conservador, que conforma o Estado patrimonialista brasileiro. Não raros são os registros de ações de grileiros que, na verdade, são prefeitos e vereadores cujo exercício do poder político se dá pelo poder econômico, que deriva das terras ilegalmente apropriadas, acompanhados por jagunços, muitas vezes policiais para esses fins instrumentalizados. E registros dessa natureza não são específicos de uma região específica do país.

Ao lado disso, o Judiciário, com agilidade espantosa, num país em que se acusa a justiça de morosa, exara ordens de reintegração de posse e de despejo contra comunidades e grupos sociais em luta.

E são muitos os registros de conflitos que mostram a lentidão nos processos de reconhecimento da etnicidade e da territorialidade (laudos territoriais) de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Ao

mesmo tempo em que atestam a rapidez com que vem se fazendo licenciamentos ambientais à revelia de comunidades que, por lei, deveriam ser ouvidas.

O caso do desastre ambiental recente provocado pela Samarco/Vale/BHP nos revelou o que os dados (fatos) aqui analisados registram amplamente: a cumplicidade do poder (que deveria ser) público com o poder privado. Os interesses da mineradora prevaleciam sobre os interesses públicos onde o Estado deixava de cumprir suas obrigações de cuidar do interesse geral, enquanto ONGs mostravam como fazem parte da nova governança, atuando financiadas pela empresa.

Enfim, enquanto a violência do poder privado aumenta, surpreende o contraste representado pela queda de 49% do número de registro de ocorrências onde há a participação do Estado, entre os períodos de 2000-2007 e 2008-2015. Chama a atenção, ainda, a queda do número de ocupações e acampamentos geralmente protagonizados pelos sem terra, de um lado, e de outro o aumento de localidades em conflito (+16,2% para o período considerado).

No Brasil inteiro, independentemente da região geoeconômica, são as populações tradicionais que vêm ocupando a cena do enfrentamento fundiário e sinalizando para a ressignificação da questão (da reforma) agrária. Elas estão no caminho e são vistas como obstáculos ao progresso, pelas forças que se autodenominam pro-

gressistas do agronegócio, do hidronegócio, do econegócio da financeirização da natureza, da mineração, da construção civil. O Estado, ao contrário, vem recolhendo suas armas e fazendo regredir conquistas sociais importantes, como a legislação ambiental dos anos 1980, os direitos conquistados pelos povos indígenas e pelos quilombolas, todos agora ameaçadíssimos pela PEC 215!

As populações tradicionais/camponesas nos convidam a um enfrentamento do capital que supere o capitalocentrismo e que assuma a crítica à colonialidade que caminha junto com o capital. Enfim, crítica ao capitalismo e à colonialidade. É isso que emana como outro léxico teórico político desde as lutas sociais e que as populações tradicionais e camponesas oferecem um horizonte de sentido para a vida inspirando-se em outras matrizes de racionalidade que r-existem ao capitalismo e à colonialidade. E, longe de serem ultrapassadas, nos mostram uma enorme riqueza de saberes e práticas que vêm se forjando em diálogo tenso e intenso com o sistema-mundo capitalista moderno colonial de que fazem parte. Sabem que dentro de um mesmo Estado Territorial, que se crê nacional, existem múltiplas territorialidades - campesinidades várias, várias etnias, vários povos, várias nacionalidades; que a natureza não é recurso natural nem capital natural, mas fonte de vida e ela mesma riqueza; enfim, que o território não é simplesmente um substrato, mas tem espessura, densidade: natureza + cultura através das relações de poder.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência. In: Conflitos no Campo Brasil 2009. Expressão Popular: Goiânia, 2010.

_____. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. PGSCA-UFAM - 2ª ed: Manaus, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Ed. DIFEL e Bertrand Brasil. Lisboa/Rio de Janeiro, 1989.

CRUZ, Valter do Carmo. Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia. Tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia apresentada à Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2011.

FEARNSIDE, Philip M. Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. 2 Vol.. - Manaus: Editora do INPA, 2015.

ACSELRAD. Henry; BARROS. Juliana Neves. Os descaminhos da associação entre o “Senhor Capital” e a “Senhora Terra”. In: Conflitos no Campo Brasil 2012. CPT Nacional: Brasil, 2013.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros voltaram a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: Conflitos

no Campo Brasil 2010. CPT: Goiânia, 2011. Oliveira

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e BARBOSA, Aline Miranda. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: MENESES, Maria Paula; VASILE, Iolanda (Orgs.). Desafios aos Estudos Pós-Coloniais: As Epistemologias Sul-Sul. Revista Cescontexto, n.5, 2014, p. 13-27. Universidade de Coimbra, Portugal.

_____. e ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In: Conflitos no Campo Brasil 2009. Expressão Popular: Goiânia, 2010.

_____. e CUIN. Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): Expropriação, violência e r-existência. In: Conflitos no Campo Brasil 2013. CPT: Goiânia, 2014.

SANDONATO, Diogo L. Análise dos Conflitos Ambientais em torno da Economia Verde. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF. Niterói, 2015.

SHANIN, Teodor. – El Marx Tardío y la vía Rusa: Marx y la periferia del capitalismo. Trad: Graziella Baravalle, Nova Iorque, 1984. Editorial Revolución, 1ª ed: Madrid, 1990.

SVAMPA, Maristella. *América Latina: de nuevas izquierdas a populismos de alta intensidad*. Disponível em: <http://revistamemoria.mx/?p=702>

Tabela 3 - Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	7	1050	1012			400	90				
GO	37	16611	289504		4130	5160	631		3500		350
MS	57	5479	47880	40	1100	1543	2245	90		140	2235
MT	55	6251	609536	320	1090	940	417	80	306	240	1423
Subtotal:	156	29391	947932	360	6320	8043	3383	170	3806	380	4008
Nordeste											
AL	17	940	1950		93	422					
BA	99	12795	629836	38	815	1192	4840	220	130	542	969
CE	4	3130	6800				65	65		65	
MA	120	8988	514675	40	5	1662	3669	131	225	468	1248
PB	17	869	13250		100	570	151		50		209
PE	33	5363	148755	85		2117	802	195	208	111	2808
PI	26	563	970			80	60		28	28	
RN											
SE	1	300	0		300						
Subtotal:	317	32948	1316236	163	1313	6043	9587	611	641	1214	5234
Norte											
AC	58	4740	594162	50	110	218	1988	110	60	20	206
AM	13	2914	8844687		640	840	333				
AP	64	1908	410073		20	268	929	5	4	4	75
PA	99	13514	5250782	110	222	1795	2289	202	50	81	5199
RO	83	3928	500433	26	694	2163	357	215		384	544
RR	13	6110	3269627	25		60	38	37		3837	
TO	24	1164	15706		85	471	161	13		2	168
Subtotal:	354	34278	18885470	211	1771	5815	6095	582	114	4328	6192
Sudeste											
ES	5	355	8415		45			45	45		
MG	61	4627	44439	1	533	371	951	463	189	431	959
RJ	5	115	4750		38	110		33			
SP	41	3813	103600		1636	1274	251				251
Subtotal:	112	8910	161204	1	2252	1755	1202	541	234	431	1210
Sul											
PR	31	8791	49424	45	270	1390	1500			67	1500
RS	22	5391	23156	15	1977	2477	100				17
SC	6	949	3738			555	1				34
Subtotal:	59	15131	76318	60	2247	4422	1601	0	0	67	1551
Total:	998	120658	21387160	795	13903	26078	21868	1904	4795	6420	18195

* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações/Retomadas, Acampamentos e Conflitos por Terra.



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

Conflitos agrários, protagonismo camponês e ocupações de terra no Brasil

José Paulo Pietrafesa*

As necessidades de sobrevivência humana são as forças motrizes de suas ações. Na modernidade e na contemporaneidade estas ações são organizadas por sujeitos históricos (MARTINS, 2015). O Estado e

o capital, a partir da modernidade, agem sincronizadamente, de forma orgânica, cabendo aos sujeitos históricos se organizarem através de Movimentos Sociais (MS). Individualmente o ser humano não conseguiria atender suas necessidades essenciais de sobrevivência, mesmo que a ideia de “indivíduo” livre (ou ideologia, no refletir de MÉZÁROS, 2004) seja um dos marcos centrais do período moderno. Estes movimentos transformam demandas individuais em propostas coletivas. Neste espaço coletivo os sujeitos sociais se percebem enquanto força política, consolidam saberes, e avançam na conquista

* Sociólogo. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFG).

de suas reivindicações. Deixam evidentes as contradições do modelo de acumulação implementado na modernidade, rejeitando sua racionalidade, com vistas à construção de novos padrões de produção e trabalho.

Nas contradições sociais e, a partir delas os conflitos gerados, os movimentos sociais agem pelos menos em duas formas substanciais. A primeira é promotor e agregador das ações diretas dos sujeitos organizados (novos protagonistas) e, a segunda, atua como elemento formador, educador. O ato de agir requer o ato de pensar, planejar, criar propostas alternativas. Neste sentido “[...] podemos afirmar que a vivência no movimento social é humanizadora, e que [...] pode ser compreendido como matriz educativa”. (CALDART, PALUTO e DOLL, 2006, p. 55).

As ações geradoras nos conflitos nos espaços rurais (ocupações e acampamentos, por exemplo), somadas às necessidades imediatas dos camponeses (terra e trabalho) os tornam protagonistas, ao se posicionarem como sujeitos de direitos das lutas, dando-lhes as condições da construção de novos saberes e novas possibilidades de organização social, uma vez que as possíveis conquistas os tiram de sua vivência na miséria, no desemprego, na violência e no êxodo rural a que o capital agrário os lançou. Mesmo que os Projetos de Assentamento (PA) não alterem as correlações das forças hegemônicas no espaço rural, dão aos camponeses as condições de produzirem e reproduzirem suas condições de sujeitos livres, repovoarem o campo através do trabalho familiar e produzirem alimentos. Alteram, enfim, a

correlação das forças sociais entre os latifúndios e as suas condições históricas. (FERNANDES, 2009).

O Movimento Social (MS) visto a partir da lógica de reconfiguração social de conflitos (potencializa e politiza os sujeitos) amplia as fronteiras dos camponeses, dando-lhes voz na produção de novos projetos de sociedade, possibilitando a construção de cultura política, de espaço de educação e formação política (TORRES, 2008). Neste sentido auxiliam na elaboração de identidades e utopias, consolidando uma ideologia de “classe para si”. O Movimento Social acrescenta Mascarenhas (2004), é um “palco para a educação”. Ele abre janelas para a ressignificação de valores e culturas. Contrapõe-se à cultura hegemônica da lógica do capital. Pessoa (1998) identifica que MS representa a relação conflitiva entre saberes (racionalidade do capital) e contra-saberes (novo protagonismo dos atores sociais engajados).

A partir das novas configurações do capital agropecuário e sua agroestratégia de expansão no Brasil é que se podem identificar as ações e reações dos movimentos sociais na atual conjuntura. Como identificado por Martins (1996) e Sauer e Almeida (2011), as lutas por hegemonia acontecem nas mais diversas configurações: Nações indígenas buscam demarcar suas terras, ou ainda, retomar áreas ocupadas por latifundiários; comunidades quilombolas reivindicam legalização de terras e seus direitos culturais respeitados; agricultores sem terra ocupam áreas legalmente constituídas, que não cumprem sua função social e, ainda, comunidades rurais reivindicam políticas públicas (ALVES, 2010).

O conflito agrário se efetiva quando um movimento propõe novas e distintas formas de produzir o espaço e os saberes desses espaços no mundo rural, diferentes da racionalidade do capital com a natureza, da realização do trabalho humano e com o controle dos bens produzidos por esse trabalho. As formas de ação dos movimentos entram em choque imediato com as seculares estruturas latifundiárias e com o Estado. Este se coloca a serviço dos privilégios das elites agrárias e, quando atende às reivindicações dos camponeses, se movimenta de forma lenta e compensatória.

Arroyo (2012, p. 85) refletiu que seria necessário [...] “deixar de ver o latifúndio, o agronegócio como o único ator social, [...] e reconhecer que [...] outros atores resistiram e resistem à ocupação de seus territórios, de suas terras, à destruição da agricultura camponesa”. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao apresentar os resultados dos registros de informações dos conflitos no campo no Brasil em 2015, ajuda compreender o fenômeno dos conflitos agrários à luz desse conjunto de reflexões.

Dados específicos das “Ocupações/Retomadas e Acampamentos” ocorridos neste ano são apresentados nos quadros 1 e 2, a seguir, e são referências sobre a luta por reforma agrária promovida pelos movimentos do campo (lista completa encontra-se no final desta edição). Percebe-se nessas lutas a busca por novas hegemonias. De um lado o capital agrário transformando posse e uso da terra em propriedade mercantil, e camponeses (com suas organizações) fazendo a contra-hegemonia. Velhos

conflitos com novos dilemas de “integração” nacional. (PIETRAFESA, 2014).

Ocorreram ocupações/retomadas e disputas pela posse da terra em todas as regiões do país, uma vez que em 22 estados da federação e no Distrito Federal o fenômeno se repetiu (não se registraram ocupações e acampamentos nos estados do Amapá, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro). Em muitos casos os conflitos ocorreram em Estados com agropecuária empresarial e sistema camponês consolidado, como nas regiões Sul e Sudeste. Indicando que este não é fator inibidor de enfrentamentos entre sem terra e capital agrário. As ações do agronegócio se estabeleceram em áreas de fronteiras, se consolidaram em áreas tradicionais, mas não evitaram disputas pelo domínio da terra em novas fronteiras (PIETRAFESA, 2014). Em oito Estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Ceará, Maranhão e Minas Gerais) ocorreram conflitos em terras indígenas. O caso mais violento, em 2015, foi registrado no Mato Grosso do Sul com a morte de uma liderança. Em apenas dois estados registraram-se quatro ocupações/retomadas feitas por comunidades quilombolas (Minas Gerais com três e Maranhão com uma). Neste ano de 2015, nos estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul identificaram-se ocupações de terra coordenadas pelo MST com a participação de pescadores. Este fenômeno é muito recente. Até então, não havia registros de ocupações com esta população.

Em 2015, 31.293 famílias ocuparam terras gerando 200 conflitos pela sua posse e uso, atingindo um total de 583.044

hectares em litígio. Esta área corresponde a um espaço um pouco menor que o ano de 2014, mas foi uma das mais expressivas áreas ocupadas desde 2007. Segundo os arquivos da CPT, nesta última década (2005 a 2015) as ações de ocupação e acampamentos realizadas por movimentos sociais se mantiveram estáveis. Nos anos de 2005 e 2006 os registros de ocupações foram maiores, mas nos outros anos, permaneceram entre 180 a 250 ações.

No decorrer do ano de 2015 o MST apresentou-se como o movimento com maior representação nas ocupações. Fez-se presente em 17 Estados (ausente apenas no Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Ceará) e participou de aproximadamente 100 ocupações num total de 200.

Os dados indicam ainda que em três Estados outros movimentos se destacaram nas ocupações. Em São Paulo a Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) com 11 ações de um total de 21 e em Goiás a FNL coordenou cinco ações de um total de 19. Neste Estado o movimento Terra Livre realizou oito ocupações. E em Alagoas o Movimento Via do Trabalho (VT) atuou em quatro das cinco ocupações ocorridas.

Os registros mostram a existência de discrepâncias quantitativas das ações de ocupação entre as regiões do Brasil. Na região Norte, nova fronteira agropecuária, ocorreram 24 ocupações, enquanto na região Sudeste, área de ocupação consolidada, registraram-se 36. O capital agropecuário expande seu domínio e controle neste espaço e, as ações dos camponeses em ocupações e acampamentos refletem essas disputas. No que diz respeito à região

Norte, no ano de 2015, a CPT não identificou retomadas de terra, envolvendo povos indígenas.

No Nordeste, seis Estados desenvolveram ações de ocupação, Pernambuco (13 casos) e Bahia (34) concentraram 47 ocorrências, de um total de 60 informadas. Os 13 casos restantes ocorreram em quatro outros estados. O processo de produção agropecuário é antigo nesta região, porém se verificam novos sistemas concentradores de terra, como por exemplo, a porção Noroeste da Bahia foi transformada em lavouras de soja. É perceptível a pulverização de movimentos sociais existentes no conjunto da região. Porém o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se colocou como forte protagonista regional. Na Bahia realizou 27 ações, em 34 e, em Pernambuco todas as ações de ocupação (13). Fez-se presente ainda em outros três Estados.

Na região Centro-Oeste do Brasil, Mato Grosso do Sul concentra o maior número de conflitos em áreas indígenas do Brasil (12 ações de um total de 16). Em extensão territorial com áreas em situação de conflitos, o estado do Mato Grosso tomou a dianteira nacional, com mais de 225 mil hectares em disputa. E, em número de famílias envolvidas, Goiás com 6.850 é o Estado que envolve o maior número. Também é o que teve maior número de movimentos envolvidos em todo o Brasil (Terra Livre, FNL, MST, MCP, OI e SI).

O número de famílias em ocupações de terra em Goiás representa aproximadamente 22% do total no Brasil. Duas ocupações se destacaram. A primeira envol-

vendo 3,5 mil famílias em uma área de 20 mil hectares (considerada pelos ocupantes como improdutivo) e a segunda que envolveu mil famílias ocorreu em terras de uma usina de açúcar e etanol que decretou falência, deixando milhares de trabalhadores desempregados. O total de áreas ocupadas no Centro-Oeste representa 25% das ocupações no Brasil.

No Sudeste brasileiro, dois elementos importantes e diferenciados de outras regiões. No Espírito Santo e Minas Gerais as ocupações foram realizadas por populações específicas. Em Minas, quilombolas mantiveram suas lutas de anos anteriores, realizando três ocupações/retomadas e no Espírito Santo, ações de pescadores em ocupação de terra foram registradas. São Paulo, por sua vez, registrou o maior número de famílias envolvidas em disputas pela posse e uso da terra na região, além de apresentar dois atores sociais muito fortes. O MST realizou 9 ações e a FNL 11, de um total de 21 conflitos no estado.

Na região Sul, os números indicam que o estado do Paraná continua sendo um local de muitos conflitos e disputas por terra com 59% dos registros da região. No Rio Grande do Sul as ocupações foram feitas por populações indígenas e pescadores. Em Santa Catarina os registros indicaram ocupações por sem terra. Em toda região a presença do MST é muito forte. De um total de 27 ações o movimento coordenou 18 delas, representando 67% do total.

Movimentos Sociais

No ano de 2015, ocorreu a pulverização das ações entre organizações e movimen-

tos sociais ligados aos camponeses (podendo ser identificado na coluna “movimentos envolvidos”). Entre várias hipóteses apresentamos três para reflexão e debate nos espaços destes movimentos.

Primeira hipótese: Nesta última década (2005-2015) a diversidade de ação do capital nas várias frentes de expansão agropecuária tem provocado reações organizativas de atores sociais pouco vistos no cenário político nacional, por exemplo, comunidades quilombolas; mulheres do campo; populações indígenas, pescadores. Neste sentido as ações dos movimentos ganharam força e, com isso, novas potencialidades de hegemonia.

Segunda: tem ocorrido fragmentação nos projetos, nas ideologias, direção e formas de ação dos movimentos sociais que surgiram a partir da década de 1980, resultando em sua reconfiguração em nível local, regional e nacional. Neste caso os camponeses ganharam em alternativas de organização de enfrentamento ao capital.

Terceira: como a extensão territorial do Brasil é muito grande, dificilmente uma organização, ou mesmo algumas organizações, dariam conta da nova diversidade de conflitos pela posse e uso da terra, pois a configuração do capital também é diversa e espalha-se no país.

Acampamentos

Os acampamentos ocorreram em nove estados. O MST atuou em sete deles e coordenou as ações de 6.055 famílias, mantendo sua hegemonia em relação a outros movimentos sociais.

Quadro 1: Ocupações/Retomadas realizadas no Brasil em 2015

Grandes regiões e Estados	Quant. de munic.	Quantidade ocupações	Total em área (ha)	Total famílias	Organizações envolvidas	Obs.
NORTE						
Acre	4	7	134.800	465	OI, SI	5 com OI
Amazonas	1	1		40	SI	
Pará	6	7		625	MST; STR (Fetagri)	6 STR
Rondônia	5	5	43.768	203	SI; LCP; ATR	2 com LCP
Roraima	1	1		37	OI	
Tocantins	3	3	2.321	199	MST	
Total Região	20	24	180.889	1.569		
NORDESTE						
Alagoas	3	5	120	270	MST e VT	4 com VT
Bahia	31	34	32.098	3.666	Índios, MST, CETA	27 com MST
Ceará	1	1		65	Índios	Índios
Maranhão	4	4	12.589	322	MST e Fetaema	Um com MST
Paraíba	3	3	1.200	220	MST; OI	Um com MST
Pernambuco	13	13	1.000	1.870	MST	13 MST
Total Região	56	60	47.007	6.413		
CENTRO-OSTE						
Distrito Federal	3	4	12	560	MST, OI	3 com MST
Goiás	13	19	38.254	6.850	Terra Livre, FNL, MST; MCP; OI e SI	8 com TL. 4 MST 5 com FNL
Mato Grosso	8	11	225.786	2.235	MST; Índios; OI	6 MST, 1 Índios
Mato Grosso do Sul	10	16	33.581	2.110	Índios, MST; MAF; SI	12 com Índios 2 com MST
Total Região	34	50	297.633	11.755		
SUDESTE						
Espírito Santo	2	3	8.415	240	MST, Pescadores	3 com MST.
Minas Gerais	12	12	13.450	1.122	MST; Quilombolas; Índios; ARPCT	7 com MST, 3 Quilombolas
São Paulo	16	21	7.900	1.709	MST; FNL; MPST	11 com FNL 9 com MST
Total Região	30	36	29.765	3.071		
SUL						
Paraná	14	19	10.639	5.403	MST; Índios; Contag; SI	9 com MST; 3 com índios
Rio Grande do Sul	9	9	16.546	2.722	Índios; MST; pescadores; MTEM	7 com MST
Santa Catarina	2	2	40	360	MST	2 com MST
Total Região	25	30	27.225	8.485		
BRASIL						
TOTAL	157	200	583.044	31.293		

Fonte: Dados gerados pelo Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT (2015)

Elaboração e adaptação dos dados em forma de quadro: José Paulo Pietrafesa

O número de acampamentos que em 2005 foram 90 e 67 em 2006, em 2015 ficaram restritos a 27. Número, porém, superior aos de 2012 a 2014.

Os dados sobre acampamentos, quadro 2, seguiram os mesmos procedimentos metodológicos do quadro anterior. Os regis-

tros são apenas do ano de novos acampamentos em 2015, não havendo soma com famílias que continuam em acampamentos realizados em anos anteriores. Também não estão computadas as ações de despejos, decorrentes de ocupações que se transformaram em acampamentos nas imediações destas áreas.

Quadro 2: Ações de acampamentos realizadas no Brasil em 2015

Grandes regiões e Estados	Quant. de munic.	Quant. de conflitos		Total em famílias	Movimentos envolvidos	Obs.
NORTE						
Pará	10	14		1.639	OI, Fetagri/STR; MST; MPA	7 com Fetagri/STR 2 MST
Tocantins	2	2		49	OI	
Total Região	12	16		1.688		
NORDESTE						
Bahia	2	2		255	MST; CETA	
Total Região	2	2		255		
CENTRO OSTE						
Goiás	2	2		3.500	MST	
Mato Grosso	2	2		230	STR; ATR; SI	
Mato Grosso do Sul	1	1		1.500	MST	
Total Região	5	5		5.230		
SUDESTE						
Minas Gerais	1	1		500	MST	
São Paulo	2	2		75	MST; FNL	
Total Região	2	3		575		
SUL						
Rio Grande do Sul	1	1		15	MST	
Total Região	1	1		15		
BRASIL						
Total Região	22	27		7.763		

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT (2015)

Elaboração e adaptação dos dados em forma de quadro: José Paulo Pietrafesa

O maior número de famílias envolvidas nas ações de acampamento concentrou-se na região Centro-Oeste do Brasil, 5.230, aproximadamente 70% do total do Brasil. Em número de acampamentos por estados envolvidos, o estado do Pará concentrou

52% do total de ações no País. Registrou-se ocorrência de acampamentos em todas as regiões do Brasil. Porém em menor número que anos anteriores. A pulverização de ações dos movimentos sociais também se manteve, em menor intensidade, com

destaque ao MST que se fez presente em todas as regiões e com maior número de famílias sob sua coordenação.

Considerações finais

A partir dos dados registrados nos quadros sobre ocupações de terra e acampamentos ocorridos no ano de 2015, é possível afirmar que as políticas de reforma agrária que foram elaboradas e aplicadas pelo Estado brasileiro (1960-2015), ainda não deram conta de atender as demandas básicas dos camponeses que necessitam usar e ter a posse da terra. Situação que lhes daria segurança alimentar e condições de trabalho. Se somarmos o número de famílias que ocuparam terras com as que acampam no ano de 2015, chega-se a 37.338. Quantidade expressiva de famílias que se movimentam em confronto com o capital agrário e com o Estado. Porém, como se deduz dos dados levantados pela CPT (2015) e, também pelas reflexões apresentadas, o Brasil ainda está longe de solucionar as desigualdades socioeconômicas do espaço rural.

Daí se infere serem necessárias tanto a criação de programa de reforma agrária voltado a atender as demandas de caráter social dos sem terra, quanto o desenvolvimento de atividades organizativas de cunho sociopolítico que lhes permitam o

acesso às decisões das políticas de distribuição de riqueza. Os sem terra precisam estar capacitados a participar efetivamente das tomadas de decisão, assumindo responsabilidades e desenvolvendo sentimento de pertença e de poder no desenvolvimento de projetos de construção de vida digna, transformando lutas reivindicativas em protagonismo social e político.

Percebe-se que os movimentos tornam-se os porta-vozes dessas questões, seja nas ocupações, acampamentos, assentamentos, ou mesmo na organização social geral. Neste cenário o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mesmo não sendo o único interlocutor do processo, se destaca como o principal protagonista (identificado nos quadros anteriores). Enfim, a causa agrária precisa ser tomada como pauta central dos movimentos do campo. Sem tomá-la na centralidade que merece, ficará difícil a solução dos problemas rurais.

Ao mesmo tempo, as reflexões apresentadas e os dados listados também indicam que, por pelo menos mais de 50 anos (1960-2015), os camponeses não deixaram de se movimentar, criando formas organizativas alternativas à racionalidade do capital agrário e do Estado, com vistas a se reproduzirem socialmente, criando novos protagonismos e novos saberes.

Referências

ALVES, A. I. Quem deu à luz: A formação de trabalhadores rurais pela CPT. Tese defendida pelo Programa de Pós Graduação em Educação, Linha Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. FE/UFG. Goiânia, 2010.

ARROYO, M. G. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. Revista Trabalho & Educação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, v.21, n.3, p.81-93, set./dez. 2012

CALDART, R. S.; PALUDO, C. e, DOLL, J. Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília, PRONERA e NEAD, 2006.

FERNANDES, B. M. et. al (Org.) Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol. 1. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, 2009.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

_____. A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e história na modernidade anômala. Editora Contexto. São Paulo. 2015.

MASCARENHAS, A. C. B. Educação para além da escola. In.:PESSOA, J.de M. (Org.). Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

MÉSZÁROS, István. A revolução social e a di-

visão do trabalho. In.: _____.O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.

PESSOA, J. de M. Aprender e ensinar no cotidiano de assentados rurais em Goiás. In.:Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 1999 N° 10. p. 79-89.

PIETRAFESA, J.P. Terra, ocupação e posse: novos desafios aos movimentos sociais frente à ação do capital agrário. In.: Conflitos no Campo Brasil 2013. Goiânia. Comissão Pastoral da Terra. 2014. ISSN 1676-661X.

SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da UnB, 2011. p. 411-422.

SAUER, S.; PIETRAFESA. J. P. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. In.:Acta Geográfica. Edição especial 2013. Vl. 1. P. 245-264. ISSN 1980-5772

TORRES, Alfonso. La Educación Popular: trayectoria y actualidad.Bogotá. Editora El Buho, 2008.

Tabela 4 - Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF	3	490	4	560			7	1050
GO	16	6261	19	6850	2	3500	37	16611
MS	40	1869	16	2110	1	1500	57	5479
MT	42	3786	11	2235	2	230	55	6251
Subtotal:	101	12406	50	11755	5	5230	156	29391
Nordeste								
AL	12	670	5	270			17	940
BA	63	8874	34	3666	2	255	99	12795
CE	3	3065	1	65			4	3130
MA	116	8666	4	322			120	8988
PB	14	649	3	220			17	869
PE	20	3493	13	1870			33	5363
PI	26	563					26	563
RN								
SE	1	300					1	300
Subtotal:	255	26280	60	6413	2	255	317	32948
Norte								
AC	51	4275	7	465			58	4740
AM	12	2874	1	40			13	2914
AP	64	1908					64	1908
PA	78	11250	7	625	14	1639	99	13514
RO	78	3725	5	203			83	3928
RR	12	6073	1	37			13	6110
TO	19	916	3	199	2	49	24	1164
Subtotal:	314	31021	24	1569	16	1688	354	34278
Sudeste								
ES	2	115	3	240			5	355
MG	48	3005	12	1122	1	500	61	4627
RJ	5	115					5	115
SP	18	2029	21	1709	2	75	41	3813
Subtotal:	73	5264	36	3071	3	575	112	8910
Sul								
PR	12	3388	19	5403			31	8791
RS	12	2654	9	2722	1	15	22	5391
SC	4	589	2	360			6	949
Subtotal:	28	6631	30	8485	1	15	59	15131
Brasil:	771	81602	200	31293	27	7763	998	120658

* Os dados da primeira coluna, denominada conflitos por terra, referem-se à soma das ocorrências e famílias que foram despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, tiveram seus bens destruídos ou sofreram ações de pistolagem.



Foto: Joka Madruga

Água

A dança dos números nos conflitos pela água

Antônio Claret Fernandes*

No mundo, 70% da água potável vão para o Agronegócio e apenas 4% para o consumo humano. Enquanto o Agronegócio a esbanja à vontade no desperdício e produção de mercadorias para acumulação de capital, diversas pessoas não têm água para beber e muitos camponeses não dispõem de água para regar suas hortas caseiras. Estima-se que mais de 1 bilhão de pessoas estão privadas do direito à água potável no Planeta e 1,8 milhões de crianças morrem por ano em consequência de doenças advindas de água suja e saneamento inadequado. Em outubro de 2013, a ONU já advertia que em 2030 pelo menos 40% da humanidade sofrerá escassez de água.

Apesar desses dados preocupantes, não há absolutamente nenhum sinal de mudanças estruturais no uso da água. Os crescentes conflitos são sintomas disso. A chamada 'Pegada Hídrica' é reveladora: a produção de 1 kg de carne bovina consome 15.400 litros, de 1 kg de cana-de-açúcar consome 1.800 litros, de 1 kg de soja consome 1.800 litros. Os minerodutos já instalados e previstos em Minas Gerais transportariam 106,5 toneladas de minério/ano levando junto, anualmente, 13 trilhões de litros de água, 37,5 milhões de litros por dia, volume suficiente para consumo de quase 200 mil pessoas. Embo-

ra esses números já sejam grandes, para muitas entidades e movimentos sérios o volume de água que entraria pelo cano, nos minerodutos, seria muito maior.

A tendência a esse continuísmo depredador fica suficientemente clara no caso da tragédia anunciada em Minas Gerais, com o rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 de novembro de 2015, pertencente às empresas Samarco/BHP/VALE, no município de Mariana. Os números são reveladores: 18 pessoas mortas, 1 desaparecida, mais de 1 milhão de pessoas atingidas, o Rio Doce e sua Bacia inteira comprometidos, complicações no ambiente e na saúde humana ainda por vir devido às toxinas no rejeito. Até o momento, as empresas realizam ações emergenciais, uma espécie de tinta nova em casa velha, com sua estrutura abalada. Mesmo assim, existe o risco real da retomada da mineração nos mesmos moldes, ou em níveis piores, sem solução para os problemas criados. Por quê? O Estado capitalista - com seus gerentes - e as mineradoras sabem que as reservas de minério na região de Fundão aguentam exploração industrial por um período de 105 anos, gerando um lucro de 300 bilhões de reais. É por isso que o COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental, à época composto por 17

* Padre na Arquidiocese de Mariana e Militante do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

órgãos e instituições, revalidou por unanimidade a LO (Licença de Operação) da barragem de Fundão em 2013, até 2019. É por isso que o alto escalão do atual governo do estado de Minas Gerais doeu-se pelas empresas por ocasião do crime, ora afirmando que foram vítimas ora questionando valor de multa, que seria ‘uma sinalização muito dura às mineradoras’.

O ‘continuismo depredador’ não se refere somente ao ambiente e às famílias atingidas, mas inclui os próprios operários. Veja o nível de exploração na Samarco. Em 2014, ela teve um lucro de R\$2,8bi. Nesse mesmo ano, ela contava com 2.969 trabalhadores. Isso significa que cada operário lhe rendeu valor em torno de 950 mil reais nesse mesmo período. Está claro, então, que as mineradoras é que precisam dos trabalhadores e do nosso minério, e não o contrário conforme querem os chantagistas. Elas é que são responsáveis por mais da metade dos conflitos pela água, registrados pela CPT, em 2015. Dos 135 conflitos, (o maior número, desde 2002, quando a CPT começou o registro em separado dos conflitos pela água), 76 estão relacionados à ação das mineradoras, 56% do total.

Belo Monte, Hidroelétrica

O Brasil é o terceiro potencial hidroelétrico do mundo (10%), atrás apenas da Rússia (13%) e da China (12%). Desse potencial, 60% está na Amazônia. O Plano Nacional de Energia 2030 quer acrescentar 94.700 MW hidroelétricos. Isso seria algo próximo de quase 30 hidrelétricas semelhantes a Belo Monte, em fase final de implantação no Xingu, com seu lago

cheio e previsão de gerar 4.000 MW de energia firme.

O que significa Belo Monte? O empreendimento, sobejamente badalado enquanto redenção do Xingu é do início até hoje, um dos principais vetores de conflito, que se somou à violência crônica na região, principalmente associada à disputa pela terra. O ‘dono’ de Belo Monte foi desenhado na justa medida para acessar recursos públicos via BNDES, ‘atendendo’ às regras do Banco. Na prática, o Estado, através dos governos, cumpre o seu papel de destravar e retirar obstáculos, quaisquer que sejam, mas o comando real é do capital. A obra, que no discurso seria diferente, com 3 bi e meio para questões socioambientais, soa hoje balofa. As notas podem até comprovar esse gasto, mas sem as ações correspondentes. É que em hidrelétrica tudo são negócios, inclusive o direito. Imagine que 800 famílias, em Altamira, só conquistaram o ‘direito a ter direito’ graças à organização e luta no Movimento dos Atingidos por Barragens.

Houve intensas mobilizações do povo por reassentamentos de qualidade, na área urbana de Altamira, com espaços escolhidos pelos moradores, preparação adequada de toda a infraestrutura, instalação de água e luz, casas de alvenaria com tamanhos suficientes para abrigar toda a família, ambientes comunitários, equipamentos de políticas públicas com profissionais preparados e em número suficiente para seu pleno funcionamento e garantia dos meios de subsistência. Mas quase tudo foi negado. Os reassentamentos construídos até agora são totalmente inadequados ao ‘estilo’ de vida dos atingidos. Preço da luz,

moradias inseguras, falta de água, violência, distância do centro da cidade e do rio, falta de transporte. No Jatobá, um dos reassentamentos, em torno de 200 famílias já venderam suas casas e, se aos desafios presentes, se junta o sentimento de abandono, é possível que muitas voltem a ocupar novas áreas nos baixões.

Foram construídas lutas históricas de resistência e por direitos em torno de Belo Monte, envolvendo indígenas, ribeirinhos, pescadores, camponeses, trabalhadoras e trabalhadores urbanos. Os indígenas, em particular, sempre contaram com o apoio da figura profética de Dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu. Mas os dominadores impuseram sua vontade através de táticas de isolamento das vozes destoantes e da força bruta. As aldeias, em geral, estão esvaçadas, os indígenas vão perdendo suas referências. Os indígenas, que moram na cidade de Altamira, com o lago já cheio, continuam aguardando promessa de reassentamento para outubro.

No caso específico de Belo Monte, o governo federal, através dos mecanismos de Estado, tem uma participação determinante na remoção dos obstáculos, na aprovação da obra, na criação das condições objetivas para sua execução - inclusive com aporte de recursos públicos - e no uso da força para segurança do empreendimento. Ao mesmo tempo, sua participação é pífia, para não dizer ridícula, na condução desse processo complexo numa região sensível. As reuniões são inócuas. O PDRS Xingu - Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável -, com 500 milhões retirados das contas de luz dos brasileiros para serem aplicados ao longo de 20 anos,

se transformou em projetinhos de ONGs e políticos profissionais. Na perspectiva do Estado burguês, o participante é semelhante a um cão amarrado pelo pescoço: pode ladrar à vontade, apenas ladrar! Se for além disso, é isolado e/ou criminalizado.

Belo Monte, enquanto 'vitória' do capital, garantindo a acumulação em detrimento do direito humano e do ambiente, poderá ser rejeitada no discurso. No Tapajós, a bola da vez, certamente os 'colonizadores' vão dizer que, ali, as barragens serão diferentes, não irão 'repetir os erros de Belo Monte'. Mas na prática, porém, exceto nos incidentes de percurso provocados pela mobilização popular, Belo Monte tende a ser referência de outras barragens no Xingu e na Amazônia.

Como se pode ver em Belo Monte, a razão principal da opção pela hidroeletricidade é acumulação de capital. Na conjuntura atual, o Brasil continua apresentando a denominada 'base natural vantajosa', ou seja, ele oferece as condições para transformação da exploração do bem natural e do operário e a negação do direito ao atingido em lucro extraordinário. A tendência, então, é a disputa das transnacionais por todo trecho de rio e a multiplicação de barragens hidrelétricas, com prioridade para as regiões onde a 'base social vantajosa' seja ainda mais atraente.

Promiscuidade entre Estado e capital

Todos os conflitos em torno da Água, bem vital e mercadoria preciosa, estão relacionados à promiscuidade entre Estado e capital, a qual se dá, basicamente, de dois

modos. Uma no próprio fato de o Estado burguês ser capitalista. Ele não é monolítico, mas sua mola mestra é o poder econômico. Quando ele planeja o desenvolvimento, sua referência é a demanda dos capitalistas; uma espécie de pecado original do qual decorrem todos os demais pecados. A outra forma de promiscuidade consiste em que o Estado capitalista absorve, em suas estruturas, não só a índole do capital, mas cria os mecanismos necessários à realização de seu interesse. Estado e capital são como unha e carne. Estão dispostos a alguma concessão tática, porém condicionada a defender, no limite, os interesses da classe dominante. Desta união promíscua é que se originam situações de corrupção, omissão, conivência, impunidade, covardia, degradação da natureza, intimidações, ameaças, assassinatos chegando até à extinção de povos inteiros.

Somente nos conflitos pela água registrados pela CPT em 2015, foram computados os seguintes números: três pessoas receberam ameaças de morte, cinco sofreram tentativa de assassinato, duas foram assassinadas, outras 41 sofreram intimidações, duas foram agredidas, uma foi ferida, outra sofreu danos materiais, três morreram em consequência de conflitos.

Em vez de melhora da qualidade de vida, de políticas públicas, as pessoas são violentadas.

Esse processo capitalista é tão bem engendrado que parece algo da índole do ser humano, e muitos, de fato, o confundem como natural, porém qualquer olhar mais aguçado logo vê que ele é uma construção histórica.

A promiscuidade estrutural permite ao capital a criação de um arcabouço teórico, legal e logístico para que a água esteja a serviço do interesse do capital. Pode-se argumentar que, pela Constituição brasileira, o estado é que define o uso prioritário da água. É verdade! Mesmo assim, quem dá o comando é o capital, através do Estado, independente do que reze a lei, e, nesse sentido, tanto as regiões quanto seus povos, que dependem diretamente da água para viver, e não para fazer negócio, ficam fragilizados.

Essa é uma realidade perversa, cujos efeitos práticos são nefastos para o povo. As empresas do setor elétrico têm um conjunto de regras que lhes assegura lucro certo. Hidrelétrica é investimento sem risco! Antes mesmo do início da construção da barragem, quase a totalidade da energia já está vendida com margens de lucro consideráveis. Que outro negócio possibilita essa façanha? Enquanto isso, o atingido não tem nem uma lei que lhe assegure o direito básico. Há famílias que dormem proprietárias e amanhecem sem terra pela desapropriação. 27 dos 135 conflitos pela água que constam deste relatório estão ligados às hidrelétricas, 19,8% do total.

A promiscuidade não fica só no arcabouço teórico, que cuida de construir a ideologia da apropriação e da expropriação, nem no marco da legalidade, mas cuida, principalmente, em armar-se, no sentido figurado, através dos órgãos e instituições afins, e no sentido literal, pois o Estado capitalista sabe que a água, bem precioso à vida, é também a mercadoria das mais cobiçadas e, no limite, sua disputa se decide no poder do maior e, se preciso, na força bruta.

Essa brutalidade, porém, ganha uma atenuante aparente com o conceito de ‘vocação’. Os grupos econômicos traçam as políticas para o mundo e determinam a ‘vocação’ de cada continente e de cada país. As empresas transnacionais ditam o papel dos Estados nacionais, no qual estão infiltradas. Nem pensam na soberania e na autodeterminação dos povos. Nessa divisão, o Brasil é exportador de recursos naturais - água, minério, madeira, produtos agropecuários. Assim, determinados países do mundo ou determinadas regiões de um país são ‘vacionados’ a produzir isso ou aquilo. Nesse sentido, por exemplo, Minas Gerais teria ‘vocação’ minerária pelas suas grandes reservas minerais, a Amazônia, que guarda 60% do potencial hidráulico brasileiro, teria vocação energética. Ou seja, ‘vocação’, nesse caso, está diretamente ligada ao potencial de acumulação de capital e, não, de qualidade de vida. Portanto, ela nada mais é do que a naturalização da imposição da vontade dos dominadores sobre os dominados. É uma neocolonização! Quando à ‘vocação’ se alia o conceito pragmático de ‘interesse nacional’, tem-se uma equação perfeita e um ambiente favorável à expansão do capital sem maiores obstáculos, inclusive em regiões de fronteira. Os conflitos e sua administração - não a sua solução - são parte integrante desse ambiente.

Construída a ‘vocação’ do território e juntado o ‘interesse nacional’, expressão que dá margem a todo tipo de arbitrariedade, abre-se o caminho para a colocação de grandes equipamentos numa determinada região à revelia da vontade de seu povo, com aporte de recursos públicos e com todo o aparato da segurança estatal, mes-

mo nos casos em que esses equipamentos sejam privados. Os órgãos e instituições ambientais, nesse sentido, passam a ter o papel de dar a esses projetos a conotação mágica de ‘sustentabilidade ambiental’. Ajeita-se tudo, incorporando-se, por um lado, detalhes não significativos - conservando sua essência- e, por outro lado, rompendo os obstáculos com as táticas as mais diversas. Entre esses órgãos e instituições, destacam-se: a ANA - Agência Nacional da Água; o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente; os diversos entes nos níveis federal, estadual e municipal e tantos outros apetrechos; citem-se ainda os comitês de bacia e todos os outros espaços que, em geral, são domesticados.

Há situações peculiares, especialmente dos indígenas e quilombolas, por causa de suas características próprias e direitos constitucionais específicos. O caso mais conhecido é da FUNAI - Fundação Nacional do Índio. Apesar de ser uma ‘fundação do índio’, não se deve alimentar nenhuma esperança, absolutamente nenhuma. A despeito da seriedade e da boa intenção de muitos profissionais, a função última desses penduricalhos é garantir a aplicação da Política de Estado, dominado pelo capital. A realidade nua e crua é que o IBAMA não existe para proteger o ambiente, a FUNAI não tem o papel de defender o indígena, o INCRA não tem o objetivo de fazer Reforma Agrária. A função desses órgãos é o ajeitamento, subterfúgio pelo qual a sobremesa é servida antes da refeição. As licenças ambientais e outros procedimentos legais se tornam mera formalidade. Quase sempre, a hidrelétrica inicia sua geração comercial de energia sem cumprimento das condicionantes e

dos compromissos assumidos. Sem essa clareza sobre a real função dos braços do Estado capitalista, constroem-se castelos de ilusões sobre areia movediça.

O clima criado pela promiscuidade na estrutura do Estado inflaciona o potencial de conflitos. Nesse raciocínio, cada conflito é processo, não um ato em si e pronto! Ele é parte de um contexto maior de violência. A bala que sai do revólver, o qual está na mão do pistoleiro, e mata a dirigente no conflito de terra, é preparada pelas questões agrárias não resolvidas. A criminalização da lutadora que busca organizar o atingido pela barragem, materializada em ameaças, processos, prisões, tem a ver com a posição ambígua dos órgãos ambientais, que se colocam como ‘administradores de conflitos’, uma postura de omissão e conivência. Os reassentamentos inadequados só existem porque a prioridade absoluta é o lucro, e isso faz do próprio direito um negócio a mais na grande engrenagem. A contaminação por agrotóxico ocorre porque o uso desordenado de veneno é parte integrante do alimento-mercadoria. Crimes como o ocorrido em Minas Gerais no dia 5 de novembro só acontecem porque interessa ao Estado capitalista a exploração desordenada de minério. Por fim, o toma lá dá cá, a corrupção, a lerdice dos governos nas várias esferas, a falta de fiscalização, nada disso é causa dos conflitos, mas, sim, resultado dessa promiscuidade mais profunda.

A ocasião faz o ladrão! Em geral, não é por maldade que os conflitos e crimes ocorrem. Não é por incompetência das autoridades que não se resolvem os conflitos, na sua

raiz. Os ‘grandes’ projetos de barragem, de mineração desordenada, da invasão de terras indígenas e quilombolas, situação geradora de muita violência contra o povo e a classe trabalhadora, têm sua causa última na violência estrutural. Combatê-la, mais que deixar ou tirar governos, é trabalhar na perspectiva de uma nova ordem social, onde o Estado, hoje instrumento do capital, passe a ser controlado pelo povo organizado através da tomada do poder. Essa possibilidade existe dentro do regime democrático, desde que compreendida num processo amplo, que inclui, necessariamente, reformas de base, dirigidas por uma estratégia de mudança estrutural, potencializada pelo aumento da força popular através de trabalho de base, organização, emancipação de consciência e mecanismos reais de democracia direta.

Nessa perspectiva, é elucidativo o pronunciamento do Papa Francisco no 2º Encontro Mundial dos Movimentos Populares, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, no dia 9 de julho de 2015

A justa distribuição do fruto da terra e do trabalho humano não é mera filantropia. (...) Trata-se de devolver aos pobres e às pessoas o que lhes pertence. O destino universal dos bens não é um adorno retórico da doutrina social da igreja. É uma realidade anterior à propriedade privada. (...) Não basta deixar cair umas gotas quando os pobres agitam esse copo que, por si só, nunca derrama. (...) A verdadeira inclusão: trabalho digno, livre, criativo, participativo e solidário.

Tabela 5 - Conflitos pela Água

UF	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO		
MS		
MT		
Subtotal:		
Nordeste		
AL	1	
BA	27	2687
CE	2	244
MA	5	
PB		
PE	9	6110
PI	2	304
RN		
SE		
Subtotal:	46	9345
Norte		
AC		
AM	1	80
AP	1	
PA	15	11885
RO	6	3071
RR		
TO		
Subtotal:	23	15036
Sudeste		
ES	6	584
MG	54	6907
RJ	3	8210
SP	1	150
Subtotal:	64	15851
Sul		
PR	1	1025
RS	1	1080
SC		
Subtotal:	2	2105
Brasil:	135	42337



Foto: João Ripper

Trabalho

Seria o Estado a besta fera da vez?

Cristiane Passos Melo e Silva*

2014 terminou com a suspensão da chamada “Lista Suja do Trabalho Escravo”. 2015, com a insistente tentativa do Congresso Nacional em modificar o conceito de trabalho escravo, presente no Código Penal, retirando elementos essenciais na tipificação dessa prática, como condições degradantes e jornada exaustiva. 2016 inicia-se com o Estado brasileiro no banco dos réus na Corte Interamericana de Direitos Humanos, onde está sendo julgado por omissão e negligência no combate ao trabalho escravo no país. Seria o Estado, portanto, a besta fera da vez?

A relação dicotômica entre trabalho e liberdade é permeada a partir de ações em que estão presentes, também, as figuras de Deus e do diabo. Em se tratando de trabalho no campo, a terra seria concebida como propriedade de Deus, e o homem torna-se seu dono legítimo apenas através do trabalho. Sendo assim, essa “terra de trabalho”, quando propriedade mercantil, transforma-se no cativeiro dos homens. Por ação e obra do Demônio, passa-se da ordem moral para a da mercadoria. Taus-sig (2010) trabalhou a ideia do diabo como símbolo para descrever a “alienação” vivenciada por camponeses que acabaram tornando-se proletários. A lenda do pacto com o diabo seria uma acusação contra o sistema econômico, que força os homens a trocarem sua alma pelo valor da mercadoria. Essa poderia ser uma metáfora para explicar a substituição dos conceitos morais de uma categoria social, pelo desejo de adquirir bens materiais.

Para Marx, segundo os autores abaixo citados, esse desejo viria do fetichismo criado em torno da mercadoria. A fetichização do mal na figura do diabo seria uma imagem criada para mediar o conflito entre os modos de produção pré-capitalistas e capitalistas. Essas representações emergem no momento da proletarização do camponês. Surgem de forma conflitiva, entre a visão do homem produtor da sua própria sobrevivência e a visão capitalista da produção enquanto objetivo do homem. O diabo e o mal caracterizariam o modo de produção capitalista, e seria justamente nesse contexto que, para os camponeses, o diabo adquire importância (WOORTMANN, 1990, TURNER, 2008 e TAUSSIG, 2010).

Já a besta fera, personagem também recorrente no imaginário camponês, tem uma ligação direta com a figura do livro do Apocalipse na Bíblia. Ao analisar tal ana-

* Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em cultura e meios de comunicação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela UFG. Assessora de Comunicação da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Texto produzido a partir de análises feitas na dissertação da autora, defendida em abril de 2014, disponível em <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3606>.

logia, pesquisadores relacionaram o significado da figura ora ao Estado, ora às classes dominantes, aos bancos e à economia. O próprio número dado na Bíblia à besta fera, o 666, era levantado em algumas ocasiões para relacioná-lo às analogias citadas. Por exemplo, se o valor da aposentadoria fosse exatamente esse número, seria um sinal da ligação com a besta fera, e, nesse sentido, ela se personificaria no Estado (VELHO, 1995: 15 e 16).

O que os números dizem

Em 2015 houve queda no número de estabelecimentos inspecionados, seja no campo ou na cidade pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 288, em 2014, para 267. O que mais chama a atenção é que o número de trabalhadores libertados caiu quase pela metade, de 1.644 para 876. Poderia esse ser um dado que nos animasse na luta que travamos anos a fio contra a manutenção dessa prática em nosso país. À primeira vista poderia esse número ser interpretado como uma diminuição, então, do número absoluto de trabalhadores escravizados nas mais variadas ocupações, já que ele se refere, da mesma forma que as fiscalizações, ao campo e à cidade.

Contudo, quando destrinchamos os dados tanto do MTE quanto os da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, “De olho aberto para não virar escravo”, não é bem isso que enxergamos. Estados como Mato Grosso e Ceará, que tiveram aumento no número de estabelecimentos inspecionados, da mesma forma tiveram aumentos expressivos nos números de trabalhadores libertados. Mato

Grosso passou de 1 libertado em 2014, para 44 em 2015, enquanto o Ceará passou de 43, em 2014, para 70 no último ano.

Peguemos, também, em destaque o estado do Pará, que figurou entre 2009 e 2013 como o campeão no ranking do trabalho escravo, e no qual o MTE mantinha até então uma média de 75 estabelecimentos inspecionados a cada ano. Esse número caiu para 37 fiscalizações em 2014 e apenas 28 em 2015. Pode-se considerar um efeito disso o fato de o número de casos identificados de trabalho escravo no estado em 2015 ter caído para 9, e as libertações para apenas 21 trabalhadores. Temos, contudo, que levar sempre em consideração as dificuldades enfrentadas na identificação de um crime, muitas vezes, invisível e as renovadas estratégias dos infratores em camuflar essa prática.

Os três estados que mais tiveram trabalhadores libertados, segundo os dados da Campanha da CPT, foram Minas Gerais (221), Maranhão (107) e São Paulo (79). No caso de Minas Gerais e Maranhão o número de trabalhadores resgatados foi maior do que no ano anterior. Dos 221 trabalhadores libertados em MG em 2015, 165 foram no campo; no MA dos 107, 49 foram no campo e em SP, dos 79 libertados, nenhum foi no campo, todos foram na cidade.

Dos 267 estabelecimentos inspecionados pelo MTE em 2015, 90 o foram na região Sudeste, o que corresponde a 34% do total. Da mesma forma, dos 876 trabalhadores resgatados da escravidão no último

ano, 369 o foram na região Sudeste, 42% do total.

A fiscalização das denúncias de trabalho escravo no país é feita, atualmente, com equipes minguadas. Conforme informações da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, caiu de 10 para 4 o número de equipes que integram o Grupo Móvel de Fiscalização, o que deixa 60% das fiscalizações a cargo das superintendências regionais. Além disso, a região amazônica, que historicamente concentrou os maiores números de trabalhadores libertados da escravidão, principalmente em atividades no campo, tem recebido cada vez menos fiscalizações.

Quando comparamos com os dados de 2014, olhando os estados com maior número de libertados, vemos que São Paulo, que ficou em primeiro lugar no ranking nessa categoria, com 201 trabalhadores libertados e 23 estabelecimentos inspecionados, teve apenas 5 estabelecimentos inspecionados em 2015, com 79 trabalhadores resgatados. Piauí, que em 2014 teve 6 estabelecimentos inspecionados e 179 trabalhadores libertados, o segundo maior número no ano, em 2015 não teve, segundo os dados do MTE, nenhum estabelecimento inspecionado, contudo, conforme informações da imprensa local e do Ministério Público do Trabalho (MPT) no estado, em duas ações foram libertados 52 trabalhadores. Sem manter constantes as fiscalizações, principalmente nas regiões onde, conforme os dados mostram, há maior número de casos e de trabalhadores libertados, seria muito prematura uma comemoração diante da diminuição no número total de casos e de pessoas li-

bertadas. O que podemos refletir, entretanto, é o quanto a fiscalização de casos de trabalho escravo está comprometida e, da mesma forma, está comprometendo a luta contra essa prática no Brasil.

O que o Estado faz

Juntamente a isso, outros elementos têm dificultado as ações para acabar de vez com a escravidão contemporânea em nosso país. A constante tentativa da bancada ruralista e das empreiteiras de desqualificar o conceito de trabalho escravo, vigente no nosso Código Penal desde 2003, e de negar a própria existência dessa prática, apenas retarda ainda mais a tentativa de erradicação dela. Por duas vezes, entre o final de 2015 e o início desse ano, tentaram aprovar em regime de urgência, ou seja, sem debate, o PLS 432/2013, de autoria do senador Romero Jucá, que tem o propósito de regulamentar a emenda constitucional 81/2013, já aprovada, que confiscaria propriedades flagradas com mão de obra escrava. Contudo, a versão inicial do PLS propõe essencialmente a revisão do conceito de trabalho escravo, retirando deste, elementos caracterizadores dessa prática, como jornada exaustiva e condições degradantes.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou Nota Pública em dezembro último, destacando como o conceito de trabalho escravo que o Brasil possui serve de referência para o mundo. “O Brasil, como poucos outros países, tem uma definição legal, clara e atual do que é o trabalho escravo, caracterizado pela imposição de jornada exaustiva, de condições degradantes, a servidão por dívidas

e o trabalho forçado. A comunidade internacional, precisamente a OIT, já reconheceu e parabenizou o avanço da legislação brasileira neste campo”. A votação do PLS acabou saindo da pauta do plenário do Senado após diversas manifestações, como essa da CNBB, contrárias à forma como estavam sendo conduzidos pelos parlamentares os trâmites para essa votação. O projeto retornou para exame das comissões competentes.

Já em fevereiro último, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) levou à Corte Interamericana de San José de Costa Rica, para julgamento, o caso da Fazenda Brasil Verde, uma representação contra o Estado Brasileiro, protocolada em 1998 pela CPT e o CEJIL. Este caso se refere a uma fazenda do sudeste do Pará que, entre 1988 e 1998, e ainda em outros anos subsequentes, teve várias ocorrências de trabalho escravo identificadas em sucessivas fiscalizações, que resultaram no resgate de 340 trabalhadores, oriundos principalmente do Piauí. Segundo denúncia da Campanha da CPT, o Estado manteve-se omissivo na investigação e punição dos responsáveis, na reparação das vítimas, e na prevenção contra a repetição do crime. Se o Estado brasileiro for condenado, além de uma tardia reparação material para as vítimas, isso significará, nas palavras do coordenador da Campanha da CPT, Xavier Plassat, “ensejar medidas mais efetivas de políticas públicas e de atuação repressiva no combate ao trabalho escravo, uma solução que os peticionários (CPT e CEJIL) tentaram obter por via de um acordo longamente negociado, mas finalmente negado pelo Estado”.

O cativo e a besta fera

Assim como vimos a ideia da besta fera no imaginário camponês, trago a ideia do cativo, de tornar-se cativo. Tal ideia era levantada constantemente por camponeses e posseiros, sobretudo na Amazônia e no Nordeste. O primeiro significado considerado por estudiosos para o termo seria o cativo como ausência de liberdade, ou melhor, como ausência de libertação, no sentido bíblico de salvação do homem. Liberdade que muitos relacionavam ao trabalho na terra enquanto autônomo, e não como empregado. Diversos fenômenos como expropriação, em especial da terra, e a proletarização, fazem parte, no imaginário popular, do contexto do cativo. Em alguns casos, ele era associado ao autoritarismo, enquanto em outros ao capitalismo, dependendo do contexto histórico e político do momento (MARTINS, 1981 e VELHO, 1995).

O segundo significado de cativo estaria relacionada ao mal e viria, também, a partir de uma noção bíblica, conforme vários livros do Antigo Testamento e, também, do apóstolo Paulo. Velho (1995) construiu, assim, uma definição para o termo, a partir do discurso de seus informantes. Dessa forma, a referência mais forte remeteria à escravidão legal. De acordo com eles, o que mais lhes impressionava era o fato de trabalhar sem receber nada em troca, ou receber algo como roupa e comida. Entretanto, percebia-se que qualquer situação que fosse considerada de extrema exploração ou de perda de autonomia, seria identificada como cativo.

A imagem do cativo permeou a trajetó-

ria dos povos do campo. Martins (1981) ao analisar o sistema de colonato nas fazendas de café do final do século XIX, retomou a ideia do cativo. Se, no período da escravidão, a própria condição de cativo já era a força coercitiva para manter o trabalhador como mercadoria do patrão, com o trabalho livre surgiu a necessidade de outras formas coercitivas que mantivessem essa relação relativamente estável. A abolição da escravatura não representou somente uma transformação jurídica no país, mas uma mudança significativa do trabalhador.

Ainda hoje, como pudemos perceber, o cativo está presente na realidade de muitos trabalhadores no país. Seja em atividades agrícolas ou não-agrícolas, ou

como alguns separam, em atividades no campo ou na cidade. Da mesma forma, percebemos a *besta fera* presente no cotidiano destes trabalhadores, personificada, arrisco em dizer, ora na bancada BBB, ou bancada da Bala, do Boi e da Bíblia, responsável pelo *lobby* no Congresso Nacional para que seja alterado o conceito de trabalho escravo, como vimos. Ou mesmo, arrisco-me novamente em apontar, personificada em um Estado ausente, conivente e condescendente com a prática da escravidão, já que não garante aos órgãos competentes as condições necessárias para dar continuidade ao trabalho de fiscalização e resgate dos trabalhadores. Não há, ainda, o que se comemorar ou celebrar, há sim muito trabalho a ser feito e demônios a serem exorcizados.

REFERÊNCIAS

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Lech - Livraria e Editora Ciência Humanas, 1981.

TAUSSIG, MICHAEL. O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

TURNER, Victor. Dramas, campos e metáforas – ação simbólica na sociedade humana. Niterói – Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

VELHO, Otávio Guilherme. *Besta Fera* – recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

WOORTMANN, Klaas Axel A. W. “Com parente não se negueia” – o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico 87, Editora UNB, Brasília: 1990.

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas

	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste										
DF										
GO	2	5	5						2	5
MS	1	9	9						1	9
MT	7	46	28						7	46
Subtotal:	10	60	42						10	60
Nordeste										
AL										
BA	2	360							2	360
CE	3	46	46						3	46
MA	8	77	49		2	91	5		10	168
PB										
PE										
PI	3	70	52						3	70
RN										
SE										
Subtotal:	16	553	147		2	91	5		18	644
Norte										
AC										
AM	4	48	48	1					4	48
AP										
PA	9	86	21		1	2			10	88
RO	4	113	2						4	113
RR	1	1	1						1	1
TO	9	49	20		1	9	1		10	58
Subtotal:	27	297	92	1	2	11	1		29	308
Sudeste										
ES										
MG	11	733	165	6					11	733
RJ	2	11	11						2	11
SP										
Subtotal:	13	744	176	6					13	744
Sul										
PR	3	10	10						3	10
RS	5	39	32	3					5	39
SC	6	57	57	2					6	57
Subtotal:	14	106	99	5					14	106
Brasil:	80	1760	556	12	4	102	6		84	1862

* Além das denúncias de trabalho escravo no campo, houve 29 denúncias de trabalho escravo na área urbana, envolvendo 551 trabalhadores, dos quais 322 foram resgatados.



Foto: Joka Madruga

Violência contra a pessoa

Os calvários dos tempos atuais

Romi Márcia Bencke*

Até quando, ó Deus, clamarei por socorro, sem que tu ouças? Até quando gritarei a ti: “Violência!” sem que tragas salvação?

Por que me fazes ver a injustiça e contemplar a maldade? A destruição e a violência estão diante de mim; há luta e conflito por todo lado. Por isso a lei se enfraquece e a justiça nunca prevalece. Os ímpios prejudicam os justos, e assim a justiça é pervertida.

(Hab 1.2-4)

Escrevo este texto no período de quaresma. Tempo de reflexão e de preparação para a Páscoa. Tempo de perguntar sobre o sentido da morte na cruz e da ressurreição de Jesus Cristo. O período de quaresma é o tempo que provoca para que se supere a tentação de naturalizar a morte na cruz à qual foi submetido Jesus Cristo. A perplexidade gerada por ato tão violento é essencial para que se torne possível perguntar pelas diferentes cruces que permanecem e fazem com que a morte subsista. A quaresma é uma provocação para que o sofrimento e a morte não se tornem indiferentes.

Os dados apresentados pelo relatório “Conflitos no Campo” chama a atenção para os calvários dos tempos atuais. Mostra os Gólgotas - lugar das caveiras - onde são depositados ou despejados os mortos de hoje. As razões para os sacrifícios continuam tão irracionais e loucos, assim como foi irracionalidade e loucura a morte de Cristo na Cruz (1Co1.18).

Os gólgotas atuais, porém, não são um lugar geográfico específico. Eles estão em toda parte. Neles são atiradas e despejadas

aquelas pessoas que não deveriam existir na sociedade: ribeirinhos e ribeirinhas, camponeses e camponesas, indígenas, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras sem terra, jovens negros, mulheres negras. Essas pessoas são consideradas os rejeitos de uma sociedade que se torna indiferente à cruz e muito atenta ao espetáculo.

As histórias de violência, sofrimento e morte sistematizadas pelo relatório são muitas. Elas perpassaram o ano de 2015, que inicia com o assassinato de Marcus que fora cobrar do seu patrão o salário que era seu direito pelo tempo de serviço. O patrão, em vez de pagar o empregado, desferiu um tiro no peito de Marcus com espingarda cartucheira. Digno é o trabalhador de seu salário, dizia Jesus no evangelho de Lucas 10.7. Entretanto, esse valor parece não ter muito sentido em sistemas orientados pela exploração da mão de obra.

No mês de agosto ocorreu a morte de Maria das Dores, uma liderança em sua comunidade, casada, 52 anos. Maria das Dores foi sequestrada, torturada e assassinada a tiros. Ela já sofria ameaças de

* Pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB, e Secretária Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, CONIC.

morte. Registrou vários boletins de ocorrência. Denunciava a venda ilegal de lotes destinados à reforma agrária. A terra tem a função social de garantir o sustento das pessoas. É isso que diz Levítico 25. Mas, os mandantes do assassinato de Maria das Dores não consideraram este direito.

O ano termina no dia 30 de dezembro, com a triste história de Vitor menino indígena Kaingang, de 2 anos, assassinado em Imbituba (SC). A mãe amamentava seu filho na rodoviária da cidade. Veio um homem, acariciou a criança. Mas, a carícia se transformou em violência. Vitor foi degolado. Todavia não se conhece a motivação para o crime. Suspeita-se que seja a intolerância crescente, na região Sul, contra os povos indígenas. A intolerância está relacionada à luta dos povos indígenas pela retomada de seus territórios.

A morte de Vitor aconteceu logo após o Natal, quando se celebrava o nascimento de outra criança para a qual não havia lugar. Narra o Evangelho de Mateus no capítulo 2.16-18, que Herodes teria mandado executar todos os meninos de Belém. A motivação de Herodes foi seu apego ao poder. Herodes temia perder o trono, caso se concretizasse o nascimento do Messias como anunciaram os profetas. Vitor também poderia ser uma ameaça para algumas pessoas, pois seu nascimento e seu direito à existência exigiriam que a terra de seus ancestrais lhe fosse garantida.

Estas histórias e todas as demais presentes nesse Relatório geram perplexidade e provocam a pergunta pela razão da persistência de tanta violência. Esta era também a perplexidade do profeta Habacuque que ques-

tionou Deus sobre o mistério da maldade não castigada no mundo. Ao se deparar com a maldade humana, o profeta pergunta para Deus: “Terá fim esta vitória da violência e da opressão? A justiça nunca se manifestará?” (Hab 1.2-4). Essa é a pergunta que se repete exaustivamente ainda hoje.

O Relatório mostra que no ano de 2015 foram registradas 1.217 ocorrências de conflitos. Se comparado com os dados de 2014, nota-se que em 2015 foram registradas 71 ocorrências a menos do que em 2014, quando foram contabilizadas 1.286 ocorrências. Os conflitos por terra no ano de 2015 representaram 998 ocorrências, sendo que resultaram em 47 assassinatos. Chamam a atenção também os conflitos pela água, que aumentaram significativamente desde o ano de 2002, quando passaram a ser registrados. Naquele ano, foram sistematizadas 8 ocorrências. No ano de 2015, foram registradas 135. No ano de 2007, registrou-se a primeira morte em decorrência do conflito por água. Desde então, foram contabilizadas 11 mortes, sendo que: 2007: 2 mortes; 2009: 1 morte; 2010: 2 mortes; 2012: 2 mortes; 2013: 2 mortes; 2015: 2 mortes. Em 2015, um dos assassinatos ocorreu no contexto de um conflito trabalhista. Ao todo 50 assassinatos no ano.

O Relatório é uma fotografia fiel das principais disputas presentes na sociedade. Ele também corrobora o que foi identificado pelo último apontamento da Anistia Internacional 2015, ou seja, que o Brasil vive uma “epidemia de homicídios”. São aproximadamente 60 mil mortes por ano no país. Os estados que apresentaram o maior número de assassinatos por causa de con-

flitos no campo foram o Pará e Rondônia. Sendo que no primeiro foram registradas 19 mortes e no segundo estado, 20.

Em especial no Pará, há mandantes envolvidos que já são conhecidos da sociedade. É o caso de Anapu, em que o principal suspeito também esteve envolvido na morte da Irmã Dorothy. São histórias que se repetem ano a ano e consolidam “a distância que nos separa entre o que somos e o que esperávamos ser”. (FURTADO, p. 26).

Poderíamos ser um país rico em diversidade cultural, religiosa, econômica, entre tantas outras. Como bem observa Celso Furtado (1999, p. 60), indígenas e africanos foram isolados de suas matrizes culturais, de suas línguas e, poderíamos acrescentar, de suas expressões do Sagrado.

O avanço do modelo de desenvolvimento orientado pela financeirização dos bens da natureza faz mais do que isolar as diferentes culturas que formam a identidade plural do Brasil. É um modelo que assassina pessoas e diferentes expressões de Deus, que se manifestam nas religiosidades indígenas e africanas. Pouco a pouco o Brasil, que tem como maior riqueza a sua diversidade cultural, religiosa e ambiental, torna-se um país cada vez mais monotemático, monocultural, com menos biodiversidade e com reduzidas manifestações de Deus, por causa das gradativas supressões das religiosidades indígenas e africanas. O relatório sobre a “Violência no Campo” mostra esse processo claramente.

O profeta Habacuque fala com Deus e diz: “Por que me fazes ver a injustiça e contemplar a maldade? A destruição e a

violência estão diante de mim; há luta e conflito por todo lado. Por isso a lei se enfraquece e a justiça nunca prevalece. Os ímpios prejudicam os justos, e assim a justiça é pervertida”. Poderíamos sintetizar o questionamento do profeta em uma única pergunta: “A justiça nunca se manifestará?”.

Desde a perspectiva cristã, a esperança é uma dimensão da fé. Essa esperança brota da certeza de que depois da cruz vem a ressurreição. Deus é um Deus da graça e do amor incondicional e não de condenação e de morte injusta. Portanto, é necessário que permaneça a esperança de que a justiça pode se tornar realidade concreta. Essa certeza de que a justiça, sim, se manifestará, apresenta desafios pastorais importantes.

É preciso perguntar-se como pode ser identificada a presença de Deus entre nós. Recorro ao biblista e teólogo Milton Schwantes para possíveis pistas que possibilitem responder esta pergunta. Segundo Milton Schwantes, é possível identificar a presença de Deus nas cruces de hoje. Isso faz com que o centro da política deveriam ser as pessoas excluídas, violentadas e assassinadas. É para elas que toda a ação política deveria estar voltada.

Essa compreensão muda completamente o paradigma político. No Brasil, a política orienta-se para beneficiar grandes grupos econômicos e as oligarquias de sempre. Colonialismo e patrimonialismo fazem parte da história do país, desde o princípio. Colonialismo e Patrimonialismo provocam conflitos e mortes no campo e transformam os recursos naturais em mercadorias ou ativos financeiros.

Desde a perspectiva da ressurreição e, portanto, da esperança de que a justiça se manifestará, o modelo antropológico precisa ser transformado. Citando Milton Schwantes:

Por Deus, os desfigurados, escandalosamente, são feitos modelos antropológicos, de sorte que o paradigma dos direitos humanos é o direito do fraco, o paradigma da vida é a periferia, o paradigma de nação é o índio. Onde se decide o que é direito humano e ecologia é onde estão os pobres. (SCHWANTES, p. 160).

Sendo assim, justiça não significa o que é certo. Justiça é muito mais. A justiça, desde a perspectiva bíblica, é o que move. Justiça é a perspectiva e o parâmetro com os quais se decide o que é justo. Nesse sentido, os valores que orientam uma sociedade são decisivos.

A morte de Cristo aponta para as injustiças do mundo. Sua ressurreição é a manifestação do amor de Deus, que é a manifestação da justiça (Romanos 3.25). O amor de Deus e a sua justiça tornam os seres humanos livres para assumir sua história. Assumir a

história é posicionar-se frente ao que impede a concretização plena da justiça.

Desde a perspectiva da justiça, a prática pastoral precisaria refletir sobre algumas perguntas. Em primeiro lugar, em contextos de injustiça, de que lado nos colocamos? Para quem nos levantamos? Quais os interesses que nos mantêm calados? O que é mais importante para nós? Servimos a Deus ou a ídolos? Essas perguntas são feitas pelo próprio Evangelho, em Mateus 35.25-26.

A justiça, portanto, não é parcial e também não é neutra. Exatamente porque a justiça é um dos atributos de Deus, não é possível naturalizar a morte violenta de pessoas por causa da ambição humana. Essas mortes, precisam provocar indignação e escândalo. A indignação e o escândalo, por sua vez, convertem e impulsionam a conversão para práticas mais coerentes com os direitos humanos.

O Brasil e suas instituições precisam se converter para os direitos humanos. As mortes de Marcus, Vitor, Maria das Dores e de muitas outras pessoas com nome ou sem nome exigem essa conversão.

Referências

Furtado, Celso. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Schwantes, Milton. Da boca de pequeninos - enfoques antropológicos. São Leopoldo: Periódicos EST, Vol. 24, n. 2, 1984, p. 160.

Westhelle, Vitor. A cruz, a teologia e as rosas. O significado soteriológico da cruz na teologia.

In. http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/1042/1002. Acesso em 28 de fevereiro de 2016.

Site consultado:

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/552018-e-como-se-a-cada-dois-dias-derrubassemos-um-aviao-lotado-de-jovens>, acesso em 28 de fevereiro de 2016.

Tabela 7 - Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	7	5250						4	
GO	39	83060		1		1			30
MS	58	27404	1	5		16	1		40
MT	62	31301	1			8		2	2
Subtotal:	166	147015	2	6	0	25	1	6	72
Nordeste									
AL	18	4700							
BA	128	77770	1	12		10			9
CE	9	16916		2				3	2
MA	135	45108	6	6		23			4
PB	17	4345		6		9		2	1
PE	42	57365	1			5			
PI	31	4405				1			
RN									
SE	1	1500							
Subtotal:	381	212109	8	26	0	48	0	5	16
Norte									
AC	58	23700				1			
AM	18	15018	1			2		6	3
AP	65	9540							
PA	124	127083	19	18	5	36		12	45
RO	93	35108	20	4		23	2	39	26
RR	14	30551							
TO	34	5878		2				7	14
Subtotal:	406	246878	40	24	5	62	2	64	88
Sudeste									
ES	11	4695						4	
MG	126	58403		1	5	6		1	10
RJ	10	41636							
SP	42	19815				1			1
Subtotal:	189	124549	0	1	5	7	0	5	11
Sul									
PR	35	49090			1				
RS	28	32394		2		1			
SC	12	4802				1			
Subtotal:	75	86286	0	2	1	2	0	0	0
Total:	1217	816837	50	59	11	144	3	80	187

* Número de conflitos e de pessoas envolvidas refere-se à soma dos conflitos por terra, água e trabalho.



Foto: João Zinclar

Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada

Marcelo Firpo Porto¹

Diogo Ferreira da Rocha²

Tania Pacheco³

1. O veneno da “revolução verde”: dependência e expansão do uso de agrotóxicos no Brasil

A agricultura industrial capitalista que marca o agronegócio faz parte da inserção brasileira no comércio internacional den-

tro da globalização da economia mundial em curso nas últimas décadas com foco na exportação de *commodities* agrícolas como soja, carnes e mesmo biocombustíveis como o álcool. Tais produtos têm seus preços controlados por bolsas de mercadorias localizadas nos países centrais que definem os preços globais.

Marcado pelo contraditório nome de “Revolução Verde”, esse modelo hegemônico está baseado em monocultivos de grande extensão com intensa mecanização e dependência dos agroquímicos, ou seja, fertilizantes e agrotóxicos. Para seus defensores, a agricultura camponesa e familiar está baseada em conhecimentos

¹ Pesquisador da ENSP/FIOCRUZ, coordenador do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

² Doutorando da ENSP/FIOCRUZ, pesquisador do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

³ Coordenadora executiva do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

rudimentares, e propostas como a agroecologia, que atua em sintonia com os agroecossistemas a partir da sabedoria camponesa privilegiando os ciclos naturais e o uso de recursos internos como as sementes crioulas, não poderiam competir com a produtividade alavancada pela tecnologia moderna. Mais recentemente as novas biotecnologias introduziram sementes transgênicas pelas mesmas empresas que fabricam os agrotóxicos, já que várias plantas transgênicas são desenvolvidas para serem resistentes a certos agrotóxicos, potencializando o uso destes, assim como para serem inférteis e criarem uma maior dependência dos agricultores às corporações que controlam os insumos.

Porém, a aparente superioridade da agricultura industrial capitalista esconde inúmeros impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e de saúde, ao mesmo tempo em que invisibiliza e desvaloriza os séculos de conhecimento acumulado pela agricultura familiar camponesa. O modelo hegemônico compete por terras e busca eliminar ou subordinar a agricultura familiar e camponesa à sua lógica. Além de concentrar renda, gerar conflitos por terra com inúmeras violências associadas, dificultar a reforma agrária, afetar a segurança e soberania alimentar, e expulsar agricultores do mundo rural, este modelo produz inúmeras ameaças à sustentabilidade ambiental e de saúde, associadas às iniquidades sociais que vulnerabilizam diferentes territórios e populações na sua condição de trabalhadores e moradores de áreas afetadas.

São atingidos por este modelo, além de indígenas, as diversas categorias de cam-

poneses e de comunidades tradicionais, como quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e agricultores familiares. Todos praticam cultivos que, em muitos casos, vão além dos de subsistência. E mesmo as populações urbanas são afetadas pelo preço dos alimentos e a contaminação química. A forma de explorar a terra com monocultivos gera fortes impactos sobre os ecossistemas locais, regionais e globais, pois causa desmatamento, elimina a biodiversidade, exaure e contamina o solo e a água.

Um aspecto importante do modelo relacionado aos conflitos no campo é o uso de agrotóxicos, já que os monocultivos implicam em redução da biodiversidade e técnicas artificiais de lidar com o crescimento dos plantios. O desequilíbrio assim produzido é enfrentado por uma verdadeira guerra química, cuja arma principal são os agrotóxicos. Quaisquer plantas e insetos no ambiente são vistos como pragas, inimigos a serem enfrentados. Aliás, a origem dos agrotóxicos remonta à indústria da guerra: os experimentos mortais com o gás mostarda na I Guerra Mundial e a continuidade dessas pesquisas encontram-se na base da futura indústria de venenos que passou a ser um dos pilares da “Revolução Verde”. Como dizia a ambientalista Rachel Carson, autora do clássico “Primavera Silenciosa”, publicado em 1962 nos EUA, a dúvida é se a civilização pode mesmo travar esta guerra contra a vida sem se destruir e sem perder o direito de se chamar de civilizada, pois caminha na direção do que o equatoriano e sanitarista Jaime Breilh denomina de economia da morte, baseada na exploração do traba-

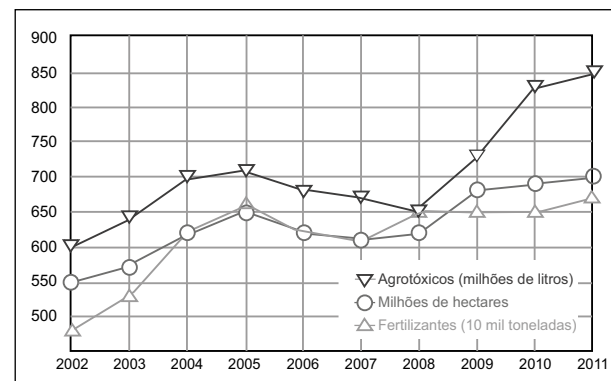
lho e aniquilação da natureza. O *Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde* (Carneiro et al. 2015) afirma que os agrotóxicos podem ser compreendidos como “*armas de uma guerra não declarada, cujas vítimas humanas e não humanas são ocultadas por uma ciência cerceada por interesses econômicos ou justificadas por esta mesma ciência como efeitos colaterais do emprego de uma tecnologia apresentada como indispensável*”.

Nos últimos anos vemos disparar o consumo de agrotóxicos no Brasil: desde 2008 passamos a carregar o triste título de maiores consumidores do mundo. O processo de consumo de agrotóxicos foi iniciado no país antes mesmo da ditadura militar, mas é neste período que se intensifica a partir de inúmeras medidas, como a isenção de impostos como o Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM), o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e das taxas de importação de produtos não produzidos no Brasil e aviões de uso agrícola. Além disso, ampliou-se o crédito agrícola subsidiado e a compra de agroquímicos, condicionando-se o primeiro ao segundo, com o aumento crescente das vendas de agrotóxicos no período.

A partir da década de 80 houve uma ampliação da fronteira agrícola, principalmente no cerrado brasileiro, bioma que concentra os principais incrementos da produção agrícola desde então. Além disso, novas áreas antes usadas pela agricultura familiar foram incorporadas ao agronegócio, e somente entre 1978 e 1998 o uso dos herbicidas teve um cres-

cimento de 540%, especialmente na cultura de soja, que passou a ser um importante produto de exportação. Entre os anos 1990 e 2005 a soja representou 36% da área plantada e um volume de uso de agrotóxicos de 50% no total das vendas, contra 11% do milho, em uma área que equivale 18% do total plantado no país, mostrando que os grãos, em especial a soja, puxaram o consumo de agrotóxicos no país nas duas últimas décadas (Porto e Soares, 2011), conforme mostra a figura a seguir.

Figura 1: Produção agrícola e consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil, 2002-2011



Fonte: Dossiê Abrasco (Carneiro et al. 2015)

A reboque desse extraordinário aumento no uso de veneno, a contaminação ambiental de trabalhadores e moradores de áreas próximas, além de consumidores de alimentos, passaram a se tornar um grande problema de saúde pública e tema prioritário para movimentos sociais do campo e da cidade, a ponto de em 2011 ter sido criada a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida por várias organizações e movimentos sociais, gerando inúmeras manifestações que serão melhor analisadas mais à frente.

2. Os casos de contaminação por agrotóxicos registrados pela CPT

Desde 1985 a CPT publica anualmente os registros de Conflitos no Campo. Sua principal preocupação foi a de registrar os conflitos envolvendo a luta pela conquista do direito à terra e pela permanência nela, bem como as violações dos direitos trabalhistas, abrangendo trabalhadores rurais. No contexto destes conflitos, desde a década de 1980, surgiram casos de contaminação por agrotóxicos que foram registrados, mas que não tiveram muito destaque. Eram fatos que mostravam os efeitos avassaladores do avanço da agricultura industrial químico-dependente sobre o meio ambiente dos territórios tradicionais e camponeses, e a saúde dos povos e comunidades que neles vivem. De 1985 até 2014, o número de conflitos envolvendo vítimas da contaminação por agrotóxicos cresceu mais de 300%. Passaram de cerca de 15, no período de 1985 a 1989, para 63 casos no período de 2000 a 2014. O número de famílias afetadas cresceu 10% no mesmo período, passando de 3.775 famílias na década de 1980 para 4.189 nas primeiras duas décadas do século XXI. Durante todo o período, mais de 60% das ocorrências de contaminação por agrotóxico nas zonas rurais estavam relacionadas com contextos de disputas por terra e território, principalmente envolvendo trabalhadores rurais, arrendatários, camponeses, e, em menor número, os povos indígenas.

Em 2015, foram registrados 23 casos de contaminação por agrotóxicos, sendo 12 no contexto de conflitos por terra, oito relacionados a conflitos por água e 3 a con-

flitos trabalhistas. O que chama a atenção é o número de famílias afetadas, 4.267. O maior número já registrado em um único ano.

A magnitude dos registros varia enormemente. Há desde um extenso caso de contaminação química ocorrido em Tenente Portela/RS, no qual cerca de 3.000 famílias Kaingang da Reserva Indígena Guarita foram contaminadas por agrotóxicos em janeiro de 1989, até casos localizados de trabalhadores rurais individuais que foram contaminados por essas substâncias. O que os dados apontam, contudo, é que independentemente da grandeza de cada episódio ou caso, há uma crescente exposição das populações rurais a contaminantes perigosos, presentes em seus locais de trabalho, no ar, nos rios ou na terra. Muitas vezes são aspergidos pelas próprias famílias, influenciadas pelo grande incentivo ao uso, fato agravado pela falta de medidas de proteção ou de debates a respeito de alternativas mais sustentáveis de convívio e controle de animais e plantas, que harmonizem a produção agrícola com as características dos agroecossistemas. Outras vezes a aplicação se dá através de grandes equipamentos industriais de dispersão, como o uso de aviões na pulverização aérea que frequentemente afeta diretamente milhares de pessoas simultaneamente. Algumas vezes, ainda, o uso de agrotóxicos é uma estratégia de fazendeiros e produtores rurais para pressionar a saída de trabalhadores rurais sem terra, camponeses ou indígenas das áreas em disputa, transformando os venenos em arma de guerra química e criminosa.

Os dados da CPT também apontam outras

formas de violência e de violação dos direitos humanos nesses contextos, onde apesar do uso dos agrotóxicos serem apontados, por seus defensores, como parte de um pacote tecnológico que modernizaria a produção agrícola, ainda se convive com formas arcaicas de relações de trabalho. Em muitos casos registrados pela CPT, a contaminação por agrotóxicos se deu em imóveis rurais que faziam uso de mão de obra em situação de escravidão. De 2000 a 2015, a CPT registrou 51 ocorrências de contaminação por agrotóxicos que afetaram diretamente 859 trabalhadores submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão.

3. Conflitos e contaminações coletivas

Os dados da CPT referentes aos conflitos rurais que envolvem direta ou indiretamente o uso de agrotóxicos mostram um longo histórico do papel desta tecnologia no campo brasileiro: de subsídio ao uso paramilitar, passando pelo crescente uso e a exposição involuntária com casos de intoxicações agudas ou crônicas. Os agrotóxicos se tornaram parte inerente dos processos de expropriação de terras, territórios tradicionais e avanço do agronegócio.

Os agroquímicos desempenham diversos papéis nas ações de fazendeiros e das empresas agropecuárias nas disputas que travam com os indígenas, comunidades tradicionais, comunidades camponesas e movimentos sociais do campo.

Basicamente os conflitos envolvendo povos indígenas se centram na disputa pela terra, incluindo tanto o agronegócio

quanto grileiros e pequenos agricultores. A política de demarcação de terras indígenas vigente a partir da Constituição de 1988 estabelece certo número de garantias legais. Porém, no decorrer da história, desde a invasão pelos europeus, até o momento da nova Constituição o que se assistiu foi a um grande processo de esbulho dos territórios indígenas. Um exemplo gritante são os povos indígenas do Mato Grosso do Sul, que em pleno século XX foram expropriados de suas terras e confinados a minúsculos espaços, ou obrigados a perambular por diversas áreas em busca de um local propício para se estabelecerem. Nessa peregrinação foram expostos a contaminação ambiental por agrotóxicos, já que as novas terras se avizinhavam a fazendas ou a diversas comunidades de pequenos agricultores que já os utilizavam, na maioria das vezes sem quaisquer preocupações com os efeitos da sua dispersão pelo meio ambiente, uma vez que a indústria e o governo apresentavam os agroquímicos como “remédio” benéfico ao homem do campo e à lavoura.

Em 1990, uma carga de furadan – uma marca comercial de inseticida que possui como ingrediente ativo o carbofurano, de classe toxicológica I (extremamente tóxico) e proibido na Europa e Califórnia - foi lançada sobre TI Sangradouro, no Mato Grosso, em pulverização aérea. Pelo menos 57 indígenas Xavante foram intoxicados, atacados por fortes febres e diarreias, depois de beberem a água do córrego da Alminha e da Lagoa Encantada.

Situações similares são enfrentadas também por outros grupos de trabalhadores

rurais e camponeses. Com frequência os históricos dos casos registrados pela CPT apontam essa convergência entre os conflitos por terra e as denúncias dos impactos relativos aos usos - agrícolas ou criminosos - dos agrotóxicos. Em alguns casos, os agroquímicos figuram como instrumento de pressão sobre aqueles que disputam as terras com os fazendeiros, na maioria das vezes trabalhadores rurais sem terra. Jogados na água ou lançados intencionalmente por aviões, os agrotóxicos se tornam armas químicas nas mãos de pessoas inescrupulosas.

Outra situação comum nesses casos é a total falta de preocupação dos fazendeiros ou das empresas agrícolas com a saúde de seus trabalhadores. Substâncias altamente perigosas são armazenadas nas mesmas áreas disponibilizadas para os trabalhadores dormirem. Mais: ora as aplicações são realizadas sem qualquer equipamento de proteção, ora os trabalhadores são obrigados a ocupar postos em instalações que foram recentemente pulverizadas com substâncias altamente tóxicas, se expondo a casos de intoxicação crônica, como nas denúncias envolvendo a Brazil Flowers, em Barbacena/MG, uma empresa alemã produtora de rosas, denunciada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais da região.

Por outro lado, os agrotóxicos não constituem risco apenas por contato direto. São frequentes as denúncias de comunidades e famílias intoxicadas por substâncias carregadas pela água ou que se dispersam pelo vento, principalmente nos locais onde se utiliza a pulverização aérea.

Esses riscos à saúde acabam se tornando mais uma forma de violência num contexto marcado pelas injustiças e pela sobre-exploração do trabalhador do campo. Denúncias de trabalho escravo, trabalho infantil, jornadas exaustivas de trabalho, ameaças, tentativas de assassinato e assassinatos consumados figuram lado a lado com os impactos da tecnologia na maioria dos casos. Além dos riscos inerentes à própria composição química das substâncias empregadas nas lavouras, estes são potencializados por práticas sociais violentas e pelo processo de invisibilização social dos problemas sofridos pelas populações do campo no Brasil.

O novo milênio não trouxe melhorias significativas na qualidade de vida da população do campo brasileiro no que tange aos agrotóxicos, em que pese políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Apesar das denúncias terem alcançado uma visibilidade muito maior, os problemas permanecem graves e urgentes.

Os assassinatos e as denúncias do uso da pulverização aérea como arma de dissuasão dos trabalhadores rurais acampados nas proximidades das propriedades reivindicadas para a reforma agrária, se multiplicaram neste novo século. As mobilizações dos Ministérios Públicos e investigações também aparecem agora com mais frequência, bem como o apoio de parlamentares, movimentos sociais e organizações não-governamentais aos trabalhadores rurais ou camponeses envolvidos. E a CPT permanece como instrumento fundamental na mediação desses conflitos.

Uma novidade nos casos mais recentes é

o fato de que agora, além de expressarem a luta pela terra, com frequência também apresentam um importante componente de crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico no campo. Não se luta apenas por um pedaço de chão em determinado lugar, mas também para que todo o entorno esteja igualmente livre de contaminação. A produção de alimentos ainda é o centro da ação dos movimentos sociais camponeses, mas agora essa produção vem qualificada: saudável, agroecológica, orgânica ou sustentável. Os agrotóxicos deixam de ser mero instrumento do produtor rural e passam a ser vistos e apresentados publicamente como um problema a ser enfrentado. Uma tecnologia a ser substituída por alternativas mais saudáveis e menos impactantes ao meio ambiente e à saúde de todos.

Aos casos envolvendo a luta pela terra e contra os impactos do uso dos agrotóxicos vêm se somar os conflitos envolvendo o uso e a privatização da água.

O estabelecimento de perímetros irrigados no semiárido se tornou, por várias razões, um processo desencadeador de conflitos. Frequentemente famílias acostumadas à produção para subsistência com um pequeno excedente comercializável são pressionadas a assumir um lugar na cadeia produtiva da fruticultura de exportação ou outra *commoditie*. O pacote tecnológico da revolução verde se torna ainda mais complicado pela falta de capacitação para lidar com a nova situação. Não raro, isso resulta em situações nas quais a produtividade da lavoura fica aquém do esperado ou as famílias acabam se intoxicando pelo uso dos agrotóxicos. O sistema é domina-

do por grandes grupos empresariais que monopolizam o fornecimento dos insumos e a compra da produção.

4. Resistências, alternativas e manifestações: agroecologia e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

Os dados coletados e registrados pela CPT mostram que comunidades camponesas, os movimentos sociais e, pelo menos, parte da sociedade, estão tomando consciência em relação aos perigos que os agrotóxicos representam. Este fenômeno pode ser comprovado pelo número de manifestações públicas que incluem o combate aos agrotóxicos como um dos itens de sua pauta, quando não é o central.

As manifestações contra os agrotóxicos começaram a ter registros mais detalhados a partir de 2011, quando foi criada a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. Não que anteriormente não tivesse havido manifestações e mobilizações contra os agrotóxicos, mas a partir daquele ano cresce exponencialmente seu número.

De 2011 a 2015, foram registradas 278 manifestações contra os agrotóxicos com a participação de 156.962 pessoas. Olhando 2015 em separado, 32.995 pessoas participaram em 62 manifestações. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, tem alimentado estes atos.

Como indica o Dossiê da Abrasco sobre Agrotóxicos (Carneiro, 2015), a Campanha foi lançada no Dia Mundial da Saúde em 07 de abril de 2011 por uma ampla

frente de movimentos sociais do campo e da cidade. É constituída por mais de vinte Movimentos Sociais e Redes incluindo a Via Campesina, a própria CPT, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar. Também fazem parte da Campanha 14 escolas, universidades e instituições de pesquisa de âmbito nacional e regional; 20 organizações vinculadas ao movimento sindical e entidades de classe; 49 entidades, ONGs, assessorias, associações e cooperativas; além de organizações vinculadas ao movimento estudantil e ao legislativo. Um dos ícones da Campanha foram os documentários denominados O Veneno está na Mesa 1 e 2, do cineasta Silvio Tendler, que circularam o país e até hoje são uma referência importante para o debate nacional.

No portal da Campanha na internet⁴ é possível obter inúmeras informações, documentos e vídeos, incluindo as razões das críticas aos agrotóxicos e do apoio à agricultura familiar camponesa e agroecológica como principal alternativa para a produção de alimentos saudáveis e sociedades mais justas.

Dentre os objetivos da Campanha destacam-se:

- Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando os seus efeitos degradan-

tes à saúde (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores nas cidades) e ao meio ambiente (contaminação dos solos e das águas).

- Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite o meio ambiente.
- Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos. Criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais.
- Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica.

As 278 manifestações registradas pela CPT desde 2011 mostram a presença da Campanha na maior parte dos estados. O Nordeste é a região com maior número de manifestações. O Sul, porém, é a região, puxada pelo estado do Rio Grande do Sul, com o maior número de participantes. Um aspecto importante das manifestações é que a luta contra os agrotóxicos e os transgênicos passa a se articular com outras lutas, pautando movimentos e ações relacionadas à reforma agrária, à convivência com o semiárido, pela defesa

⁴ (<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>)

da água e do meio ambiente, contra a injustiça, a violência e a impunidade.

Diante do poderio econômico e político do agronegócio, contudo, tais lutas não são fáceis e continuarão ainda por mui-

to tempo. Daí inclusive o nome de Campanha Permanente. O sucesso de futuras conquistas dependerá da continuidade da organização e luta das várias entidades e movimentos sociais envolvidos.

Referências

Carneiro, Fernando Ferreira, et al. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Porto, Marcelo Firpo, Tania Pacheco, Jean Pierre Leroy. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

Porto, Marcelo Firpo e Wagner Lopes Soares. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* 37.125 (2012): 17-50.

Tabela 8 - Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Amazonas						
Irlanduba	Com. Portelinha/Ramal Serra Baixa	12/08/2015	Maria das Dores dos Santos S. Priante, "Dora"		52	Liderança
Subtotal:				1		
Bahia						
Ilhéus	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	01/05/2015	Adenilson da Silva Nascimento, "Pinduca"		54	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Maranhão						
Amarante do Maranhão	Povoado Belo Monte 3	01/06/2015	Raimundo Pires Ferreira		A	Posseiro
Amarante do Maranhão	Povoado Belo Monte 3	30/06/2015	Zilquenia Machado Queiroz		A	Posseiro
Bom Jardim	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	25/08/2015	Raimundo Santos Rodrigues		54	Ambientalista
Centro do Guilherme	T. I. Alto Turiaçu	26/04/2015	Eusébio Ka'apor		42	Índio
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	24/12/2015	Antônio Isídio Pereira da Silva		52	Liderança
Itapecuru Mirim	Mata de São Benedito	23/04/2015	Antônio de Cipriano		A	Liderança Quilombola
Subtotal:				6		
Mato Grosso						
Brasnorte	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	24/10/2015	Daliameali Enawenê		19	Índio
Subtotal:				1		
Mato Grosso do Sul						
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Fronteira/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza/Primavera/Pedro/Barra/Soberania	29/08/2015	Semião Fernandes Vilhalva		24	Índio
Subtotal:				1		
Pará						
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	17/11/2015	Wislen Gonçalves Barbosa		A	Funcionário Público
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Rita	10/10/2015	Hércules Santos de Souza		17	Sem - terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	05/07/2015	Edinaldo Alves Moreira, "Lourinho"		A	Sem - terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	11/08/2015	Jesusmar Batista Farias, "Suis"		A	Sem - terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	22/08/2015	Cosmo Pereira de Castro		A	Sem - terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	27/10/2015	José Nunes da Cruz, "Zé da Lapada"		A	Sem - terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	31/10/2015	Cláudio Bezerra da Costa, "Ivanzinho"		A	Sem - terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Estiva	17/02/2015	Wesley Washington Sousa Barros		14	Sem - terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Estiva	17/02/2015	Samylla Letícia Souza Muniz		12	Sem - terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Estiva	17/02/2015	Matheus Sousa Barros		14	Sem - terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Estiva	17/02/2015	Júlio César Souza Muniz		11	Sem - terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Estiva	17/02/2015	Leidiane Souza Soares		30	Sem - terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Estiva	17/02/2015	Washington Miranda Muniz		42	Sem - terra
Floresta do Araguaia	Fazenda do Batata	14/01/2015	Marcus		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Terezinha	15/05/2015	João Miranda		35	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	06/11/2015	Oswaldo Rodrigues Costa		A	Sem - terra
Tucuruí	Faz. Petrópolis/Gleba 12	14/06/2015	José Osvaldo Rodrigues de Sousa		49	Sem - terra
Vitória do Xingu	Sítio Pimental/UHE de Belo Monte/Belo Sun Mineração/PAC	18/05/2015	Daniel Vilanova Dias		41	Atingido por barragem
Vitória do Xingu	Sítio Pimental/UHE de Belo Monte/Belo Sun Mineração/PAC	18/05/2015	Leidiane Drosdroski Machado		28	Atingida por barragem
Subtotal:				19		
Pernambuco						
Pesqueira	T. I. Xucuru	08/10/2015	José Aldenício da Silva		56	Índio
Subtotal:				1		

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Rondônia						
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	27/01/2015	José Antônio Dória dos Santos, "Zé Minhenga"		49	Sem - terra
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	11/05/2015	Trabalhadores Sem-Terra/Faz. Formosa	2	A	Sem - terra
Alto Paraíso	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	11/12/2015	Francimar de Souza		21	Sem - terra
Buritis	Faz. Guerin/Acamp. Rio Pardo	10/04/2015	Odilon Barbosa do Nascimento		40	Posseiro
Buritis	Faz. Guerin/Acamp. Rio Pardo	17/04/2015	Jander Borges Farias		38	Liderança
Buritis	Faz. Guerin/Acamp. Rio Pardo	01/05/2015	Paulo Justino Pereira		51	Liderança
Buritis	Assassinato de Delson Mota	15/07/2015	Delson Mota, "Capixaba"		A	Liderança
Costa Marques	Travessão Luiz Sanchez/Linha 21/Acamp. Nova Esperança/Área do Badra	04/03/2015	Altamiro Lopes Ferreira		47	Sem - terra
Cujubim	Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	30/06/2015	Cloves de Souza Palma		42	Liderança
Machadinho d'Oeste	Assent. Santa Maria II/Acamp. Fortaleza/Sítio Alto Alegre	12/04/2015	Fábio Carlos da Silva Teixeira		30	Sem - terra
Monte Negro	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	06/07/2015	Trabalhador/Faz. Padre Cícero		A	Trab. Rural
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	22/11/2015	Terezinha Nunes Meciano		57	Liderança
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	22/11/2015	Anderson Mateus André dos Santos, "Índio"		33	Liderança
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	31/12/2015	Lucas da Costa Silva		24	Sem - terra
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	17/10/2015	Dagner Lemes Pereira		17	Trab. Rural
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	17/10/2015	Daniel Aciari, "Ceará"		67	Pequeno proprietário
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	17/10/2015	José Bezerra dos Santos		A	Trab. Rural
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	17/10/2015	João Fernandes da Silva		52	Trab. Rural
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	17/10/2015	João Pereira Sobrinho		56	Trab. Rural
Subtotal:					20	
Total:					50	

Tem cheiro de sangue na terra – camponeses brasileiros entre a violência e a injustiça

Diogo Diniz Ribeiro Cabral*

1. Introdução

A violência no campo é um elemento estruturante do processo de formação territorial do Brasil. Em 2015, a violência sectária realizada pelo agronegócio em face de lideranças indígenas, quilombolas, posseiros, ambientalistas, sem terra, trabalhadores rurais, atingidos por barragens, funcionários públicos e pequenos proprietários¹ foi responsável pelo número mais elevado de assassinatos no campo desde 2004, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra.

2. Tem cheiro de sangue na terra

Em 2015, 50 seres humanos foram mortos em razão de conflitos no campo, em situações de conflitos trabalhistas, pela água, pela terra, questão ambiental e em manifestações. Outros 59 lutadores do campo sofreram tentativa de homicídio e 144 pessoas foram ameaçadas de morte. Estas ocorrências se espalham em todo território nacional, e o Norte e o Nordeste brasileiros concentram a grande maioria dos casos de violência contra homens e mulheres do campo.

O cheiro de sangue na terra, os velórios, as ladainhas e lamentações foram marcas predominantes em comunidades situadas principalmente na Amazônia brasileira. Notadamente, 90% de todas as mortes ocorridas em 2015 se localizaram em apenas três estados, a saber Rondônia (20), Pará (19) e Maranhão (6), todos incluídos nesta região tão rica em diversidade natural e humana e tão tristemente castigada por impunidade, injustiça e violência. Hoje, a cor que predomina na Amazônia brasileira é o vermelho do sangue do camponato, que escorre em cada canto da floresta.

As maiores vítimas desse processo de violência desenfreada, consubstanciada em homicídios, foram sem terra (21 mortos), seguidos de lideranças camponesas² (10 mortos) e trabalhadores rurais (6 mortos).

No Estado do Pará, a chacina ocorrida na fazenda Estiva, em Conceição do Araguaia, com 6 mortos; os sete mortos no município de Anapu, na Gleba Bacajá, seis deles ocorridos no Lote 83 que teria como proprietário Regivaldo Pereira Galvão, “Taradão”,

* Pós-Graduando em Direito Agrário pela UFG, Advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e voluntário da Comissão Pastoral da Terra.

¹ Todas estas categorias sociais foram vítimas de assassinato, conforme levantamento da CPT durante todo o ano de 2015.

² Aglutinamos os segmentos sociais lideranças quilombolas, lideranças indígenas e lideranças no termo lideranças camponesas, para melhor dimensionar as severas violações aos direitos humanos ocorridas no ano de 2015.

mandante do assassinato de Irmã Dorothy Stang³; em Rondônia, a chacina ocorrida na fazenda Vilhena do Pensamento, no município de Vilhena, com 5 mortos, além das 6 lideranças camponesas mortas nesse estado em conflitos que se arrastam há anos, bem como as mortes anunciadas de Antônio Isídio Pereira, conhecido por Leis e Raimundo do Santos, ambos lideranças maranhenses, ilustram o tempo de selvageria e barbárie que persiste e perdura no campo brasileiro.

As circunstâncias e o modo como foram executados os assassinatos escancararam o grau de crueldade de que foram vítimas os mortos e seus familiares:

Maria das Dores dos Santos S. Priante - Liderança, casada, 52 anos. Sequestrada em sua própria residência, na comunidade Portelinha. Em seguida, torturada e assassinada a tiros. Ela já vinha sendo ameaçada de morte e registrou vários boletins de ocorrência sobre o fato. Denunciava a venda ilegal de lotes destinados à reforma agrária na localidade Portelinha/Ramal Serra Baixa - Amazonas, município de Iranduba-AM.

Adenilson da Silva Nascimento, “Pinduca” - Liderança indígena Tupinambá. Assassinado a tiros por pistoleiros, na região de Serra das Trempes - Bahia, área dispu-

tada há anos pelos indígenas e fazendeiros. Na hora do crime, Adenilson estava acompanhado pela esposa, duas filhas (10 e 11 anos) e um filho de 1 ano e 11 meses. A esposa da vítima foi baleada nas pernas e nas costas, mas não morreu. As crianças não foram atingidas pelos disparos. A quantidade de tiros foi tanta que a equipe do Departamento de Polícia Técnica (DPT) não teve condições de levantar, no local, o número de balas disparadas contra os indígenas.

A análise dos casos de homicídios registrados pela CPT, em 2015, mostram responsabilidades diversas que vão da omissão dos órgãos fundiários, tanto federal (INCRA) quanto estaduais, passam pela ação direta de quadrilhas de grileiros, madeireiros e outros que atuam como mandantes dos assassinatos e que para isso contratam serviços de pistolagem, milícias armadas, empresas de segurança e desembocam em inquéritos policiais mal elaborados, em denúncias capengas do Ministério Público e em processos judiciais que se arrastam por décadas.⁴

Quanto às tentativas de homicídio, Pará (18), Bahia (12), Maranhão e Paraíba (ambos com 6) lideram o quadro nacional. Consigna-se que das 59 ocorrências de tentativa de homicídio, as maiores vítimas foram, na ordem, 13 indígenas (incluídas as lideranças), 10 sem terra e 8 lideranças.

³ A missionária Dorothy Stang foi assassinada em 12 de fevereiro de 2005 no interior de Anapu. Taradão foi condenado a 30 anos de prisão, mas está em liberdade.

⁴ Alfredo Wagner Berno de Almeida - Rituais de Passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia, in Chacinas e massacres no campo/Maristela de Paula Andrade. V4-São Luís: Mestrado em Políticas Públicas.-UFMA,1997.

Destaca-se que na Paraíba, em um único conflito, denominado fazenda Salgadinho, no município de Mogeiro, 6 posseiros sofreram tentativa de homicídio.

Em relação aos ameaçados de morte, foram 144 as ocorrências em 2015. Pará (36), Maranhão (23) e Rondônia (23) lideraram o quadro dos estados com maiores números desta ocorrência. Vale ressaltar que o estado da Paraíba teve crescimento significativo no número de pessoas ameaçadas de morte, todos relacionados com o conflito denominado fazenda Salgadinho, no município de Mogeiro. Destaca-se que em situações de ameaças de morte, em muitas delegacias, os delegados ou escrivães se negam a registrar as ocorrências e muitas vezes usam palavras depreciativas, estigmatizantes e preconceituosas contra os trabalhadores rurais, procurando fazer das vítimas elas mesmas culpadas pelas ameaças. Quando são obrigados a registrar, por pressão de alguma entidade ou advogado, normalmente não investigam as origens dessas ameaças.⁵

Destaca-se que os defensores de direitos humanos⁶ em situação de conflitos no

campo se encontram extremamente vulneráveis a ações de grupos de jagunços, milicianos, dada a completa omissão estatal, na maioria dos casos, que sempre envolve violência bruta. A Anistia Internacional, no mais importante relatório de Direitos Humanos do Mundo⁷ assinala que

Conflitos por terras e recursos naturais provocaram a morte de dezenas de pessoas. Comunidades rurais e seus líderes continuaram a sofrer ameaças e ataques de proprietários de terras, principalmente no Norte e Nordeste do país.

O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) não foi capaz de oferecer a proteção prometida em suas disposições. A falta de recursos continuou a prejudicar sua implementação e deixou os defensores em perigo, enquanto a ausência de um marco legal para o programa também comprometeu sua eficácia.

As forças conversadoras muito bem articuladas em todas as esferas de poder político e econômico⁸ impõem um tenebroso projeto de desenvolvimento excludente, com uma ação política planeja-

⁵ Comissão Pastoral da Terra - CPT- DIAGNÓSTICO SOBRE AS SITUAÇÕES DE AMEAÇAS DE MORTE CONTRA TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ- 2012.

⁶ O Decreto Presidencial N° 6.044/2007 define “defensores dos direitos humanos” como todos os indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que promovem e protegem os direitos humanos e as liberdades fundamentais universalmente reconhecidos. Estabelece que a proteção visa garantir a continuidade do trabalho do defensor, que promove, protege e garante os direitos humanos, e, em função de sua atuação e atividade nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco ou vulnerabilidade ou sofre violação de seus direitos e que a violação caracteriza-se por toda e qualquer conduta atentatória à atividade pessoal ou institucional do defensor dos direitos humanos ou de organização e movimento social, que se manifeste, ainda que indiretamente, sobre familiares ou pessoas de sua convivência próxima, pela prática de homicídio tentado ou consumado, tortura, agressão física, ameaça, intimidação, difamação, prisão ilegal ou arbitrária, falsa acusação, atentados ou retaliações de natureza política, econômica ou cultural, de origem, etnia, gênero ou orientação sexual, cor, idade entre outras formas de discriminação, desqualificação e criminalização de sua atividade pessoal que ofenda a sua integridade física, psíquica ou moral, a honra ou o seu patrimônio.

⁷ Anistia Internacional- Informe 2015/2016- O Estado dos Direitos Humanos no Mundo.

⁸ Destacamos a famigerada Bancada Ruralista, composta por mais de 200 deputados, que pauta no Congresso Nacional a PEC 215, a CPI do INCRA/FUNAI, no STF, a ADIN 3239, que articula no Mato Grosso do Sul a CPI contra o Conselho Indigenista Missionário-CIMI.

da e direcionada contra as formas de luta e resistência pela terra organizadas pelo conjunto do campesinato brasileiro. Cada centavo das *commodities* negociadas em Chicago, cada grão de soja exportado pelo porto do Itaquí, em São Luís, tem manchas de sangue de camponeses e camponesas assassinados/as em defesa de seus direitos.

Ao analisar a realidade do campo pode-se concluir que a expansão do agronegócio, a conversão da terra em mercadoria, a ganância de produzir mais e mais leva à destruição descontrolada de matas e florestas para dar origem às fazendas do agronegócio. Fica claro o caráter destrutivo do capitalismo que atua no campo⁹.

Notadamente, a incorporação de áreas de Cerrado e da Amazônia brasileira ao complexo agroindustrial de carne e grãos transformou a paisagem física com extensões imensas de monocultivos, acompanhada de ações de extrema violência, de modo insistente e desolador, sobretudo no Pará, Maranhão, Rondônia, Bahia e Mato Grosso. A violência tornou-se um instrumento efetivo de controle e coerção e a única forma de comunicação entre as estruturas de poder e os camponeses e indígenas. A força bruta e os constrangimentos físicos constituíram-se numa forma de relação legitimada, de maneira implícita, pelos aparatos do poder¹⁰.

A esta expansão destrutiva, associa-se a recusa sistemática e ilegal dos órgãos fun-

diários oficiais (INCRA, FUNAI e Institutos de Terra) em promover o reconhecimento formal e garantir a titulação de territórios quilombolas, a demarcação das terras indígenas, a regularização das áreas ocupadas por posseiros e sem terra, sobretudo nas regiões de fronteira agrícola, porque nestas regiões os direitos de propriedade sobre a terra não estão bem definidos, permeados sobretudo pela grilagem. Assim, a forma corrente para solução dos conflitos antagonizando posseiros, de um lado e grileiros e fazendeiros de outro é estabelecida pela violência. Esta razão é o fundamento central para a explosão da ofensiva contra camponeses, principalmente em Rondônia, Pará e Maranhão. Cabe ressaltar que a expansão da fronteira denominada MATOPIBA, para extensas áreas de Cerrado no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde estão projetados vultosos investimentos, que vão desde empresários milionários, passando pelo processo de desregulamentação na aquisição de terras por estrangeiros e pela criação de uma infraestrutura de logística, que inclui integração de ferrovias, rodovias e portos, resultará, em curto prazo, numa explosão de violência dada a total omissão dos órgãos fundiários em garantir a execução dos dispositivos constitucionais de assegurar o reconhecimento das terras e territórios às comunidades que ali vivem há décadas.

Como muito bem tem dito Mesquita:

Os principais atores deste processo de apropriação ilegal, contínua e sistemática sobre os territórios de sobre-

⁹ A VIOLÊNCIA IMPUNE NO CAMPO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS ASSASSINATOS DE 1985 A 2005 POR GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS- Cristiano de Quaresma de Paula e Michelle Rodrigues Nóbrega.

¹⁰ Alfredo Wagner Berno de Almeida- Rituais de Passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia, in Chacinas e massacres no campo/Maristela de Paula Andrade. V4-São Luís: Mestrado em Políticas Públicas.-UFMA, 1997.

vivência (antes) públicos e livres são grandes empresas estatais e privadas, nacionais e internacionais, além de grileiros e aventureiros de toda espécie. Esses predadores têm se aproveitado da ausência da autoridade pública para se apropriar de forma ilegítima de dezenas de centenas de hectares em toda a Amazônia, desrespeitando descaradamente os direitos seculares desta população aí residente. (2010,p.5)¹¹

Por outro lado, o Estado brasileiro que deveria realizar as mediações necessárias entre o grande capital e a comunidade local, coibindo abuso, direcionando ações no sentido de assegurar direitos e garantir-lhes cidadania, por sua vez assume (ver PAC) um papel semelhante ao capital: impõe arbitrariamente obras gigantes de infraestrutura, como ferrovias, oleodutos, hidrovias, estradas, hidroelétricas e linhas de energia, cujos impactos sociais e ambientais são potencializados nas populações circunvizinhas formadas por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e também por pequenos agricultores familiares.

3. A terrível sombra da impunidade persiste

A impunidade é mais um agravante neste quadro de violência contra a pessoa no campo. Além dos responsáveis pelos crimes não serem penalizados, é construído

um sentimento de atemorização da população em função da inoperância das autoridades¹².

Conforme levantamento de dados da Comissão Pastoral da Terra, no período de 1985 a 2014, foram assassinadas 1.723 pessoas ligadas aos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Destes, apenas 109 casos foram levados a julgamento, com a condenação de apenas 32 mandantes. O estado do Maranhão segue na dianteira dos casos de impunidade e injustiça. Das 144 mortes ocorridas no período de 1985 a 2014, ocorreram somente quatro julgamentos e nenhum mandante foi condenado. Ilustra referida situação o recente julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão dos mandantes da morte do líder quilombola maranhense Flaviano Pinto Neto. Segundo entendimento do desembargador relator do recurso judicial dos mandantes, ambos fazendeiros do município de São João Batista, por estarem ausentes indícios suficientes de autoria ou de participação do agente no fato delituoso, deve o magistrado impronunciar o acusado¹³.

Nota-se que a violência e a impunidade contra o campesinato brasileiro foram incorporadas à paisagem rural brasileira, de modo particular na Amazônia, por motivos econômicos muito claros: a ocupação com atividades ligadas ao agronegócio, a grilagem de terras, a exploração madeireira ilegal¹⁴.

¹¹ MESQUITA, Benjamin Alvino de. O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luis, UFMA/CCSO, 2010.

¹² A Violência Impune no Campo Brasileiro: uma análise dos assassinatos de 1985 a 2005, por grandes regiões brasileiros- Cristiano de Quaresma de Paula e Michelle Rodrigues Nóbrega.

¹³ Recurso em sentido estrito Nº 0000048-36.2011.8.10.0125 TJMA- Relator Des. José de Ribamar Froz Sobrinho.

¹⁴ O sangue ainda corre na floresta. Disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/O-sangue-ainda-corre-na-floresta>.

4. Conclusões

A violência no campo no Brasil pode ser combatida por meio de ações dos vários órgãos de governo que assegurem a proteção do patrimônio material e imaterial do campesinato brasileiro, com expropriações do latifúndio, titulação de territórios quilombolas, demarcação das terras indígenas e incentivo ao uso sustentável dos biomas.

Também a violência pode ser combatida por ações integradas de fiscalização por parte dos órgãos ambientais face às ações destrutivas de empreendimentos do agro-negócio, com a penalização daqueles que cometem ilícitos ambientais.

A devida apuração e julgamento dos casos de violação dos direitos dos camponeses, sobretudo dos homicídios, deve ser uma prioridade absoluta para o poder judiciário, devendo o Conselho Nacional de Jus-

tiça realizar levantamento de todos os casos que envolvam morte de trabalhadores rurais que estão empoeirados nas estantes dos Tribunais brasileiros.

É necessária a criação de um Pacto Nacional pela Proteção da Pessoa Ameaçada e conseqüente revisão da forma de atuação do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), que tenha ampliada sua capacidade de atendimento com um orçamento garantido, compatível com as necessidades.

O extermínio de pessoas que lutam por terra, trabalho e liberdade não pode ser tolerado e naturalizado. A sociedade brasileira tem a missão de fazer o enfrentamento necessário às forças conservadoras que alimentam a máquina de ódio, que eliminam seres humanos e que destroem florestas e seus povos, exigindo que os três poderes da República façam valer a Constituição Federal.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de- Rituais de Passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia, in Chacinas e massacres no campo/Maristela de Paula Andrade. V4-São Luís: Mestrado em Políticas Públicas.-UFMA,1997.
- ANISTIA INTERNACIONAL- Informe 2015/2016- O Estado dos Direitos Humanos no Mundo, disponível em <https://anistia.org.br>, acessado em 29.02.2016.
- CANUTO, Antonio et al. Conflitos no campo Brasil 2010. Goiânia: CPT, 2011.
- _____. Conflitos no campo Brasil 2011. Goiânia: CPT, 2012.
- _____. Conflitos no campo Brasil 2012. Goiânia: CPT, 2013.
- _____. Conflitos no campo Brasil 2013. Goiânia: CPT, 2014.
- _____. Conflitos no campo Brasil 2014. Goiânia: CPT, 2015.
- CARNEIRO, Marcelo; MOURA, Flavia de Almeida (org.). Migrações no Maranhão contemporâneo: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. São Luis: CPT/UFMA, 2008.

DECRETO PRESIDENCIAL Nº 6.044/2007

DE PAULA, Cristiano de Quaresma e Nóbrega, Michelle Rodrigues- A VIOLÊNCIA IMPUNE NO CAMPO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS ASSASSINATOS DE 1985 A 2005 POR GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS-XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-37.

FARIAS, Flávio Bezerra de. A Filosofia política da América: a ideologia do novo século. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O Estado Capitalista Contemporâneo: para uma crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, Antônio Carlos Reis de: A crise ecológica na agricultura familiar do Estado do Maranhão: contribuições para um debate- NCN - Novos Cadernos NAEA, Vol. 2, No 2 (1999)

HONNETH, Alex. Luta por reconhecimento:

a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE. Sistema de Recuperação Automática SIDRA, Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/carto.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P. Acesso em: 01 abril de 2010.

_____. Censo Agropecuário 2006, Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

_____. Produção municipal e levantamento sistemático da Produção Agrícola no Estado do Maranhão, disponível em www.ibge.gov.br, Acesso em 24 de fevereiro de 2013.

MESQUITA, Benjamin Alvino de O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luis, UFMA/CCSO, 2010.

O sangue ainda corre na floresta, disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/O-sangue-ainda-corre-na-floresta/>. Acesso em 15.02.2016.

Tabela 9 - Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Bahia						
Ilhéus	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	01/05/2015	Zenaildes		A	Índia
Ilhéus	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	01/05/2015	Filhas de Adenilson da Silva Nascimento	3	M	Índia
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/T. I. Mexatibá/Cumuruxatiba	07/09/2015	Cacique da Aldeia Cahy		A	Liderança Indígena
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/T. I. Mexatibá/Cumuruxatiba	07/09/2015	Indígenas Pataxó/Aldeia Cahy	3	A	Índio
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/T. I. Mexatibá/Cumuruxatiba	24/09/2015	Indígenas Pataxó/Aldeia Cahy	4	A	Índio
Subtotal:				12		
Ceará						
Tamboril	Assentamento Monte Alegre	13/03/2015	Gene Santos		A	Assentado
Tamboril	Assentamento Monte Alegre	13/03/2015	Margarida Oliveira		A	Assentada
Subtotal:				2		
Goias						
Jataí	Fazenda Campolina	24/11/2015	Edmilson Braz de Oliveira		A	Sem - terra
Subtotal:				1		
Maranhão						
Alto Alegre do Maranhão	Assentamento Engenho Central Clarice	04/03/2015	Valdeci Oliveira		48	Liderança
Arame	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	16/10/2015	Roberto Cabral		A	Funcionário Público
Bom Jardim	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	25/08/2015	Maria da Conceição Chaves Lima		38	Liderança
Nova Olinda do Maranhão	T. I. Alto Turiaçu	16/07/2015	I. J		A	Liderança Indígena
Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral/Cabeça Branca	23/06/2015	Raimundo José Ribeiro		23	Quilombola
Timbiras	Faz. Campestre Catulo/Pov. Canafista/Canafístula	16/06/2015	Francisco dos Santos Sousa, "Chiquinho"		47	Posseiro
Subtotal:				6		
Mato Grosso do Sul						
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	29/05/2015	Jolinel Leôncio Terena		A	Índio
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	29/05/2015	Josimar		A	Índio
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	19/09/2015	Cacique Elpídio Pires		A	Liderança Indígena
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	19/09/2015	Meterio Morales		A	Liderança Indígena
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	19/09/2015	Celso Benites		A	Liderança Indígena
Subtotal:				5		
Minas Gerais						
Fruta de Leite	Com. Geraizeira de Martinópolis/AJR Enérgetica Grupo Floresta Minas	14/02/2015	Alceu Batista Franco		42	Geraizeiro
Subtotal:				1		
Pará						
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge	13/06/2015	Jandira Pantoja		A	Liderança
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge	13/06/2015	Paulo César		SI	Liderança
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge	13/06/2015	Roberto Vasconcelos		A	Liderança
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge	13/06/2015	Herlon Peres de Oliveira (fotógrafo da RBA)		A	Jornalista

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge	13/06/2015	Bosco de Oliveira Martins		A	Liderança
Brejo Grande do Araguaia	Fazenda Santa Maria I	30/04/2015	Acampados da Faz. Santa Maria I	2		Sem - terra
Breu Branco	Faz. Boa Sorte/Acamp. Perpétuo Socorro/Gleba Alcobaça	15/09/2015	Domingos Alves da Silva		60	Liderança
Marabá	Fazenda Verão Vermelho	13/10/2015	Trabalhador da Faz. Verão Vermelho		SI	Trab. Rural
Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	02/10/2015	Jovens do Acamp. Quintino Lira	2	A	Sem - terra
Santarém	PDS Serra Azul	05/04/2015	Luís Paulo da Silva		A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Terezinha	15/05/2015	Cleonice Araújo		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	06/11/2015	Trabalhador do Acamp. do Novo Oeste		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	15/11/2015	Filhos de Valdivino	2	M	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	15/11/2015	Esposa de Valdivino		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	15/11/2015	Valdivino		A	Sem - terra
Subtotal:				18		
Paraíba						
Mogei	Fazenda Salgadinho	26/10/2015	John Lenes Costa da Silva		24	Posseiro
Mogei	Fazenda Salgadinho	26/10/2015	José Arruda da Silva		52	Posseiro
Mogei	Fazenda Salgadinho	26/10/2015	José Augustinho Soares		58	Posseiro
Mogei	Fazenda Salgadinho	26/10/2015	Mauricélio Barbosa Ferreira		33	Posseiro
Mogei	Fazenda Salgadinho	26/10/2015	Alexsandro de Oliveira Santana		22	Posseiro
Mogei	Fazenda Salgadinho	26/10/2015	Ivanildo Francisco da Silva		44	Posseiro
Subtotal:				6		
Rio Grande do Sul						
Gentil	T. I. Re Kuju/Campo do Meio/Kaingang	01/08/2015	Vice-cacique Isaías da Rosa Kaigõ		A	Liderança Indígena
Gentil	T. I. Re Kuju/Campo do Meio/Kaingang	01/08/2015	David C. Kaigõ		A	Liderança Indígena
Subtotal:				2		
Rondônia						
Alto Paraíso	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	23/11/2015	Sem-Terra/Acamp. Paulo Justino	2	A	Sem - terra
Rio Crespo	Acamp. Bacuri/Linha 105/Km 30/Burareiros 14, 15, 16/Gl. 01	11/11/2015	Maurício		A	Posseiro
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	17/10/2015	Ariovaldo Bezerra dos Santos		55	Trab. Rural
Subtotal:				4		
Tocantins						
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	02/05/2015	Francisco José dos Santos		52	Sem - terra
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	13/08/2015	Valdeni da Silva Medeiros		42	Assentado
Subtotal:				2		
Total:				59		



Foto: CIMI

A pílula dourada do agrohidronegócio, o MATOPIBA

Jose Plácido da Silva Junior,¹
 Isolete Wichinieski²
 Saulo Barros da Costa³

A expansão do capital para a área denominada de MATOPIBA foi criada por decreto presidencial em maio de 2015, com o velho discurso do desenvolvimento. Com isso, o Cerrado brasileiro, que perde a

cada ano parte da sua cobertura vegetal, sofrerá uma ameaça ainda maior.

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA abrange áreas territoriais do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, considerada uma das últimas fronteiras agrícolas do país. O principal objetivo deste plano é ampliar as áreas de monocultura em regiões dos referidos estados, sem considerar a realidade dos povos e comunidades que lá vivem. A exemplo de outros planos já implementados neste território, como o PRODECER⁴, afeta principalmente as comunidades tradicionais que dependem da biodiversidade do Cerrado,

¹ Agente da CPT NE II, doutorando em Geografia - UFF e membro do Lemto/UFF e LEPEC/UFPE.

² Agente da Articulação das CPT's do Cerrado.

³ Articulação das CPT's do Cerrado, doutorando em Geografia - UFPE e membro LEPEC/UFPE e GERUR/UFMA.

⁴ O Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) é uma cooperação internacional de investimentos na agricultura que, entre 1993-1998, em sua terceira fase, disseminou a produção da sojicultura nos estados do Maranhão e Tocantins, com investimentos milionários. Esta parceria nesta fase teve como investidor o Japão, através da agência cooperação JICA, promovendo novas dinâmicas tecnológicas e industriais para os cerrados.

e sequer tem suas demandas históricas atendidas, como a regularização de seus territórios.

Significativo destacar ainda que O MATOPIBA compreende 31 microrregiões geográficas e, tendo como base o IBGE, compreende 337 municípios, totalizando 73 milhões de hectares, aproximadamente. Estão dentro desta área cerca de 324.326 estabelecimentos rurais, os quais ocupam 33.929.100 hectares. Neste território encontra-se 46 unidades de conservação (8.334.679 ha), 35 terras indígenas (4.157.189 ha) e 781 assentamentos da reforma agrária e áreas quilombolas (3.033.085 ha), totalizando 13.967.920 hectares de terra/território. A quase totalidade da área de abrangência do MATOPIBA está dentro do Cerrado e de sua área de transição⁵ com a Caatinga, as Zonas dos Cocais e com a Amazônia. É justamente neste espaço em que se localizam diversas formações ecossistêmicas, com características próprias, que o MATOPIBA está se sobrepondo. É sabido que estes locais de transição, ou de encontros, abrigam uma diversidade enorme na fauna, flora e nos próprios povos.

Justamente por isso, as populações que habitam esses ecótonos e que teceram seus mundos de vida em contato com essa rica biodiversidade deveriam merecer todo o

apoio pelo conhecimento que detêm, pela importância dessas áreas para toda a humanidade⁶.

Porém, é exatamente nestas localidades que temos o maior índice de conflitividade⁷, como aponta a análise do Professor Carlos Walter Porto, para o período de 2005 a 2014.

Assim, obtém-se para os Cerrados e seus ecótonos um Índice de 1.6; para a Amazônia e seus ecótonos um Índice de 2.5; para todos os ecótonos do Cerrado um Índice de 1.7; para todos os ecótonos do Cerrado excluindo-se o ecótono Cerrado-Amazônia ou Amazônia-Cerrado um Índice de 2.0 e, especificamente para o ecótono Cerrado-Amazônia ou Amazônia-Cerrado um Índice excepcionalmente Alto de 6.0. Consideremos, entretanto, que esse Índice Excepcionalmente Alto para o ecótono Amazônia-Cerrado ou Cerrado-Amazônia não nos deve impedir de ver que, sempre, que o Índice ultrapasse 1.0 implica dizer que é Alta a intensidade de conflitos, o que coloca o Domínio dos Cerrados entre aqueles em que índices de intensidade de conflitos são tão elevadas como os que vêm sendo destacados para a Amazônia.⁸

⁵ EMBRAPA, 2014.

⁶ Porto-Gonçalves, Carlos Walter. Dos Cerrados e de suas riquezas, in Conflitos no Campo Brasil 2014, Comissão Pastoral da Terra, p. 90.

⁷ O Índice de Intensidade de Conflitos por cada área é calculado tomando por base a relação entre a proporção de localidades em conflito sobre o total do país (%), comparando-a com sua respectiva proporção de população rural também em relação ao país (%).

⁸ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Nota Técnica: A contraditória dinâmica do desenvolvimento agrário no Cerrado Brasileiro 2005-2014.

Além da terra, outro fator preponderante para o avanço do agrohídronegócio é a água. Pelas características de seu solo, o Cerrado tem uma grande capacidade de infiltração da água da chuva e armazenamento da mesma. Por isso, funciona como um grande reservatório e consegue abastecer nossos rios. É no bioma Cerrado que estão os maiores aquíferos do planeta. Conhecido como “cumeeira” da América do Sul é nele que se encontram as nascentes que abastecem seis (06) das oito (08) bacias hidrográficas brasileiras, com destaque para a contribuição às bacias do Araguaia/Tocantins (71%), São Francisco (94%) e Paraná/Paraguai (71%).

Nesta perspectiva, pensar a questão agrária brasileira, e em específico a área denominada MATOPIBA, a partir dos conflitos por terra, pela água e até os socioambientais, é mostrar o modo concreto das contradições ocorridas no campo a partir das tensões vivenciadas por grupos antagônicos. O nosso entendimento é de que o conflito é a manifestação da contradição manifestando-se em estado prático, no seio da nossa sociedade. Nesta dinâmica, cada grupo social reivindica o repertório da memória que tem, como se fosse um jogo de cartas, com objetivos bem definidos, em campos específicos, onde acontecem os conflitos (NASCIMENTO, 2001). O conflito acaba revelando que a questão agrária se apresenta de maneira extremamente variada, faz parte da formação socioespacial do Brasil e, neste caso específico, da área do MATOPIBA.

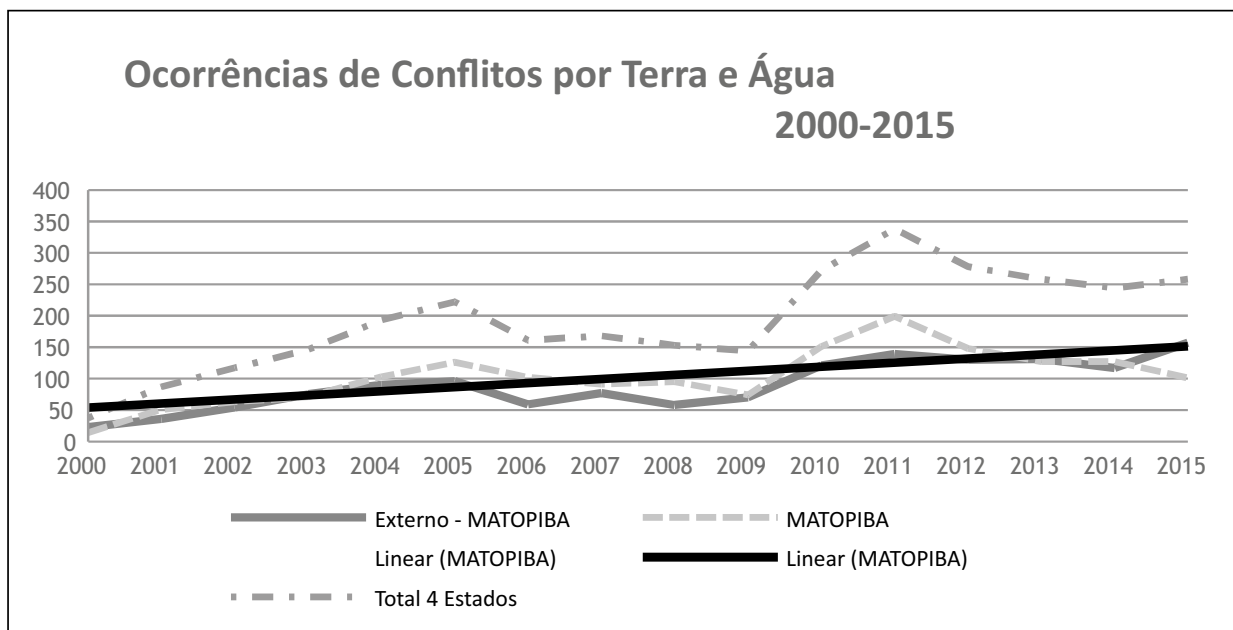
Como quem amplia as reflexões, diz-se que o conflito social é parte das relações

sociais e de poder. Quer dizer, não é exterior à sociedade, ou algo que ela busca para expressar alguma contradição. É a contradição em estado prático, é a própria sociedade viva assumindo formas, de acordo com os lugares e o tempo histórico. O conflito enquanto relações sociais e de poder não é uma anomalia, como muitos querem mostrar, e sim parte constitutiva da sociedade. Por isso, o conceito de conflito adquire sua importância teórico-política para entender, por exemplo, as contradições que estão ocorrendo na extensão do MATOPIBA.

A partir da base de dados da CPT, percebe-se que os conflitos têm aumentado na área do MATOPIBA. Analisando os registros, a partir dos quatro estados em que o MATOPIBA está imbricado e fazendo um recorte no período de 2000 até 2015, pode-se observar uma tendência de crescimento dos conflitos no campo, (Figura 01). No acumulado do período (2000 – 2015), nestes quatro estados ocorreram um total de 3.076 conflitos por terra e por água com ações de violência contra os camponeses e os povos tradicionais. Deste total de conflitos por terra e água, 1.643 ocorreram dentro da área delimitada pelo MATOPIBA, ou seja, 53,4% dos conflitos, envolvendo diversos sujeitos.

O campesinato e os povos tradicionais sofreram diversas formas de violência no referido período analisado, que vão desde ameaças de expropriação a destruição e ou poluição dos mananciais, reassentamentos inadequados, diminuição do acesso à água, expulsão e despejos. Os camponeses sofreram 1.267 ações de violência e os povos tradicionais 358.

Figura 01

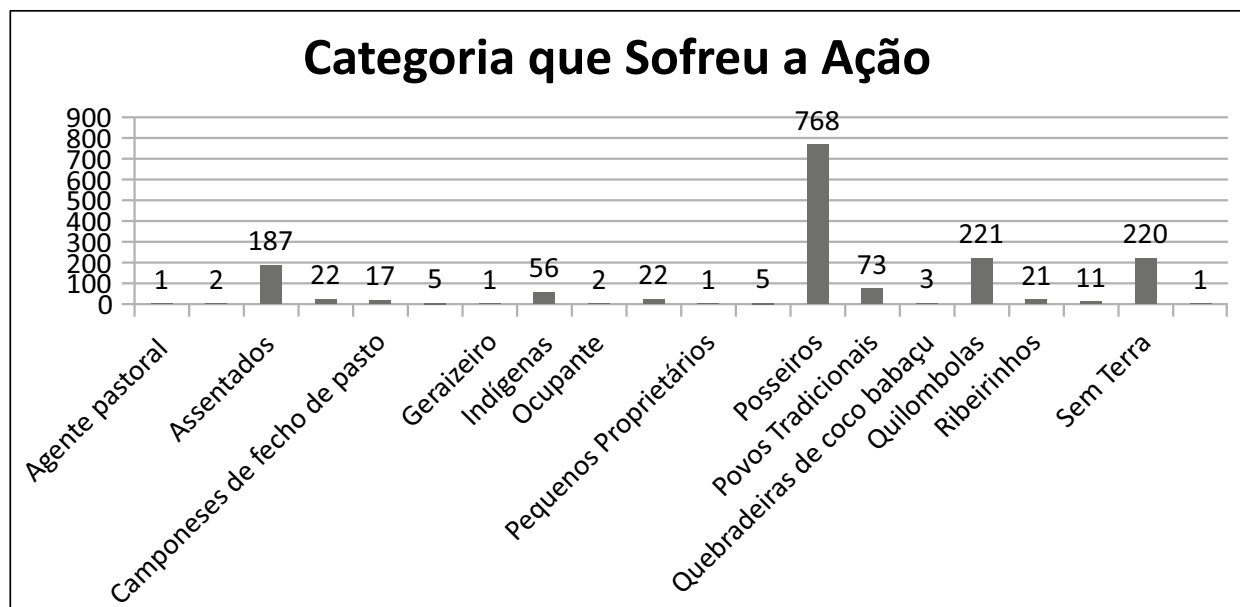


Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT.

Importante destacar que nesta análise, camponeses/as são compreendidos como sujeitos sociais que detêm a terra em regime de propriedade privada, seja através do domínio ou da posse, com regime de

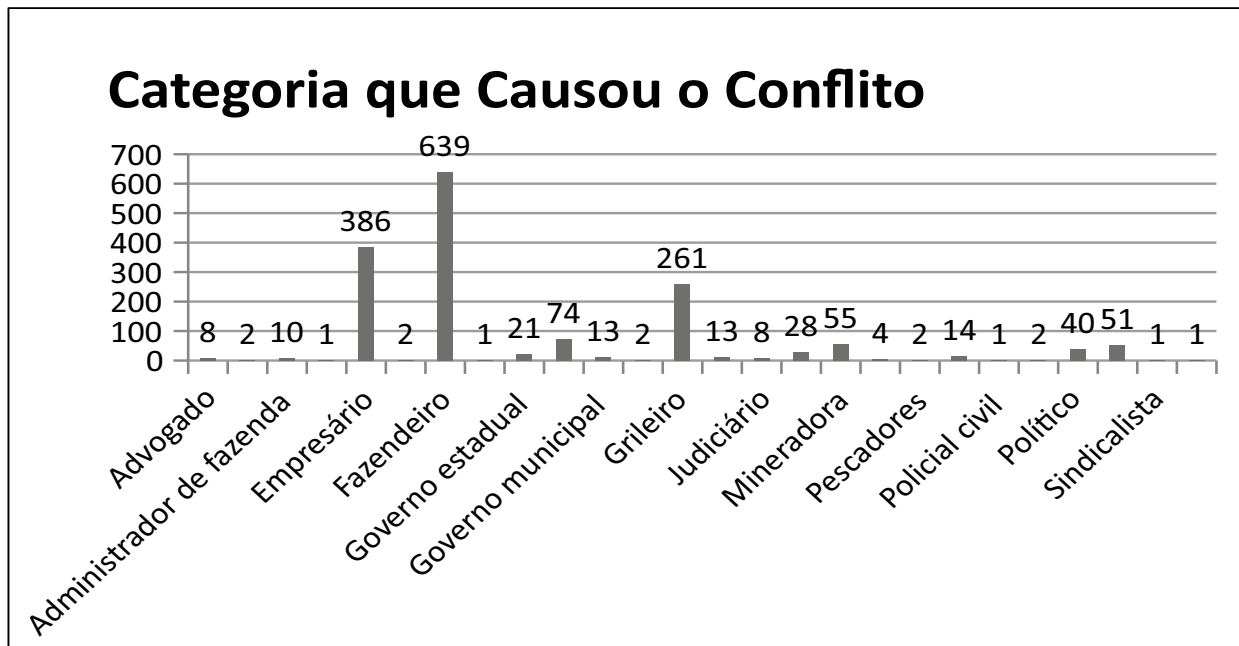
trabalho com base na família. Por sua vez, povos tradicionais são entendidos como sujeitos sociais, cuja posse e/ou o domínio da terra, bem como seu uso, se dá em regime de trabalho com base comunitária.

Figura 02



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT.

Figura 03



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT.

Ainda a partir do exame dos dados da CPT, quando se observam as categorias sociais desagregadas do campesinato e dos povos tradicionais, verifica-se que quem mais sofreu violência nos conflitos no campo foram os posseiros, com 768 ocorrências; seguidos dos quilombolas, com 221; os sem terra, 220; os assentados com 187 ocorrências, os povos tradicionais com 73 e os indígenas com 56 ocorrências (Figura 2).

Ao considerar a categoria responsável pela violência contra os/as camponeses/as e os povos tradicionais, verifica-se que a maior parte dos conflitos na área do MATOPIBA, está relacionada com fazendeiros, 639 ocorrências; empresários com 386; grileiros com 261 e com o Estado, 160 casos (soma dos governos municipais, estadu-

ais, federal, judiciário, políticos e polícia civil e militar) (Figura 3).

Como quem caminha para a conclusão, destaca-se que os povos e comunidades atingidas por esse projeto econômico não estão inertes, uma vez que denunciam a ofensiva deste sobre seus territórios e se posicionam contra o Plano de Desenvolvimento do MATOPIBA.

Com caráter de manipulação política, estão sendo desconsiderados e invisibilizados dezenas de povos que há diversos anos buscam a regularização de suas terras. Com isso, numa região de graves conflitos, aumentarão ainda mais os problemas socioambientais.⁹

⁹ Encontro Regional dos Povos e Comunidades do Cerrado, Araguaína/TO, 23 a 25 de novembro de 2015. Organização: Articulação CPT's do Cerrado - projeto da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Agência 10Envolvimento, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Rede Cerrado e outros.

E mais! Durante encontro realizado nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, pelas pastorais sociais do estado do Maranhão, a fim de refletir sobre o MATOPIBA, diversas denúncias foram feitas. Entre estas, indígenas dos povos Canela e Krenyê relataram a urgência da defesa de seus territórios, afirmando que “vivem do Cerrado e das suas frutas e não precisam da soja”. O povo Krikati alertou também sobre a dragagem dos mananciais, córregos, grotas e rios, em territórios que estão na rota do MATOPIBA, para beneficiar tal projeto.

Nesta direção, o MATOPIBA se caracteriza sim por uma nova (velha) amplia-

ção dos conflitos no campo, com maiores investimentos na produção de *commodities*, produção de energia e incremento de novas infraestruturas de transporte e logística, como o Porto e Retro-Porto do Cajueiro, localizado na Ilha de São Luís/MA, atingindo diretamente 11 territórios que pertencem a RESEX Tauá Mirim. Ou seja, apesar de os governos e o agrohídronegócio estarem propagandeando os possíveis avanços a serem gerados pelo MATOPIBA e considerando-o a “salvação da lavoura” do país, na verdade é um projeto que compromete o bem viver ancestral e causa consequências nefastas na vida dos/as camponeses/as e dos povos tradicionais.

Referências

<https://www.embrapa.br/>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais . BURSZTYN, Marcel (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 85-105.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Nota Técnica: A contraditória dinâmica do desenvolvimento agrário no Cerrado Brasileiro 2005-2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Dos Cerrados e de suas riquezas, in Conflitos no Campo Brasil 2014, Comissão Pastoral da Terra, p. 90.

Tabela 10 - Ameaças de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Acre						
Boca do Acre	Seringal Nova Axioma	08/07/2015	Cosme Capistano da Silva**		49	Ag. pastoral
Subtotal:				1		
Amazonas						
Autazes	T. I. Ponciano	25/04/2015	Ademar Coelho da Silva		A	Índio
Irlanduba	Com. Portelinha/Ramal Serra Baixa	20/06/2015	Maria das Dores dos Santos S. Priante, "Dora"+		52	Liderança
Subtotal:				2		
Bahia						
Barreiras	Ameaças de Morte/Audidores Fiscais do Trabalho	03/03/2015	Audidores Fiscais do Trabalho	2	A	Funcionário Público
Belmonte	Com. Indígena Tupinambá Patiburi	07/05/2015	Cacique Kátia Tupinambá		A	Liderança Indígena
Camacan	Fazenda Guanabara	25/04/2015	Marinilza de Souza Santos		A	Liderança
Camacan	Fazenda Guanabara	25/04/2015	Ronaldo Pereira Lima		A	Liderança
Camacan	Fazenda Guanabara	25/04/2015	Jilcélia Pereira Santos		A	Liderança
Campo Formoso	Comunidade Borda da Mata	18/09/2015	Rubens Farias		A	Liderança
Correntina	Com. Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto do Brejo Verde	26/03/2015	Louro Palhada		A	Camponês de fundo de pasto
Marcionílio Souza	Lagoa do Peixe/Itapuã	21/11/2015	Nólia		A	Liderança
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/T. I. Mexatibá/Cumuruxatiba	31/08/2015	Cacique da Aldeia Cahy		A	Liderança Indígena
Subtotal:				10		
Goiás						
Caiapônia	Faz. São Francisco/Acamp. Torres do Rio Bonito	20/08/2015	João		A	Liderança
Subtotal:				1		
Maranhão						
Alto Alegre do Maranhão	Assentamento Engenho Central Clarice	04/03/2015	Valdeci Oliveira		48	Liderança
Araguanã	T. I. Alto Turiaçu	29/05/2015	Indígenas/T. I. Alto Turiaçu	2	A	Índio
Bom Jardim	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	18/06/2015	Raimundo Santos Rodrigues+		53	Ambientalista
Bom Jardim	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	25/08/2015	Maria do Socorro, "Socorro"		A	Liderança
Bom Jardim	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	25/08/2015	Maria da Conceição Chaves Lima		38	Liderança
Bom Jardim	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	25/08/2015	Maria da Luz, "Da Luz"		A	Liderança
Chapadinha	Tiúba	18/03/2015	Posseiros/Com. Tiúba	3	A	Liderança
Codó	Pov. Amparo e Barro Vermelho	07/08/2015	Luís de Oliveira Matos		45	Posseiro
Codó	P. A. Imperial	10/12/2015	Antônio Barros		A	Presidente de STR
Codó	P. A. Imperial	10/12/2015	Sérgio Barros de Andrade		A	Advogado
Matões do Norte	Com. Quilombola Lago do Coco	16/11/2015	Francisco Xavier Casanova		A	Liderança Quilombola
Nova Olinda do Maranhão	T. I. Alto Turiaçu	16/07/2015	I. J		A	Liderança Indígena
Parnarama	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava/Suzano Papel Celulose	25/10/2015	Marly Borges		A	Liderança Quilombola
Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral/Cabeça Branca	30/04/2015	Luís Carlos Teixeira, "Luís Lopes"****		57	Liderança Quilombola
Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral/Cabeça Branca	23/06/2015	Raimundo José Ribeiro		23	Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	02/07/2015	José da Cruz Conceição Monteiro		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	02/07/2015	José Belarmino Costa, "Zé Patrício"		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Bica/Território Quilombola Aldeia Velha	30/06/2015	Deusdeth Martins		A	Liderança Quilombola

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Santa Luzia do Paruá	T. I. Alto Turiaçu	29/05/2015	Itahu Ka'apor		A	Índio
Timbiras	Faz. Campestre Catulo/Pov. Canafista/Canafistula	03/03/2015	Francisco dos Santos Sousa, "Chiquinho"		47	Posseiro
Subtotal:				23		
Mato Grosso						
Luciara	T.I. Porto Velho/Kanela do Araguaia	07/07/2015	Índigena Kanela		A	Índio
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gleba Nhandu	20/06/2015	Coordenador do Acamp. Nova Esperança**		A'	Liderança
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Belo Horizonte	26/06/2015	Edson Freitas Nunes		53	Liderança
Peixoto de Azevedo	Gleba Nhandu/Faz. Recanto/Cinco Estrelas	23/09/2015	Roseli Aparecida da Silva Sachet		A	Sem - terra
Santa Terezinha	Gleba Carlos Pelisioli/Faz. São Sebastião	31/08/2015	Rui de Jesus Rocha		A	Sem - terra
Santa Terezinha	Gleba Carlos Pelisioli/Faz. São Sebastião	31/08/2015	José Jesus Ferreira		A	Sem - terra
São Félix do Araguaia	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	13/09/2015	José Raimundo Ribeiro da Silva, 'Zecão'		60	Religioso
União do Sul	Assentamento Conquista 2	01/06/2015	Zilma Porfiro		A	Liderança
Subtotal:				8		
Mato Grosso do Sul						
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Fronteira/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza/Primavera/Pedro/Barra/Soberania	25/08/2015	Loretito Fernandes Vilhalva		A	Liderança Índigena
Campo Grande	CPI contra o Cimi	24/09/2015	Rogério Batalha Rocha		A	Advogado
Dourados	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	02/09/2015	Lide Lopes		A	Liderança Índigena
Dourados	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	02/09/2015	Inayê Lopes		A	Liderança Índigena
Dourados	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	02/09/2015	Genito Gomes		A	Liderança Índigena
Dourados	Ameaçados de Morte	02/09/2015	Tonico Benites		A	Liderança Índigena
Dourados	Ameaçados de Morte	02/09/2015	Ismarte Martim		A	Liderança Índigena
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	20/05/2015	Índigena/Pyelito Kue		A	Índio
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	23/07/2015	Valdelice Veron		A	Liderança Índigena
Miranda	Aldeia Mãe Terra/T. I. Cachoeirinha	29/05/2015	Lindomar Terena		A	Liderança Índigena
Naviraí	T. I. Santiago Kue/Kurupi	07/02/2015	Jovem Guarani-Kaiowá		17	Índio
Naviraí	T. I. Santiago Kue/Kurupi	26/02/2015	Índigena/T. I. Santiago Kue/Kurupi		A	Índio
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	05/08/2015	Cacique Elpidio Pires		A	Liderança Índigena
Ponta Porã	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	08/06/2015	Eliseu Lopes		37	Liderança Índigena
Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	24/06/2015	Servidores da Funai	2	A	Funcionário Público
Subtotal:				16		
Minas Gerais						
Fruta de Leite	Com. Geraizeira de Martinópolis/AJR Enérgica Grupo Floresta Minas	03/08/2015	Adair Pereira de Almeida		A	Geraizeiro
Ouro Verde de Minas	Com. Quilombola do Córrego Santa Cruz	30/06/2015	Maria Alves de Souza		32	Quilombola
Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	06/10/2015	Edivaldo Ferreira Lopes		A	Ag. pastoral
Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	06/10/2015	Paulo André		A	Ag. pastoral
Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	06/10/2015	Ir. Geralda Magela da Fonseca		A	Ag. pastoral

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuá/Lagoa da Varanda	18/08/2015	José Carlos de Oliveira Neto, "Veio"		A	Liderança Quilombola
Subtotal:				6		
Pará						
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	17/03/2015	Didácio Alves de Souza		A	Liderança
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	25/05/2015	Lindomar Pedro da Silva		A	Sem - terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	25/05/2015	Jesusmar Batista Farias, "Suis"+		A	Sem - terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	30/08/2015	Esposa de José Nunes da Cruz		A	Sem - terra
Anapu	Gleba Bacajá/Lote 83/Mata Preta	30/08/2015	José Nunes da Cruz, "Zé da Lapada"+		A	Sem - terra
Baião	Resex Ipaú/Anilzinho	26/08/2015	Elias Gomes		A	Liderança
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge	11/06/2015	Herlon Peres de Oliveira (fotógrafo da RBA)*		A	Jornalista
Breu Branco	Faz. Boa Sorte/Acamp. Perpétuo Socorro/Gleba Alcobaça	15/09/2015	Domingos Alves da Silva		60	Liderança
Floresta do Araguaia	Fazenda do Batata	14/01/2015	Cosmo Francisco Pereira		A	Trab. Rural
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá-km28	05/03/2015	Matias Soares dos Reis*		A	Liderança
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá-km28	30/05/2015	Gina Bezerra de Souza		A	Sem - terra
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá-km28	15/09/2015	Marcelo da Silva		A	Sem - terra
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá-km28	30/09/2015	Adão Araújo da Silva		A	Sem - terra
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá-km28	01/10/2015	Raimundo Celino Assunção		A	Sem - terra
Marabá	Ameaçados de Morte	05/08/2015	Agente da CPT Marabá		A	Advogado
Monte Alegre	PDS Serra Azul	18/11/2015	Antônio Carlos Cruz		A	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passo Bem/Mamona	19/03/2015	Laisa Santos Sampaio		49	Liderança
Prainha	Resex Renascer e Entorno/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	18/11/2015	Rosália Furtado do Ó		A	Liderança
Prainha	Resex Renascer e Entorno/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	18/11/2015	Rosa Maria Moraes Viégas, "Rosinha"		A	Liderança
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarinha/D. Maria	16/02/2015	Elizete Pereira de Sousa		A	Sem - terra
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarinha/D. Maria	16/02/2015	Ivan José Pereira		A	Liderança
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	29/10/2015	Maria Joel Dias da Costa		52	Sindicalista
Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	02/10/2015	Jovens do Acamp. Quintino Lira	2	A	Sem - terra
Santarém	PDS Serra Azul	05/04/2015	Luís Paulo da Silva		A	Liderança
Santarém	T. I. Maró	18/11/2015	Odair José Alves de Souza, "Dadá"		A	Liderança Indígena
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	29/10/2015	José Rodrigues de Sousa		A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Terezinha	09/09/2015	Almir Bento Alves Lima		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Terezinha	09/09/2015	Geraldo Pereira Cardoso		A	Liderança
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	22/07/2015	Ronair José de Lima*		A	Liderança
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	18/11/2015	Antônio de Paula Silva		A	Assentado
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	18/11/2015	Gessi da Silva Macedo		A	Assentado
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	18/11/2015	Daniel Alves Pereira		A	Assentado
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	18/11/2015	Oswalinda Maria Marcelina Alves Pereira		A	Assentada
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	20/11/2015	Evangelista Rodrigues Cordeiro da Silva		A	Assentado
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	20/11/2015	Emerson Antunes		A	Assentado
Subtotal:				36		
Paraíba						
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	08/07/2015	Ana		A	Posseira
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	08/07/2015	Pedro		A	Posseiro
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	08/07/2015	Marlúcia		A	Posseira

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	08/07/2015	José Aldo		A	Posseiro
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	08/07/2015	Beu		A	Posseiro
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	08/07/2015	Severino		A	Posseiro
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	08/07/2015	Jeferson		A	Posseiro
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	08/07/2015	Gil		A	Posseiro
Mogeiro	Faz. Fazendinha/Com. Estação	24/07/2015	Amanda		A	Posseira
Subtotal:				9		
Pernambuco						
Cabo de Santo Agostinho	Complexo Industrial Suape	26/05/2015	Conceição Lacerda		A	Advogada
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Algodoads/Complexo Suape/PAC	01/12/2015	Edvaldo José do Nascimento		A	Posseiro
Capoeiras	Com. Quil. Fidelão	31/07/2015	Geldo Ferreira de Lima		A	Quilombola
Moreno	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	10/03/2015	Maria Inêz Lins Rodrigues**		A	Trab. Rural
Moreno	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	30/09/2015	Izaías Francisco da Silva**		58	Trab. Rural
Subtotal:				5		
Piauí						
Gilbués	Com. Melancias/Morro d'Água/Gata/Salto/Barra do Correntina/Assent. Rio Preto	22/09/2015	Agente Ambiental/Com. Melancias e Outras		A	Funcionário Público
Subtotal:				1		
Rio Grande do Sul						
Gentil	T. I. Re Kuju/Campo do Meio/Kaingang	01/08/2015	Vice-cacique Isaías da Rosa Kaigô		A	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Rondônia						
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	30/09/2015	Valdeci Padilha		A	Sem - terra
Chupinguaia	Faz. Estrela/Pai Herói/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	28/04/2015	Pedro Arrigo		A	Liderança
Chupinguaia	Faz. Estrela/Pai Herói/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	28/04/2015	Maria Eva da Silva Ortiz		A	Liderança
Costa Marques	Travessão Luiz Sanchez/Linha 21/Acamp. Nova Esperança/Área do Badra	03/02/2015	Altamiro Lopes Ferreira +		47	Sem - terra
Machadinho d'Oeste	Resex Castanheira	19/11/2015	Sandro Machado do Nascimento		A	Extrativista
Machadinho d'Oeste	Resex Castanheira	19/11/2015	Antônio Fernandes da Silva		A	Extrativista
Machadinho d'Oeste	Acamp. Belo Horizonte/Condomínio Alfazema/Linha 12/Lote 49/Asprobec	28/04/2015	Ailton Silva de Jesus		A	Liderança
Machadinho d'Oeste	Resex Rio Preto Jacundá	19/11/2015	Elizeu Berçacúla		A	Seringueiro
Machadinho d'Oeste	Resex Rio Preto Jacundá	19/11/2015	José Pinheiro Borges		A	Extrativista
Machadinho d'Oeste	Resex Angelim	19/11/2015	Ederson Chaves Dias		A	Extrativista
Machadinho d'Oeste	Resex Massaranduba	19/11/2015	Giselda Pereira Ramos		A	Extrativista
Machadinho d'Oeste	Resex Massaranduba	19/11/2015	João		A	Extrativista
Machadinho d'Oeste	Resex Roxinho	19/11/2015	Silvio Faif		A	Extrativista
Pimenta Bueno	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	28/04/2015	Espiridião Pinto Ribeiro		A	Posseiro
Pimenta Bueno	Gl. Corumbiara/Lt 88/Linha 45/Setor 3/Acamp. Rancho Alegre 2	14/08/2015	Sem-Terra/Acamp. Rancho Alegre 2		A	Sem - terra
Porto Velho	T. I. Kaxarari	16/05/2015	Esposo da Francisca Kaxarari		A	Índio
Porto Velho	T. I. Kaxarari	16/05/2015	Francisca Kaxarari		A	Índia
Porto Velho	T. I. Kaxarari	16/05/2015	Irmão da Francisca Kaxarari		A	Índio
Porto Velho	T. I. Kaxarari	16/05/2015	Lucilene Kaxarari		A	Índia
Porto Velho	T. I. Kaxarari	16/05/2015	Ari Kaxarari		A	Índio
Rio Crespo	Acamp. Bacuri/Linha 105/Km 30/Burareiros 14, 15, 16/Gl. 01	11/11/2015	Cristiano		A	Posseiro
Seringueiras	Indígenas Puroborá/Rio Manoel Correia	16/04/2015	Hosana Puroborá		A	Liderança Indígena

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Vilhena	P. A. Águas Claras	21/10/2015	Adilson Alves Machado		A	Ag. pastoral
Subtotal:				23		
Santa Catarina						
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/Itaty/Guarani M'Bya	19/10/2015	Kerexu Yxapyry-Eunice Antunes**		A	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
São Paulo						
Euclides da Cunha Paulista	Acamp. 1º de Maio/Fepasa	16/06/2015	Trabalhadora do Acamp. 1º de Maio		40	Sem - terra
Subtotal:				1		
Total:				144		



Foto: Douglas Mansur

Manifestações

Ataque aos direitos dos povos do campo

Há mais de 30 anos a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra e sistematiza dados de violência contra homens e mulheres do campo. Trata-se de vários tipos de ações que se materializam, na sua maioria, em formas de violência física contra camponeses, comunidades quilombolas e indígenas, lideranças e militantes de movimentos sociais. A análise dos dados sistematizados pela CPT desde 1985 revela que o ato da violência física ou da ameaça dela é uma constante e serve como mediação entre o avanço do capital agrogênero no espaço rural e as populações que ali vivem ou anseiam viver. Dessa forma, a violência contra a pessoa constitui uma estratégia antiga e atual dos ruralistas para proteger e garantir, dentre outras coisas, a considerada “inabalável” propriedade privada da terra. Entretanto, na conjuntura atual, podemos estar assistindo à organização de novas estratégias que podem se constituir como ações violentas que ferem uma constelação de homens e mulheres do campo. O ataque aos direitos dos povos do campo não se realiza diretamente contra a pessoa, mas ao conjunto delas. O que tentaremos mostrar nessa sistematização, é que, embora não seja uma especificidade do nosso tempo, atualmente há a intensificação de ações de deputados e senadores contra direitos conquistados e estabelecidos

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior*

em favor dos povos do campo, constituindo um ataque à reprodução social desses sujeitos.

A história legislativa contemporânea mostra uma sequência de ações parlamentares as quais interpretaremos a partir da noção de ataque aos direitos dos povos do campo, reconhecendo-a como uma forma de violência, que pode ser pensada como violência institucional ou violência legislativa ou violência política. Desde a eclosão da crise econômica de 2008 a expressão “segurança jurídica” habita os noticiários e as análises econômicas da imprensa. Seguindo essas análises, o investidor necessita de segurança jurídica ao seu capital, em outras palavras, o capitalista precisa de leis que protejam seu investimento no “livre” mercado capitalista. Por um lado, essa necessidade leva à criação de leis que favoreçam, acima de tudo, o capital; e, por outro lado, à destruição de leis que de alguma forma atrapalham a produção e reprodução ampliada do dinheiro investido. É nesse ponto, no bojo da questão agrária brasileira, que a segurança jurídica do capital agrogênero significa, sem rodeios, a insegurança social dos povos do campo.

A produção dessa segurança jurídica realiza-se, principalmente, na proposição de leis no âmbito das duas casas legislativas:

* Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG-UFPB). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo-UFS).

Câmara dos Deputados e Senado Federal. Com a eleição para a 55ª Legislatura (2015-2019) tomou posse o Congresso mais conservador desde o período da ditadura militar. As bancadas dos ruralistas, da bala, dos evangélicos e da mineração adquiriram grande força política na tentativa de aprovar leis a favor dos seus interesses, ao passo que o número dos parlamentares ligados às lutas sociais diminuiu quase pela metade. Como resultado dessa conjuntura, constrói-se no Congresso uma pauta conservadora e reacionária, como por exemplo: o estatuto da família, a lei antiterrorismo, a redução da maioria penal, maior liberação das armas, terceirização trabalhista, trabalho escravo, impeachment, e etc. O que nos interessa em específico, é a pauta construída pela Bancada Ruralista ou Frente Parlamentar da Agropecuária. Essa pauta é estabelecida por um conjunto de propostas de leis e normatizações em favor do agronegócio e geralmente contra os povos do campo, por meio de ações que dão substância ao chamado processo legislativo, que são: Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei Complementar (PLP), Projeto de Emenda Constitucional (PEC), Projeto de Lei do Senado (PLS), Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), etc.

Estima-se que apenas a Banca Ruralista possua algo em torno de 170 parlamentares no Congresso, representando a maior força entre as demais bancadas. Com essa magnitude, esses parlamentares facilmente dominam as comissões permanentes das duas casas voltadas aos temas rurais: a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR) e a Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA), comissões onde são aprofundadas a discussão das leis e normatizações que pautam o futuro do agrário nacional. Os temas mais tradicionais que dão corpo às ações dos ruralistas sempre foram o financiamento da agropecuária e a defesa da propriedade privada da terra, porém o que se percebe nos últimos anos é uma ofensiva contra as conquistas das populações rurais em geral e das também denominadas comunidades tradicionais que estão no caminho da frente de expansão do capital agronegócio. Esse momento de crise política profunda serve como uma fenda bem larga para avançar ao máximo em conquistas institucionais e legislativas em favor dos seus interesses, sendo parte desses interesses a destruição, relativização ou relaxamento de leis que garantem a realização da reforma agrária, da decretação de terras indígenas e de territórios quilombolas e da legislação trabalhista, engolindo todos os antagonismos de classe em favor apenas de uma das classes, a dos proprietários de terra, os ruralistas.

A tabela a seguir reúne uma série de ações legislativas de parlamentares ligados às causas ruralistas. Algumas considerações são necessárias:

- os projetos de lei e outros institutos legislativos presentes na tabela ainda estão em tramitação, isso quer dizer que dependendo das disputas nas duas casas e dependendo da aprovação ou veto presidencial, podem ou não entrar em vigência;
- nota-se uma grande quantidade

de propostas “apensadas”, ou seja, projetos de lei que reúnem outros projetos semelhantes em um só, apontando para uma grande quantidade de ataques;

- pela análise das datas de proposição das leis fica claro que a maior parte das ações não são frutos dessa atual legislatura, mas a tramitação aponta uma retomada ou desarquivamento das propostas junto a uma intensificação de ações para a aprovação a partir de 2015;

- o ano de 2015 ficou marcado, também, pelo aparecimento de novas propostas, indicando a possibilidade de ampliação das ações dos parlamentares nos próximos anos.

Vale destacar a presença de projetos de lei que tentam criminalizar as manifestações e movimentos sociais de luta pela terra. Diante de tal conjuntura política, os povos do campo estão ameaçados e boa parte do processo legislativo levantado pelos ruralistas é um ataque aos direitos conquistados com muita luta.

Observação: São consideradas ações e ataques contra os direitos dos homens e mulheres do campo as proposições legislativas na órbita da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Essas ações estão encaixadas dentro do rol do que se considera processo legislativo, na proposição de vários institutos, como: Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei Complementar (PLP), Projeto de Emenda Constitucional (PEC), Projeto de Lei do Senado (PLS), Requerimento de Instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (RCP).

Ataques do poder legislativo federal (Câmara e Senado) aos direitos dos povos do campo

Ataques*	Tema/ Proposição	Autor	Situação	Análise
PEC 215/2000	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231 da Constituição Federal. Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo que critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.	Almir Sá - PPB/RR. Foram apensadas as PEC's 579/2005, PEC 156/2003, PEC 257/2004, PEC 275/2004, PEC 319/2004, PEC 37/2007, PEC 117/2007, PEC 161/2007, PEC 291/2008, PEC 415/2009.	Aprovada pela Comissão Especial de Demarcação de Terras Indígenas.	A quantidade de PEC's apensadas à PEC 215/2000, todas praticamente com o mesmo objetivo, mostra a determinação e força dos ruralistas em barrar o reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas. São 3 as estratégias principais para atacar os direitos dos povos do campo: transferir para o Congresso, onde os ruralistas possuem força incommensurável, a prerrogativa de demarcar terras indígenas por forma de Lei; a determinação de indenização aos invasores de terras demarcadas em todos os casos, sendo que a lei atual permite apenas o pagamento das benfeitorias, o que oneraria e limitaria em muito o Estado diante dessas demarcações; tenta instituir como marco temporal a data da promulgação da CF de 1988 como a válida para reconhecer o direito pelas terras ocupadas, ou seja, áreas reclamadas e ocupadas depois de 1988 não teriam direito.
PLP 135/2000	Revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 1993. Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas de desapropriação para fins de reforma agrária, e dá outras providências.	Poder Executivo.	Retirado de pauta, a requerimento do Sr. Dep. Mendes Ribeiro Filho (PMDB).	O projeto de lei complementar objetiva dificultar a realização da reforma agrária, ao retirar da esfera federal competência exclusiva e autorizar que os Estados e Distrito Federal passem a legislar sobre o tema. Como boa parte da administração dos estados geralmente é alvo de forte influência dos ruralistas, estes teriam mais poderes para barrar os atos de desapropriação de terras para os assentamentos rurais. Mesmo que o PLP tenha sido retirado de pauta, o homepage da Câmara dos Deputados informa que a proposta se encontra "Pronta para Pauta no Plenário".
PL 5422/2005	Dispõe sobre reajuste de parâmetros, índices e indicadores de produtividade para fins de Reforma Agrária.	Dep. Lael Varela - PFL/MG.	Pronta para pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Esse PL apensou outros PLs: 5946/2005; PL 7031/2006; PL 5561/2009; PL 1016/2011; PL 301/2015.	Visa "congelar" os índices e parâmetro de produtividade por um largo período, com o objetivo de proteger a grande propriedade improdutivo de desapropriações para fins de Reforma Agrária. Ataca a Lei Agrária de 1993 que determina que "os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional..."; e visa barrar o PL 5946 que data em período não superior a 5 anos a revisão dos índices de produtividade. Relaxar a exigência dos índices de produtividade relativiza e submete o estatuto jurídico da função social da propriedade.

<p>PL 7031/2006</p>	<p>Suspende, pelo prazo de cinco anos, a vigência dos índices que informam o conceito de produtividade rural previstos na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.</p>	<p>Dep. Ricardo Barros PP/PR.</p>	<p>Apensado ao PL 5422/2005.</p>	<p>Ataque direto para barrar a realização da Reforma Agrária. O proponente usa o argumento da crise econômica da agricultura como substrato para suspensão por cinco anos da exigência dos índices de produtividade. Com isso o INCRA ficaria impedido de caracterizar qualquer grande propriedade improdutiva como passível de desapropriação para Reforma Agrária.</p>
<p>PL 7485/2006</p>	<p>Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 7170, de fevereiro de 1983, para prever o ato terrorista de quem invade propriedade alheia com fim de pressionar o governo.</p>	<p>Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana.</p>	<p>Pronta para Pauta no Plenário.</p>	<p>Ataque direto ao direito de manifestação política da sociedade civil. O texto do PL enfatiza as ações contestatórias dos movimentos sociais rurais, sobretudo do MST, tipificando-as como ato terrorista. Dessa forma criminaliza os movimentos sociais de luta pela terra (e por moradia). Na emenda do PL encontra-se a noção de que toda ação de contestação da propriedade privada objetiva pressionar o governo, dando um sentido amplo à ação, deixando aberta, ao bel prazer, a possibilidade do judiciário enquadrar ações contestatórias como ato de terrorismo.</p>
<p>PL 6450/2009</p>	<p>Altera a Lei Agrária nº 8629 de 1993, a fim de dar competência ao Congresso Nacional para aprovar os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade agrícola.</p>	<p>Dep. Luis Carlos Heinze - PP/RS.</p>	<p>Apensado ao PL 5422/2005.</p>	<p>Estratégia para bloquear e deixar mais lento o processo de Reforma Agrária. Transferir para o Congresso Federal pode significar décadas de discussão e dar margem de manobra à Bancada Ruralista para não definir e relatar a exigência de índices e parâmetros de produtividade da propriedade da terra, bloqueando o estatuto jurídico utilizado para desapropriar a propriedade rural que não cumpre sua função social.</p>
<p>PL 5288/2009</p>	<p>Altera os arts. 6º e 9º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural.</p>	<p>Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT.</p>	<p>PL já aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Pronta para pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).</p>	<p>O PL objetiva clara e abertamente barrar as desapropriações de terra para fins de Reforma Agrária. Conforme a Lei Agrária de 1993, o imóvel rural cumpre sua função social ao realizar, simultaneamente, o grau de exploração e o grau de eficiência de aproveitamento da terra. Com a supressão da exigência do grau de eficiência, ficaria mais fácil barrar ações do INCRA para desapropriação de imóveis para assentamentos rurais.</p>

<p>PL 6237/2009</p>	<p>Revoga o art. 6º da Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Revoga a definição de propriedade produtiva pelo grau de utilização e eficiência na exploração da terra e estabelece que as terras desapropriadas para reforma agrária deverão cumprir a função social da propriedade.</p>	<p>Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR.</p>	<p>PL desarquivado em 06/02/2015 nos termos do art. 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-60/2015. Apensado ao PL 5288/2009.</p>	<p>Outro PL que visa barrar a Reforma Agrária e ao mesmo tempo perseguir e pressionar os Assentamentos Rurais. Porém não é um projeto estrategicamente inteligente, a ponto de ter sido rejeitado pela CAPADR, pois visa reverter a noção de propriedade produtiva, justamente a principal conquista dos ruralistas na CF de 1988. Outro ponto não inteligente é exigir o cumprimento da função social dos assentamentos rurais, causando um imbrólio na CF que proíbe desapropriação de pequenas e médias propriedades rurais.</p>
<p>PL 5459/2009</p>	<p>Altera a Lei que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III do Título VII da Constituição Federal. Estabelece critérios para o pagamento de indenizações na desapropriação por interesse social de imóvel rural, incluindo o caso de aquisição por compra e venda de propriedade rural destinada à implantação de projetos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, que deverá ser pago em dinheiro.</p>	<p>Senador Raimundo Colombo DEM/SC.</p>	<p>Pronta para Pauta no Plenário.</p>	<p>Embora o referido PL não atinja as desapropriações de imóveis rurais que possuem os requisitos para desapropriação por interesse social, estes desapropriados por Título da Dívida Agrária (TDA), a proposta direciona-se à compra de terras para Reforma Agrária com pagamento em dinheiro. Segundo texto do PL o governo pode comprar, em dinheiro e à vista, imóveis que não cumpram os requisitos básicos para desapropriação para realização da RA. Além disso, o PL cria condições mais favoráveis para o resgate de TDAs, reduzindo prazos e fixando juros remuneratórios maiores. Essa proposta visa dificultar a realização da Reforma Agrária, pois, ao mudar os determinantes financeiros para a efetivação de assentamentos rurais, amplia os gastos públicos, onerando e limitando a União a partir do seu orçamento. Além disso, o PL não penaliza a concentração de terra e a grande propriedade improdutiva.</p>
<p>PL 6480/2009</p>	<p>Altera a Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, visando coibir a invasão de imóveis rurais e a disponibilização do cadastro da Reforma Agrária na Rede Mundial de Computadores - Internet, altera o Decreto Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, para equiparar ao crime de falsificação de documento público, a falsificação do cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, e dá outras providências.</p>	<p>Dep. Moreira Mendes - PPS/RO.</p>	<p>PL 8292/2014 foi apensado a esse PL. Pronta para Pauta no Plenário.</p>	<p>Esse PL é um passo à frente no processo de criminalização dos movimentos sociais, tentando amedrontar e criminalizar todos os envolvidos em processo de desapropriação. Tenta transformar em Lei a Medida Provisória 2183 de 2000, conhecida como MP anti-invasão, a qual impede de desapropriação todo o imóvel que tenha sido motivo de contestação por ocupação. Além disso, o PL tenta determinar que caso não se cumpra a lei anti-invasão, realizando-se a vistoria, os funcionários do Incra sejam enquadrados no Código Penal: “deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo”. Caso seja realizada vistoria no imóvel “invadido”, o funcionário será enquadrado como falsificador de documento público tipificado no art. 297 do Código Penal. Ainda, o PL determina a disponibilização na Internet de todos os dados da Reforma Agrária, talvez como uma forma de intimação ao INCRA, e como forma de ter todas as informações da Reforma Agrária.</p>

<p>PLS 107/2011</p>	<p>Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. Modifica o conceito de propriedade produtiva, e critérios para apuração dos índices de produtividade.</p>	<p>Senadora Kátia Abreu - PMDB/TO.</p>	<p>Pronta para Pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos).</p>	<p>Propõe a retirada do “art. 6º a necessidade da propriedade atingir graus de utilização da terra para ser considerada produtiva, para que na análise seja considerada apenas a eficiência na exploração”. Ainda tenta excluir o “§ 5º do art 9º que estabelece que a exploração que favorece o bem estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel”. Além disso, outras mudanças estratégicas aparecem no projeto, como: retirar do Executivo e colocar no Legislativo a prerrogativa de estabelecimento de índices de produtividade.</p>
<p>PLS 467/2011</p>	<p>Extingue a Contribuição para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de que trata o art. 3º do Decreto Lei nº 1146 de 31 de dezembro de 1970.</p>	<p>Senador Atai-des Oliveira - PSDB/TO.</p>	<p>Matéria com a Relatoria.</p>	<p>PLS produzirá cortes orçamentários no INCRA, ampliando o já propalado processo de sucateamento desse órgão federal. A contribuição é de 0,2% das empresas de que trata o art 3º do Decreto-Lei 1146/1970, sendo que sua extinção significaria menos recursos para a realização de um sem número de ações do INCRA, tipo: desapropriação de terras, acompanhamento nos projetos de assentamento e reconhecimento dos territórios quilombolas.</p>
<p>PLS 310/2012</p>	<p>Dá nova redação ao art. 15-A e acrescenta-se § 2º ao art. 34, ambos do Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, para dispor sobre fixação dos juros compensatórios devidos em decorrência das desapropriações por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, bem como dispor sobre a indenização de área não registrada nas desapropriações por utilidade pública.</p>	<p>Senador Pedro Taques -PDT/MT.</p>	<p>Pronta para Pauta na Comissão de Assuntos Econômicos.</p>	<p>Este projeto objetiva, há um só tempo, defender e privilegiar o proprietário de terra desapropriada por utilidade pública ou fins de Reforma Agrária. A fixação de “juros compensatórios tem por destinação compensar a perda de renda pelo proprietário, efetiva ou potencial, de modo que a mera ausência de exploração econômica de área desapropriada, ou de parte dela, não impede sua incidência...” A proposta enfatiza que a não existência de tal juro significa uma dupla punição ao proprietário do imóvel e que imóveis improdutivos devem ser garantidos por esse juro compensatório. Dessa forma, o Estado necessitaria de mais recursos para a realização de desapropriações, o que limitaria a realização da Reforma Agrária.</p>

<p>PL 3842/2012</p>	<p>Altera o Decreto-lei nº 2848 de 1940. Dispõe sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo.</p>	<p>Dep. Moreira Mendes – PSD/RO.</p>	<p>Aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Esse PL esta apensado ao PL 5016/2005 com o objetivo de desvirtuar a proposta de agravamento dos crimes.</p>	<p>Essa ação é uma tentativa desumana de proteger as propriedades rurais onde sejam encontrados trabalhadores em situações análogas à escravidão. O PL redefine o conceito de trabalho escravo retirando os termos “jornada exaustiva” e condições degradantes de trabalho” do seu enquadramento criminal. Com isso, dificulta-se a exploração das fazendas com essas ocorrências para fins de reforma agrária e garante a exploração desumana do trabalhador.</p>
<p>PEC 45/2013</p>	<p>Altera o artigo 231 da Constituição Federal, para vedar a demarcação de terras indígenas em áreas invadidas.</p>	<p>Senadora Kátia Abreu – PMDB/TO e outros.</p>	<p>Matéria com a Relatoria.</p>	<p>O ano de 2012 foi marcado por muitas ações indígenas para garantir seus territórios, por isso, essa PEC, inspirada pela MP anti-invasão, tenta barrar o processo de reconhecimento de terras indígenas em áreas onde ocorram ocupações. Essas áreas não seriam “objeto de estudo, delimitação, homologação, regularização ou criação de terras indígenas nos dois anos seguintes à sua ocupação”. E numa tacada só, a PEC prevê punição por “responsabilidade civil e administrativa” para o funcionário público que não seguir essa possível nova Lei.</p>
<p>PLS 432/2013</p>	<p>Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizam a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.</p>	<p>Comissão Consolidada da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da CF.</p>	<p>Incluída na Ordem do Dia em 09/12/2015.</p>	<p>Embora esse seja um PLS importante, a sua tramitação mostra perigo aos direitos dos homens e mulheres do campo, sobretudo diante do combate ao trabalho escravo. O processo é marcado por muitas emendas que visam subjetivar a definição e interpretação do que pode ser considerado “trabalho escravo”. Esse emaranhado de emendas revela estratégias dos ruralistas em bloquear e/ou alterar a essência da proposta.</p>
<p>PL 8212/2014</p>	<p>Acrescenta o inciso VI e altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, título VII, da Constituição Federal”. Cria critérios para justa indenização da propriedade rural.</p>	<p>André de Paula – PSD/PE.</p>	<p>Aguardando Parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMA-DS).</p>	<p>Caso esse PL entre em vigor, encarecerá o processo despropriatório, certamente limitando e bloqueando o papel do Estado de realizar a Reforma Agrária. O PL tenta interagir ao preço da terra, no ato de desapropriação, o valor das “florestas naturais, matas nativas e qualquer outro tipo de vegetação natural, desde que haja plano de manejo, devidamente aprovado pela autoridade competente”. Essa proposta vai contra o procedimento do INCRA que considera que a áreas de preservação ambiental (reserva legal e preservação permanente) não cabe indenização e que qualquer valor atribuído a ela viola o princípio do preço justo.</p>

<p>PL 1201/2015</p>	<p>Altera o inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para vincular o assentamento de trabalhadores rurais a seu domicílio eleitoral. Propõe que sejam assentados na área adquirida somente os trabalhadores rurais que tiverem domicílio eleitoral no município em que for criado o assentamento (municipalização da reforma agrária).</p>	<p>Dep. Irajá Abreu - PSD/TO.</p>	<p>Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.</p>	<p>Talvez essa seja uma das estratégias mais cômica para barrar a desapropriação para fins de Reforma Agrária. Os ruralistas, cientes de que o campesinato brasileiro é mi-grante e que os militantes de movimentos sociais são provenientes de diferentes regiões e estados, visam gerar mais um obstáculo à materialização de assentamentos rurais, ao tentarem determinar que: “integrarão a clientela de trabalhadores rurais para fins de assentamento em projetos de reforma agrária somente aqueles que tiverem domicílio eleitoral no município em que for criado o assentamento”. Os ruralistas usam como argumento que os assentamentos, “ocupados por forasteiros”, sobrecarregam o poder público municipal no que diz respeito ao sistema de saúde e educacional.</p>
<p>RCP 13/2015 (CPI)</p>	<p>Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos determinados como maus tratos de animais.</p>	<p>Ricardo Izar - PSD/SP.</p>	<p>Comissão em funcionamento.</p>	<p>Até as ações parlamentares que a princípio não tocam no tema da questão agrária e dos direitos dos povos do campo, podem tomar rumos de ataque aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Essa CPI, até o momento, centrou esforços em criminalizar o MST por maus tratos a animais em uma fazenda próxima a Marabá/PA.</p>
<p>RCP 16/2015 (CPI)</p>	<p>Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.</p>	<p>Dep. Alceu Moreira - PMDB/RS e outros.</p>	<p>Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados; Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.</p>	<p>Junto com a PEC 215/2000 a CPI constitui um bloco de ataques contra os direitos e organizações dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. A CPI visa pressionar e amedrontar as instituições envolvidas na garantia dos direitos indígenas e quilombolas. Acusa a FUNAI e o INCRA de atuação abusiva, as ONGs envolvidas e os departamentos de Antropologia das Universidades de tendenciosos, e acusa que todos estes são apoiados pelo Ministério Público Federal. Ainda, qualifica os laudos antropológicos como viciados, como um “mero laudo técnico, unilateral, ideologizado e arbitrário”; e acusa o processo de reconhecimento das terras como uma “afronta a ampla defesa, o contraditório, e a igualdade”. Também cogita eliminar os institutos de “autodefinição” e da “autoidentificação” para as terras quilombolas, objetivando dificultar o reconhecimento dessas.</p>
<p>Substituto ao PL 101/2015</p>	<p>Relatório Substitutivo que dá nova redação e estabelece a definição de terrorismo do PL 101/2015.</p>	<p>Senador Aloysio Nunes - PSDB/SP.</p>	<p>Relatório Substitutivo Aprovado no Senado.</p>	<p>O texto do PL está repleto de generalidades e imprecisões na definição de ato terrorista, podendo servir como estratégia de criminalização dos movimentos sociais no campo que ocupam terra improdutiva como forma de exigir a reforma agrária. O texto sai do Senado e vai para a Câmara, notoriamente mais conservadora, o que pode agravar ainda mais a estratégia de criminalizar os movimentos sociais.</p>

PL 3200/2015	Dispõe sobre a Política Nacional de Defensivos Fitosanitários e de Produtos de Controle Ambiental, seus componentes e afins, bem como sobre a pesquisa, experimentação, e produção...	Dep. Covatti Filho - PP/RS.	Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa; Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).	O PL quer relaxar o sistema normativo de pesquisa, produção e uso de agrotóxicos no Brasil. Tenta criar uma Comissão Técnica Nacional de Fitosanitários (CTNfito) com o objetivo de agilizar a liberação de novos princípios ativos que compõem os agrotóxicos, aos moldes do que faz a CTNBio em relação aos transgênicos.
PL 827/2015	Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Culturas e dá outras providências” (PL082715).	Dilceu Sperafico - PP/PR).	Aprovado requerimento do Sr. Evandro Roman que requer a realização de Audiência Pública.	Este projeto de lei é uma versão requeitada dos PLs 2325/2007, 6862/2010, e 3100/2012, que pretende através da UPOV -91 implementar mecanismos de criminalização de Pequenos Agricultores, Povos Indígenas, Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos e demais Povos e Comunidades Tradicionais que usem, troquem, melhoram ou até mesmo doem cultivares, mudas, sementes que estejam protegidos pelo Sistema Nacional de Proteção de Cultivares, uma outra forma de privatização da vida.

Referências

- Câmara dos Deputados Federais. Brasília, <http://www2.camara.leg.br/>, 2016.
- Senado Federal. Brasília, <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>, 2016.
- Brigada Adão Preto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Relatório de acompanhamento dos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados sobre Reforma Agrária. Brasília, 2015.

Tabela 11 - Manifestações

UF	Ocorrências	Pessoas
Centro-Oeste		
DF	70	88640
GO	28	14601
MS	41	15365
MT	55	7873
Subtotal:	194	126479
Nordeste		
AL	40	16205
BA	50	59350
CE	13	22000
MA	27	33159
PB	49	17800
PE	45	23790
PI	5	3400
RN	13	2790
SE	9	2620
Subtotal:	251	181114
Norte		
AC	9	962
AM	4	
AP		
PA	55	15846
RO	33	11485
RR	15	7097
TO	24	4368
Subtotal:	140	39758
Sudeste		
ES	11	2560
MG	46	21770
RJ	14	5930
SP	47	13970
Subtotal:	118	44230
Sul		
PR	56	25490
RS	22	22140
SC	17	8580
Subtotal:	95	56210
Brasil:	798	447791



Foto: Leandro Taques

As jornadas de agroecologia na construção de uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos

Ceres Luisa Antunes Hadich¹
 José Maria Tardin²
 André Dallagno³ e
 Jakeline Furquim Pivato⁴

Uma breve introdução

A Jornada de Agroecologia é uma coalizão política constituída em 2001, que resultou de amplo processo dialógico entre os Movimentos Sociais do Campo e Organizações Não-Governamentais atuantes no estado do Paraná, que desde os anos 80 promovem a Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária e a Agroecologia. Atua potencializando os processos político-organizativos, econômicos e culturais locais e regionais num movimento camponês agroecológico com maior densidade e expressividade política e social. Desde 2002 realiza o En-

¹ Engenheira Agrônoma, Mestre em Agroecologia e Agricultura Sustentável, MST. Contato: ceresluisa@gmail.com

² Técnico Agropecuário. Contato: tardinjosemaria@gmail.com

³ Advogado, Terra de Direitos. Contato: andrehd@terradeditos.org.br

⁴ Secretaria da Jornada de Agroecologia, da Via Campesina PR e da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos.

contro Estadual com média de quatro mil participantes. Apesar de serem realizadas em municípios paranaenses, as Jornadas tem uma abrangência internacional, em seus aspectos de participação e alcance político. Tem impulsionado a transição agroecológica associada à luta política que culminou na aprovação de legislações e políticas governamentais coibitivas aos transgênicos e aos agrotóxicos, e ao enfrentamento direto às transnacionais. As jornadas estabelecem fortes relações de solidariedade à luta da classe trabalhadora e dos povos oprimidos, em nível nacional e internacional. Seu Manifesto Político apresenta os objetivos estratégicos e os lemas “Cuidando da terra, Cultivando a Biodiversidade e Colhendo soberania alimentar; Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos; Por um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura”, expressam o acúmulo ideológico e teórico do período.

As jornadas de agroecologia em seu contexto geral

Por muitos anos, a chamada agricultura industrial moderna, embrião de o que nos anos 1990 se transformou no agronegócio, foi tomada como a saída para os problemas da fome e da miséria no mundo.

Dessa maneira, décadas de conhecimento e desenvolvimento das forças produtivas e das tecnologias estiveram voltadas a trazer respostas e argumentos que fortalecessem esse discurso.

Diferentemente do que se propagandeava, porém, nem a revolução verde, nem tampouco o agronegócio resolveram a questão das diferenças sociais e das necessidades

da humanidade, isso porque em ambos os casos o que se buscava não era, e não é a reestruturação de um modelo de produção menos centralizador, concentrador e explorador, pelo contrário, a agricultura moderna e o agronegócio se baseiam na lógica da produção de mercadorias, geração de lucros, exploração de pessoas e dos recursos naturais e claro, toda essa engrenagem deitada sobre o berço da propriedade privada.

Diante da crise social, ecológica e econômica crescente no capitalismo, para a qual corrobora a revolução verde e agora o agronegócio, ficou cada vez mais clara a necessidade de construir um novo paradigma para a agricultura mundial.

Nessa perspectiva as forças populares, e, principalmente, os movimentos sociais do campo, a partir dos anos 90, passaram a identificar na Agroecologia a alternativa possível para a reconstrução da agricultura.

Em 2001, no estado do Paraná, se estabeleceu uma ampla coalizão de Movimentos Sociais do Campo, Organizações da Agricultura Familiar e de assessoria dando início às Jornadas de Agroecologia, uma ação inédita e popular de caráter massivo, denúncia e contraponto ao agronegócio, estudo, socialização da prática e da experiência agroecológica e camponesa.

Realizados ao longo de mais de uma década, os encontros anuais passaram a representar a síntese do processo de construção da agroecologia e embate ao agronegócio, consolidando-se como uma escola popular e camponesa permanente,

renovada ao longo de cada ano nos territórios camponeses, atingindo seu auge nos quatro dias de encontro.

No Paraná, constituiu-se um campesinato tradicional numeroso e disperso em grande parte do seu território que desenvolveu complexo mosaico de agroecossistemas de policultivos alimentares em base ao trabalho familiar e de cooperação entre vizinhos, com largo uso da tração animal, a partir de sementes e animais crioulos, com manejo da fertilidade especialmente centrado no sistema de pousio e reciclagem de resíduos vegetais de toda ordem e do esterco dos animais.

As comunidades camponesas se organizavam com elevado nível de sustentabilidade, que incluía diversos sistemas agroindustriais movidos por energia hidráulica, ampla rede de profissionais de serviços, como ferreiros, carpinteiros, pedreiros, com amplas capacidades e conhecimentos para o uso dos bens naturais locais.

Instalaram escolas, muitas vezes autônomas e bilíngües, as músicas, danças, peças teatrais, o artesanato, práticas desportivas típicas, a força mística da religiosidade popular, a multivariada gastronomia oferecida nas festanças, asseguravam intensa sociabilidade cultivando o “espírito” camponês.

Sua história está marcada pelas chagas das violências, que se expressam em maior escala na Guerra do Contestado (1912-1916), na ação do Estado Novo Getulista (1938-1945), e nas barbáries da Ditadura Militar (1964-1985), esta última,

impositora do que se convencionou denominar de “revolução verde” nos marcos da subordinação direta à hegemonia do capital internacional sob tutela geopolítica dos Estados Unidos da América.

A resistência camponesa na Guerra do Contestado, na Revolta dos Colonos do Sudoeste do Paraná, o conflito de Porecatu, são respostas políticas que se renovam nos anos 80 na luta dos Ribeirinhos do Rio Paraná expulsos das terras pelo Estado Militar para a construção de Itaipu, que culmina numa articulação nacional e leva à criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, enquanto outra frente se organiza na renovação do sindicalismo, expresso no Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que atualmente constitui a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF.

A Jornada de Agroecologia se apresenta com caráter popular, massiva em seu alcance social, portanto, como dinâmica social do campesinato, ao mesmo tempo em que busca atrair ao diálogo e ação conjunta outros segmentos da sociedade, notadamente os estudantes, técnicos, pesquisadores e docentes, partidos políticos progressistas e seus membros detentores de mandatos populares e o movimento ambientalista.

Explicita-se como sendo uma articulação que parte desde as ações concretas e efetivas das famílias camponesas e suas múltiplas formas de associação e cooperação no interior dos seus agroecossiste-

mas, comunidades e assentamentos e se projeta em sistemas em redes de alcance estadual, pluriestadual, nacional e internacional.

Faz um recorte de classes, ao afirmar na sua 6ª Carta como sendo um coletivo político que se contrapõe diretamente ao capitalismo e sua expressão através do agronegócio, que se reproduz através do latifúndio, do trabalho escravo, da violência, e expulsa as famílias do campo, desestabiliza a soberania alimentar do país, degrada e contamina a natureza e os seres humanos.

Portanto, não tem a ilusão de humanizar e tampouco ecologizar o capitalismo, e busca na ciência da agroecologia as orientações fundamentais para a reconstrução ecológica da agricultura na sua estratégia de resistência e luta pela transformação radical da sociedade.

A cada ano, desde 2002, realiza o Encontro Estadual, com duração de quatro dias, e participação média de 4.000 pessoas, sendo 95% de camponesas e camponeses. Este evento se concretiza com uma marcha pública, como ato de abertura, e segue com a feira da biodiversidade e alimentos ecológicos, conferências em plenária, oficinas de intercâmbio das experiências e seminários, noites culturais e o ato político com autoridades governamentais e parlamentares, entre outros. Neste ato político, entrega a Carta da Jornada de Agroecologia, em que expressa sua posição estratégica e conjuntural e suas reivindicações, que passam a ser objeto das ações coletivas no transcorrer de cada período.

Sua realização tem sido patrocinada pelos governo federal, estadual e às vezes municipais, além de instituições e empresas públicas e agências de cooperação internacional.

A luta contra os transgênicos

Historicamente a luta contra os transgênicos tem um destaque especial nas jornadas de agroecologia, isso porque a transgenia representa a concretização, no território - nas roças - da contradição que a revolução verde representa na vida real de quem vive no campo, justamente por evidenciar o antagonismo desse modelo dominador destinado à produção de *commodities* (produtos) e não de alimentos.

Desde as primeiras cartas políticas, as Jornadas de Agroecologia expressaram a luta contra os transgênicos, e não foi diferente em sua 14ª edição, quando afirmou sua posição contrária à

monocultura das ciências agrárias subordinadas ao agronegócio, ao latifúndio do conhecimento e da terra e à paralisação da reforma agrária, à dominação das corporações que concentram a exploração em poucas grandes empresas, não enriquecem as regiões, controlam a oferta da produção agrícola e manipulam seus preços nas bolsas de valores, impõem os agrotóxicos, os transgênicos e o patenteamento das sementes, destroem a biodiversidade, a saúde humana e contaminam os alimentos, alteram a natureza e geram desequilíbrio ecológico. Vendem falsas soluções, como a agricultura cli-

maticamente inteligente e o capitalismo verde, determinam as decisões dos governos, e atentam contra a democracia – isto é um tipo de ditadura.

Em poucas linhas, esse trecho da carta denuncia os diversos impactos provocados pela transgenia na realidade do campesinato brasileiro, denúncias que são confirmadas pelos mais de 750 estudos científicos desprezados pelos órgãos reguladores de Organismos Geneticamente Modificados – OGM's, e publicizados no livro “Lavouras Transgênicas – Riscos e incertezas”⁵, lançado em 2015 pelo Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade – GEA do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A história das lavouras transgênicas tem contornos peculiares no Brasil, especialmente se se analisar que os primeiros plantios ocorreram de forma clandestina⁶, através das “sementes brancas” ou “soja maradona” contrabandeadas da Argentina e ilegalmente plantadas no Brasil que renderam movimentações em todo o território nacional para a criação das áreas livres de transgênicos, exemplo disso é a Lei sancionada em 2003 pelo então governador do Paraná, Roberto Requião, fruto de intensa luta dos camponeses.

Essa legislação foi declarada inconstitu-

cional em ações judiciais, tendo em vista a prevalência da legislação federal sobre o tema, e isso ocorreu no mesmo contexto em que, em nível federal, em 2005, era aprovada a Lei 11.105 (Lei de Biossegurança), que representou um “cala-a-boca” aos reclames da sociedade sobre a falta de segurança na liberação dos cultivos transgênicos, e possibilitou a desburocratização da aprovação comercial dessas sementes.

Dez anos se passaram e o que se vê é um quadro em que 100% dos OGMs analisados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio⁷ foram liberados, e no campo o que se observa é a ampliação da concentração de terras, já que muitos agricultores literalmente quebraram ao tentar produzir transgênicos em suas pequenas terras e acabaram perdendo-as para os bancos, depois de terem perdido a agrobiodiversidade e a variedade dos cultivos. Ao mesmo tempo assistiu-se à escalada do Brasil na lista dos campeões mundiais no consumo de agrotóxicos ocupando o primeiro lugar, ao mesmo tempo que amarga uma posição alarmante nos casos de doenças a eles relacionadas como o câncer, tal como alertou, o Instituto Nacional do Câncer – INCA⁸.

Em termos práticos os transgênicos representam, pelo menos, dois caminhos de redução da agrobiodiversidade nacional.

⁵ Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/LAVOURAS_TRANSGENICAS_RISCOS_E_INCERTEZAS_MAI_DE_750_ESTUDOS_DESPREZADOS_PELoS_ORGAOS_REGULADORES_DE_OGMS.pdf.

⁶ Análise completa em: <http://terradireitos.org.br/wp-content/uploads/2014/05/relatorio-10-anos-transgenicos-vers%C3%A3o-final-mar%C3%A7o-2014.pdf>.

⁷ Órgão Federal responsável pela análise de biossegurança dos transgênicos submetidos à aprovação comercial.

⁸ <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/wp-content/uploads/sites/81/2015/04/INCA-Agrotoxicos-Posicionamento.pdf>.

De um lado pela concentração de mercado e de sementes, que se dá através do patenteamento das transgenias das sementes (Lei nº. 9279/96 - Lei de Propriedade Intelectual), e outros mecanismos de propriedade intelectual (Lei nº. 9456/97 - Lei de Proteção de Cultivares), que vão impondo uma reserva de mercado em favor das grandes indústrias sementeiras podendo chegar à criminalização de pequenos agricultores, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais como propõe o Projeto de Lei 827/2015 em discussão na Câmara dos Deputados.

E, de outro lado, através da contaminação, que se dá tanto pela polinização (contaminação genética) quanto pela pulverização de agrotóxicos, já que quase a totalidade dos transgênicos faz parte de um pacote tecnológico associado ao uso de agrotóxicos específicos.

Sobre a contaminação genética é importante ressaltar que o primeiro milho geneticamente modificado (Liberty Link da Bayer) aprovado, em 2007, pela CTNBio, foi liberado comercialmente antes que houvesse qualquer legislação que desse conta de tratar da contaminação de outros cultivos de milho e justamente por isso foi objeto de duas Ações Cíveis Públicas, uma questionando a liberação comercial e outra questionando a suficiência da Resolução Normativa editada às pressas pela CTNBio para tentar reparar a irreparável falha na liberação comercial⁹.

Quem perde com isso é toda a sociedade

brasileira que sem soberania e segurança alimentar, vai se tornando refém de um pequeno grupo de transnacionais, e se o quadro não for revertido vai acabar comendo literalmente em suas mãos.

Os transgênicos entraram no Brasil impondo não só mecanismos perversos de concentração de terras e de sementes, mas, também, a morte de quem ousa levantar sua voz contra seus interesses, como aconteceu com Walmir Mota de Oliveira - o Keno, assassinado por uma milícia armada que, em 21/10/2007, atacou os camponeses da Via Campesina que ocupavam, em protesto, a estação experimental da Syngenta, em Santa Teresa do Oeste, Paraná.

Conclusões da caminhada...

Por seu caráter e funcionalidade a Jornada de Agroecologia permite fazer repercutir a concretude material do fazer camponês na produção agrícola, animal e agroflorestal no plano micro e macro político, de forma direta e protagonista, na medida em que é expressão do campesinato em movimento, seja gestando agroecosistemas complexos e processos agroindustriais e de relação com o público urbano, oferecendo-lhe alimentos de elevada qualidade biológica, como formulando, propondo e reivindicando políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentado em bases à agroecologia camponesa.

Por outro lado, estabelece o enfrentamento direto ao agronegócio, acumulando duas

⁹ Mais informações em: <http://terradedireitos.org.br/2014/03/10/acao-civil-publica-que-pede-proibicao-da-comercializacao-de-milho-transgenico-da-bayer-tera-novo-julgamento>.

vitórias significativas, quando em 2003 promoveu um protesto junto a um centro de pesquisa e produção de sementes de soja e milho transgênicos da transnacional Monsanto, em área rural do município de Ponta Grossa, que dias depois foi ocupado por famílias camponesas e sem terra. O coletivo da Jornada de Agroecologia aí estabeleceu amplo processo de apoio às famílias, convertendo a área no Centro Chico Mendes de Agroecologia, onde promoveu eventos de formação político-técnica de camponeses, camponesas e jovens do campo. Toda a área de 35 ha foi convertida em bases agroecológicas, através dos Mutirões da Agroecologia com média de 200 participantes. As atividades foram encerradas após 18 meses, dado que as famílias foram despejadas da área por ordem judicial.

Já em 2006, após a ocupação do centro de transgeniase para soja e milho, da trans-

nacional Syngenta, no município de Santa Teresa do Oeste, por famílias da Via Camponesina, o coletivo da Jornada de Agroecologia promoveu aí sucessivos eventos de formação e de apoio à produção agroecológica.

As jornadas não são um processo isolado do conjunto de lutas da classe trabalhadora, camponesa e urbana. Ao contrário, elas fortalecem o embate ao modelo explorador e degradante do capitalismo, apontando suas contradições e propondo alternativas concretas, na construção de outro campo.

De toda forma, se fortalecem ao longo dos anos com uma alta capacidade e referência na promoção de atos políticos, envolvendo autoridades, aliados e apoiadores e pautando políticas concretas para a agricultura familiar, camponesa e agroecológica.

Referências

Hadich, Ceres Luisa Antunes. As Jornadas de Agroecologia e sua contribuição na construção do Projeto Popular. Cartilha da 13ª Jornada de Agroecologia. Disponível em www.jornadadeagroecologia.com.br. Maringá, 2014.

Tardin, José Maria, Jornada de Agroecologia: camponesas e camponeses em movimento construindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino Americano de Agroecologia. Curitiba, 2009.



Foto: Joka Madruga

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Massacre em Conceição do Araguaia

A Diretoria e Coordenação Executiva Nacional da CPT, profundamente chocadas com a notícia do massacre de seis pessoas de uma mesma família, na área rural de Conceição do Araguaia, Pará, vêm a público para externar sua indignação diante de tão brutal crime e para exigir medidas que ponham um fim a situações que propiciem a ocorrência de tão execráveis atos.

Eram passados somente cinco dias da recordação dos 10 anos da morte de Irmã Dorothy Stang, quando o massacre ocorreu. Neste intervalo, vozes do governo haviam afirmado que, devido às medidas adotadas após o triste episódio do assassinato da missionária, os conflitos e a violência no campo no estado do Pará haviam diminuído drasticamente.

O massacre de Conceição do Araguaia, porém, veio desmontar a fala das autoridades. Se de um lado é certo que houve diminuição nos números das violências e dos conflitos, continuam sempre muito presentes as condições que levam, a qualquer momento, a situações como a do massacre que hoje deploramos.

Permanecem inalterados:

- a morosidade dos processos burocráticos que se estendem por anos, enquanto as famílias aguardam o assentamento em acampamentos ou ocupações mais que precários;
- os julgamentos que erigem a direito maior o “direito à propriedade”, em detrimento das exigências do cum-

primento da função social da propriedade.

A isso se soma o esfacelamento dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, acompanhados de cortes no seu orçamento.

Tudo isso é um triste sinal, uma trágica parábola de como está sendo deixada à barbaridade selvagem, a questão agrária.

Neste caso de Conceição do Araguaia, como sempre em casos de repercussão nacional, ouvimos que dentro de 90 dias, a situação da área onde houve o massacre será resolvida.

A Coordenação da CPT, porém, não acredita em soluções que simplesmente resolvem uma situação concreta, mas nada muda do que as sustenta. São necessárias ações que facilitem o acesso à terra, para os que dela necessitam. O Congresso Nacional, ao invés de propor emendas constitucionais e projetos de lei que limitam os direitos dos povos e comunidades aos territórios dos quais foram esbulhados, deveria aprovar projetos de lei que abram caminhos para o rápido assentamento das famílias sem terra, como propõe a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, na sua 52ª Assembleia, em 2014: *“aprovação do projeto de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, que determina a imissão imediata do INCRA na posse dos imóveis desapropriados para fins de Reforma Agrária, uma vez comprovado o cumprimento dos requisitos legais para expedição do mandado, resolvendo-se em ações separadas as*

impugnações relativas à improdutividade da terra e ao valor do imóvel.” (A Igreja e a Questão Agrária Brasileira no Início do Século XXI, nº 197).

E o poder Judiciário deveria tomar medidas para que os juízes não emitam “*sentenças liminares nos conflitos possessórios sem que sejam ouvidas todas as partes, seja verificada a função social da propriedade e seja analisada a consistência das*

matrículas e dos registros cartoriais dos imóveis em disputa.” (N^a 205)

Só com ações profundamente saneadoras poderão se evitar massacres como o do último dia 17.

Goiânia, 23 de fevereiro de 2015.

A Diretoria e Coordenação
Executiva Nacional da CPT

Não ao trabalho escravo! Que seu sim seja sim, que seu não seja não...

O Governador do Maranhão acaba de nomear como seu assessor especial na Casa Civil, Camilo Figueiredo, ex-deputado e sócio de empresa da família, flagrada em 2012 pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, com trabalhadores em regime de escravidão. Em junho de 2013 a empresa - Líder Agropecuária - foi incluída na Lista Suja do trabalho escravo.

Vindo de outro qualquer político, essa notícia seria infelizmente mais uma triste confirmação da pouca consideração que parte das nossas elites continua tendo para com o compromisso nacional de erradicar o trabalho escravo, firmado em 2003 pelo Brasil.

Com trajetória respeitada na militância contra o trabalho escravo, o antigo representante da Associação dos Juizes Federais na CONATRAE, Flávio Dino, seria mais um governante a sacrificar princípios sagrados em nome da oportunista “governabilidade” e da “real politik”?

Salvo por complicada ginástica argumentativa, não é possível justificar, como tentou fazer a sua Secretaria de Comunicação Social¹, a nomeação, para cargo de confiança, de um político envolvido na prática de trabalho escravo, como revelou

o flagrante realizado em Codó, MA, na fazenda Bonfim, de sua propriedade – em sociedade, por meio da Líder Agropecuária, empresa que, à época, constava da declaração de bens de Camilo Figueiredo, então deputado pelo PSD.

Hoje inserido na máquina do Governo maranhense como sempre foram seus pares, Camilo Figueiredo é mais um representante do latifúndio maranhense: grila terras, grila vidas.

Segundo a CPT local (Diocese de Coroa-tá), Figueiredo e sua família – seu pai foi prefeito de Codó – estão envolvidos “em diversos conflitos agrários na região dos Cocais, em especial na Comunidade quilombola de Puraquê, onde homens armados, inclusive com a presença de alguns policiais, tentaram expulsar dezenas de famílias”.²

Segundo informação dos fiscais que resgataram da sua fazenda sete trabalhadores mantidos em condição análoga à de escravos, “a água consumida no local era a mesma que a utilizada pelos animais da fazenda. Retirada de uma lagoa suja, com girinos, ela era acondicionada em pequenos potes de barro e consumida sem qualquer tratamento ou filtragem. Os empregados tomavam banho nesta lagoa e,

* Nota da CPT/Campanha Nacional de olho aberto para não virar escravo.

¹ Em nota enviada ao jornalista Leonardo Sakamoto (cf Blog do Sakamoto, 05 de março de 2015).

² Cf vídeo sobre essa situação: https://www.youtube.com/watch?v=lkv9A_S4zbY e matéria no site da Repórter Brasil: <http://reporterbrasil.org.br/2012/12/moradores-de-quilombo-ameaçados-porpistoleiros-conseguem-vitoria-na-justica/>

como não havia instalações sanitárias, utilizavam o mato como banheiro. Os trabalhadores resgatados cuidavam da limpeza do pasto e ficavam alojados em barracos feitos com palha, sem proteção lateral, e eram habitados por famílias inteiras, incluindo crianças. Em noites de chuva, as redes onde dormiam ficavam molhadas e todos sofriam com o frio”. Características típicas de condições degradantes que, no ordenamento legal brasileiro, trazem a qualificação jurídica de “condição análoga à de escravo”, de acordo com o artigo 149 do Código Penal: quando a pessoa é tratada como coisa, pior que animal.

Por este motivo, após um ano, tendo exercido seu direito ao contraditório, o nome do responsável por esta prática foi incluído no “Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo”, conhecido como “Lista Suja do trabalho escravo”. Segundo a regra deste Cadastro, criado em 2003, o nome fica dois anos na Lista até poder ser retirado, tendo o empregador sanado os problemas, pago as pendências e não ter apresentado reincidência no crime.

A nomeação de Camilo Figueiredo contradiz frontalmente o engajamento explícito que o candidato Flávio Dino assumiu ao assinar, em 30 de setembro de 2014, a Carta-Compromisso contra o trabalho escravo, proposta pela CONATRAE a todos os candidatos a cargo de governo.

A mesma estipulava, in fine: “Garanto que

será prontamente exonerada qualquer pessoa que ocupe cargo público de confiança sob minha responsabilidade que vier a se beneficiar desse tipo de mão de obra.” A inclusão do nome da Líder Agropecuária na Lista Suja constitui indicativo suficiente de que Camilo Figueiredo se beneficiou desse tipo de prática. E sua nomeação em conhecimento de causa é claro sinal de ruptura do compromisso.

Não pode ser aceito o hipócrita argumento apresentado pelo Governo maranhense de que “Camilo Figueiredo foi nomeado ‘após análise de todos os requisitos legais’ (...). Não foi verificado qualquer impedimento previsto em lei. [Pelo fato do servidor não constar em nenhuma lista de trabalho escravo], é impossível a seus superiores hierárquicos aplicar sanções com base em fatos ainda sem existência jurídica”. É notório que, desde o dia 27 de dezembro de 2014, pela decisão liminar tomada monocraticamente pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, em pleno recesso do Judiciário e em pronto atendimento à demanda de um *lobby* de construtoras, a ABRAINC³, a Lista Suja adquiriu status de invisibilidade, sendo suspensa a sua publicação, no aguardo ainda da apreciação do caso pelo pleno do STF. Os autos da fiscalização, porém, não deixaram de existir, nem a lista no seu funesto esconderijo, mantendo aos fatos apurados a mesma qualificação legal. Além do mais, com base na Lei de Acesso à Informação, todo cidadão tem a possibilidade legal de conhecer o nome dos empregadores fiscalizados

³ Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias – ABRAINC, autora da Ação Direta de Inconstitucionalidade [contra a lista suja do trabalho escravo], ADI n° 5209, protocolada no dia 22 de dezembro de 2014.

pelo Ministério do Trabalho e autuados por trabalho escravo. Basta solicitar.⁴

Nessa altura, só não vê quem não quer ver.

A exemplo do BNDES e da Caixa Econômica, que já franquearam financiamento aos incluídos na última lista suja conhecida (a de junho de 2014, com mais de 600 nomes), o Governo do Maranhão já estaria tomando como caso encerrado a supressão da Lista Suja, sem nem esperar a deliberação do STF nem consultar o Ministério do Trabalho e Emprego a respeito? E Flávio Dino estaria disposto a ratificar assim o desmantelamento programado da política nacional de erradicação do trabalho esca-

vo após 20 anos de corajosa construção? Governador, não perca a oportunidade de, revendo a decisão questionada, manifestar sua determinação política de defender e promover a política nacional de erradicação do trabalho escravo hoje atacada em várias frentes.

Governador, que seu sim seja sim e que seu não seja não. O resto é diabólico. (Mt, 5, 37)

Campanha Nacional da CPT contra
o Trabalho Escravo Goiânia,
06 de março de 2015

Goiânia, 06 de março de 2015.

⁴ Com base nos artigos 10, 11 e 12 da Lei de Acesso à Informação (12.527/2012) e no artigo 5º da Constituição Federal de 1988; cf <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/06/lei-deacesso-a-informacao-gera-nova-lista-suja-do-trabalho-escravo/>.

Carta Final da XXVII Assembleia Nacional da CPT

Reunidos/as em assembleia confirmamos nossa caminhada de Pastoral da Terra. Animados/as pela organização do IV Congresso da CPT em julho de 2015, reconhecemos a noite dos tempos difíceis que vivemos e celebramos a madrugada camponesa no compromisso radical de 40 anos com as lutas dos povos da terra”.

“Nenhuma família sem casa! Nenhum camponês sem terra! Nenhum trabalhador sem direitos!”(Papa Francisco).

Faz escuro, companheirada!

- a bancada ruralista, o agro e hidronegócio, as mineradoras, madeireiras, os grandes projetos do capital, o trabalho escravo, o judiciário criminalizador, as empresas de veneno e transgênicos, o Legislativo que constantemente ameaça reduzir direitos já conquistados, os governos e suas polícias, as mídias golpistas e os setores conservadores do país fazem a noite demorada, obscurecem a democracia na negação de direitos dos povos da terra e da cidade. Não querem permitir que a luz apareça!

Faz escuro, companheirada!

- os direitos já fragilizados dos povos indígenas, quilombolas, assentados e acampados, pescadores, ribeirinhos, vazanteiros, seringueiros, extrativis-

tas, fundo e fechos de pasto, posseiros e camponeses são esmagados pelos interesses de um modelo de desenvolvimento que devora terras, territórios, tradições e modos de vida distorcendo a lei a seu dispor, cooptando e corrompendo processos e lideranças, usando a força e até assassinatos. Sofrem a juventude, as mulheres e crianças das comunidades. É uma noite escura e de medo: fica difícil de andar na escuridão. Querem os povos parados no escuro do medo.

Faz escuro, companheirada!

- conquistas importantes acenderam luzes nos últimos anos fruto da luta no voto e nas lutas nas bases. Essas luzes prometiam a claridade de acesso aos direitos de terra, pão, trabalho e casa, saúde e dignidade. Mas o direito e o poder de “acender e apagar” continuou fora das nossas mãos. As reformas necessárias não vieram! Nem reforma agrária! Nem reforma urbana! Nem reforma política. Nem reforma do marco regulatório da mídia! Os governos negociam e negam nossas conquistas para contentar as elites e impedem que programas e políticas acendam os caminhos da igualdade e da dignidade.

Faz escuro, companheirada!

- em nome de Deus setores das igrejas

cristãs apóiam políticos, governos e polícias que criminalizam a luta pela água, pela terra e na terra e abençoam o latifúndio e a privatização da natureza... querem apagar a luz do evangelho subversivo de Jesus vivo na vida dos pobres, homens e mulheres lutadoras do campo e da cidade. Querem fazer virar mercadoria o pão e a água da vida. Querem apagar as luzes das religiões de outras matrizes, altares de terreiros e rituais de torés. Faz escuro e silêncio na longa noite da religião do patriarcalismo, individualismo e consumismo.

Faz escuro, companheirada!

- Às vezes dentro de nós. Tantos desafios que não fomos capazes de enfrentar. Tantas novas relações entre nós que ainda não aprendemos a cuidar, conviver.

...faz escuro, MAS eu canto! Cantamos porque a manhã vai chegar!

- estendemos a mão mesmo no escuro e vamos ao encontro de quem está do nosso lado. Aprendemos a ver no escuro! Somos nós, companheirada, na rebeldia necessária de forçar o dia. Nos reconhecemos como comunidades de iguais: novas formas de ser igreja no meio do povo, na luz dos mártires da caminhada: Cristo vivo ressuscitado na humana solidariedade e no amor pelo mundo e seus viventes. Haja luz!(Gênesis 1, 3)
- cantamos a luta e a esperança no trabalho de base, na educação popular, na espiritualidade, nas diversas expe-

riências da agricultura agroecológica, na formação permanente, na celebração dos saberes de ervas medicinais e valorização das sementes nativas e crioulas; com estas práticas adiantamos o dia, iluminamos nosso cotidiano... ninguém acende uma luz pra ficar escondida! (Lucas 8, 16)

- somos parte das ocupações de terra, denunciemos empresas e políticos, documentamos os conflitos e fazemos memória ativa das violências. Junto de nós nessa madrugada de rebeldia nos encontramos com os povos indígenas e quilombolas, assentados e acampados, pescadores, ribeirinhos, vazanteiros, extrativistas, fundo e fechados de pasto, posseiros, nas lutas pelos territórios e contra o avanço do capitalismo no campo. A luz brilha nas trevas! (João 1, 5)
- confirmamos na tradição de profetas que vieram antes de nós na luta radical contra o capitalismo no campo nas formas do trabalho escravo, latifúndio e o agronegócio e afirmamos a luta pela reforma agrária e um projeto camponês para agricultura brasileira, condições necessárias para a soberania alimentar, a defesa e vivência da natureza e a saúde de todos/as no campo e na cidade... O povo que andava em trevas viu grande luz! (Isaías 9, 2)
- sonhamos com a sociedade do bem viver e do conviver rumo à Terra sem Males. Nós somos o povo da esperança, o povo da Páscoa. O outro mundo possível somos nós! A outra Igreja possível somos nós! (Pedro Casaldáliga).

- convocamos todos e todas companheiros/as, parentes e amigos/as da CPT e da luta pela terra e na terra a caminhar conosco rumo ao IV Congresso fazendo memória, vivendo a rebeldia e antecipando a esperança.

Já é quase tempo de amor. Colho um sol que arde no chão, lavro a luz dentro da cana, minha alma no seu pendão.

Madrugada camponesa. Faz escuro (já nem tanto), vale a pena trabalhar.

Faz escuro mas eu canto porque
amanhã vai chegar.
Thiago de Mello

XXVII Assembleia Nacional da CPT

Luziânia, 19 de março de 2015

Padre Iasi, o incansável lutador ao lado dos pobres

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) mais que manifestar seu pesar pelo falecimento do Padre Antônio Iasi quer dar glória a Deus por sua vida totalmente dedicada à causa dos que não contam para o sistema dominante, sobretudo os povos indígenas. Sua identificação com a causa dos indígenas e dos posseiros, que eram violentamente agredidos pelas grandes empresas que chegavam ao Norte do país, incentivadas pelos governos militares, com o discurso do desenvolvimento e do progresso, o levaram a levantar a voz e denunciar os desmandos e a violência que aconteciam na ocupação da Amazônia pelo capital.

Então o encontramos na fundação do Conselho Indigenista Missionário, do qual

participou ativamente enquanto a saúde o permitiu, e no encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, em 1975, do qual resultou a criação da Comissão Pastoral da Terra.

Padre Iasi é uma das grandes figuras que tornaram a Igreja próxima e presente junto aos deserdados da terra, os escolhidos aos olhos de Deus. Sua vida é um estímulo à fidelidade ao Deus dos pobres, a serviço dos pobres da terra, como reza a missão da CPT.

Goiânia, 23 de março de 2015

A Diretoria e a Coordenação
Executiva Nacional da CPT

Carta de solidariedade

Cara Darlene,

A nova Coordenação Executiva Nacional recebeu a notícia do processo que você sofre e da intimação para comparecer à audiência no próximo dia 31.

Vamos acompanhar com toda atenção este processo e pode contar com nossa total solidariedade.

Esse é o preço que se paga pela nossa fidelidade Àquele que foi fiel até o fim.

Essa audiência acontece num momento muito significativo para nós cristãos. É durante a Semana Santa. Nesta Semana revivemos os momentos em que Ele, o Senhor, compareceu diante de tribunais para ser julgado e condenado.

E Ele mesmo disse: Felizes os que sofrem

perseguição por causa da justiça, porque deles é o Reino dos céus. Felizes são vocês, quando os injuriarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vocês por minha causa.

Exultem e alegrem-se, porque é grande a sua recompensa nos céus; porque assim perseguiram os profetas que vieram antes de vocês. (Mateus 5:10-12)

Darlene, comunique-nos sobre como transcorreu a audiência e mantenha-nos informados quanto aos desdobramentos deste processo.

Um forte e solidário abraço,

A Coordenação Executiva Nacional

Goiânia, 26 de março de 2015

Carta ao Papa Francisco

Caríssimo irmão Francisco,

Somos a Comissão Pastoral da Terra, CPT, uma pastoral ecumênica, mas profundamente ligada à CNBB. Sua Diretoria é formada sempre por dois bispos da Igreja Católica.

A CPT nasceu em 1975, em plena ditadura militar, quando os direitos dos indígenas e dos camponeses que ocupavam a terra eram agredidos violentamente. E trabalhadores levados de outros cantos do Brasil para a Amazônia eram submetidos a condições semelhantes à de escravos. Foi neste contexto que a Igreja decidiu criar uma pastoral específica para acompanhar os últimos dos últimos, na periferia da humanidade.

Neste ano a CPT comemora 40 anos de vida e atuação, sempre ao lado dos que menos contam para o sistema dominante. E vai realizar seu IV Congresso Nacional, na Diocese de Porto Velho, na Rondônia. No meio de uma situação cada vez mais aflitiva para os camponeses, sobretudo os mais pobres, a CPT neste congresso proclama: FAZ ESCURO, MAS EU CANTO, Memória, Rebeldia e Esperança dos Pobres da Terra.

Depois de um longo inverno eclesial, a CPT

se sentiu fortalecida e impulsionada pelo seu pontificado, pelas suas palavras claras e corajosas que provocam a um verdadeiro e total seguimento de Jesus, ao lado dos mais pobres, esquecidos e descartados de nossa sociedade. Por isto até gostaríamos de contar com sua presença em nosso Congresso. Mas sabemos como é a agenda de um Papa! Por isso muito nos alegraria, se ao menos o senhor pudesse enviar uma breve mensagem ao nosso Congresso que será composto em sua maioria por trabalhadores e trabalhadoras da terra, das águas e das florestas.

Papa Francisco, aqui todos os dias o lembramos em nossos momentos de oração reflexão e vibramos com suas intervenções profundas que colocam o Evangelho de Jesus, como a primeira e última referência para os que o querem seguir.

Aceite a mais profunda consideração e afeto dos agentes que compõem a Comissão Pastoral da Terra. Eu, como Bispo da Diocese de Balsas, no Maranhão e Presidente da CPT, assino.

Dom Enemésio Angelo Lazzaris

Goiânia, 05 de maio de 2015

Carta do 2º Encontro das Comunidades e Povos do Cerrado

Nós, Comunidades Fundo e Fechos de Pastos, Camponeses, Quilombolas, Povos Indígenas, Assentados, Acampados, Sem Terra, Geraizeiros, Vazanteiros, Retireiros do Araguaia, Ribeirinhos, Movimentos Sociais, Organizações e Pastorais que atuam no campo brasileiro, nos reunimos em Luziânia, Goiás, entre os dias 26 e 28 de abril de 2015, para o do 2º Encontro das Comunidades e Povos do Cerrado, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para partilhar experiências, conhecimentos e definir ações em defesa do bioma Cerrado, o nosso berço das águas.

Durante o Encontro, constatamos que as diversas experiências que os povos vivenciam em seus territórios, com saberes construídos ao longo do tempo, que têm garantido a produção e reprodução da vida, estão cada vez mais ameaçadas pelo modelo de produção capitalista, que tem avançado nos Cerrados, com grande apoio e fomento do Estado brasileiro.

Enquanto fartos recursos são destinados para o “projeto da morte” do agronegócio, o Estado não reconhece os direitos e não regulariza as terras ocupadas tradicionalmente pelos povos do Cerrado, não respeita suas tradições e nega seus espaços de vida. Planejadamente, os processos de reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados, vêm sendo travados. Além disso, o uso intensivo dos agrotóxicos mata a biodiversidade, polui as águas, provoca doenças, entre outros tantos malefícios.

Denunciamos as ações do programa Terra Legal, que tem servido como instrumento de regularização de grandes áreas griladas. Em muitos espaços têm aumentado os conflitos de terra e tem sido desconsiderada a existência de centenas de famílias que lutam e esperam serem reconhecidas em seus direitos.

Os estudos e relatos de vida, apresentados em nosso 2º Encontro, apontaram para uma situação apocalíptica, porém, isso não nos desanima, pelo contrário, nos encoraja na perspectiva do fortalecimento e articulação em defesa de nossos ideais, que não é só a libertação do oprimido, mas também dos opressores, como nos ensinou Paulo Freire, em “Pedagogia do Oprimido”.

Encharcados nessa utopia, convocamos toda a sociedade a se envolver na Campanha em Defesa do Cerrado, Berço das águas, que propõe:

- aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 504/2010, que reconhece os biomas Cerrado e Catinga como Patrimônio Nacional;
- moratória do Cerrado com suspensão das autorizações de desmatamento e das outorgas de água;
- defesa de nossos aquíferos (Urucuía, Bambuí e Guarani): preservando as suas áreas de recarga, criando políti-

cas de proteção e denunciando a ocupação indevida dessas áreas;

- defesa da terra e território, com a criação das Reservas Extrativistas do Cerrado, demarcação das terras indígenas, reconhecimento das terras quilombolas, e dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras; regularização das terras de posseiros,
- pela defesa de nossa biodiversidade: da flora, fauna, nossos solos;
- pela proibição do uso dos agrotóxicos;
- pelo fortalecimento da agroecologia e da produção de alimentos saudáveis.

Nos comprometemos: a fortalecer a unidade dos movimentos sociais; a desenvolver ações de preservação e recuperação de nascentes; preservar a fauna e a flora, assim garantindo a biodiversidade e a reprodução da identidade de cerradeiros; ampliar e fortalecer a produção agroecológica; contribuir na articulação de ações dos camponeses e comunidades tradicionais que compõe a chamada região MATOPIBA (MA/TO/PI/BA), áreas de expansão do capital e de muitos conflitos; promover debates nas escolas, universidades, e junto ao Estado brasileiro; discutir políticas públicas e leis que defendam nosso bio-

ma; retomar os territórios ocupados indevidamente.

Nos comprometemos ainda a nos articular com as comunidades camponesas de Moçambique impactadas pelo projeto Pró-Savana, nos moldes do “projeto da morte”, implementado no Cerrado brasileiro.

Ao longo desses dias de Encontro compartilhamos as riquezas do bioma Cerrado, que tem garantido um manancial de água que abastece 8 das 12 principais bacias hidrográficas do país, porém está em risco pelo modelo de produção imposto. Nos encantamos com a grande diversidade de Povos dos Cerrados e pela diversidade que se articula nas lutas, que nos ensinam que estar na terra tem significados que vão além do econômico, que tem a ver com o legado dos nossos antepassados e com a capacidade criativa de pensar e nos comprometer com o presente e o futuro dos nossos Povos e dos Cerrados.

Creemos que assim estaremos construindo desde já “Um Novo Céu e Uma Nova Terra”, conforme a profecia de Isaías 65, 17.

Participantes do 2º Encontro das Comunidades e Povos do Cerrado

Luziânia, 07 de Maio de 2015

Kátia Abreu e companhia decretam o fim do Cerrado

A Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Articulação das CPT's do Cerrado vêm a público para alertar a sociedade brasileira sobre o que se pode qualificar como um forte ataque desferido contra o Cerrado, que poderá acelerar ainda mais a destruição do bioma que tem uma função vital para o nosso país, por sua grande biodiversidade e, sobretudo, por dele se originarem as fontes de nossas principais bacias hidrográficas.

Nas últimas semanas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), comandado por Kátia Abreu (PMDB-TO), lançou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, que abrange áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. No início do mês passado, a presidenta Dilma Rousseff (PT) assinou o decreto 8.447/15 que formalizou a abrangência territorial do tal plano. Do total da área deste “plano de desenvolvimento”, 90,9% são de Cerrado, 7,2% Amazônia e 1,64% da Caatinga. Segundo o próprio MAPA, o principal critério desta delimitação foi embasado nas áreas de Cerrados presentes nos quatro estados.

Mas o interesse deste plano está em que, conforme o próprio MAPA, a região é uma das principais áreas do mundo em expansão na produção de grãos. De acordo com a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), na safra 2014/2015, deverá crescer 4,37%, chegando a 7,642 milhões de

hectares. O Matopiba abrange 337 municípios e 31 microrregiões, num total de 73 milhões de hectares. Neste território estão localizados 745 assentamentos, 36 territórios quilombolas e 35 terras indígenas.

Obras que darão suporte logístico ao plano Matopiba têm gerado inúmeros conflitos, acompanhados e denunciados pela CPT e diversas outras organizações. É o caso da construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), na Bahia, que é defendida pelo governador do estado, Rui Costa (PT), e considerada prioritária pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Enquanto isso, inúmeras comunidades vêm sendo impactadas pelas obras da ferrovia. No município de Caetité, por exemplo, trabalhadores e trabalhadoras rurais das comunidades de Curral Velho e Serragem sofrem com a destruição de suas casas, prejuízos em suas plantações, destruição das estradas, entre vários outros problemas.

O exemplo acima é apenas um entre os inúmeros conflitos enfrentados pelos Povos do Cerrado. Em estudo recente, baseado em dados da CPT sobre conflitos no campo, Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor de Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF), analisou o índice de conflitos em regiões de Cerrado. Ao analisar dados referentes ao período de 10 anos (2005 a 2014), o estudo mostra

que do total de 11.338 localidades onde ocorreram conflitos no campo brasileiro, 39% aconteceram no Cerrado e em suas áreas de transição (onde o Cerrado se encontra com outros biomas). Neste mesmo período, a Amazônia e suas áreas de transição registraram 38% das localidades em conflito.

Todavia, preocupa-nos todo esse engajamento de políticos e empresas no plano Matopiba, pois isso deixa claro que os conflitos nesses estados tendem a aumentar, mesmo que as famílias camponesas continuem resistindo. A Articulação CPT's do Cerrado, projeto da CPT, e várias outras organizações sociais tem se reunido e discutido com os Povos do Cerrado formas de resistência e enfrentamento a esses “projetos da morte”, como o Matopiba e a Fiol. Contudo, a CPT alerta a sociedade para o fato de que, com o discurso do desenvolvimento econômico, se avança sobre o Cerrado e as comunidades, sem medir as consequências da acelerada e violenta destruição do bioma. Estudiosos já computam, por exemplo, algumas dezenas de pequenos rios e córregos que secaram no

Cerrado. E se conhece a situação caótica de assoreamento e anemia em que se encontram grandes rios, como o São Francisco.

A CPT também chama a atenção para a disparidade entre o discurso e a prática política. Bonitas palavras e propostas camuflam o apoio que se dá a grupos privilegiados. Com o discurso de possibilitar a ascensão social de pequenos produtores locais, o que se busca mesmo é o incremento da produção e da exportação agropecuária do país, fonte de lucro para os empresários do agronegócio.

Logo após a semana do Dia Mundial do Meio Ambiente, denunciemos mais esta política nefasta ancorada pela ministra Kátia Abreu que, na defesa insaciável dos senhores da terra, continua gerando vítimas e sacrificando ainda mais o tão devastado Cerrado.

Coordenação Executiva Nacional da CPT
Articulação das CPT's do Cerrado

Goiânia, 08 de junho de 2015

Às companheiras e companheiros em greve de fome no Maranhão

Caros companheiros e companheiras,

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da CPT, no dia que vocês entram no sétimo dia de sua greve de fome, querem expressar a vocês sua mais inteira e irrestrita solidariedade. Vocês arriscam a própria saúde e até a vida para a conquista do direito aos territórios que historicamente lhes pertenceram e dos quais foram esbulhados no decorrer dos anos, pelos que se consideram senhores e donos da terra, da riqueza e do poder.

Este gesto extremo mostra a firmeza das suas convicções e é um forte chamado de atenção a toda a sociedade diante do descaso dos poderes constituídos em relação ao reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais. Para além do descaso, a cada dia surgem no Congresso Nacional novas ameaças de desconstrução dos poucos direitos dura-

mente conquistados e que foram incorporados à Constituição da República Federativa do Brasil.

Companheiras e companheiros, vocês contam, há muito, com a CPT do Maranhão que está ao seu lado no dia a de suas lutas. Mas queremos que vocês saibam que a CPT de todo o Brasil os acompanha com atenção e preocupação. Estamos buscando formas para que as autoridades ouçam as reivindicações de vocês.

Permaneçam firmes, pois da fragilidade de vocês é que nasce a força que pode transformar a injusta realidade.

Com um grande e apertado abraço em cada uma e em cada um de vocês

Goiânia, 16 de junho de 2015

A Diretoria e a Coordenação
Executiva Nacional da CPT

Carta Final do IV Congresso da CPT

Faz escuro, mas cantamos!

Nós, 820 camponesas e camponeses, indígenas e agentes da CPT, bispos católicos e da Igreja Ortodoxa Grega, pastores e pastoras, rezadores e rezadeiras, vindos de todos os recantos do Brasil, convocados pela memória subversiva do Evangelho e pelo testemunho dos nossos mártires, pela presença dos Orixás, dos Encantados e Encantadas, nos reunimos para o IV Congresso da Comissão Pastoral da Terra, em Porto Velho-RO, de 12 a 17 de julho de 2015. Foram dias de um intenso processo de escuta, debate e busca de consensos e desafios em sete tendas, que receberam nomes de sete rios de Rondônia. Ao final destes dias, queremos fazer chegar esta mensagem a vocês, povos do campo e da cidade, como um apelo e um chamado.

“Obedecer ao chamado. Cumprir o dever” (Cacique Babau - povo Tupinambá)

Faz escuro, mas eu canto! Ha 40 anos, a CPT, num tempo de escuridão, em plena ditadura militar, foi criada atendendo ao apelo de povos e comunidades do campo, de modo particular da Amazônia, envolvidas em conflitos e submetidas a diversas formas de violência. Hoje, voltando de onde nascemos e fazendo memória destes 40 anos, vemos que foram anos de rebeldia e fidelidade ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, condição da nossa esperança. Vemos também que as comunidades vivem uma realidade mais complexa do que a do tempo da fundação da CPT, pois camuflada por discursos os mais variados de desenvolvimento

e progresso, que, porém, trazem consigo uma carga de violência igual ou pior à de 40 anos atrás. Hoje, tem-se consciência de que pelo avanço voraz do capitalismo é o destino da própria humanidade e da própria vida que está em jogo. O mercado nacional e transnacional encontra suporte nas estruturas do Estado que se rendeu e vendeu aos interesses das elites e do capital.

Com a autoridade e humildade de quem vive as dores e alegrias da vida do povo, neste Congresso compartilhamos experiências que trouxeram a Memória de fatos e pessoas muito significativas na história das comunidades do campo e da própria CPT; experiências de Rebeldia que nos mostram a indignação diante das injustiças e da violência e experiências de Esperança, que apontam para caminhos que levem a uma realidade mais justa.

Quanta história temos para contar! De gente e de lugares, de derrotas e vitórias. ... E nossos mortos - homens e mulheres. Fazemos memória para unir passado e presente. Não para repetir! Mas para radicalizar, voltar às raízes do amor pela terra e pelos povos da terra.

Na nossa luta a CPT interagia de corpo e alma com a gente desde o começo, na ocupação e no despejo. Despejo não é derrota. A gente dá dois passos pra trás e três pra frente. (Valdete Siqueira dos Santos, Assentamento Transval, Jequitinhonha, MG.)

Rememorar lutas e resistências alimenta nossa indignação e rebeldia. É justo rebelar-se, é legítimo e urgente. Porque a violência e a destruição não são parte do passado, mas são vividas em todos os cantos do país, com muitas caras e a mesma cumplicidade das autoridades que deveriam zelar pelo bem do povo. Estas enrolam, cansam e esgotam as comunidades. A rebeldia vai brotando aos poucos, nasce da realidade de opressão que interpela a consciência. É igual às sementes das plantas do Cerrado, que precisam passar pelo fogo ou pelo estômago dos animais para quebrar sua dormência e assim germinar. Nem sempre é um processo racional. Muitas vezes é um processo festivo de construção de símbolos. Continua a convicção que nosso projeto de vida vai ser “na lei ou na marra”.

Se com a memória alimentamos nossa rebeldia... com o que damos vida à nossa esperança?

A esperança é a persistência da rebeldia!
(Trabalhador numa das tendas)

Essa esperança vai nas nossas mãos. Em uma, a luta e a organização - diária e rebelde - na outra, a fé e a paixão - diária e rebelde. De um lado resistimos ao sistema de morte com luta. Do outro descobrimos que conquistar terra e território e permanecer neles não é suficiente. O desafio é construir novas pessoas e novas relações interpessoais, familiares, de gênero, geração, sociais, econômicas, políticas entre espiritualidades e religiões diferentes e com a própria natureza.

Com as mãos cheias de esperança convo-

camos os povos originários e o campesinato em suas mais diversas expressões: quilombolas, pescadores e pescadoras artesanais, ribeirinhos, retireiros, geraizeiros, vazanteiros, camponeses de fecho e fundo de pasto, extrativistas, seringueiros, castanheiros, barraqueiros, faxinalenses, pantaneiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, assentados, acampados, peões e assalariados, sem terra, junto com favelados e sem teto, para fortalecer estratégias de aliança e de mobilizações unitárias.

Convocamos também igrejas, instituições e organizações para reassumirmos um processo urgente de MOBILIZAÇÃO REBELDE E UNITÁRIA pela vida, que inclua a defesa do planeta TERRA, nossa casa comum, suas águas e sua biodiversidade. Com o Papa Francisco reafirmamos que queremos uma mudança nas nossas vidas, nos nossos bairros, na nossa realidade mais próxima, uma mudança estrutural que toque também o mundo inteiro. Se no passado a escuridão não nos calou, mas acendeu em nós a esperançosa rebeldia profética, hoje também ela nos impulsiona a continuar a luta ao lado dos povos e comunidades do campo, das águas e das florestas, em busca de uma terra sem males e do bem viver.

Por isso assumimos como perspectivas de ação para os próximos anos:

- uma reforma agrária que reconheça os territórios dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e uma justa repartição da terra concentrada;
- a formação dos camponeses, cam-

ponesas e dos agentes da CPT, com destaque para as comunidades tradicionais, a juventude, as relações de gênero, a agroecologia;

- o envolvimento em todos os processos de luta pela educação no e do campo;
- o serviço à organização, articulação e mobilização dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, pescadores artesanais e mulheres camponesas;
- a intensificação do trabalho de base;

- a sustentabilidade pastoral, política e econômica da CPT.

O profundo desejo do próprio Jesus e do seu movimento é também o nosso: “Eu vim trazer fogo sobre a terra, e como gostaria que já estivesse em chamas” (Lc 12,49).

Porto Velho, RO, 17 de julho de 2015

Os e as participantes do
IV Congresso Nacional da CPT

Moção de Repúdio à construção do Complexo Portuário e Industrial de Suape (PE)

Nós, camponeses e camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agentes pastorais, padres, bispos, colaboradores e assessores de todo o Brasil, reunidos no IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizado na cidade de Porto Velho, Rondônia, entre os dias 13 e 17 de julho de 2015, denunciemos as graves violações dos direitos humanos das comunidades tradicionais que vivem na área do Complexo Portuário e Industrial de Suape, que integram a agenda de desenvolvimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Governo de Pernambuco.

Suape além de violar direitos humanos e territoriais das comunidades tradicionais,

nega-lhes o direito de existência. A execução das obras deste Complexo está a cargo de empreiteiras envolvidas nos denunciados esquemas de corrupção.

Nós, participantes do IV Congresso, queremos expressar todo nosso apoio e solidariedade à luta dos camponeses e camponesas, pescadores e pescadoras, atingidos por esse conjunto de obras que exigem respeito a seus direitos, inscritos na nossa Constituição.

Porto Velho/RO, 17 de julho de 2015

Os/as participantes do
V Congresso Nacional da CPT

Moção de apoio às famílias posseiras ameaçadas de expulsão no estado da Paraíba

Nós, camponeses e camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agentes pastorais, padres, bispos, colaboradores e assessores de todo o Brasil, reunidos no IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizado na cidade de Porto Velho, Rondônia, entre os dias 13 e 17 de julho de 2015, nos solidarizamos com as famílias posseiras que vivem nas fazendas Salgadinho (30 famílias) e Fazendinha (60 famílias), no município de Mogeiro, e as 50 famílias que vivem na fazenda Paraíso, no município de Pilar, todas localizadas no estado da Paraíba.

Estas famílias posseiras nasceram e se criaram nas propriedades de onde estão sendo ameaçadas de despejo por ordem judicial. Todos os pedidos de reintegração de posse foram concedidos por liminares aos que se intitulam donos. No último dia 6 de julho, 60 famílias da fazenda Fazendinha ocuparam a sede do latifúndio, para reivindicar a agilização do processo de de-

sapropriação. Logo foram despejadas e passaram a sofrer constantes ameaças de capangas, o que tem aterrorizado a vida de homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Isso demonstra que o Estado, com sua polícia e o poder Judiciário permanecem a serviço do latifúndio. Duas casas de posseiros foram arrombadas.

Nós, participantes do IV Congresso da CPT, exigimos que o Estado reconheça e respeite o direito das famílias posseiras residentes há décadas nas áreas das quais estão na iminência de serem expulsas. Reivindicamos que o poder Judiciário reveja sua decisão, como forma de garantir a dignidade e vida plena às famílias camponesas.

Porto Velho/RO, 17 de julho de 2015

Os/as participantes do
IV Congresso Nacional da CPT

Moção de apoio às famílias posseiras das comunidades de Lagoa de Salsa, no município de Tibau (RN) e Vila Nova I e II no município de Icapuí (CE)

*Eu vi a opressão do meu povo, ouvi sua aflição,
E desci para libertá-lo das mãos dos opressores.
(Êxodo 3,7)*

Nós, camponeses e camponesas, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e agentes pastorais, reunidos no IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizado entre os dias 13 e 17 de julho de 2015, na cidade de Porto Velho, Rondônia, queremos nos solidarizar com as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais das comunidades de Lagoa de Salsa, no município de Tibau, no Rio Grande do Norte, Vila Nova I e II, no município de Icapuí, Ceará.

A história do campesinato brasileiro é também a história da exclusão e da perseguição. Milhares de camponeses sem terra, pouquíssimos investimentos para a agricultura familiar e a falta de reforma agrária atestam o descaso do Estado com os povos do campo. Ao mesmo tempo, esse mesmo Estado não mede esforços para legitimar grandes projetos que devastam o meio ambiente, exploram e expulsam os trabalhadores de suas terras. É o caso dessas comunidades citadas. Uma

sentença judicial determina a expulsão de 250 famílias das terras em que vivem e trabalham há mais de 20 anos, para dar lugar a grandes empreendimentos de energia eólica e exploração imobiliária.

É importante frisar que a expulsão dos agricultores, além de imoral, é também ilegal, haja vista que a maioria das famílias já possui os títulos de suas terras, que foram concedidos pelo Estado a partir de um processo de regularização fundiária. Se não fosse isso, pelo fato de já estarem no local há mais de 20 anos fazendo cumprir a função social da propriedade, já lhes garantiria, por direito, os respectivos títulos. Diante disso, exigimos que o poder Judiciário reveja sua decisão, que anula os títulos e expulsa as famílias de suas terras.

Porto Velho/RO, 17 de julho de 2015

Os/as participantes do
IV Congresso Nacional da CPT

Moção de apoio às ocupações de Minas Gerais, especialmente às ocupações da Izidora, em Belo Horizonte

Reunidos em Porto Velho, Rondônia, no IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizado entre os dias 12 e 17 de julho de 2015, nós, trabalhadores/as, camponeses/as e agentes da CPT de todos os estados do Brasil, quase mil congressistas, nos 40 anos da CPT, apoiamos a luta justa, legítima e necessária das ocupações da Izidora, em Belo Horizonte, Minas Gerais, assim como as mais de 300 ocupações de terra, do campo e urbanas, existentes no estado. Nos últimos anos estiveram envolvidas nestas ocupações mais de 50 mil famílias. Só em Uberlândia, nos últimos três anos, mais de 10 mil famílias levantaram a cabeça e, com fê, coragem e sabedoria, ocuparam terrenos ociosos que não cumpriam sua função social, tais como as ocupações do Glória (Prof. Elisson Prietto), Maná, Santa Clara, Irmã Dorothy, dentre outras. Em Belo Horizonte e região metropolitana, mais de 30 mil famílias foram para ocupações nos últimos anos.

Sob o influxo das manifestações populares de junho de 2013, do êxito da Ocupação Dandara e empurrados pela necessidade de se libertar da pesadíssima cruz do aluguel, cerca de 8 mil famílias, em julho de 2013, ocuparam 10% das terras da região da Izidora, em Belo Horizonte e Santa Luzia/ MG. Ocuparam terrenos abandonados que não cumpriam a função social, terrenos com sérios indícios de grilagem de terras. Com 11 ilegalidades, o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB), fez uma

operação urbana simplificada na região da Izidora, um grande projeto imobiliário que poderá render cerca de 15 bilhões de reais para grandes empresas. O TJMG, desrespeitando vários princípios constitucionais, concedeu quatro liminares de reintegração de posse para despejar as 8 mil famílias das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, ocupações da Izidora. Uma série de ilegalidades está nos processos judiciais.

O governador do estado, Fernando Pimentel (PT), estranhamente, abraçou o projeto do prefeito de BH e da grande construtora Direcional e, agora, está fazendo um terrorismo de Estado, pressionando fortemente as ocupações a aceitarem os despejos. O governo propõe reassentar, após dois anos, quem tiver com renda familiar de até 1.600 reais, em “apertamentos” de apenas 43 metros quadrados, em prédios de oito andares, sem elevadores, projeto do Minha Casa Minha Vida. A luta das Ocupações é por moradia digna. O povo das ocupações da Izidora aceita ceder parte dos terrenos, mas exige que as áreas adensadas permaneçam, que sejam desapropriadas pelo governador ou declaradas áreas especiais de Interesse Social para fins de habitação popular. O povo da Izidora não aceita que suas 5 mil casas de alvenaria já construídas sejam demolidas. As ocupações da Izidora já são comunidades em franco processo de consolidação, com casas que serão moradias dignas, seguindo Plano Urbanístico.

Como o papa Francisco, não pedimos de joelhos, mas exigimos de pé: nenhuma criança sem infância, nenhum jovem sem oportunidades e perspectiva de futuro, nenhuma família sem moradia digna, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem trabalho e sem direitos, nenhuma pessoa idosa sem garantia de uma velhice em paz e respeitada. Nosso abraço cúmplice nas lutas de todas as ocupações!

Que o Deus dos pobres da terra continue nos abençoando!

RESISTE IZIDORA! Gritamos todos nós junto com vocês.

Porto Velho/RO, 17 de julho de 2015

Os/as participantes do
IV Congresso Nacional da CPT

Moção de repúdio pelo fechamento das Escolas no Campo

Endereçado:

Ministério da Educação – MEC;

Comissão de Educação do Campo da Câmara dos Deputados.

Os povos do campo, agentes de Comissão Pastoral da Terra (CPT), colaboradores e assessores, reunidos em Porto Velho, Rondônia, durante os dias 13 e 17 de julho, no IV Congresso Nacional da CPT, diante do fato de que milhares de escolas rurais têm sido fechadas nos últimos anos, expressam seu mais veemente repúdio a esta política do Estado brasileiro. Segundo dados do Censo Escolar Inep/MEC, nos últimos 15 anos foram fechadas mais de 37.000 escolas, 4.084 somente em 2014.

O fechamento destas escolas é um gigantesco retrocesso, pois freiam drasticamente iniciativas de uma educação contextualizada com a realidade das crianças que vivem no meio rural. Além do desgaste físico das crianças que seu deslocamento para as cidades representa, o ensino que

lhes é ministrado está longe do dia a dia que vivem. E uma medida que vai na contramão do lema escolhido pela presidente Dilma para seu segundo mandato: Brasil, Pátria Educadora.

O fechamento das escolas contribui para um esvaziamento mais rápido do campo. Só um investimento adequado em educação e saúde e em outras áreas sociais que garantam qualidade de vida para as famílias camponesas poderá conter o êxodo rural, que incha as periferias das cidades. Por isso, os e as participantes do IV Congresso da CPT apelam ao Ministério da Educação, às secretarias Estaduais e Municipais da Educação para que mantenham em funcionamento as escolas no campo, dotando-as de todos os recursos para que sejam espaços formativos à altura das necessidades do dia de hoje.

Porto Velho/RO, 17 de julho de 2015

Os/as participantes do
IV Congresso Nacional da CPT

Moção de Repúdio à violência contra as mulheres

Os e as participantes do IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, somam-se às denúncias das mulheres do Coletivo Regina Pinho dos assentamentos rurais de reforma agrária do Norte Fluminense relativas à violência a que estão submetidas as trabalhadoras do campo e da cidade na região, situação que é similar em todo o Brasil.

Apesar da Lei 11.340/2006, popular Lei Maria da Penha, ser reconhecida pela ONU, como umas das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres, elas ainda sofrem violências de todos os tipos, chegando até ao assassinato. Entre os anos de 2013 e 2014 três mulheres foram assassinadas só no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos do Goitacazes, RJ. Entre elas uma menina de 10 anos.

Conforme dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro estima-se que somente em 2014, em Campos dos Goytacazes, as mulheres sofreram 1.316 ameaças; 143 estupros; 8 tentativas de estupro, 20 homicídios dolosos, 49 tentativas de homicídio, 1.248 lesões corporais dolosas; 712 casos de calúnia; difamação e injúria, 20 casos de constrangimento ilegal, 52 violações de domicílio e 150 casos de violência patrimonial. Apesar de não haver dados oficiais sobre a violência contra a mulher no contexto rural, as organizações de mulheres camponesas identificam a invisibilização social e a omissão por parte do Estado frente às denúncias realizadas pelas mulheres em situação de violência.

Além disso, a violência institucionalizada atinge muitas mulheres que são constantemente discriminadas nos serviços públicos prestados no atendimento às mulheres em condição de violência. No caso das mulheres camponesas o quadro é ainda mais grave, pois quando sofrem violência e procuram o atendimento público especializado, elas se deparam com profissionais não capacitados para compreender a realidade do campo e não conseguem encaminhar o caso com eficiência. Nesse sentido é importante que todos os movimentos e organizações sociais do campo e da cidade contribuam com a superação dessas violações dos direitos das mulheres trabalhadoras em sua integridade, através da criação de mecanismos de registro e divulgação dos casos de violência contra as mulheres camponesas.

Diante disto exigimos que as políticas públicas de igualdade de gênero sejam ampliadas e devidamente implantadas. São necessárias não só medidas protetivas de urgência, mas também a criação de mecanismos que promovam a autonomia e condições dignas de vida para todas as trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade.

Porto Velho/RO, 17 de julho de 2015

Coletivo de Mulheres Regina Pinho da
Região Norte Fluminense (RJ)
Os e as participantes do
IV Congresso Nacional da CPT

Moção para a CNBB

O IV Congresso Nacional que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizou de 13 a 17 de julho, em Porto Velho, RO, foi uma demonstração de que ela está viva. Está viva nos rostos dos povos indígenas, do povo quilombola, do povo camponês, dos sem terra, dos ribeirinhos e pescadores, da juventude do campo, das crianças, das quebradeiras de coco, dos idosos, presentes nestes dias de muita fé e vibração. Ela sentiu-se acompanhada dos mártires da caminhada que, através de seu testemunho fiel, souberam revelar o rosto de Jesus, o grande Mártir que impulsiona para a nossa missão em cada pedacinho deste chão brasileiro.

Estivemos também acompanhados pelo testemunho de pastores e profetas que nos precederam como Dom Hélder, Dom Tomás, Dom Ladislau, Dom Moreira, muitos padres, religiosos e religiosas e leigos e leigas que estiveram inseridos no meio do povo do campo dando seu testemunho até o fim. Acompanharam-nos também testemunhas vivas como Dom Moacyr Grechi, Dom Antonio Possamai e Dom Pedro Casaldáliga, e muitos outros que desde o começo incentivaram a CPT à fidelidade ao Deus dos pobres, e aos pobres da terra. Acompanhou-nos vivamente o Papa Francisco que com suas palavras e exemplo nos estimula e convoca a continuarmos nas periferias deste mundo, junto aos excluídos sendo uma presença samaritana que ergue e socorre os que caem à beira dos caminhos.

A CPT foi e é a presença viva da Igreja Católica e de outras Igrejas cristãs em locais e situações em que quase ninguém chega. A presença e participação ativa de Dom Enemésio, nosso presidente, Dom André de Witte, nosso vice-presidente, de muitos padres, religiosos e religiosas e de lideranças leigas, inseridas em dioceses do Brasil inteiro que atuam na Pastoral da Terra, comprovam esta presença.

Os desafios, porém, são grandes, acima da nossa capacidade pelo reduzido número de agentes que atuam na Pastoral da Terra. Por isso apelamos a que provoquem e incentivem dioceses e paróquias de todo o Brasil, a assumirem a bandeira da solidariedade junto aos povos da terra, das águas e das florestas para que a CPT possa continuar a desempenhar sua missão. E que esta solidariedade não fique somente em palavras, mas se traduza em ações concretas liberando agentes de pastoral que se disponham a se engajar nas ações desta pastoral e dispondo de recursos financeiros que possibilitem a realização de atividades necessárias junto aos excluídos, marginalizados e muitas vezes escravizados homens e mulheres do campo. Este é o apelo dos e das participantes do IV Congresso Nacional da CPT.

Porto Velho/RO, 17 de julho de 2015

Os/as participantes do
IV Congresso Nacional da CPT

Caso Flaviano Pinto Neto: A impunidade continua. Até quando?

Até quando julgareis iniquamente, favorecendo a causa dos ímpios?

(Sl 81, 2)

As entidades que assinam esta Nota querem, por meio dela, manifestar sua indignação e revolta em relação à decisão unânime da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) de “despronunciar” os fazendeiros Manoel de Jesus Martins Gomes e Antônio Martins Gomes, que por decisão da Juíza da Comarca de São João Batista seriam levados ao Tribunal do Júri acusados de serem mandantes do assassinato de Flaviano Pinto Neto, liderança do Quilombo Charco, município de São Vicente Ferrer (MA), no dia 30 outubro de 2010. Esta decisão é uma triste repetição do posicionamento do TJ-MA quando se trata do assassinato de lideranças camponesas – quilombolas por latifundiários neste estado.

A decisão dos desembargadores José de Ribamar Froz Sobrinho, José Joaquim Figueiredo dos Anjos e Tyrone José Silva, membros da 3ª Câmara Criminal, dá voz à impunidade, velha e maldita bandeira deste país do latifúndio que aos camponeses reservou apenas uma “cova... para sua carne pouca”. No Maranhão, desde 1985 até o final de 2014, segundo o relatório Conflitos no Campo Brasil, publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram assassinados 144 camponeses. Nenhum mandante foi julgado.

Embora sendo “cova medida”, Flaviano foi plantado como SEMENTE, que germinou e

se tornou árvore frondosa. O vento balançar seus galhos e a música ecoada desse bailar sustentará os passos dos homens e mulheres das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais na retomada de seus territórios. Junto com eles e elas não recuaremos um só milímetro na luta pela JUSTIÇA.

Flaviano Pinto Neto, em atenção ao teu chamado para avançar na luta, respondemos:

Avançaremos!

Articulação Nacional de Quilombos
Cáritas Brasileira – Regional
Maranhão
Comissão Pastoral da Terra (CPT) –
Secretaria Nacional
Comissão Pastoral da Terra –
Regional Maranhão
Conselho Indigenista Missionário
(Cimi) – Regional Maranhão
Irmãs de Notre Dame
Movimento Quilombola do Maranhão –
MOQUIBOM
Sociedade Maranhense de Direitos
Humanos – SMDH

Para entender o caso:

Flaviano Pinto Neto era líder da Comunidade quilombola do Charco, localizada no município de São Vicente Ferrer, no Maranhão. Foi assassinado no dia 30 de outubro de 2010. O crime se enquadra na figura de homicídio sob encomenda. Então, o

Ministério Público do Maranhão (MP-MA) ofereceu denúncia contra Manoel de Jesus Martins Gomes - “Manoel de Gentil”; Antônio Martins Gomes - “Antônio de Gentil”; Josuel Sodré Saboia e Irismar Pereira - “Uroca”. Os dois primeiros, fazendeiros, como mandantes, Josuel, como intermediário, e Irismar, como executor. Este último estava preso e acabou assassinado no Presídio de Pedrinhas, em São Luís, sem ter sido ouvido em juízo.

Em 24 de novembro de 2014, a juíza de Direito de São João Batista, Jaqueline Rodrigues da Cunha, após análise das provas do processo, decidiu pronunciar os acusados por haver indícios muito claros

de suas participações no crime. A pronúncia da juíza levaria os acusados a julgamento pelo Tribunal do Júri.

A defesa dos mandantes, porém, recorreu ao Tribunal de Justiça do estado. E no último dia 28 de setembro, a 3ª Câmara Criminal resolveu, por unanimidade, “despronunciar” os fazendeiros alegando não haver nos autos provas consistentes contra os mesmos. Com isso, não serão levados ao Tribunal do Júri Popular. Os advogados de acusação vão apelar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), para que seja revertida esta decisão do TJ-MA.

São Luís, 02 de outubro de 2015

RETRATAÇÃO

As entidades que assinaram Nota Pública intitulada “Caso Flaviano Pinto Neto: A impunidade continua. Até quando?”, divulgada no dia 02 de outubro de 2015, vêm a público reconhecer o erro por nela ter afirmado que o Desembargador da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), José Joaquim Figueiredo dos Anjos, participou do julgamento ocorrido em 28 de setembro de 2015 e decidiu, assim como outros dois desembargadores, pela despronúncia dos acusados do assassinato de Flaviano Pinto Neto, liderança do Quilombo Charco, município de São Vicente Ferrer, no Maranhão.

As entidades esclarecem que o erro ocorreu devido uma confusão com as informações, pois o Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos faz parte daquela Câmara e, inclusive, o processo num primeiro momento foi distribuído a ele, que funcionaria como relator, se não tivesse se declarado suspeito, razão pela qual não participou do julgamento do recurso. Foi substituído, então, pelo Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues.

Desta forma, as entidades, espontaneamente, retratam-se pelo erro cometido e em respeito a sua Excelência, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e aos demais que se sentiram ofendidos pelo erro.

São Luís, 09 de outubro de 2015

Nota em repúdio à PEC 215 e em solidariedade aos Guarani Kaiowá e ao CIMI

O Conselho Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, composto pelos 21 Regionais que cobrem todos os estados do Brasil, terminou no dia 28 de outubro, sua reunião iniciada no dia 26, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, GO, sob o impacto da aprovação, na noite anterior, pela Comissão Especial da Demarcação de Terras Indígenas, do substitutivo do relator, deputado Osmar Serraglio, PMDB-PR, sobre a Proposta de Emenda à Constituição, PEC 215/2000, que transfere do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de Terras Indígenas.

Esta aprovação não nos surpreendeu, tendo em vista a composição desta comissão subordinada inteiramente aos interesses dos ruralistas que formam a bancada mais forte e retrógada desta Câmara Federal, como nunca antes, majoritariamente de costas para o povo brasileiro. Uma banca- da eleita, sobretudo, com os recursos do agronegócio subsidiado pelo Estado e que é herdeira da tradição colonialista e escravagista que percorreu a história desta terra desde a invasão portuguesa.

Em nota do dia 08 de setembro passado, frente à reiterada violência contra os Guarani Kaiowá, já identificávamos uma “institucionalização de um Estado de exceção e de barbárie”, o que está se agravando. Em pleno século XXI, quando se supunha que os ares civilizatórios tivessem soprado

com força sobre toda a sociedade, vemos que as mesmas posturas e bandeiras reacionárias são hasteadas bem alto, sacramentando o abuso do direito por uma minoria privilegiada, relegada ao ostracismo e esquecimento a imensa maioria do povo brasileiro. Entre as maiores vítimas, os povos autóctones, ocupantes milenares de nosso território, catequizados e escravizados, cujo conhecimento e trabalho, forneceram no início da colonização a base do processo de produção da riqueza e da identidade cultural deste país. A eles, desde 1.500 até hoje se nega o direito aos territórios que lhes pertencem por tradição e direito legal, conforme a Constituição Federal de 1988. Trocados por uma falaciosa modernidade, busca-se limitar incessantemente sua presença, como se fossem entraves e empecilhos ao “desenvolvimento”, ao “progresso”, mesmo que à custa de genocídio e da negação da história.

O substitutivo do deputado Osmar Serraglio é muito pior do que as versões anteriores da proposta, porque além de transferir ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de Terras Indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação no Brasil, atualmente sob responsabilidade do Poder Executivo, também proíbe as ampliação de área de Terras Indígenas já demarcadas. E fixa o dia 5 de outubro de 1988 – cruel ironia –, data em que a Constituição foi promulgada, como “marco temporal” para definir o que são as terras

permanentemente ocupadas por indígenas e quilombolas. Isso significa que não terão direito a terra se não a ocupavam em 1988. Assim, todo o processo de expulsão e esbulho praticado ao longo da história, de modo especial em épocas mais recentes do século XX, é considerado ato definitivo e sem retorno.

A sanha da bancada ruralista no Congresso Nacional se repete no âmbito dos estados, de modo particular daqueles onde a questão indígena é mais crítica. Caso do Mato Grosso do Sul, onde os cerca de 30 mil Guarani Kaiowá, enxotados de seus territórios nos de 1940 e 1950, foram confinados em áreas exíguas e hoje sofrem todo tipo de violência. Sem seu Tekohá, sua Casa Comum, eles não existem, por isso o crescente número de suicídios, em especial entre jovens.

Se contra eles é genocídio, a violência recai também sobre outros povos indígenas e comunidades tradicionais e sobre aqueles que os apoiam e defendem, de modo especial o Conselho Indigenista Missionário, CIMI. Ao CIMI muito se deve da preservação das terras e das culturas indígenas, por isso é atacado com a aprovação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, que quer imputar a esta pastoral a responsabilidade pela ação consciente, soberana e efetiva dos indígenas na defesa de seus direitos territoriais. Como não aceitam os indígenas como sujeitos de direito,

mesmo garantido pela Constituição, que os parlamentares devem respeitar e pela qual devem zelar, inventam que os indígenas estão sendo insuflados por quem os respeita e defende seus direitos.

O Conselho Nacional da CPT quer por esta nota expressar sua mais irrestrita solidariedade ao Povo Guarani Kaiowá e ao CIMI, que tanto tem inspirado a CPT, desde suas origens há 40 anos. Sabemos que estes ataques e agressões só farão com que se fortaleçam nesta dura e imposterável missão de preservar a vida dos nossos povos e os ideais civilizatórios e democráticos da nação brasileira.

O Conselho Nacional da CPT, neste cenário de uma aridez violenta, vive a esperança de que o Deus de Jesus Cristo e Nhanderu, Deus dos Guarani, derramem um orvalho benfazejo sobre a Plenária do Congresso Nacional, para que recobre a razão de ser deste poder da República e reprove definitivamente esta PEC. A partir daí a diversidade e a riqueza milenar dos povos originários desta nação não mais sejam silenciadas e invisibilizadas, mas reconhecidas e prezadas, seus direitos proclamados e garantidos.

Luziânia, 28 de outubro de 2015

Dom Enemésio Lazzaris
Presidente da CPT e em nome
do Conselho Nacional da CPT

Assassinatos, ameaças e agressões: o dia a dia de Anapu (PA)

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da CPT vêm a público denunciar a grave situação por que passam as famílias dos trabalhadores, de modo especial na Gleba Bacajá, em Anapu, Pará. 10 anos após o assassinato de Irmã Dorothy Stang nesta mesma Gleba, a perseguição às famílias tem atingido índices alarmantes, com assassinatos, ameaças, agressões e destruição de bens.

Esta situação tem se agravado entre julho e a presente data, com o registro de sete assassinatos, já conhecidos da opinião pública. Seis destes assassinatos ocorreram no contexto de um conflito no Lote 83, do qual um dos pretensos donos é Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, condenado como um dos mandantes da morte de Irmã Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. Infelizmente, não se pode confiar na Polícia Civil para investigar os casos de homicídio, pois todos os assassinatos até agora foram caracterizados como “crime passionai”, “rixa pessoal” ou “discussão”, portanto descaracterizando qualquer ligação com a questão agrária.

Mas além dos assassinatos, inúmeras formas de violência têm sido registradas, como destruição de ponte, destruição e roubo de casas e outros bens, disparo de armas de fogo, expulsão de famílias. A presença constante de pistoleiros na área do lote 83 é confirmada até pela ação da polícia e por despacho da juíza de Anapu. Um dos pretensos donos da área Derby

Antônio da Rosa declarou à reportagem de um canal de TV, afiliado ao SBT, andar com escolta armada.

A violência provém de fazendeiros que ocupam áreas públicas que deveriam ter sido destinadas para fins de Reforma Agrária, por não terem sido cumpridos os termos do CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas. O cancelamento destes CATPs, com destinação das áreas para a reforma agrária é a solução para a violência, não só em Anapu, mas em muitas outras áreas como no sul de Rondônia, onde numa chacina, ainda não bem esclarecida, que ocorreu no dia 17 de outubro, foram mortas cinco pessoas.

Aproveitando-se do fato de o governo central estar encurralado por uma grave crise política e econômica, os latifundiários e empresários do agronegócio, apoiados na poderosa bancada ruralista, fazem prevalecer seus interesses e impõem, até mesmo pela força, sua vontade.

A omissão do Estado brasileiro alimenta a certeza de impunidade, por isso os que praticam ações violentas não se intimidam, antes encontram em servidores públicos de diversas instâncias o apoio e o estímulo para seus atos.

Enquanto o poder público não tomar as providências que a ele cabem, a intolerância, a perseguição e a violência vão campear livres.

O sangue das vítimas da violência assassina está a clamar por justiça e a exigir que a terra seja destinada realmente àqueles que dela necessitam, não para a especulação e o enriquecimento de uns poucos.

Goiânia, 11 de novembro de 2015

A Diretoria e Coordenação
Executiva Nacional da CPT

Situações de conflito em Anapu

Lotes 69, 71 e 73

No final de semana de 30-31 de maio de 2015, capangas armados serraram as duas pontas de uma ponte na vicinal que dá acesso à Mata Preta, onde estão situados os lotes 69, 71 e 73. Data de 2006 a ocupação dos referidos lotes: 40 famílias no lote 69, 25 no lote 71 e 38 no 73. Neste último funciona uma escola de Ensino Fundamental completo. E foi criada uma associação dos moradores. As famílias sofrem constantes pressões e ameaças de expulsão por parte de empresa Participações Santa Helena, de propriedade de Carlos Roberto Fleck. Depois de ter a ponte serrada, capangas fortemente armados” vigiam a área, cercam e abordam os que conseguem passar o igarapé. No dia 29 de agosto, fazendeiros em mais de 15 carros aterrorizaram as famílias apontando armas, gritando e ameaçando de destruição.

Lote 44 – Fazenda Santa Maria

No Lote 44 está instalada a Fazenda Santa Maria, espólio de José Albano Fernandes Sobrinho. Desde fevereiro de 2014, 38 fa-

mílias acampadas pleiteiam a incorporação do imóvel à reforma agrária. O CATP, Contrato de Alienação de Terras Públicas, deste lote está sendo cancelado pelo Incra de Santarém. Mesmo assim as famílias continuam a sofrer perseguição dos que se dizem donos, a Família Fernandes. Rochas têm sido destruídas, casas queimadas e as famílias ameaçadas e perseguidas até pelas polícias civil e militar. Em 02 de julho, sete homens com coletes à prova de bala e capacetes na cabeça chegaram ao lote em dois carros. Desceram disparando tiros. Depois localizaram as motos dos que trabalhavam na área e as levaram. No dia seguinte, 03 de julho, o delegado da Polícia Civil de Anapu, Elcio Fidelis de Deus, se recusou a registrar a ocorrência do furto das motos alegando que as mesmas estavam em Altamira. Na saída da delegacia, os trabalhadores foram filmados.

Lote 46 – Fazenda Santa Luzia

Nas proximidades do lote 46, desde maio do corrente ano, 32 famílias sem terra estão acampadas pleiteando a destinação do lote para reforma agrária. O pretense proprietário é Carlos Antônio Martins, o Carlinhos Galo. Em 29 de agosto, fazendeiros acompanhando “o proprietário” em mais de 15 carros foram à área e chegaram disparando suas armas de fogo durante quase cinco minutos. Depois invadiram os barracos das 32 famílias e destruíram tudo. Queimaram os barracos, roubaram celulares e destruíram ferramentas e pertences pessoais. Na madrugada do dia 10 de outubro, Hercules Santos de Souza, de 17 anos, filho de ocupantes do lote 46, foi assassinado em praça pública em Anapu,

depois de sair duma festa. Quatro homens em duas motos se aproximaram e um deles atirou em Hercules e levou sua moto, que foi abandonada no Bairro São Luis.

Lote 83

A situação mais grave se registra neste lote. 46 famílias sem terra acamparam nas imediações do lote no início de maio de 2015, pleiteando a incorporação do mesmo ao programa de reforma agrária. O lote já havia sido ocupado em anos anteriores, de onde os sem terra sempre foram expulsos por pistoleiros. Aparecem como pretensos proprietários Derby Antônio da Rosa, dono do Verdurão de Marabá e do Faturão de Pacajá; Zé Iran, de Pacajá e Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, que segundo os moradores é o verdadeiro dono da área. Em janeiro de 2014, sua esposa Rosângela se apresentou aos que ocupavam a área como proprietária. Nos meses de maio e junho de 2015, na sede desta fazenda, ocorreram tiroteios, o que levou a DECA, Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá a prender quatro pessoas suspeitas de pistolagem. Em 7 de julho foram presos outros quatro homens, caracterizados pela juíza da comarca de Anapu como pistoleiros. Armas pesadas e muita munição foram encontradas com eles.

Logo após os sem terra terem montado seu acampamento começaram as ameaças e intimidações. No dia 25 de maio, depois de uma viatura da polícia civil ter passado três vezes em frente à oficina de motos de Jesusmar Batista Farias, três homens chegaram à oficina. Um deles, que se disse aparentado de Zé Iran, ameaçou Jesusmar, dizendo que se ele não quises-

se problemas era para deixar de apoiar as famílias da ocupação, pois sabiam que ele estaria bancando o alimento das famílias ocupantes. No mesmo dia, às 22 horas, Lindomar Pedro da Silva foi ameaçado em sua casa por um rapaz magro e moreno, que lhe disse para se afastar da fazenda de Zé Iran, pois, segundo eles, ele seria “o cabeça” da ocupação.

Seis trabalhadores ligados a esta ocupação foram assassinados:

- No dia 5 de julho, Edinaldo Alves Moreira, conhecido por Lourinho. Logo depois de chegar em Anapu, vindo do Lote 83, foi para uma festa. Em 5 minutos uma pessoa chegou em uma moto, alvejou Edinaldo e o matou.
- Em 11 de agosto, Jesusmar Batista de Farias, o que fora ameaçado, logo depois de chegar do lote 83, onde visitara cinco irmãos e um sobrinho, foi assassinado em sua oficina de motos. A família inteira, aterrorizada, sumiu de Anapu após o enterro.
- No dia 21 de agosto, um senhor conhecido como “Choque”, ocupante do lote 83, deixou a área e foi para Marabá. Na mesma noite foi assassinado em Marabá.
- Na passagem de 22 para 23 de agosto, na Vilinha do Surubim – Grotão, Cosmo Pereira de Castro foi assassinado pelo pai de Derby Antônio Rosa em um bar onde conversava sobre as ocupações. Dizia que apoiava as ocupações e os ocupantes, pois a terra é federal e pública.

- Em 27 de outubro, José Nunes da Cruz Silva (Zé da Lapada) foi assassinado. Dois homens chegaram em uma moto e atiraram nele. Como só acertaram sua perna, deram uma volta e dispararam o resto das balas em seu corpo. Zé da Lapada era uma das principais lideranças da ocupação. Seu assassinato está sendo visto como resposta à agressão sofrida pelos pistoleiros da área, episódio que o jornal da ATM TV Altamira, afiliada do SBT, levou ao ar em 20 de outubro. Nesta matéria o fazenderio/grileiro, Derby Antônio Rosa, confessa que sempre anda acompanhado por uma escolta armada.
- No dia 31 de outubro, Claudio Bezerra da Costa (Ivanzinho) foi assassinado por dois homens que chegaram numa moto na terra que ocupava, área conhecida como Fazenda de João Jorge. Ele era um dos apoiadores da ocupação do lote 83.

Lote 97 – Fazendas Bom Jesus e Berrante

As fazendas Bom Jesus e Berrante têm como pretendentes proprietários Péricles Pimenta Peixoto e espólio de Antônio Augusto Peixoto. 30 famílias sem terra se encontram acampadas fora da área das fazendas e pleiteiam a incorporação das mesmas ao programa de reforma agrária. As famílias são impedidas de colher o que plantaram, mesmo fora da área das fazendas.

PDS Esperança

Além disso, há uma série de conflitos no

PDS Esperança. Houve denúncias de roubo de madeira apreendida pelo Ibama, destruição e queima de barracos de agricultores, presença de “pistoleiros”, ameaças de morte, grilagem de terras públicas, desmatamento, extração ilegal de madeira, assédio de madeireiros.

Lotes 103 e 105

No dia 29 de agosto, os fazendeiros que em 15 carros haviam destruído tudo das famílias ocupantes do lote 46 e aterrorizaram as famílias da Mata Preta, passaram para o outro lado da Transamazônica, na Gleba Belo Monte, nos Lotes 103 e 105, onde depois de ameaçar matar as famílias que ocupavam a área, as expulsaram. Os dois lotes têm como pretendente proprietário Carlos Roberto Fleck.

Para entender melhor os casos

Em 1975, o Incra abriu licitação para a venda de áreas entre 810 e 3 mil hectares no estado do Pará, às margens da rodovia Transamazônica. O edital de concorrência nº 03/75 abriu a possibilidade de compra de lotes nas glebas Belo Monte e Bacajá, as duas situadas entre as cidades de Altamira e Marabá. As grandes extensões de terra atraíram pessoas interessadas em explorar a madeira da floresta ou atuar no ramo da agropecuária. A gleba Belo Monte, com 510 mil hectares, fica ao norte da estrada. Localizada ao sul da Transamazônica, a Bacajá tem 210 mil hectares. Hoje, as duas pertencem ao município de Anapu. Ao todo, 180 lotes de áreas individuais foram licitados. Quem adquiriu um destes lotes recebia um documento denominado CATP - Con-

trato de Alienação de Terras Públicas e se comprometia a cumprir os termos do contrato, sobretudo, o de tornar produtiva a área. Caso qualquer um dos termos do contrato não fosse cumprido, o mesmo seria cancelado.

Entre 1980 e 1981, o Incra vistoriou as áreas e encontrou muitos lotes em situação de completo abandono. A partir daí entrou com ações na Justiça para can-

celar o registro imobiliário destas áreas. Com isso foram recuperados vários lotes que deram origem aos PDSs - Projetos de Desenvolvimento Sustentável - Esperança, na Gleba Bacajá, e o Virola Jatobá, na Gleba Belo Monte. A grande maioria dos lotes, mesmo ocupada, é de terra pública, pois os termos do CATP praticamente não foram cumpridos, e houve transferência dos lotes para terceiros, sem anuência do INCRA, o que não era permitido.

Somos ameaçados, estamos morrendo

O Conselho Nacional da CPT, formado pela Direção Nacional e por representantes dos 21 regionais da CPT, reunido em Luziânia (GO) vêm a público denunciar as graves situações de assassinatos e ameaças de morte, ocorridas no contexto de conflitos no campo.

Neste ano de 2015, registros parciais do Banco de Dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino dão conta de 46 pessoas assassinadas e 79 ameaçadas até a presente data. O número de pessoas assassinadas é o maior desde 2004.

O grave desta situação é que as ameaças, registradas em Boletins de Ocorrência feitos nas delegacias de Polícia ou denúncias feitas à Ouvidoria Agrária Nacional, à Secretaria de Direitos Humanos ou a outros órgãos públicos, não encontram a merecida atenção e não são elucidadas. Com isso, os que ameaçam ficam impunes e as vítimas desprotegidas. A omissão do Estado é gritante. Poucas das vítimas são inseridas no Programa de Defensores dos Direitos Humanos, que tem se mostrado com sérias fragilidades nos acompanhamentos.

Das 79 pessoas que receberam ameaças em 2015, quatro foram executadas:

- A líder comunitária, Maria das Dores Salvador Priante, 'Dora', assassinada no dia 12 de agosto deste ano, em Iranduba, AM. Ela havia registrado dois Boletins de Ocorrência das ameaças que recebia. Também as havia denunciado à Assembleia Legislativa do Amazonas.
- Jesusmar Batista de Farias, assassinado em Anapu (PA) no dia 11 de agosto, havia recebido ameaças em 25 de maio, em sua oficina de motos, por uma pessoa que se apresentou com parente de Zé Iran, um suposto dono da terra em conflito, o lote 83 da Gleba Bacajá.
- José Nunes da Cruz Silva (Zé da Lapada), assassinado em Anapu (PA), em 27 de outubro, diante da esposa, recebera ameaças menos de um mês antes da morte, da parte de Debs Antônio Rosa, que se apresenta também como um dos donos do lote 83.
- Raimundo Santos Rodrigues, Conselheiro do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), na Reserva Biológica do Gurupi e Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio da Onça II, foi assassinado no dia 25 de agosto, em Bom Jardim (MA), numa emboscada. Em 18 de junho, recebera ameaças de Jesus Costa.

Em 2014, cinco das trinta e seis pessoas assassinadas já haviam recebido ameaças de morte. Entre elas, a ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de União do Sul, em Mato Grosso, Maria Lúcia do Nascimento. Ela havia registrado Boletins de Ocorrência das ameaças sofridas e o fato foi comunicado ao Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho, na Audiência

Pública de 05 de agosto, em Cuiabá, uma semana antes do assassinato, que aconteceu no dia 13 de agosto.

Nesta mesma Audiência, o trabalhador rural Josias Paulino de Castro, Presidente da ASPRONU (Associação de Produtores Rurais Nova União) e sua esposa, Ireni da Silva Castro, denunciaram as ameaças que sofriam. Josias afirmou: “Estamos morrendo, somos ameaçados, o governo de Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o Governo Federal é omissivo, será que eu vou ter que ser assassinado para que vocês acreditem e tomem providências?”. Foram assassinados no município de Colniza (MT), em 16 de agosto de 2014, 11 dias depois da audiência.

Em 2011, após o assassinato do casal Maria do Espírito Santo e José Cláudio, em Nova Ipixuna, Pará, a CPT levou à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a relação de 1.855 pessoas que haviam sofrido ameaças de morte entre os anos 2000 e 2011. Dessas, 42 haviam sido assassinadas, 30 haviam sofrido tentativas de assassinato e 165 haviam sofrido mais de uma ameaça. Entre 2012 até a presente data o número de pessoas ameaçadas de morte somou 799. Dessas, 18 foram assassinadas, 22 sofreram tentativas de assassinato e 124 sofreram ameaças mais de uma vez.

As ameaças atingem não somente os trabalhadores, mas também os que os apoiam. Das 799 pessoas ameaçadas, de 2012 até a presente data, 28 se encontravam na categoria de agentes de pastoral, missionários ou religiosos. 16 são agentes

da CPT. Outros quatro ameaçados eram advogados e dois ambientalistas.

A maioria das ameaças e intimidações é decorrente de conflitos por terra, defesa dos direitos territoriais e ambientais. Elas partem dos próprios fazendeiros, mas a maior parte das vezes de seus jagunços ou pistoleiros. É comum a presença de policiais nas milícias que dão suporte às fazendas, como têm denunciado reiteradamente os camponeses da região de Ariquemes e Vale do Jamari, em Rondônia.

Diante desse recrudescimento da violência no campo, o Conselho Nacional da CPT EXIGE uma ação rigorosa, elucidativa e punitiva para os casos de ameaças de morte, agressões e assassinatos nos conflitos agrários.

Uma presença efetiva do Estado é necessária para dar segurança e garantia de vida não só aos ameaçados individualmente, mas às comunidades às quais pertencem, pois as ameaças às lideranças e aos que as apoiam têm como objetivo direto minar as comunidades na sua capacidade de resistência e enfrentamento.

É inconcebível que o campo, a terra e o território de tantas comunidades e povos, espaço de vida, cultura e produção, em pleno século XXI, continuem sendo apropriados e palco de uma barbárie histórica e assassina.

Goiânia, 27 de novembro de 2015

O Conselho Nacional da
Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Dia dos Direitos Humanos: mais violência contra os povos e comunidades do campo

Em pleno Dia Internacional dos Direitos Humanos pistoleiros a serviço da Imperial Agroindustrial do Maranhão S/A, sob o comando de um senhor apelidado de “Mazuca”, incendiaram sete casas e destruíram uma ponte no povoado Munduri, no Assentamento Fazenda Imperial, em Codó, MA.

Na ação, várias pessoas foram ameaçadas de morte pelos pistoleiros, entre elas, Antônio Barros (Dirigente do STTR de Codó) e Sérgio Barros (Advogado da Fetaema). Os pistoleiros ainda tiraram fotos e disseram que “tudo se resolve na bala”.

A área onde ocorreu a ação era ocupada há mais de seis décadas por posseiros. Ali posteriormente se instalou a Imperial Agroindustrial do Maranhão S/A, que segundo se sabe é formada por um grupo de pessoas do Pernambuco.

No dia 6 de abril de 2009, o presidente Lula assinou decreto declarando de interesse social e para fins de reforma agrária a “Fazenda Imperial”. No dia 4 de novembro de 2014, o Incra foi imitado na posse de 7.004 hectares da fazenda, lá constituindo o Projeto de Assentamento Fazenda Imperial, onde foram assentadas 192 famílias.

Como a área do assentamento se localiza

dentro do perímetro anunciado do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, que será beneficiado com recursos públicos, os antigos proprietários da área, tendo perdido os prazos para entrar com ações judiciais para barrar o andamento do processo de desapropriação, conseguiram junto ao Superintendente do Incra do Maranhão uma declaração que os mantém na posse da área.

Com este documento em mãos, no dia 26 de novembro, um grupo de homens armados com armas de grosso calibre foi até o assentamento, na comunidade Munduri, e com ameaças deram às famílias o prazo de 48 horas para se retirarem, caso contrário a situação ficaria pior.

Diante disto a Fataema oficiou à Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do estado, solicitando intervenção. O que aconteceu com a chegada da polícia no dia 27. Os pistoleiros fugiram.

Mas logo em seguida, no dia 1º de dezembro, os pistoleiros retornaram, não só com armas, mas também com tratores. Na mesma data, diante da possível nova agressão, a Associação do Povoado de Munduri entrou com ação judicial para garantir a posse da área. Mas no dia 10 as ameaças se concretizaram com incêndio de casas, destruição de ponte e ameaças às pessoas.

A Diretoria e Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) repudiam e denunciam mais esta agressão e violência contra comunidades camponesas e reitera o que disse, em nota de 13 de novembro, em relação à situação de violência e assassinatos em Anapu, no Pará. Aproveitando-se do clima de insegurança que toma conta do país pelo encurralamento do governo central pela crise econômica e política, a elite latifundiária, apoiada na poderosa bancada ruralista, volta a agir por conta própria, impondo aos demais seus interesses.

Esperamos que neste Natal a luz que irrompe da gruta de Belém ilumine nosso povo para encontrar caminhos de superação das crises e da volta à normalidade democrática.

Goiânia, 14 de dezembro de 2015

Diretoria e Coordenação
Executiva Nacional da Comissão
Pastoral da Terra (CPT)

O momento político atual e a surdez do governo Dilma

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT vêm a público se manifestar sobre o grave momento da conjuntura nacional, cujo foco na polarização da crise política, em muito enviesada e distorcida, obscurece a percepção dos atuais conflitos violentos contra os povos do campo.

O país viveu, neste ano de 2015, um período conturbado pela recessão econômica e pela crise política que encurralaram a presidência da República. A incompetência no enfrentamento da crise econômica, as denúncias diárias de corrupção que atingem o PT e aliados de seu governo de coalizão têm sido utilizadas pela oposição para uma busca ilegítima do poder que ameaça desestabilizar a ordem democrática. A corrupção, endêmica na vida política brasileira, é apresentada, sobretudo pelos meios de comunicação, como a maior e mais grave da história deste país. Esquece-se que somente agora estes casos estão sendo investigados e punidos.

A crise econômica tem sido potencializada ao máximo por uma crise política alimentada diariamente na mídia e por um Congresso Nacional venal e obscurantista, que tenta um processo de impedimento da Presidenta da República com mais que frágeis argumentos.

Este Congresso tem demonstrado publicamente o quanto é refém e está a serviço

do poder econômico que custeou as caras campanhas eleitorais dos seus ocupantes. Os interesses do povo, sobretudo os dos mais fracos, de forma alguma são prioridade da maioria dos congressistas. Isto se torna evidente pelas proposições e defesas da poderosa bancada ruralista, e das bancadas da bala e evangélica, que se tornaram conhecidas como a bancada do BBB - do boi, da bala e da bíblia.

Os interesses por trás destas bancadas se revelam na aprovação das leis da terceirização do trabalho e da redução da idade penal e nas tentativas, já em fase adiantada nos procedimentos regimentais, de desmonte dos direitos indígenas e de outras comunidades tradicionais com a PEC 215, com o projeto de lei que quer modificar o conceito de trabalho escravo, e com a pressa em aprovar um código de mineração que prioriza os interesses das mineradoras em detrimento das comunidades atingidas.

A avalanche contra os pequenos se consubstancia ainda na CPI da FUNAI e do INCRA para barrar todo e qualquer avanço no reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

O que acontece em nível nacional se reproduz em nível estadual. No Mato Grosso do Sul, a violência contra os indígenas campeia solta com ações quase diárias de

agressões às aldeias e aos acampamentos, sobretudo em áreas próprias retomadas pelos indígenas. Na esteira destas ações a Assembleia Legislativa constituiu uma CPI para investigar o Conselho Indigenista Missionário, CIMI, pelo apoio que tem dado à causa dos povos indígenas. Com isso tenta desmobilizar e desmoralizar a luta indígena, sugerindo que os indígenas não são capazes de defender seus próprios interesses.

Aproveitando-se deste cenário mais que sombrio, como já temos reiterado mais de uma vez, tem crescido de forma assustadora a violência contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Até o final de novembro, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, tinha registrado o mais alto número de assassinatos no campo, desde 2004, 46 pessoas - camponeses, sobretudo posseiros, sem terra e assentados da reforma agrária. 44 destas mortes ocorreram na Amazônia. A maior parte dos conflitos nesta região está relacionada a terras públicas griladas. A fraqueza do Estado em recuperar estas áreas para destiná-las à Reforma Agrária, como manda a Constituição, favorece que os ataques de grileiros e pistoleiros se multipliquem, bem como as invasões de áreas e a expulsão de famílias.

Tão ou mais grave que o mar de lama da Samarco em Mariana, Minas Gerais, é o mar de lama que escorre do mundo da política. Pois enquanto a lama da Samarco afeta a bacia do Rio Doce, a que escorre do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e de gabinetes de Brasília e dos estados afetam sonhos e

esperanças de toda nação brasileira, sobretudo dos mais pobres.

Neste cenário de sombras, ainda bem, algumas luzes se acendem. Tem crescido o número de sem terra que fazem ocupações em busca de um pedaço de chão para viver e plantar. Nas cidades, jovens têm se destacado na luta em defesa da educação pública e de qualidade diante de tentativas de fechamento e de uma reorganização questionável de escolas, ou da entrega do ensino público a Organizações Sociais (OS), como acontece em Goiás. As ocupações das escolas pelos estudantes, com apoio de suas famílias, em São Paulo e em Goiás, são um grito de alerta para uma sociedade sonolenta. A organização dos jovens, o cuidado com os espaços ocupados, o uso das tecnologias de comunicação soam para os ouvidos atentos como fina música de um concerto de harmonias que pareciam perdidas.

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da CPT, ao mesmo tempo em que denunciam as tentativas da quebra da normalidade democrática, lamentam a falta de sensibilidade do governo Dilma no atendimento às reivindicações populares. Nunca um governo, desde o final dos anos de chumbo da ditadura militar, foi tão surdo às demandas populares, no campo e nas cidades, quanto o governo Dilma. Foi o governo que menos reconheceu terras indígenas e territórios quilombolas e o que menos fez assentamentos de sem terra. As decantadas políticas sociais, decadentes sob os cortes do ajuste econômico que mais uma vez favorece os que têm poder, já não conseguem aludir a uma imagem “popular” do governo.

A surdez da Presidência se tornou quase uma afronta aos homens e mulheres do campo com a nomeação para o Ministério da Agricultura da senadora Kátia Abreu, que sempre se mostrou inimiga dos movimentos do campo e do meio ambiente em plena crise climática. E diante de tantos apelos dos mais diversos movimentos populares, mantém o ministro da Fazenda totalmente alinhado aos interesses da classe dominante.

Esperamos que a estrela que conduziu

os Magos até Belém possa conduzir nosso país nos caminhos da normalidade democrática, duramente conquistada, e na superação dos entraves que impedem o reconhecimento efetivo dos direitos dos pequenos e pobres.

Goiânia, 17 de dezembro de 2015

Diretoria Nacional e Coordenação
Executiva Nacional da CPT

Siglas dos Movimentos Sociais, Organizações e Entidades

Quando uma organização não se identifica por uma sigla, utilizamos () com as letras iniciais do nome que aparece por extenso.

AABSS	Associação dos Atingidos pela Barragem de São Salvador	ACSJT*	Remanescentes de Quilombos
AAC*	Associação Antônio Conselheiro	ACSMAC	Associação Comunitária São José do Tomé
Aacade-PB	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes	ACTRU*	Associação da Comunidade São Miguel Arcanjo das Cachoeiras
Aafit	Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho	ACUTRMU	Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unaí
AAGRIFPOM	Associação dos Agricultores Familiares do Pombal	ADC	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
AAI*	Associação Arco Íris	ADT*	Associação Direito e Cidadania
AAIA	Associação Agroextrativista da Ilha do Arapari	Adufba	Associação em Direito da Terra
Aaico	Associação dos Amigos da Ilha de Colares	Aduferj	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia
AAMPRP*	Associação Agrop. Mista dos Produtores Rurais de Pacajá	Aduff	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
AAPP	Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba	Adufpr	Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense
AAPSF	Associação dos Assentados do Projeto São Francisco	Adufpr	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná
AASTSP*	Associação dos Agricultores Sem Terra do Sul do Pará	Adufro	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia
AATR	Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais	AEFP	Articulação Estadual de Fundo de Pasto
AAU	Associação dos Assentados de Uruará	AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AAV	Agente Ambiental Voluntário	Agrofran	Assoc. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco
ABA	Associação Brasileira de Antropologia	Ahomar	Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía da Guanabara
Abanorte	Associação dos Bananicultores do Norte de Minas	AIM	Associação Intermunicipal de Mulheres
ABB*	Associação dos Barqueiros de Babaçulândia	AIMM*	Associação Independente Morro da Mesa
ABI	Associação Brasileira de Imprensa	AIP	Associação Indígena Pussuru
Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária	AJIN	Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional
ABU	Associação Brasileiros Unidos	Alpapi	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu
AC*	Associação dos Chacareiros	Ama	Amigos do Meio Ambiente
Acafi	Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba	AMA/Moeda	Associação de Meio Ambiente de Moeda
ACAM*	Associação Camponesa do Amazonas	Amajar	Associação de Moradores e Amigos de Jaraguá
Acaram	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua	AMA-JF	Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora
ACBP	Associação Comunitária Bom Pastor	Amarqualta	Associação de Moradores e Agricultores Quilombolas do Alto Acará
ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos	AMC*	Associação dos Moradores de Cupiúba
Aconeruq/MA	Assoc. das Com. Negras Rurais Quilombolas do Maranhão	AMCA*	Associação dos Moradores da Chapada do A
Acordi	Associação Comunitária Rural de Imbituba	Amda	Associação Mineira de Defesa do Ambiente
Acorjuve	Assoc. das Comunidades da Região Juruti Velho	Amigreal	Assoc. dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
Acquilerj	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro	Amora	Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio
ACRQ	Associação das Comunidades dos		

Ampa	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores	Apromar	Associação dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho
AMPCV	Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho	Aprusfa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Araguaia e Muricilândia
AMPCV*	Associação dos Moradores de Prainha do Campo Verde	AQC*	Associação das Quebradeiras de Coco
AMRP*	Associação dos Micropdutores Rurais de Petrolândia	AQCC	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas
AMTBRAN	Movimento de Mulheres de Brasil Novo	AQCNJ	Associação Quilombola das Comunidades Nativas de Jaíba
AMVJ*	Associação dos Moradores da Vila do Jaraguá	AQI*	Associação Quilombo de Ivaporunduva
Anauni	Associação Nacional dos Advogados da União	AQM*	Associação Quilombola do Machadinho
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	AQSN*	Associação Quilombola do Sapê do Norte
ANP	Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras	Arcan	Associação dos Reassentados de Campos Novos
Antep	Associação Naviraiense Terra e Paz	ARPCT*	Articulação Rosalino dos Povos e Comunidades Tradicionais
APA	Associação dos Produtores Alternativos	ARPRC*	Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros
APAJ*	Associação dos Pequenos Agricultores de Jarauçu	Arqimar	Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia
APAO	Assoc. dos Produtores Amigos Organizados	ARQM	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Muquém
Apapais	Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadoras Assent. do Sabiaguaba	Arqpedra	Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
Apapap	Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranhiera	ARQS*	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santana
Apapats*	Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí	Arquig	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá
Aparast	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Santa Terezinha	Arquizumbi	Assoc. Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar
Apescari	Associação dos Pescadores dos Cantos dos Rios	ARTS	Associação Renovação dos Sem Terra
APJ*	Associação dos Pescadores de Jatobá	ASA Brasil	Articulação no Semiárido Brasileiro
APL*	Associação de Pescadores e Lavradores	ASA	Associação Santo Antônio
APMG*	Assembleia Popular de Minas Gerais	Asparmab	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá
APPAAFCNF	Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas Nossa Família	ASPJ*	Associação Padre Josimo
APPF	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	Aspoqui	Associação Quilombola de Quilombo
APPRBV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Boa Vista	Aspparp	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe
APPRP*	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Pará	Asprim	Associação dos Produtores Rurais e Imóveis
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural	Asproja	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru
APRAASSA	Ass. dos Prod. Rurais do P. A. do Seringal Santo Antônio	Asseefa	Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia
Apracf*	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca	Assema	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
APRBSF*	Articulação Pop. pela Revitalização da Bacia do São Francisco	AST*	Associação de Sem Terra
APRGER*	Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios	Astelira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento
APRJ*	Assembleia Popular do Rio de Janeiro	Astelivra	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Livramento
APRNE	Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança	Astrarural	Astrarural
Aprocel*	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga	ASTST*	Associação dos Sem Terra e Sem Teto
		ATAFCZ	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul
		ATDST	Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra

Atesf	Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé	Cepami	Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
ATP	Associação Terra e Paz	Ceqneq	Coord. Est. das Com. Negras e Quil. da PB
ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais	Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
ATRAMAG	Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande	Ceta	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
ATRB*	Associação dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília	CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
ATRCMS*	Associação de Trabalhadores Rurais da Colônia Monte Sinai	Cimat	Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós
Atri	Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú	Cimi	Conselho Indigenista Missionário
ATRQPC*	Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos	CIR	Conselho Indígena de Roraima
Atrust	Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros	CJG	Centro de Justiça Global
ATTAC	Associação para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão	CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
Atuva	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida	CMC*	Centro das Mulheres do Cabo
AUV	Associação União da Vitória	CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
Brigada	Brigada Indígena - ES	CMTRCR	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região
CAA	Centro de Agricultura Alternativa	CNAP	Confederação Nacional de Agricultores Portugueses
Campo Vale	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha	CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CAR	Central dos Assentados de Roraima	CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
Cáritas Brasileira	Cáritas Brasileira	CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CCL	Centro de Cidadania e Liderança	COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
CDH	Comissão de Direitos Humanos	COAFBRS*	Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco
CDHHT	Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade	Codema	Comissão Municipal de Meio Ambiente de Munhuaçu
CDRRI	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Ituxi	Codevise	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina
CDS	Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto Moz	Coema	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos	Cohre	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas	COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Ceapa	Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas	Comag*	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá
Cebi	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos	Comasses	Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas
CECQESCZ*	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba	Conatrae	Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva	Confapesca	Conf. Nac. das Fed. e Ass. de Pescad Artesanais, Aquicultores e Ent. de Pesca
CDJPB	Comissão Dominicana de Justiça e Paz no Brasil	Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
Cediter	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra	Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CEH	Comissão Estadual dos Hortos	Coomigasp	Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada
Ceifar	Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural	Coopemard	Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias
Cemem	Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas de Marajó	Cooprosevelt	Cooperativa Agrícola Mista de Produção Roosevelt
Cepagri	Centro de Apoio e Promoção ao Pequeno Agricultor	Coopervida	Coopervida
		Cooterra	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
		Cotrec	Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres

CP*	Consulta Popular	Fepearo	Federação de Pescadores Artesanais e Aquicultores do Estado de Rondônia
CP**	Conselho Paroquial	Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
CPCETEDNNF	Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense	Fetacre	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
CPM	Central de Movimentos Populares	Fetadef	Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno
CPMG	Colônia dos Pescadores de Minas Gerais	Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
CPN*	Comitê de Proteção às Nascentes	Fetaema	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores	Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
CPPSM*	Comissão pela Preservação da Serra da Moeda	Fetaep	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Fetaerj	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
CRABI	Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipu	Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil	Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	Fetaesp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
CRMA*	Comissão Regional de Meio Ambiente	Fetaet	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins
CRQ	Coordenação Regional dos Quilombolas	Fetag/AL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas
CSBP	Coordenação Sindical do Bico do Papagaio	Fetag/BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	Fetag/PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
CTR - Brasil	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Brasil	Fetag/PI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
CTV*	Centro Terra Viva	Fetag/RJ	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
CUT	Central Única dos Trabalhadores	Fetag/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima
DCE	Diretório Central dos Estudantes	Fetag/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Diocese	Diocese	Fetagri/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
DJP	Dominicans for the Justice and Peace	Fetagri/MT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
Ecovida*	Movimento Eco Vida	Fetagri/PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá
Eeacone	Eeacone	Fetagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia
EIV-MG	Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais	Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FACQRS	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do RS	Fetarn	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
FAF	Federação da Agricultura Familiar	Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
FAF*	Fórum de Agricultura Familiar	Fetetipe	Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FAMCC	Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Estado	Fetraece	Federação dos Trabalhadores na
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental		
FAPCD	Fórum Araripense de Prevenção e Combate a Desertificação		
Fapesca	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do RJ		
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional		
Fata	Fundação Agrária de Tocantins Araguaia		
FCP*	Federação das Colônias dos Pescadores		
FCQPR	Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná		
FCSSA	Fórum Cearense de Sobrevivência no Semi-Árido		
FDA	Frente de Defesa da Amazônia		
FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas		
FE*	Fórum das Entidades		
Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil		
Fepaemg	Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais		

Fetraf	Agricultura do Estado do Ceará Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	GADDH	Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
Fetrafsul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul	Gdasi	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá
Fian	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar	GDN	Grupo de Defesa da Natureza
FIST	Federação Internacionalista dos Sem Teto	GE*	Global Exchange
FLTDC*	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania	Greenpeace	Greenpeace
FMA	Fórum de Mulheres da Amazônia	GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
FMADT*	Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores	Humanitas	Organização para Direitos Humanos e Cidadania
FMCBH	Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas	Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira
FMGBH*	Fórum de Mulheres da Grande BH	IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
FMLTCS*	Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania	IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
FNCVC*	Fórum Nacional contra a Violência no Campo	IMS	Instituto Marista de Solidariedade
FNF	Fórum Nacional do Fisco	Índios	Indígenas
FNL	Frente Nacional de Luta	Inesc	Instituto de Estudos Sócio Econômicos
FNP	Frente Nacional dos Petroleiros	Inst. Vidagua	Instituto Vidagua
FNRAJC	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo	Intersindical	Intersindical
Focampo	Fórum do Campo Potiguar	ISA	Instituto Socioambiental
FOE	Frente de Oposição de Esquerda	JG*	Justiça Global
Fomes	Fórum de Mulheres do Espírito Santo	Jufra	Juventude Franciscana Brasileira
Fompe*	Fórum de Mulheres de Pernambuco	Koinonia	Presença Ecumênica e Serviço
FPCDH*	Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos	LCC	Liga Camponesa Corumbiara
FPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro	LCP	Liga dos Camponeses Pobres
FPLTTC*	Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania	LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro-Oeste
FPPMG	Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais	LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
FPRN*	Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte	LCPR	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia
FPRT*	Frente de Proteção ao Rio Tibagi	LOC	Liga Operária e Camponesa
FPS	Fórum das Pastorais Sociais	M8M*	Movimento Dia 08 de Março
FRP	Frente de Resistência Pataxó	MAAP	Movimento dos Assentados do Amapá
Fruto da Terra	Associação Fruto da Terra	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
FS	Força Sindical	MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial
FSDM-MG	Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG	MACDV*	Movimento Alerta Contra o Deserto Verde
FSM*	Fórum Social Mineiro	MAP	Movimento Agrário Popular
FSOSMA*	Fundação SOS Mata Atlântica	MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
FSPA	Fórum Social Pan-Amazônico	MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural
FST	Fórum Social do Triângulo	MBB	Movimento Bandeira Branca
FTL	Frente de Trabalhadores Livres	MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra
FTPV*	Fórum Teles Pires Vivo	MBTR	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais
FTR	Força dos Trabalhadores Rurais	MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra
Funáguas	Fundação Águas	MCC	Movimento Camponês Corumbiara
Furpa	Fundação Rio Parnaíba	MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra
Fuvi	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema	MCP	Movimento Camponês Popular
FVJ	Fórum do Vale do Jetiquinhonha	MCP*	Movimento dos Conselhos Populares
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar	MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
FVSMS	Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral	MCXV	Movimento Capão Xavier Vivo
		MDBF*	Movimento em Defesa das Baías de Florianópolis
		MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

MEB	Movimento de Educação de Base	MSO	Movimento Social Organizado
MEHT	Movimento dos Expropriados da Hidrelétrica de Tucuruí	MSONT	Movimento Sonho da Terra
Mespe	Movimento Ecosocialista de Pernambuco	MSST	Movimento Social dos Sem Terra
MFP	Movimento Fé e Política	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MG*	Movimento Geraizeiro	MST***	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (do Pontal SP)
MGA*	Movimento Grito das Águas	MSTI	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Independente
MIG	Movimento Indígena Guarani	MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu	MSTR*	Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia
MJA*	Movimento Juriti em Ação	MT	Movimento dos Trabalhadores
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso
MLST-L	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta	MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil
MLT	Movimento de Luta pela Terra	MTB*	Movimento Terra Brasil
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MTB**	Movimento Brasil Sem Terra
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras	MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra
MMC Brasil	Movimento de Mulheres Camponesas	MTC	Movimento dos Trabalhadores do Campo
MMCQ	Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo	MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MMM	Marcha Mundial das Mulheres	MTEM	Movimento Terra, Educação e Moradia
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	MTI*	Movimento da Terceira Idade
MND	Movimento Nacional de Desempregados	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos	MTL-DI	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Democrático e Independente
MNF	Movimento Sem Terra Nova Força	MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração
MNU	Movimento Negro Unificado	MTP	Movimento Trabalhista de Poconé
Moab	Movimento dos Ameaçados por Barragens	MTP*	Movimento Trabalho e Progresso
Monape	Movimento Nacional dos Pescadores	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
Montanha Viva	Montanha Viva	MTRI	Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes
Mopear	Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná	MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
Mopeba	Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Estado da Bahia	MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná
Mopepa	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará	MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos
Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado	MTST	Movimento Tucuruense Sem Terra
Moquibom	Movimento Quilombola	MTST*	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Sem Teto
Moral	Movimento para Reforma Agrária e Liberdade	MTV	Movimento Terra Vida
Moriba	Movimento Ribeirinho de Abaetetuba	MTV*	Movimento Tapajós Vivo
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	MUL	Movimento União dos Lavradores
MPL	Movimento Passe Livre	MUP	Movimento pela Universidade Popular
MPPA	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais	Must	Movimento Unido dos Sem Terra
MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária	MUT	Movimento Unidos pela Terra
MPRD	Movimento Pró Rio Doce	MV*	Movimento pela Vida - SC
MPSG	Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela	MVAB	Movimento Vantuy Agroecológico no Brasil
MPST	Movimento Pacífico Sem Terra	MVT	Movimento Via do Trabalho
MPT	Movimento Pacífico pela Terra	MXV*	Movimento Xingu Vivo
MSA	Movimento dos Sem Água	NDH	Núcleo de Direitos Humanos
MSAMC*	Movimento pelas Serras e Águas de Minas	NGolo	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG
MSAR	Movimento dos Sem Água do Riachão		

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil	SI	Sem informação
OAC	Organização Agrária Camponesa	Sinait	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
OAS	Organização de Articulação do Semi-Árido	Sindbancários	Sindicato dos Bancários
OI	Organização Independente	Sindipetro-RJ	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo - RJ
OLC	Organização da Luta no Campo	Sindiupes	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública
OLST	Organização para a Libertação de Sem Terra	Sindsaúde	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde
Omaquesp	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP	Sindsepe	Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso
OMR*	Organização de Moradores da Resex	Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG
Ong	Organização Não Governamental	Sinergia	Sinergia
OPA	Organização Popular	Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa
OPI	Organização de Produtores de Ipirá	SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia	Sintaema	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP
OTL	Organização Terra e Liberdade	Sintero	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
Paróquias	Paróquias	Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Past. da Criança	Pastoral da Criança	SJP*	Sindicato dos Jornalistas Profissionais
PCB	Partido Comunista Brasileiro	SM	Sindicato dos Metalúrgicos
Pégazuz	Pégazuz	SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
Pescadores	Pescadores	SOS Cachoeirão	SOS Cachoeirão
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular	SOS Capivari	SOS Capivari
PJR	Pastoral da Juventude Rural	SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Planeta Vida	Planeta Vida	SQP	Sindicato dos Químicos e Petroleiros
PPE	Projeto Padre Ezequiel	SRBH	Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte
PR	Pastoral Rural	STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
Preá	Preá	STTR	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais
Prelazia	Prelazia	TD*	Terra de Direitos
Proj. Manuelzão	Projeto Manuelzão	Terra Livre	Movimento Terra Livre
PRORURAL	Associação Prorural	Terra Nossa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Terra Nossa
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	Tupã 3E	Tupã 3E
PSRF*	Pólo Sindical do Recôncavo e Feira	UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
PT	Partido dos Trabalhadores	UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do RJ
Quilombolas	Quilombolas	UFT	União Força e Terra
Raaca-Sul	Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia	UMP	União das Mulheres Piauienses
RCONGs	Rede Cerrado de Ongs	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
Reapi	Rede Ambiental do Piauí	UNE	União Nacional dos Estudantes
Rede Alerta	Rede Alerta contra o Deserto Verde	Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Rejuind	Rede da Juventude Indígena	USST	União dos Santanenses Sem Terra
Remtea	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental	UST*	União Socialista pela Terra
Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares	USTN	União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte
RGC*	Rede Grita Cerrado	Vazanteiros	Articulação Vazanteiros em Movimento
RL*	Radicais e Livres	Via Campesina	Via campesina
Roda	Rede de Organizações em Defesa da Água	Xambrê	Grupo Xambrê
SAB	Serviço de Animação Bíblica		
SAF	Sindicato da Agricultura Familiar		
Sapê	Sociedade Angrense de Proteção Ambiental		
SDS	Social Democracia Sindical		
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro		
SER	Sindicato dos Empregados Rurais		
SERJ*	Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro		
SFJP	Serviço Franciscano de Justiça e Paz		
SGSP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada		

Fontes de Pesquisa

- * Declaração e informes dos 21 Regionais da CPT
- * Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais
- * Informes de Parlamentares Estaduais e Federais
- * Ofícios
- * Blogs
- * Outros Documentos

CPT's

- Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo
- Comissão Pastoral da Terra secretaria nacional - <http://www.cptnacional.org.br>
- Comissão Pastoral da Terra - CPT AL - <http://cptalagoas.blogspot.com.br/>
- Comissão Pastoral da Terra - Regional NE 2 - <http://www.cptne2.org.br/>
- Comissão Pastoral da Terra Regional BA - <http://www.cptba.org.br/>
- Comissão Pastoral da Terra Regional CE - <http://cptce.blogspot.com.br/>
- Comissão Pastoral da Terra Regional MS - <http://cptms.blogspot.com.br/>
- Comissão Pastoral da Terra Regional PI - <http://cptpi.blogspot.com>
- Comissão Pastoral da Terra Regional RS - <http://cptdors.blogspot.com.br/>
- Comissão Pastoral da Terra Regional SP - <http://www.cptsp.com.br/>
- Fala CPT - Boletim Informativo da CPT GO
- Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO - www.cptrondonia.blogspot.com
- Notícias da Terra e da Água - Boletim Eletrônico - CPT Nacional - GO
- Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO

Igrejas

- ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural
- Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina
- Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT
- A Poronga - Diocese de Santarém - PA
- APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural
- Boletim Anunciando e Defendendo - Diocese de Ji-Paraná - RO
- Cáritas Brasileira - <http://caritas.org.br>
- Casa da Juventude - Goiânia - GO - www.casadajuventude.org.br
- CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz
- Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- Cimi - Conselho Indigenista Missionário
- CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
- Documentos de Dioceses
- IEAB - Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
- IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
- Jufra - Juventude Franciscana no Brasil
- O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA
- O Roceiro - Crateús-CE
- Pastoral da Comunicação
- PJ - Pastoral da Juventude
- PJR - Pastoral da Juventude Rural
- PO - Pastoral Operária
- Porantim - Brasília - DF
- Ressurreição e Vida - Senhor do Bonfim - BA
- SPM - Serviço Pastoral do Migrante

ONGs

Justiça Global Brasil - www.global.org.br
 Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES
 Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
 Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO
 CDH-CP - Corte Interamericana de Direitos Humanos - OEA
 CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
 CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro
 CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
 Cendhec - Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social
 Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular
 CEPDH - Centro de Estudos, Pesquisa e Direitos Humanos
 Circular Recopa - Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)
 Combate ao Racismo Ambiental
 Confapesca - Conf. Nac. das Federações e Assoc. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Entidades de Pesca
 CSDDH - Centro Santo Dias de Direitos Humanos - SP
 Fase - Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional
 Fian - Foodfirst Information and Action Network
 GADDH - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
 Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
 Gapin - Grupo de Apoio aos Povos Indígenas
 Greenpeace
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
 Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical “Sebastião Rosa da Paz”
 Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM
 Justiça nos Trilhos - www.justicanostrilhos.org
 NDH - Núcleo de Direitos Humanos
 ISA - Instituto Socioambiental
 Portal Ecodebate
 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
 Repórter Brasil Agência de Notícias
 Sasop - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
 SMDH - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
 SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
 Terra de Direitos

Movimentos Sociais

Ceta - Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
 CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
 Jornal do MST - São Paulo - SP
 Letra Viva - MST
 Liga dos Camponeses Pobres - LCP
 Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá
 Movimento Camponês Popular - MCP
 Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
 Movimento dos Atingidos pela Base Espacial - MABE
 Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
 Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST
 Movimento de Luta pela Terra - MLT
 Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
 Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia - Mopeba
 Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD
 Movimento dos Trabalhadores do Campo - MTC

Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
 Movimento Ecosocialista de Pernambuco
 Movimento Juruti em Ação
 Movimento Mundial de Mulheres - MMM
 Movimento Terra Livre (antigo MTL - DI)
 Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL
 Movimento Xingu Vivo
 Revista Sem Terra
 Via Campesina

Movimento Sindical

Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
 Central Única dos Trabalhadores - CUT
 Central Sindical e Popular - Conlutas
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura - Fetag
 Federações dos Trabalhadores na Ind. Da Const. Pesada - Fenatracop
 Sindicatos dos Servidores da Justiça Federal - Sindjus
 Sindicatos das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais - STTR
 Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf

Associações

AAPP - Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
 AATR - Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - BA
 Acorjuve - Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
 Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira
 AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia
 Associação Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Pacajá
 Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
 Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
 Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria
 Associação Indígena Pusuru - AIP
 Associação Nacional de Cooperação Agrícola
 Associação Nacional dos Advogados da União - Anauni
 Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC
 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
 AQURC - Associação Quilombola Unidos Rio do Capim

Rede Data Luta

UNESP - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
 UFU - Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA
 UNIOESTE - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade - GEOLUTAS
 UFRGS - Núcleo de Estudos Agrário - NEAG
 UFPB - Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato
 Universidade Federal de Sergipe - UFS
 Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
 UFES - Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo

Outras fontes

Agência 10envolvimento - BA
 Anistia Internacional
 ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
 ANP - Articulação Nacional das Pescadoras
 Asfoc - Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz
 CAI - Comissão de Assuntos Indígenas
 CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
 Cefar - Coletivo Amazônia de Formação e Ação Revolucionária
 Centro Alternativo do Norte de Minas
 Centro de Estudos Ambientais
 Comitê Dorothy - PA
 Comitê Rio Maria
 Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos
 Conselho Estadual de Povos Indígenas
 Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós - Cimat
 Delegacia de Polícia Civil
 Departamento de Medicina Legal
 Diário da Justiça
 Diretório Nacional do PT - Brasília-DF
 Documentos Gerais
 Fórum Carajás
 Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
 FDHT - Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso - /MT
 Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
 Fórum do Campo Potiguar
 Fórum em defesa da Zona Costeira do Ceará
 Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
 Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
 Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral
 Fórum Suape
 Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
 Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IHU - Instituto Humanitas Unisinos
 Incra
 Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG
 Observatório dos Conflitos Rurais em São Paulo
 Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral
 Observatório Quilombola - www.koinonia.org.br
 OIT - Organização Internacional do Trabalho - ONU
 ONU - Organização das Nações Unidas
 Ordem dos Advogados do Brasil
 Ouvidoria Agrária Nacional
 Plataforma Dhesca Brasil - Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
 REDECCAP
 Rede de Cooperação Alternativa - RCA
 Redmanglar Internacional - Cogmanglar
 Renap - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
 Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul - SINPRO/RS
 Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE

Universidade Federal do Pará - UFPA
 Universidade Federal da Paraíba - UFPB
 Universidade Federal de Goiás - UFG
 Universidade Federal de Pernambuco - UFP
 Universidade Federal Fluminense - UFF
 www.caa.org.br - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
 www.indiosnonordeste.com.br
 www.irpaa.org
 www.pib.socioambiental.org/pt
 www.portaldomar.org.br
 www.portalkaingang.org
 www.preservaresistir.org
 www.resistenciacamponesa.com
 www.riosvivos.org.br

Imprensa

A Crítica - Manaus - AM
 A Folha - São Carlos - SP
 A Gazeta - Cuiabá - MT
 A Gazeta - Rio Branco - AC
 A Gazeta - Vitória - ES
 A Notícia - Chapecó - SC
 A Notícia - Pará
 A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ
 A Província do Pará - Belém-PA
 A Região - Itabuna - BA
 A Tarde - Salvador - BA
 A Tribuna - AC
 A Tribuna - Criciúma - SC
 A Tribuna - MT
 A Tribuna - Santos - SP
 A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
 A Tribuna - Vitória - ES
 Afropress - Agência de Informação Multiétnica
 Agecon - Agência Contestado de Notícias Populares
 Agence France - Press - Paris - FR
 Agência Alagoas
 Agência Amazonas de Notícias
 Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Agência Estado - São Paulo - SP
 Agência Estadual de Notícias do Paraná
 Agência Folha
 Agência Minas
 Agência da Notícia - MT
 Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF
 Agência Pará
 Agência Petroleira de Notícias - APN
 Agora Bahia - Salvador - BA
 Agora Paraná
 Agência Pública
 Agência Reuters
 Agência Senado
 Agora São Paulo - São Paulo - SP
 Alagoas 24 Horas
 Alto Madeira - Porto Velho - RO
 Amazonas em Tempo - Manaus - AM

Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA
 BBC Brasil - Londres - ING
 Bem Paraná - Portal Paranaense
 Boletim da FAEP - Curitiba - PR
 Boletim Famaliá
 Boletim HS Liberal
 Brasil de Fato - São Paulo - SP
 Brasil Norte - Boa Vista - RR
 Cada Minuto - Maceió
 Campo Grande News - Campos Grande - MS
 Capital News - MS
 Carta Maior - São Paulo - SP
 Cinform - Aracaju - SE
 CMI Brasil - Centro de Mídia Independente
 Coletivo - Brasília - DF
 Comércio do Jahu - Jaú - SP
 Contraponto - Marabá - PA
 Correio - Uberlândia - MG
 Correio Braziliense - Brasília - DF
 Correio da Bahia - Salvador - BA
 Correio da Cidadania - São Paulo - SP
 Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
 Correio do Estado - Campo Grande - MS
 Correio do Brasil - Rio de Janeiro
 Correio do Pará - Belém - PA
 Correio do Povo - Porto Alegre - RS
 Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR
 Correio do Tocantins - Marabá - PA
 Correio Lageano - RS
 Correio Paranaense - PR
 Correio Popular - Campinas - SP
 Correio Popular - São Paulo - SP
 Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
 CorreioWeb - Brasília - DF
 Cosno online - Campinas - SP
 DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP
 Dia a Dia - Campo Grande - MS
 Diário Catarinense - Florianópolis - SC
 Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
 Diário da Borborema - PB - www.db.com.br
 Diário da Manhã - Chapecó - SC
 Diário da Manhã - Goiânia - GO
 Diário da Manhã - Ponta Grossa - PR
 Diário da Manhã - RS
 Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
 Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
 Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
 Diário da Tarde - São Paulo - SP
 Diário de Aço - Caratinga - MG
 Diário de Canoas - RS
 Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
 Diário de Guarapuava - Guarapuava - PR
 Diário de Natal - Natal - RN
 Diário de Pernambuco - Recife - PE
 Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 Diário do Amapá - Macapá - AP
 Diário do Amazonas - Manaus - AM
 Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
 Diário do Grande ABC - Santo André - SP
 Diário do Iguacu - Chapecó - SC
 Diário do Jequi - Almenara - MG
 Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
 Diário do Noroeste - Paranaíba - PR
 Diário do Pará - Belém - PA
 Diário do Povo - Dourados - MS
 Diário do Povo - Teresina - PI
 Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
 Diário do Sudoeste - PR
 Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ
 Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
 Diário Oficial da União - Brasília - DF
 Diário Popular - São Paulo - SP
 Dourados News - Dourados - MS
 Envolverde - Revista Digital de Meio Ambiente
 e Desenvolvimento
 Época - Rio de Janeiro - RJ
 Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
 Expresso Santiago - RS
 Extra - Rio de Janeiro - RJ
 Folha da Baixada - Cuiabá - MT
 Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
 Folha da Manhã - MG
 Folha da Região - Araçatuba - SP
 Folha de Boa Vista - RR
 Folha de Carajás - Redenção - PA
 Folha de Londrina - Londrina - PR
 Folha de Pernambuco - Recife - PE
 Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
 Folha de São Paulo - São Paulo - SP
 Folha do Amapá - Macapá - AP
 Folha do Estado - Cuiabá - MT
 Folha do Paraná - Cascavel - PR
 Folha do Paraná - Curitiba - PR
 Folha do Povo - Campo Grande - MS
 Folha Popular - Palmas - TO
 Folha Regional - MG
 Folha Regional - Andradina - SP
 Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP
 Gazeta Digital - Guararapes - SP
 Gazeta Nossa - Recife - PE
 Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
 Gazeta do Oeste - Mossoró - RN
 Gazeta do Pantanal - MS
 Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
 Gazeta do Povo - Curitiba - PR
 Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
 Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
 Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ
 Gazeta Online - Vitória - ES
 Globo Minas
 Globo News
 Globo Rural
 GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí

Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
 Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB
 Informe Agropecuário - Campo Grande-MS
 Isto É - São Paulo - SP
 Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
 Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP
 Jornal Agora - Porto Alegre - RS
 Jornal Aqui - RJ
 Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA
 Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
 Jornal Bom Dia - Bauru - SP
 Jornal Cidade de Rio Claro - SP
 Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji - Paraná - RO
 Jornal Cultura - Guarapuava - PR
 Jornal da Cidade - Baurú - SP
 Jornal da Comunidade - Brasília - DF
 Jornal da Manhã - Aracajú - SE
 Jornal da Manhã - Uberaba - MG
 Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
 Jornal da Tarde - São Paulo - SP
 Jornal das Missões - Santo Ângelo - RS
 Jornal de Brasília - Brasília - DF
 Jornal de Cuiabá - MT
 Jornal de Fato - Natal - RN
 Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
 Jornal de Santarém - PA
 Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE
 Jornal do Comércio - RS
 Jornal do Comércio - Recife - PE
 Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Dia - Macapá - AP
 Jornal do Estado - Curitiba - PR
 Jornal do Tocantins - Palmas - TO
 Jornal Folha do Maranhão
 Jornal Hoje - Cascavel - PR
 Jornal Pequeno - São Luís - MA
 Jornal Planalto Central - Brasília - DF
 Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
 Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
 Le Monde - Paris - FR
 Marco Zero - Macapá - AP
 Meio Norte - Teresina - PI
 Monitor Campista - RJ
 Nova Fronteira - Salvador - BA
 Novo Extra - Maceió - AL
 O Barriga Verde - SC
 O Debate - Macaé - RJ
 O Dia - Rio de Janeiro - RJ
 O Dia - Teresina - PI
 O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estadão - Porto Velho - RO
 O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado do Maranhão - São Luís - MA
 O Estado do Norte - Porto Velho - RO
 O Estado do Paraná - Curitiba - PR
 O Estado do Tapajós - PA
 O Falcão - Abelardo Luz - PR
 O Globo - Online
 O Imparcial - Presidente Prudente - SP
 O Imparcial - São Luís - MA
 O Jornal - Maceió - AL
 O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
 O Liberal - Belém - PA
 O Mercador On Line - Rio Verde - GO
 O Mossoroense - Mossoró - RN
 O Nacional - Passo Fundo - RS
 O Norte - João Pessoa - PB
 O Paraná - Cascavel - PR
 O Popular - Goiânia - GO
 O Povo - Fortaleza - CE
 O Progresso - Dourados - MS
 O Progresso - Imperatriz - MA
 O Rio Branco - Rio Branco - AC
 O São Paulo - São Paulo - SP
 O Tempo - Belo Horizonte - MG
 Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
 Opinião - Marabá - PA
 Página 20 - Rio Branco - AC
 Paraná Online - Curitiba - PR
 Portal A Notícia - Florianópolis - SC
 Portal de Notícias Conexão Tocantins
 Portal IG
 Portal ORM
 Portal R7
 Portal RPC
 Portal Terra
 Portal Uol
 Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP
 Rede Cerrado
 Revista Caros Amigos - SP
 Revista Carta Capital
 Revista Missões - SP
 Revista República - São Paulo - SP
 Revista Século Diário - Vitória - ES
 Revista Sina - MT
 Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ
 Revista Terra Brasilis - EUA
 Revista Valor - Portugal
 Tododia - Americana - SP
 Tribuna da Bahia - Salvador - BA
 Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
 Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS
 Tribuna de Alagoas - Maceió - AL
 Tribuna de Petrópolis
 Tribuna do Brasil - Brasília - DF
 Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE
 Tribuna do Cricaré - São Mateus - ES
 Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR
 Tribuna do Norte - Apucarana - PR
 Tribuna do Norte - Natal - RN
 Tribuna do Planalto - Goiânia - GO
 Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR
 Valor Econômico - São Paulo - SP

Zero Hora - Porto Alegre - RS
www.100preconceitopa.com.br
www.ac24horas.com
www.acessepiaui.com.br
www.achanoticias.com.br
www.acredigital.net
www.acritica.net
www.agazeta.net
www.agenciafreelancer.com
www.agorasantaines.com.br
www.alagoasdiario.com.br
www.alagoasnoticias.com.br
www.alagoastempo.com
www.amazonasnoticias.com.br
www.amazonia.org.br
www.amazoniadagente.org.br
www.anarinoticia.com.br
www.aquidauananews.com
www.araraquara.com
www.araguainanoticias.com.br
www.atalaiaagora.com.br
www.bahianoticias.com.br
www.bastosja.com.br
www.bemparana.com.br
www.berohoka.com.br
www.bonde.com.br
www.brasil.elpais.com
www.brasiloste.com.br
www.campograndenoticias.com.br
www.carajasojornal.com.br
www.cearaagora.com.br
www.cgn.inf.br
www.cidadeverde.com
www.clicbrasil.com.br
www.clicatribuna.com
www.clickpb.com.br
www.clicrbs.com.br
www.conesul.com.br
www.conexaoto.com.br
www.conflitosagrarios.com.br
www.conjur.com.br
www.contilnet.com.br
www.coroataonlinema.com
www.correiodatarde.com.br
www.correiodesergipe.com
www.correiodolitoral.com
www.correiodopovo-al.com.br
www.crbio3.gov.br
www.cruzeironet.com.br
www.dams-info.org
www.defato.inf.br
www.diaadianews.com.br
www.diariodaparaiba.com.br
www.diariodemarilia.com.br
www.diarioliberalidade.org
www.diarioms.com.br
www.diarioregionalmt.com

www.ecoeacao.com.br
www.eldorado.fm
www.emtempo.com.br
www.estaminas.com.br
www.estadocentral.com.br
www.estrelaguianews.com.br
www.expressomt.com.br
www.extraderondonia.com.br
www.extremosulam.com.br
www.farolcomunitario.com.br
www.fatimanews.com.br
www.fatoonline.com.br
www.fazendomedia.com
www.floripanews.com.br
www.folhadaparaiba.com.br
www.folhadebetim.com.br
www.folhadevilhena.com.br
www.folhadoacre.com
www.folhadobico.com.br
www.folhadoprogresso.com
www.folhadosulonline.com.br
www.folhavitoria.com.br
www.folhapicoense.com.br
www.ftiapr.org.br
www.g1.globo.com
www.gazetadelimeira.com.br
www.gazetadigital.com.br
www.gazetamaringa.com.br
www.gazetaweb.globo.com
www.gentedepiniao.com
www.globoamazonia.com
www.goionews.com.br
www.infonet.com.br
www.infosaj.com.br
www.imirante.globo.com
www.interiordabahia.com.br
www.interligaonline.com
www.itabatanews.com.br
www.itapevatimes.com.br
www.in360.globo.com
www.jangadeiroonline.com.br
www.jcnet.com.br
www.jfolharegional.com.br
www.jirauonline.com.br
www.jm1.com.br
www.jmpi2015.gov.br
www.jornadaagroecologia.com.br
www.jornalagazeta-ap.com
www.jornalaqui.com.br
www.jornalcidade.uol.com.br
www.jornalcorreiodovale.com.br
www.jornaldacidade.net
www.jornaldachapada.com.br
www.jornaldanova.com.br
www.jornaldelondrina.com.br
www.jornaldeuberaba.com.br
www.jornaldodiase.com.br

www.jornaldosol.com.br
www.jornale.com.br
www.jornalimpactoonline.com.br
www.jornalitanews.com.br
www.jornalopcao.com.br
www.jornalresistenciaonline.com.br
www.jornalstylo.com.br
www.jornalwebminas.com.br
www.jsbonline.com.br
www.jusbrasil.com.br
www.leopoldinense.com.br
www.liberalonline.com.br
www.liberdadedigital.com.br
www.moginews.com.br
www.montesclaros.com.br
www.mtnoticias.net
www.navegadormt.com.br
www.nominuto.com.br
www.nortaonoticias.com.br
www.nossacara.com.br
www.noticiasdahora.com.br
www.noticiavirtual.com.br
www.novanews.com.br
www.novojournal.com.br
www.oacre.com.br
www.odiariodecampos.com.br
www.oeco.com.br
www.oestadoce.com.br
www.ogirassol.com.br
www.ogoiias.com.br
www.olhardireto.com.br
www.opantanalonline.com.br
www.oparlamento.com.br
www.orm.com.br
www.ouropretoonline.com.br
www.overmundo.com.br
www.paginaaberta.com.br
www.paraiba.com.br
www.paraibatotal.com.br
www.paranaambiental.jex.com.br
www.parecis.net
www.passapalavra.info
www.patosagora.net
www.patoshoje.com.br
www.patosja.com.br
www.patosonline.com.br
www.pbagora.com.br
www.pecuaria.ruralbr.com.br
www.pindavale.com.br
www.planalto.gov.br
www.politicapb.com.br
www.portalamazonia.globo.com.br
www.portalaz.com.br
www.portalcorreio.com.br
www.portal.correioeitapetininga.com.br
www.portaldenoticias.com.br
www.portaldoamaral.com.br

www.portalguaira.com.br
www.portaldopurus.com.br
www.portalnahora.com.br
www.portalrondonia.com.br
www.presidenteolegariohoje.com.br
www.primeiraedicao.com.br
www.qedu.org.br
www.quatromarcosnoticias.com.br
www.radar64.com.br
www.radioabaiaarafm.com.br
www.radiocampoaberto.com.br
www.radioruraldesantarem.com.br
www.redebomdia.com.br
www.redebrasilatual.com.br
www.redepindorama.com.br
www.redesuldenoticias.com.br
www.reportermt.com.br
www.rets.org.br
www.revistadobrasil.net
www.revistatempo.com.br
www.ribeiraopretoonline.com.br
www.rondoniadigital.com.br
www.rondoniadinamica.com.br
www.rondoniagora.com.br
www.rondoniaovivo.com.br
www.routenews.com.br
www.sistemaodia.com.br
www.somdaterrafm.com.br
www.sonoticias.com.br
www.sulnews.com.br
www.surgiu.com.br
www.tvtaroba.com.br
www.teixeiranews.com.br
www.terramagazine.terra.com.br
www.tribunadeanapolis.com.br
www.tribunadodia.com.br
www.tribunadojuruia.com.br
www.tribunadosol.com.br
www.tudoagora.com.br
www.tudonahora.uol.com.br
www.tudoparana.com.br
www.tudorondonia.com.br
www.tudosobrefloripa.com.br
www.tvjaguar.com.br
www.tvt.org.br
www.uai.com.br
www.valedoinvinhemagora.com.br
www.valeparaibano.com.br
www.vermelho.org.br
www.viagora.com.br
www.viasdefato.jor.br
www.vilhenanoticias.com.br
www.wazakaye.com.br
www.wn.frizz.com.br
www.wscm.com.br
www.youtube.com
www.zedudu.com.br

“Na nossa espiritualidade a roça é o caminho de Deus, onde Deus vai andando e jogando as sementes. Então, a gente não planta para estragar a natureza; a gente planta para colher os frutos semeados por Deus. Na nossa espiritualidade a roça é um lugar de prazer, lazer, alegria, de felicidade, de paz. Mas, depois que vieram as pessoas do negócio, depois que veio a exploração nós fomos obrigados a trabalhar na terra somente para sobreviver e a roça não é mais lugar de felicidade... e isso nos dá ódio da roça... Hoje, um boi vale mais do que uma criança indígena; a cana vale mais do que o pé de cedro; a soja vale mais do que a aroeira.

Antes da chegada dos colonizadores não existiam fronteiras pra nós, pois a terra, a mata, a água faz parte da nossa vida. Antes, a gente podia correr dos problemas. Agora não podemos mais. Temos que enfrentar, pois não temos nem mata para esconder e nem água para beber. Quem traz o conflito não somos nós! É a ganância da exploração que traz... Exploração que envenena a terra. Na nossa espiritualidade a Terra é nossa mãe e quem envenena a Terra, envenena a mãe. A nossa luta é para recuperar o meio-ambiente e a nossa vida”.

Trechos da fala do indígena Anastácio Peralta Guarani Kaiowá (MS), no lançamento do Conflitos no Campo 2014

expressão
POPULAR